

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**Geana Taisa Machado Krause**  
**Dissertação de Mestrado**

**UMA REDOMA NO BAIRRO CRISTAL: OS PRIMEIROS PERCURSOS DA  
ESCOLA ESPECIAL ELYSEU PAGLIOLI (1988 - 1992)**

Porto Alegre

2024

**Geana Taisa Machado Krause**

**UMA REDOMA NO BAIRRO CRISTAL: OS PRIMEIROS PERCURSOS DA  
ESCOLA ESPECIAL ELYSEU PAGLIOLI (1988 - 1992)**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito final, para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Dóris Bittencourt Almeida  
Linha de Pesquisa: Sociologia e História da Educação

Porto Alegre

2024

### CIP - Catalogação na Publicação

KRAUSE, GEANA TAISA MACHADO  
UMA REDOMA NO BAIRRO CRISTAL: OS PRIMEIROS  
PERCURSOS DA ESCOLA ESPECIAL ELYSEU PAGLIOLI (1988 -  
1992) / GEANA TAISA MACHADO KRAUSE. -- 2024.  
176 f.  
Orientadora: Dóris Bittencourt Almeida.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Escola Elyseu. 2. Cultura Escolar. 3. História  
das Instituições Escolares. 4. História da Educação  
Especial. I. Almeida, Dóris Bittencourt, orient. II.  
Título.

GEANA TAISA MACHADO KRAUSE

**UMA REDOMA NO BAIRRO CRISTAL: OS PRIMEIROS PERCURSOS  
DA ESCOLA ESPECIAL ELYSEU PAGLIOLI (1988 - 1992)**

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA:

\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Dóris Bittencourt Almeida – PPGedu/UFRGS (Orientadora)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. José Edimar de Souza – PPGEDU/PPGHIS

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marco Aurélio Freire Ferraz - Externo

\_\_\_\_\_  
Profa. Dr<sup>a</sup> Russel Teresinha Dutra da Rosa – PPGedu/UFRGS

*“Para navegar contra a corrente são necessárias condições raras:  
Espírito de aventura, coragem, perseverança e paixão”*

***Nise da Silveira<sup>1</sup>***

---

<sup>1</sup>Nise Magalhães da Silveira, médica psiquiatra brasileira reconhecida mundialmente por sua contribuição à psiquiatria. Revolucionou o tratamento de doenças mentais, manifestando-se radicalmente contra as formas que julgava serem agressivas em tratamentos de sua época. Precursora da luta antimanicomial.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer a Deus por me dar força e sustento ao longo de toda essa jornada. Também desejo expressar minha mais profunda gratidão a todas as pessoas que estiveram ao meu lado, oferecendo apoio e encorajamento. Em primeiro lugar, quero agradecer à minha família, por todo o amor, apoio e compreensão, meu pai José Antônio e a minha mãe Terezinha, por serem sempre o meu maior exemplo de vida. Ao meu marido Sérgio Krause, que sempre esteve ao meu lado, dividindo as responsabilidades do lar para que eu pudesse me dedicar aos estudos, e aos meus filhos, Rafael e Luciano, por serem minha fonte de inspiração e motivação constante.

Agradeço à Dóris, por sua orientação dedicada e valiosa, que foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação. Como também aos meus colegas do grupo de estudo do PPGedu/UFRGS, em especial à Danielle, José Adriano, Valeska, pela troca de conhecimento e apoio mútuo ao longo deste processo.

Também deixo a lembrança carinhosa dos colegas da escola Elyseu Paglioli e à equipe diretiva pelo apoio durante a pesquisa. À Rossana, minha profunda gratidão por sua colaboração e companheirismo ao longo de toda esta jornada que começou com a escrita do projeto, e pela parceria de todos os dias dentro da sala de aula. As meninas do terceiro ciclo alegraram meus dias e me deram força mesmo quando estava cansada. Não poderia deixar de agradecer também aos amigos que me ouviram, acolheram e incentivaram nos momentos de dificuldade, oferecendo palavras de conforto e conselhos preciosos.

Agradeço também às entrevistadas Gloria Nogueira, Lourdes Fornazier, Neusa Hickel e Neuza Canabarro, por compartilharem suas memórias e contribuírem para o enriquecimento deste estudo. Minha gratidão se estende às minhas fontes de inspiração, em especial à minha madrinha Clarinda Brum (in memoriam), bem como a todos aqueles que trabalharam incansavelmente para preservar a memória da escola Elyseu.

Aos membros da banca examinadora, gostaria de expressar minha profunda gratidão. Por fim, quero dedicar este estudo a todos que lutam pela educação inclusiva e, especialmente, aos alunos da Educação Especial, vocês são a essência do meu percurso acadêmico e pessoal, inspirando minha crença em uma educação que deve ser acessível a todos. Por isso, sou eternamente grata!

## RESUMO

Esta dissertação explora os primeiros anos de fundação da Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Prof. Elyseu Paglioli, em Porto Alegre/RS, entre 1988 e 1992, período em que a instituição começava a se consolidar como espaço de transformação na Educação Especial. O objetivo central é compreender as razões que motivaram a criação da escola pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), considerando uma temporalidade flexível que abrange o período anterior a 1988, ano de sua fundação. Além disso, examina os primeiros anos da escola, investigando práticas pedagógicas e médicas como evidências da cultura escolar, em meio às mudanças ideológicas ocorridas na Prefeitura de Porto Alegre até 1992, quando se encerra o mandato do Prefeito Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), e da Secretária de Educação, Esther Pillar Grossi. Como desdobramentos deste objetivo, a pesquisa historiciza as transformações da Educação Especial no século XX, com ênfase nas mudanças conceituais nos anos abordando questões pedagógicas, médicas, arquitetônicas e de políticas de gestão. Por fim, buscou-se refletir sobre o acervo documental da Escola Elyseu Paglioli, tendo como referência o conceito de patrimônio histórico-educativo. Metodologicamente, operou-se com a combinação da análise documental histórica e história oral. Para fundamentar a pesquisa, recorri às contribuições de diversos autores, especialmente aqueles que se destacam na teoria da história, como Roger Chartier, Michel de Certeau e Sandra Pesavento. No campo da metodologia da história oral, baseei-me nos trabalhos de Antoinette Errante e Alistair Thompson. Em relação ao tema do patrimônio, utilizei as reflexões de Rosa de Souza-Chaloba e Dominique Julia. No estudo das instituições escolares, apoiei-me em Justino Magalhães e Escolano Benito e Viñao Frago ofereceram valiosas contribuições sobre cultura escolar. O título "Redoma do Bairro Cristal" não é apenas uma referência geográfica. É uma metáfora que encapsula a resistência inicial da comunidade local à construção da primeira escola municipal de educação especial de Porto Alegre. Essa resistência demonstra como as mudanças na forma de pensar a educação podem gerar reações variadas e, por vezes, inesperadas. No entanto, a construção da Escola Elyseu se tornou um marco, rompendo silêncios e trazendo à tona histórias de lutas e esperanças de pessoas com deficiência, que por muito tempo foram ignoradas pela narrativa oficial. A investigação deste estudo tem como base central a análise da Cultura Escolar, com o intuito de compreender a formação e as transformações institucionais da Escola Elyseu desde sua criação, sobretudo em relação às mudanças nas práticas e políticas educacionais que ocorreram ao longo dos anos 1980. A partir da Cultura escolar, duas categorias complementares foram investigadas: A categoria Arquitetura da Escola e Usos do Espaço foca na estrutura física da escola e nos diversos usos que os espaços assumem ao longo do tempo. A arquitetura não é vista aqui como um cenário passivo, mas como um elemento ativo que molda e reflete a cultura escolar. O desenho da Escola Elyseu representava uma nova proposta de escola especial com uma arquitetura mais aberta, foi rejeitada pela comunidade do bairro. A escola foi inicialmente projetada para operar como um espaço híbrido, clínico e pedagógico, onde pessoas com deficiência encontrariam, além do aprendizado, atendimento médico especializado. Ao longo do tempo, essa disposição espacial foi sendo transformada, influenciada pelas mudanças políticas e pedagógicas. A segunda categoria de análise, Práticas Médicas e Pedagógicas, explora como essas se integraram à vida escolar e impactaram, de maneira contínua, a experiência educativa dos alunos. Mais do que componentes técnicos, as práticas representam traços culturais essenciais que refletiram transformações na escola, impulsionadas por uma visão conceitual emergente na área da Educação Especial. Ao investigar a implementação e a evolução dessas práticas, demonstra como elas consolidam a identidade da instituição, servindo como bases fundamentais para o cotidiano escolar. No final das contas, a dissertação destaca a importância de preservar a história das instituições escolares, não apenas como uma forma de manter viva a memória coletiva, mas como um legado que pode inspirar futuras gerações. Preservar o passado é mais do que uma obrigação, é um ato de respeito e esperança, que garante um futuro educacional mais justo, abrindo caminho para novas pesquisas.

**Palavras-chave:** Escola Elyseu, Cultura Escolar, História das Instituições Escolares, História da Educação Especial.

## ABSTRACT

This dissertation explores the early years of the foundation of the Prof. Elyseu Paglioli Municipal Special School for Primary Education in Porto Alegre/RS, between 1988 and 1992, a period in which the institution was beginning to consolidate itself as a space for transformation in Special Education. The main objective is to understand the reasons that motivated the creation of the school by the Democratic Labor Party (PDT), considering a flexible temporality that covers the period before 1988, the year it was founded. It also examines the early years of the school, investigating pedagogical and medical practices as evidence of school culture, amid the ideological changes that took place in Porto Alegre City Hall until 1992, when the mandate of Mayor Olívio Dutra, of the Workers' Party (PT), and the Secretary of Education, Esther Pillar Grossi, came to an end. As a result of this objective, the research historicizes the transformations of Special Education in the 20th century, with an emphasis on the conceptual changes in the 1980s, addressing pedagogical, medical, architectural and management policy issues. Finally, it sought to reflect on the documentary collection of the Elyseu Paglioli School, using the concept of historical-educational heritage as a reference. Methodologically, we used a combination of historical documentary analysis and oral history. To support the research, I drew on the contributions of various authors, especially those who stand out in the theory of history, such as Roger Chartier, Michel de Certeau and Sandra Pesavento. In the field of oral history methodology, I drew on the work of Antoinette Errante and Alistair Thompson. On the subject of heritage, I used the reflections of Rosa de Souza-Chaloba and Dominique Julia. In the study of school institutions, I relied on Justino Magalhães and Escolano Benito and Viñao Frago offered valuable contributions on school culture. The title "Redoma do Bairro Cristal" is not just a geographical reference. It is a metaphor that encapsulates the local community's initial resistance to the construction of Porto Alegre's first municipal special education school. This resistance demonstrates how changes in the way we think about education can generate varied and sometimes unexpected reactions. However, the construction of the Elyseu School became a milestone, breaking silences and bringing to light stories of the struggles and hopes of people with disabilities, which for a long time were ignored by the official narrative. The central basis of this study's investigation is the analysis of School Culture, with the aim of understanding the formation and institutional transformations of the Elyseu School since its creation, especially in relation to the changes in educational practices and policies that took place throughout the 1980s. Based on School Culture, two complementary categories were investigated: The School Architecture and Uses of Space category focuses on the physical structure of the school and the various uses that spaces take on over time. Architecture is not seen here as a passive setting, but as an active element that shapes and reflects school culture. The design of the Elyseu School represented a new proposal for a special school with a more open architecture, but was rejected by the neighborhood community. The school was initially designed to operate as a hybrid clinical and pedagogical space, where people with disabilities would find specialized medical care in addition to learning. Over time, this spatial layout was transformed, influenced by political and pedagogical changes. The second category of analysis, Medical and Pedagogical Practices, explores how these were integrated into school life and had a continuous impact on the students' educational experience. More than technical components, the practices represent essential cultural traits that reflected transformations in the school, driven by an emerging conceptual vision in the area of Special Education. By investigating the implementation and evolution of these practices, it demonstrates how they consolidate the institution's identity, serving as fundamental bases for everyday school life. Ultimately, the dissertation highlights the importance of preserving the history of school institutions, not just as a way of keeping the collective memory alive, but as a legacy that can inspire future generations. Preserving the past is more than an obligation, it is an act of respect and hope, which guarantees a fairer educational future, paving the way for further research.

Keywords: Elyseu School, School Culture, History of School Institutions, History of Special Education.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Ilustração e matéria sobre A Redoma de Cristal	15
<b>Figura 2</b>	Colégio Cruzeiro do Sul	17
<b>Figura 3</b>	Hospital Psiquiátrico São Pedro	19
<b>Figura 4</b>	Livro dos 25 anos da Escola Elyseu	20
<b>Figura 5</b>	Situação em que o acervo da Escola Elyseu Paglioli se encontrava	29
<b>Figura 6</b>	Foto das pastas vermelhas encontradas na escola	33
<b>Figura 7</b>	Prédio do Arquivo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre	37
<b>Figura 8</b>	Documentos encontrados no Arquivo da Prefeitura de Porto Alegre	38
<b>Figura 9</b>	CEME FACED- Centro de Memórias da Educação Faced - UFRGS	39
<b>Figura 10</b>	Documentos encontrados CEME Faced UFRGS	40
<b>Figura 11</b>	Montagem com fotos dos sujeitos da pesquisa	46
<b>Figura 12</b>	Coluna Cartas - Esse Jornal e os Excepcionais	72
<b>Figura 13</b>	Lista com alunas do 1º Curso de Especialização em Supervisão Escolar na Área de Educação Especial Faced/UFRGS	75
<b>Figura 14</b>	Gráfico de Perfil dos Alunos do 1º Curso de Especialização Em Educação Especial - Faced	76
<b>Figura 15</b>	Fundação Rio-grandense de Atendimento ao Excepcional manifesta apoio à escola	77
<b>Figura 16</b>	Fotos do bairro Cristal	87
<b>Figura 17</b>	Informativo do Gabinete do Prefeito	94
<b>Figura 18</b>	O fracasso do projeto do CIEM	97
<b>Figura 19</b>	Bairro Ipiranga não quer Escola Especial	98
<b>Figura 20</b>	Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul ajuda SMEC	102
<b>Figura 21</b>	Terreno do Bairro Cristal para construção da Escola Elyseu	104
<b>Figura 22</b>	Início das Obras da Escola Elyseu Paglioli	108
<b>Figura 23</b>	Destaque da Matéria Novos Monstros do Cristal	109
<b>Figura 24</b>	Charge do Pasquim	110
<b>Figura 25</b>	Fachada do Instituto de Amparo ao Excepcional (INAMEX) e da Escola Elyseu	114
<b>Figura 26</b>	Reportagem sobre pedido de embargo das Obras	117
<b>Figura 27</b>	Prefeito inaugura um CIEM Especial	119
<b>Figura 28</b>	Dados de identificação do Aerofotogramétrico da Escola Elyseu (1987)	124
<b>Figura 29</b>	Planta Arquitetônica da Escola Reformulada	127
<b>Figura 30</b>	Agenda de atendimentos	132
<b>Figura 31</b>	1º Ano de Aniversário da Escola Elyseu 1989	147
<b>Figura 32</b>	Festa das Bruxas	148
<b>Figura 33</b>	Tabu Começa a ser desfeito - Jornal Zero	149
<b>Figura 34</b>	CIEM mantém aulas nas férias	150

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Documentos encontrados na EMEEF Elyseu Paglioli (2023)	32
<b>Quadro 2</b>	Relação das entrevistadas	43
<b>Quadro 3</b>	Temas nas entrevistas	45
<b>Quadro 4</b>	Escolas Especiais em Porto Alegre	62
<b>Quadro 5</b>	Produções defendidas nos PPGE com o tema Educação Especial	67
<b>Quadro 6</b>	Escolas especiais e Entidades criadas nos anos 1980 em Porto Alegre	70
<b>Quadro 7</b>	Funcionários da Escola e Corpo Técnico-Pedagógico	120
<b>Quadro 8</b>	Critério para matrícula na Escola Elyseu em 1989	131
<b>Quadro 9</b>	Critério para matrícula na Escola Elyseu em 1990	137
<b>Quadro 10</b>	Critério para matrícula na Escola Elyseu em 1991/1992	137

## LISTA DE MAPAS

<b>Mapa 1</b>	Bairro Cristal em 2022	84
<b>Mapa 2</b>	Mapa da Região da Grande Cruzeiro e Adjacências	88
<b>Mapa 3</b>	Localização INAMEX e Escola Elyseu	113

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AACD - Associação de Assistência à Criança Defeituosa  
AIPD - Ano Internacional das Pessoas Deficientes  
APADA - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos  
APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais  
APAMAC - Associação de Pais e Mestres e Amigos do COPA  
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CEME - Centro de Memórias da Educação  
CENESP - Centro Nacional de Educação Especial  
CF - Constituição Federal  
CIEM - Centros Integrados de Educação Municipal  
CFE - Conselho Federal de Educação  
COPA - Centro de Treinamento Ocupacional de Porto Alegre  
CORDE - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência  
DEE - Departamento de Estudos Especializados  
EMEEF - Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental  
EUA - Estados Unidos da América  
FACED - Faculdade de Educação  
FADERS - Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no RS  
FAERS - Fundação Rio-grandense de Atendimento ao Excepcional  
FREC - Federação Rio-Grandense de Entidades de e para Cegos  
GEEMPA - Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação  
INAMEX - Instituto de Amparo ao Excepcional  
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
MEC - Ministério da Educação  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OAB - Ordem dos Advogados do Brasil  
PDT - Partido Democrático Trabalhista  
PEC - Programa de Educação Continuada  
PFL - Partido da Frente Liberal  
PNEE - Política Nacional de Educação Especial  
PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação  
PPGEDU - Programa de Pós-Graduação em Educação

PT - Partido dos Trabalhadores

PUCRS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

RBHE - Revista Brasileira de História Da Educação

RHE - Revista História da Educação

RS - Rio Grande do Sul

SEC - Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul

SMEC- Secretaria Municipal da Educação e Cultura

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SOEE - Serviço de Orientação e Educação Especial

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande Do Sul

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

USAID - United States Agency for International Development

## SUMÁRIO

<b>1 DESCOBRINDO O SEGREDO DAS PASTAS VERMELHAS: O INÍCIO DA PESQUISA</b>	13
<b>1.1 Entrelaçando Metodologias: Um olhar profundo sobre os Fontes</b>	28
<b>2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO SÉCULO XX : UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES HISTÓRICAS NO RIO GRANDE DO SUL NA DÉCADA DE 1980</b>	52
<b>2.1 A Emergência e Consolidação da Educação Especial em Porto Alegre: Uma Análise Histórica e Ideológica dos Movimentos e Demandas na Década de 80</b>	64
<b>3 ENTRE CRATERAS, UM LUGAR DE APRENDIZAGEM: A CRIAÇÃO DA ESCOLA ELYSEU (1986 A 1988)</b>	84
<b>3.1 Os acontecimentos que levaram à criação da Escola Elyseu</b>	90
<b>3.2 Relação Com a Comunidade</b>	105
<b>4 CULTURA ESCOLAR EM TRANSFORMAÇÃO: CONTRASTES E TRANSIÇÕES DA ESCOLA ELYSEU NAS GESTÕES PDT E PT</b>	118
<b>4.1 Da Psicologia Comportamental à Pedagogia Construtivista</b>	128
<b>4.2 As Práticas Educativas na construção de memórias e identidades</b>	142
<b>4.3 Comunidade Escolar: Integração e Desafios na instituição</b>	146
<b>4.4 Tempo na escola</b>	149
<b>5 AINDA POR DIZER: AMEAÇAS À MEMÓRIA DA ESCOLA ELYSEU</b>	153
<b>6 CONCLUSÃO</b>	162
<b>REFERÊNCIAS</b>	168
<b>APÊNDICE</b>	176
<b>APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO</b>	176

## 1 DESCOBRINDO O SEGREDO DAS PASTAS VERMELHAS: O INÍCIO DA PESQUISA

Falar dos silêncios da historiografia tradicional não basta; penso que é preciso ir mais longe: questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história. Devemos fazer o inventário dos arquivos do silêncio, e fazer a história a partir dos documentos e das ausências de documento. (Le Goff, 2013, p. 109).

Esta pesquisa analisa os primeiros anos de fundação da Escola Municipal Especial de Ensino Fundamental Elyseu Paglioli (EMEEF), localizada em Porto Alegre/RS, entre 1988 a 1992. Essa narrativa historiográfica foi construída a partir de fontes essenciais: as memórias de quatro mulheres que desempenharam papéis fundamentais nos primeiros anos da instituição, os documentos localizados no arquivo da escola, bem como notícias da imprensa local. Metodologicamente, o estudo combina a análise documental histórica com a abordagem da história oral, o que proporciona múltiplas camadas de significado que foram exploradas durante a pesquisa. No *coração deste trabalho*, está a análise das práticas pedagógicas e da rica cultura escolar desenvolvida na instituição durante o referido período.

Início essa escrita compartilhando com o leitor o resultado de um processo que envolveu algumas mudanças de olhar, das maneiras de perceber a História da Educação Especial e de como compreendia a minha própria trajetória acadêmica. Acredito que mudanças ajudem a desacomodar e, hoje, percebo de outra forma as transformações do tempo. A caminhada foi difícil, às vezes precisei parar onde estava, e reiniciar todo o processo, por não perceber os pequenos rastros de memória que trazia junto comigo no decorrer de minha formação. Como destacado na epígrafe que inicia esta introdução, meu objetivo vai além de simplesmente mencionar os silêncios encontrados nas páginas vazias das pastas vermelhas. Portanto, foi necessário compreender as causas desses espaços em branco para que, assim, fosse possível narrar os caminhos e escolhas que formaram a história da Escola Elyseu. As memórias desta instituição de Educação Especial se identificam com a ideia dos "arquivos do silêncio" (Le Goff, 2013), pois muitas de suas narrativas demonstram as lutas e conquistas de pessoas com deficiência, que foram historicamente negligenciadas, sub-representadas ou completamente omitidas dos registros oficiais e da memória coletiva.

Nesta perspectiva, abro o armário da sala da supervisão da escola Elyseu Paglioli e me deparo com as pastas vermelhas cuidadosamente empilhadas. Entre elas, um álbum se destaca, repleto de recortes de jornais. Ao folheá-lo, encontro entre a “poeira de fragmentos” (Certeau,

2017, p. 14), duas matérias do jornal O Pasquim<sup>2</sup> com o título "Redoma de Cristal", e uma delas tornou-se inspiração ao título a esta dissertação, e será apresentado em mais detalhes no decorrer deste estudo. Outra manchete muito intrigante também chamou-me atenção: "Os Novos Monstros do Cristal"<sup>3</sup> (O Pasquim, 1987), logo abaixo do recorte do jornal seguia uma matéria, a qual retratava uma população temerosa, que unia forças contra a construção da primeira escola municipal de Educação Especial em Porto Alegre. É interessante destacar que, durante esse período, "O Pasquim" tinha uma filial regional<sup>4</sup>, que foi responsável pelas redações, no entanto as matérias foram apenas publicadas no Rio de Janeiro. Uma escolha peculiar para um tema que estava causando um certo impacto em outra cidade, Porto Alegre. Nessas narrativas, ecoavam as ideias de mudança que permearam o final da década de 1980, quando as pessoas com deficiência passaram a ser reconhecidas como cidadãos de direitos, incluindo o direito à educação estabelecido pela Constituição Federal de 1988.

A chegada dos chamados *monstros* teria provocado revolta entre os moradores devido à escolha do local para a implementação de uma escola destinada a pessoas com deficiência intelectual. A matéria destacava a fala de um morador como manchete, expressando, talvez, o pensamento predominante na comunidade. Isso servia como um alerta para os obstáculos enfrentados pela prefeitura de Porto Alegre na viabilização da construção da Escola Elyseu, cuja rejeição ocorreu devido a uma série de fatores internos e externos, conforme o texto irá discutir.

A indignação ao ver as várias reportagens logo despertou minha curiosidade em saber os meandros dos primeiros anos de implementação da escola. Contagiada por esse sentimento, iniciei uma jornada que me trouxe muitos ensinamentos, incluindo a percepção de que eu não controlava o tempo. Ao me aprofundar neste estudo, percebi o desafio de lidar com uma avalanche de informações e a alegria de desenterrar relíquias esquecidas cedia lugar à tristeza

---

<sup>2</sup> "O Pasquim" foi um semanário alternativo brasileiro, com origem no Rio de Janeiro, com características paradoxais, publicado entre 26 de junho de 1969 e 11 de novembro de 1991. Esse jornal independente reuniu jornalistas e intelectuais que desafiaram as regras vigentes e revolucionaram a mídia nacional. Conheça uma das publicações que retratam um dos períodos mais conturbados da história brasileira.

<sup>3</sup> A matéria "Os Novos Monstros do Cristal" de Magda Wagner criticava os moradores do bairro da zona sul de Porto Alegre que se opunham à implementação da escola, referindo-se aos futuros alunos da escola especial como "monstros". Eles utilizavam suas condições e características físicas para disseminar desinformação e incitar a comunidade a rejeitar a escola. O texto questionava quem seriam os verdadeiros "monstros", sugerindo uma reflexão sobre os preconceitos e estigmas sociais associados às pessoas com deficiência.

<sup>4</sup> Houve edições regionais do jornal, e a partir de 1986, cria-se O Pasquim Sul, que era considerado um semanário de versão mista, pois o editorial era composto por gaúchos e cariocas. Durante a pesquisa procurei no site <https://memoria.bn.gov.br/> informações sobre o Pasquim Sul, todos os exemplares disponíveis no período de 1987 e 1988, não citam os conflitos da Escola Elyseu. Mas havia propagandas do projeto Nenhuma Criança sem Escola, e de outros projetos da prefeitura de Porto Alegre, durante o governo de Alceu Collares.

diante dos obstáculos enfrentados. Contudo, persisti na busca pela memória da Escola Elyseu, e, a cada vestígio encontrado, compreendi que o propósito de historicizar a instituição não significava apenas relatar o que acontecia dentro de seus muros, mas também fora deles, e como a construção da escola afetou a comunidade do bairro Cristal.

**Figura 1: Ilustração e matéria sobre A Redoma de Cristal**



**Fonte: Reportagem encontrada no álbum de recortes na escola Elyseu Paglioli/ O Pasquim - Nº 957/1987**

Dentro desses vestígios da escola Elyseu Paglioli, percebo que além das controvérsias, há memórias vivas, sensações e percepções referentes a aquele período inicial da escola que permitem construir uma narrativa histórica, a partir de uma perspectiva singular e enriquecedora. Nesta abordagem, proponho analisar os vestígios deixados pela “Redoma de Cristal”, que carregam consigo restos de memórias, que aqui apresento como uma forma de escultura da escrita, a qual servirá para atribuir novos significados às práticas e à representatividade da escola, compreendendo melhor suas transformações e impacto na comunidade.

Como pesquisadora em História da Educação, busco examinar esses estilhaços originais que representam os primeiros anos da Escola Elyseu, uso essa metáfora evocativa da Redoma ao comparar este trabalho com o de um escultor. E me distancio da busca pela perfeição que caracteriza o escultor, optando por valorizar as imperfeições inerentes aos fragmentos de memória que examino. E nesse contraste assumo uma postura crítica e reflexiva na abordagem histórica, que prioriza a preservação da autenticidade sobre a idealização dos

eventos. E dessa forma, penso em colaborar para a criação de uma memória que capture as múltiplas versões dos acontecimentos desde a fundação da escola, permitindo assim atribuir novos significados às práticas e à representatividade da instituição. Isso inclui perceber tanto os desafios quanto as vitórias enfrentadas pela instituição ao longo desse percurso, reconhecendo sua complexidade e visão de mundo. Trata-se de entender que o que consideramos real é, na verdade, um produto do nosso horizonte de expectativas, a forma como percebemos e moldamos o futuro, influenciando nossas ações e decisões no momento presente (Koselleck, 2006). Assim, examino o que sobrou e que quase foi esquecido, buscando não ser seduzida pelos documentos, expondo as marcas deixadas ao longo da história da Educação Especial - como a segregação e o preconceito - como tantos outros momentos distintos que nos ajudam a compreender os eventos que moldaram essa instituição durante o passar do tempo, deixando à mostra suas rachaduras e atribuir um novo significado às permanências e rupturas adquiridas ao longo dos anos.

E assim, faço o convite para a leitura desta dissertação de mestrado intitulada *Uma redoma no bairro Cristal: Os primeiros percursos da Escola Especial Elyseu Paglioli<sup>5</sup> (1988 - 1992)*, a qual investiga aspectos históricos de uma instituição de Educação Especial. A temporalidade da pesquisa compreende o período de 1988 a 1992, ou seja, os primeiros anos de fundação da escola, e, ao mesmo tempo, busca compreender as condições de emergência que levaram a sua criação. No que diz respeito aos procedimentos metodológicos adotados neste estudo, através da combinação da análise documental histórica e história oral busco explorar memórias escolares do período indicado. Essas narrativas, tanto orais, escritas e imagéticas, são representações do passado, um conceito que será discutido mais adiante no texto. Assim, as representações dos indivíduos sobre suas próprias memórias envolvem a habilidade de descrever detalhes, interesses, e também pode conter falhas dessas lembranças, pois esta memória não é neutra, ao virar uma narrativa ela ficará também ligada ao presente. Cada memória é afetada pelo tempo presente, persistindo como indícios que continuam a existir. A forma como alguém lembra e fala sobre seu passado não é apenas uma questão de memória individual, mas também de suas conexões sociais e do conhecimento que adquiriu ao longo da vida.

A experiência de ouvir as narrativas produzidas no contexto desta pesquisa revelou-se um processo repleto de significados, um convite que se estende a mim, por isto busco assim

---

<sup>5</sup> No decorrer do texto, para que a leitura não se torne cansativa, utilizarei a Escola Elyseu para denominar a escola, sendo esta a nomenclatura de como a comunidade identifica a escola.

*abrir o baú* cheio de lembranças para revisitar minhas memórias, e, assim, irei relatar caminhos e descaminhos, e as experiências cheias de sensibilidades que vão além do que os documentos podem contar. Desta forma, destaco que minha lembrança mais afetuosa da escola foi aos sete anos, em 1983, quando estudava no Colégio Cruzeiro do Sul<sup>6</sup> (1916 - 2003) localizado no bairro Teresópolis, em Porto Alegre.

**Figura 2: Colégio Cruzeiro do Sul**



Fonte: Colégio Cruzeiro do Sul Porto Alegre página no Facebook<sup>7</sup>

Minha trajetória em instituições escolares também trouxe muitos aprendizados, contribuindo para a minha constituição como pesquisadora. Recordo-me dos vários prédios que compunham o Colégio Cruzeiro do Sul, seis no total, onde me sentia pequena diante da imensidão das salas de aula e corredores enormes. A capela e o ginásio, palcos de diversas celebrações coletivas, despertam em mim uma mistura de sentimentos que vão do desconforto à nostalgia, já que muitos desses momentos eram obrigatórios e havia uma forte ênfase na

---

<sup>6</sup>Colégio Cruzeiro do Sul –localizou-se em Porto Alegre, inicialmente sob o nome de Escola Diocesana, no bairro Partenon em 1912. Em 1916 transferiu-se para o bairro Teresópolis onde passou a se denominar Colégio Cruzeiro do Sul. Localizavam-se na rua Arnaldo Bohrer, bairro Teresópolis. Ofertava internato masculino, e grande parte de seus estudantes vinha do interior do Rio Grande do Sul. O Colégio Cruzeiro do Sul oferecia atividades escolares durante a manhã e à tarde sempre foi aberto à comunidade. (Popiolek, 2016). Esse foi a segunda escola fundada no Rio Grande do Sul pela Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, por ação do Bispo americano William M. M. Thomas.

<sup>7</sup>Dinponível em: < <https://www.facebook.com/100064692126304/posts/4045485812129006/>>

ordem e disciplina. Ao revisitar essas memórias percebo os elementos que evidenciam o quanto a escola ainda produz e reproduz, em sua estrutura física e de gestão, influências de todo tipo de ordem. Essas influências permeiam a vida dos sujeitos, moldando suas vivências e memórias de uma comunidade escolar.

Foi nesse ambiente que meu interesse pela História da Educação começou a despertar, os passeios pelo colégio eram um convite para observar e conhecer suas origens, o que gerava em nós alunos um sentimento de gratidão por pertencer aquele lugar. Esculturas em madeira e objetos antigos evidenciavam o valor histórico da escola, incluindo porta-retratos com fotos de personalidades notáveis, como Érico Veríssimo<sup>8</sup>, Jair Soares<sup>9</sup> e Josué Guimarães<sup>10</sup>, quadros que ficavam em evidência logo que se adentrava no prédio principal.

E foi neste período que recorro-me das visitas ao Hospital Psiquiátrico o São Pedro<sup>11</sup>, onde minha mãe Terezinha Dinamar dos Santos<sup>12</sup> trabalhava. Foi lá que tive meu primeiro contato marcante com pessoas com deficiência, uma experiência que influenciou profundamente meu desejo de preservar memórias e investir essa área, a instituição tinha uma aura misteriosa, ao mesmo tempo que parecia um castelo, a arquitetura era como uma prisão. A curiosidade de ver aqueles indivíduos institucionalizados, e saber que cada um tinha uma história de vida, ali esquecida. Destaco que, apesar de sua função inicial voltada para o tratamento de doenças mentais, o Hospital Psiquiátrico São Pedro, especialmente durante os anos 1980, recebia uma variedade de pacientes necessitados de assistência, incluindo pessoas com problemas psiquiátricos, alcoólatras<sup>13</sup> e outros considerados "anormais", entre esses eram incluídas pessoas com deficiências. Isso demonstra a prevalência da abordagem médica sobre a Educação Especial no Brasil desde cedo.

---

<sup>8</sup>Érico Veríssimo (1905-1975) foi um escritor brasileiro nascido no Rio Grande do Sul, da segunda fase modernista, chamada de fase de consolidação. Considerado um dos mais importantes escritores do século XX.

<sup>9</sup>Jair Soares foi o primeiro governador do Rio Grande do Sul, eleito pelo voto direto em 1982, após a redemocratização.

<sup>10</sup>Josué Guimarães (1921-1986) escritor brasileiro do século XX, nasceu em São Jerônimo/RS, tendo deixado uma obra fundamental como romancista, jornalista e autor de histórias infantis e infanto-juvenis.

<sup>11</sup> O Hospital Psiquiátrico São Pedro, fundado em 13 de maio de 1874, foi inaugurado somente dez anos após, no dia 29 de junho, data consagrada a São Pedro. Foi o sexto asilo/hospício de alienados durante o Segundo Reinado no Brasil (1840-1889). A partir do final dos anos 1980, o Hospital São Pedro evoluiu para se tornar uma referência no ensino de psiquiatria e na prestação de assistência médica para pessoas com problemas psiquiátricos, incluindo aquelas da Educação Especial. Apesar das mudanças ocorridas ao longo de mais de quarenta anos, o estigma associado à loucura ainda persiste entre o público atendido pela instituição.

<sup>12</sup>Terezinha Dinamar dos Santos, nasceu em Giruá/RS em 1952, Pedagoga, Pós-graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Pós-graduação em Neuropsicopedagogia (Uniassevi), Pós-graduação em Psicomotricidade (FADYC Campinas), Terapeuta ABA Applied Behavior Analysis - Análise do Comportamento Aplicada e Pós-graduação em Psicanálise (Faculdade Dynamus de Campinas).

<sup>13</sup> Pessoa voltada para o consumo do álcool. Palavra oriunda de alcoolismo. Atualmente usa-se a palavra Alcoolista.

**Figura 3: Hospital Psiquiátrico São Pedro**



**Fonte: Hospital São Pedro / Imagem: Divulgação**

Outro espaço que tive a oportunidade de frequentar ainda na infância, foi a Escola de Educação Especial Raio de Sol - APAE<sup>14</sup>, em Santo Ângelo (RS). Durante as férias ia à cidade para ver minha madrinha Clarinda Almeida Brum<sup>15</sup>, que era diretora da instituição, e sempre acabava por visitar a APAE. Foi neste ambiente que tive meu primeiro contato significativo com a Educação Especial, era algo curioso naquele contexto o fato que eles também aprendiam. Especialmente porque nunca havia convivido com colegas com deficiência nas escolas em que frequentei. Essas experiências entre 1980-1990 coincidiram com um período de intensa atividade política em prol dos direitos civis e mudanças significativas na Educação. A oportunidade de ter conhecido essas instituições despertou em mim uma profunda curiosidade e um sentimento de estranhamento, de como esses ambientes eram estruturados e organizados, especialmente considerando que ambos atendiam a públicos que tinham características semelhantes. Isto provocava uma percepção desconfortável que só pude compreender plenamente quando entrei no Curso Magistério.

---

<sup>14</sup> A APAE de Santo Ângelo mantém a Escola de Educação Especial Raio de Sol, fundada em 15 de novembro de 1971. Possui sede própria na Rua 22 de Março e atende cerca de 300 pessoas com deficiência intelectual e múltipla.

<sup>15</sup> Clarinda Almeida Brum (1943-2022), nasceu em Giruá/RS, professora aposentada do estado lecionando na escola Escola Raio de Sol - APAE, e também como professora do município Santo Ângelo. Atendendo crianças com deficiência intelectual e atuando como direção.

Como professora, presenciei mudanças significativas na Educação, especialmente considerando a inclusão de alunos com deficiência. Isso me incentivou a aprofundar os estudos nessa área, culminando em minha participação em um concurso para magistério da prefeitura de Porto Alegre em 2016 para Educação Especial, o que me levou à Escola Elyseu. A história dessa escola deu início a minha curiosidade sobre as memórias das instituições educativas. Podemos dizer que o primeiro embrião da pesquisa começou quando ganhei o livro "Há escolas que são asas", escrito pelos jornalistas Janaína Bechler e Jefferson Pinheiro.

**Figura 4: Livro dos 25 anos da Escola Elyseu**



**Fonte: Livro Há escolas que são asas/ capa e página interna**

Lançado em 2014 para celebrar os 25 anos da escola, a obra apresenta a trajetória, pelo viés da memória, da instituição desde seus primeiros anos até 2013, destacando o desenvolvimento de projetos e trabalhos ao longo desse período. Percebi que a linguagem utilizada pelo livro memorialístico constrói uma narrativa seletiva da instituição, destacando determinados aspectos de sua trajetória que foram escolhidos para serem apresentados.

Acredito que minha chegada na Escola Elyseu, é a soma de todos os caminhos que percorri, que, permeados por múltiplas influências e experiências significativas, culminaram em uma oportunidade que se apresentou em 2021, quando fui selecionada para integrar o Programa de Educação Continuada (PEC) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Nesse ambiente acadêmico e propício à pesquisa na área da História da Educação, fui cativada pelas

investigações instigantes das professoras Dra. Dóris Bittencourt Almeida<sup>16</sup> e Dra. Natália de Lacerda Gil<sup>17</sup>.

Em 2022, ao investir mais esforços nos estudos, fui admitida no Mestrado em Educação, o curso permitiu-me assimilar as contribuições de diversos autores, especialmente aqueles que se destacam na teoria da história e prática historiográfica, tais como Roger Chartier (2011), Michel Certeau (2017), Sandra Pesavento (2008), Antoinette Errante (2000), Ecléa Bosi (1994), Alistair Thompson (1997), Rosa Chaloba (2013), Dominique Júlia (2001), Viñao Frago (1995), Augustin Escolano Benito (1990) e Justino Magalhães (2004). Esses autores, de diferentes modos, se tornaram referências fundamentais em minha pesquisa, alguns deles me proporcionaram outros entendimentos acerca dos conceitos de instituição educativa, patrimônio histórico-educativo e cultura escolar.

A escolha da Escola Elyseu como objeto de pesquisa foi uma decisão ponderada e cuidadosa. Inicialmente, me questionei se haveria material suficiente para uma dissertação, considerando seus modestos 40 anos de existência, em comparação com as escolas centenárias frequentemente estudadas em pesquisas históricas. No entanto, percebi que a singularidade de uma instituição de ensino não está limitada à sua longevidade. Para Justino Magalhães (2004, p.70) “compreender e explicar a realidade histórica de uma instituição educativa é integrá-la de forma interativa no quadro mais amplo do sistema educativo e nos contextos e circunstâncias históricas, implicando-a na evolução de uma comunidade e de uma região”. Isso significa que a escola não deve ser vista isoladamente, mas sim como parte de uma rede de influências e interações que inclui aspectos culturais, econômicos, políticos e sociais. Ao fazer isso, podemos compreender melhor como a escola evoluiu ao longo do tempo e como ela contribuiu para a evolução da comunidade e da região em que está inserida.

Entre os motivos que esta instituição escolar foi escolhida, posso mencionar uma série de elementos intrigantes, desde sua cultura escolar distinta até os laços profundos estabelecidos com a comunidade local, além dos eventos históricos específicos que a moldaram, todos essenciais para a pesquisa. Segundo Escolano Benito (2017), é fundamental destacar o papel crucial da escola na construção de um espaço de cultura para nós, indivíduos escolarizados. Ao mesmo tempo, notei que poderia ser explorada questões conceituais, como as mudanças

---

<sup>16</sup> Professora e pesquisadora com graduação em História (PUCRS), Mestrado e Doutorado em Educação (2001/2007), com ênfase em História da Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação/UFRGS.

<sup>17</sup> Professora e pesquisadora na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pedagoga e historiadora, possui Mestrado (2002) e Doutorado (2007) em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

significativas que ocorreram na percepção e representação da deficiência ao longo do tempo, o que me motivou a explorar essas nuances na Educação Especial do final da década de 1980.

O processo de pesquisa prometia desbravar novos horizontes, conforme ressaltado por Albuquerque Júnior (2019, p. 64), o que me incentivou a explorar territórios até então desconhecidos. Para alguém *acostumado com cada canto da escola*, era necessário estranhar, o autor explica que o “trabalho do historiador é semiológico, ou seja, constitui-se na decifração, leitura e atribuição de sentido para os signos que são emitidos por sua documentação”. Dessa forma, foi fundamental ter me desacomodado, e, ao tentar ressignificar aquelas primeiras pastas encontradas, consegui reconhecer as várias épocas que aparecem nos documentos, suas marcas físicas e sua história, para então entender sua composição física e os múltiplos significados que podem ter e representar.

Pesquisar estas transformações era uma possibilidade que ficou evidente pela diversidade de nomenclaturas utilizadas nos documentos para nomear: sujeitos, teorias e práticas entre outros. Além disto, durante a investigação, de parte do acervo, ficou claro que algo estava mudando na Educação Especial no final dos anos 1980. Não era apenas uma questão de localizar rastros como: avaliações, entrevistas de alunos e o regimento escolar. Era algo mais profundo, pois, de forma sutil, alguns papéis apontavam mudanças que ocorriam dentro dos muros da escola, mas também podiam ser sentidas na sociedade.

Um exemplo claro foi o impacto da proposta arquitetônica da escola, como as grades, que ofereciam uma visão do interior da instituição, eram vistas por alguns como um risco à saúde dos alunos da escola vizinha. Isso destaca como até mesmo aspectos físicos da escola reproduziam as mudanças e debates sociais da época. Explorarei essas questões detalhadamente no capítulo 3, demonstrando a profundidade dessas transformações e seu impacto na comunidade escolar e além.

Todo este movimento para investigação me levou a considerar algumas questões importantes: Quais foram as principais transformações na Educação Especial ao longo do século XX, e como as concepções que até então haviam mudaram na década de 1980? Quais os motivos que levaram à criação da Escola Elyseu Paglioli pelo PDT antes de 1988? Como entender as relações entre a criação da escola e os contextos político e social vigentes à época? Por que a comunidade do Bairro Cristal, inicialmente, rejeitou a construção da escola? Como a cultura escolar da Escola Elyseu representa as novas compreensões da Educação Especial dos anos 1980 em termos de práticas pedagógicas, abordagem médica, linguagem arquitetônica e políticas de gestão? Qual foi a importância da preservação do acervo documental na instituição para entender a história da Educação Especial em Porto Alegre?

Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo geral compreender os motivos que levaram à criação da Escola Elyseu Paglioli pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), considerando uma temporalidade, em certa medida, móvel, que abrange o período anterior a 1988, ano de criação da escola. Além disso, analisam-se os primeiros anos de existência da instituição, suas práticas médicas e pedagógicas, como indícios da cultura escolar, tendo em vista as mudanças ideológicas que se estabeleceram na Prefeitura de Porto Alegre, até 1992, quando termina o mandato do Prefeito Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT), e, conseqüentemente, da Secretária de Educação, Esther Pillar Grossi. Os objetivos específicos da pesquisa estão assim delimitados:

- Historicizar, em grandes linhas, as transformações da Educação Especial no século XX, com foco particular nas mudanças conceituais ocorridas em Porto Alegre durante os anos 1980, que influenciaram significativamente a formação de professores e a criação de novas instituições escolares.
- Analisar os motivos que teriam levado a comunidade do bairro Cristal a, inicialmente, rejeitar a implantação da escola naquela região, bem como, explorar os desdobramentos desse acontecimento, em nível político e social.
- Investigar indícios da cultura escolar implementada na escola, a partir de sua criação, tendo em vista as novas compreensões da Educação Especial, nos anos 1980, incluindo questões pedagógicas, teóricas, médicas, de linguagem arquitetônica e de políticas de gestão.
- Produzir reflexões acerca do acervo de documentação da Escola Elyseu Paglioli, considerando a importância da preservação do patrimônio histórico-educativo das instituições escolares.

Para fazer uma pesquisa não basta apenas instituir documentos, é fundamental conectar as informações encontradas e pensar criticamente sobre elas, estas devem servir de instrumentos essenciais para a construção da memória. Essa abordagem da análise documental histórica ecoa as ideias de Bacellar (2005), que destaca a importância de encontrar fontes relevantes e ver nelas oportunidades para questionar, pois estas não são apenas registros de

eventos. Conforme também destacado por Cellard (2008), é crucial entender que a análise documental não ocorre de maneira isolada.

Esse processo de construção do corpus documental da Escola Elyseu se assemelha à "composição da intriga" descrita por Ricoeur (2010, p. 61). Os documentos localizados ou produzidos são como fios que, ao serem conectados, formam uma trama complexa de inquietudes e descobertas. Essa trama se mostra essencial para entender não apenas as práticas médicas e pedagógicas da instituição, mas também as mudanças ideológicas e sociais na Prefeitura de Porto Alegre, até o final do mandato do Prefeito Olívio Dutra em 1992. Ao seguir essa metodologia, a pesquisa sobre a instituição se desenrola como uma história a ser desvendada.

Conforme nos preparamos para explorar as próximas páginas, convido você, caro leitor, a embarcar nesta jornada de questionamento e descoberta que desenha um pouco da História da Educação Especial no sul do Brasil. Seremos guiados por uma análise minuciosa dos conceitos fundamentais que serviram de alicerce teórico e influenciaram significativamente a análise documental desta investigação, que inicia com a abertura de armários de uma instituição escolar. Seguindo Certeau e Le Goff, busquei uma compreensão mais profunda das memórias, consciente da necessidade de uma análise crítica, mergulhei em documentos históricos, desvendando suas camadas de significado e subjetividade. A partir desta perspectiva, estarei explorando de forma mais detalhada os conceitos que estão intrinsecamente relacionados às ideias fundamentais de historicizar a Escola Elyseu. Para isso, é essencial aprofundar a compreensão dos conceitos que permeiam a elaboração deste estudo, incluindo Educação Especial, Cultura Escolar, Instituições Educativas e Patrimônio Histórico-Educativo.

Ao apresentar o primeiro conceito, **Educação Especial**, é crucial recordar ao leitor que este conceito passou por uma evolução marcante ao longo do tempo. Antes do século XX, a abordagem predominante era centrada em cuidados e supervisão para indivíduos com deficiências mentais, frequentemente resultando em práticas segregacionistas. Ao abordar as transformações que ocorreram nesta modalidade de ensino, percebem-se mudanças significativas na concepção de deficiência ao longo do tempo e em diferentes países. Mendes (2010, p. 95) destaca que, inicialmente, "a concepção de deficiência predominante era a de que se tratava de uma doença".

Bueno (1999) ressalta que em 1994 a Declaração de Salamanca<sup>18</sup> enfatiza como um avanço significativo na Educação Especial durante os anos 90, impulsionado pela abertura política e pelo apoio internacional, incluindo o envolvimento da ONU e a representação das pessoas com deficiência. Cada período histórico retrata as expectativas sociais, resultando em ampliação do grupo atendido, incluindo estudantes rotulados como deficientes mentais devido a comportamentos fora dos padrões.

Foi somente nos anos 2000 que, finalmente, no Brasil começou a haver uma mudança no conceito da Educação Especial, se aproximando do caminho da inclusão na educação. Essa mudança ganhou forma na política da Educação Inclusiva, uma abordagem que reconhece e valoriza a diversidade de cada aluno. Hoje, entendemos a Educação Especial como uma modalidade educacional que visa fornecer recursos e serviços especiais para apoiar o processo educacional de estudantes com necessidades especiais, promovendo sua inclusão e desenvolvimento de habilidades em todas as etapas da educação básica (Brasil, 2001).

Passando para o segundo conceito central desta pesquisa, **a cultura escolar** ganha destaque no Brasil a partir da década de 1990, influenciados pela problematização iniciada por Escolano Benito (1990) que apresentou uma concepção de cultura escolar, destacando que todos os elementos do ambiente escolar carregam significados que moldam nossos pensamentos e sentimentos, além de demonstrarem aspectos da história interna da instituição escolar e sua interação com a sociedade. Para o autor “Até há pouco tempo, os bens da escola foram excluídos dos arquivos da memória oficial [...] Agora esses bens são buscados, conservados e difundidos, porque nos pertencem e nos definem como sujeitos histórico-culturais” (2017, p.274). Ele enfatiza a importância das fontes materiais na exposição da cultura escolar e como esses elementos exercem influência sobre a comunidade educada.

O conceito de cultura escolar, introduzido por Dominique Julia em seu artigo "A cultura escolar como objeto histórico" (2001) no primeiro número da RBHE<sup>19</sup>, representou uma verdadeira inovação no campo da história da educação e foi ganhando força nos anos seguintes.

---

<sup>18</sup> A Declaração de Salamanca (1994) é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial. Adotada em Assembleia Geral, apresenta os Procedimentos-Padrões das Nações Unidas para a Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. Traz a educação inclusiva como a possibilidade de “reforçar” a ideia de “educação para todos”

<sup>19</sup> Revista Brasileira de História da Educação (RBHE) é a publicação oficial da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Sediada na Universidade Estadual de Maringá, a RBHE circula nos meios acadêmicos nacional e internacional desde 2001. A RBHE se estabeleceu com o objetivo claro de promover a ampla circulação do conhecimento e fomentar a discussão sobre os variados problemas que permeiam o campo da pesquisa e do ensino da história da educação. Ao focar na cultura escolar, a revista tem iluminado as práticas, valores e normas que moldam o ambiente escolar, proporcionando uma compreensão aprofundada e diversificada sobre a evolução das instituições educacionais e suas complexas relações com a sociedade.

Apresenta a definição deste conceito como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (Julia, 2001, p.10). O autor destaca a importância das normas e práticas coordenadas para alcançar objetivos que podem mudar ao longo do tempo, abrangendo propósitos religiosos, sociopolíticos e de socialização. Além disso, Viñao Frago (2006) oferece uma perspectiva ampliada sobre a cultura escolar, enfatiza a importância de observar os rituais da vida escolar e os fatores ambientais, como cronogramas, organização do currículo, espaços escolares e objetos utilizados. Viñao Frago (2000) nos convida a considerar o termo "cultura escolar" no plural, pois as instituições educativas geram uma variedade de culturas, demonstrando a diversidade de experiências e práticas dentro do ambiente escolar.

Neste sentido, a cultura escolar da Escola Elyseu mostra padrões que moldaram as representações das escolas especiais no final dos anos 1980, um período marcado por transformações políticas significativas, incluindo uma maior abertura política e a ascensão de movimentos sociais essenciais na busca pelos direitos das pessoas com deficiência. As mudanças nos conceitos de aluno, que passou de ser visto como um indivíduo que deveria tratar sua deficiência, para ser reconhecido como um sujeito que aprende, impactaram profundamente a forma como ele era percebido em sala de aula.

Ao longo desta pesquisa, o conceito de **patrimônio histórico-educativo** começou a ganhar espaço, progressivamente, à medida que a pesquisa avançava, abrangendo tanto aspectos teóricos quanto práticos, essenciais para compreender historicamente os percursos da Escola Elyseu. O patrimônio histórico-educativo se refere à herança cultural, histórica e pedagógica que molda e enriquece o ambiente escolar, influenciando diretamente as práticas educativas e a formação dos alunos. Segundo Chaloba (2013), este conceito contempla uma ampla gama de objetos tanto materiais quanto imateriais, incluindo desde o tombamento de edifícios até a preservação de acervos documentais e práticas pedagógicas. Para a autora, é fundamental “reconhecer o significado sociocultural da instituição como memória afetiva da experiência escolar, mas principalmente como ferramenta de reflexão sobre o significado da escola como instituição ao longo do tempo e os sentidos de sua atuação no presente” (Chaloba, 2013, p. 213). Considerando a importância dos documentos como fontes para a História da Educação, a preservação do patrimônio histórico-educativo está intrinsecamente ligada à conservação da memória escolar, conforme ressaltado por Chaloba.

No caso da Escola Elyseu, é crucial avaliar como essas memórias são preservadas, como argumenta Ricoeur (2010), o esquecimento se manifesta como a presença da ausência,

tornando a representação do passado uma tarefa complexa. Ele nos provoca a pensar sobre a ideia de que “os abusos da memória são, de saída, abusos do esquecimento” (Ricoeur, 2010, p. 454). Essa perspectiva sublinha a importância de um esforço cuidadoso e consciente para preservar a memória institucional, reconhecendo que o esquecimento deliberado ou involuntário pode distorcer a compreensão do passado e impactar o futuro da educação. Percebe-se que o esquecimento tem um papel muito importante na história é como ela é escrita, conhecida e compreendida. Infelizmente, o silêncio em relação à memória escolar é comum em muitas instituições públicas de ensino, a falta de políticas educacionais que promovam a preservação dos acervos escolares também contribui para o fenômeno do esquecimento, assunto que será posteriormente retomado.

Findada essas considerações iniciais sobre cultura escolar e patrimônio histórico-educativo, apresento o último conceito central, **instituições educativas**. Conforme discutido por Magalhães (2004), este é bem amplo, por cobrir todos os aspectos do conhecimento, da complexidade e das experiências vividas no ambiente educacional. Ressalta a importância de estabelecer conexões entre as diferentes instâncias dentro da instituição educativa, para ser possível obter uma compreensão mais profunda de seu funcionamento. Por este motivo as descreve como sendo “organismos criativos” devido à sua dinâmica interna e às suas relações com as comunidades que servem (Magalhães, 2004, p. 145).

Essa perspectiva destaca a importância das instituições educativas na dimensão sociocultural, que motiva diversos aspectos da vida social e cultura e influencia não apenas a transmissão de conhecimento, mas também a formação de hábitos, atitudes e valores. Além disso, com o emprego desse conceito, torna-se evidente as necessidades de investigar como as memórias dessas instituições são preservadas. Nosella e Buffa (2013, p. 58) ressaltam que, ao investigar instituições escolares em pesquisas historiográficas, devemos nos atentar para o fato de que elas carregam um significado social reconhecido, ou seja que são respeitadas pela sociedade, seja por sua tradição ou pelos alunos que formaram. Oliveira e Gatti (2002) também contribuem para essa compreensão, preocupando-se em construir interpretações sobre as instituições educativas dentro de seus contextos históricos e sociais, e como essas influências perduram até os dias atuais.

Diante dos conceitos centrais delineados, passarei agora a explorar os passos metodológicos que nortearam este estudo. Nesta seção, detalharei o percurso investigativo adotado, desde a escolha das abordagens e a interpretação das informações.

## 1.1 Entrelaçando Metodologias: Um olhar profundo sobre as Fontes

A metodologia que apresento foi meticulosamente desenvolvida para assegurar a validade e a confiabilidade dos resultados, proporcionando uma compreensão aprofundada do fenômeno estudado. Além disso, minha experiência como professora na Escola Elyseu permitiu-me direcionar os questionamentos para os registros dos primeiros anos da instituição. No entanto, havia uma inquietação latente: temia que os resultados da pesquisa fossem previsíveis, como parte integrante da comunidade, receava que minha visão pudesse ser enviesada ou que eu acabasse por exaltar demais a instituição. Atenta para esses riscos, selecionei cuidadosamente documentos que apresentavam potencial para mostrar aspectos da cultura escolar e das transformações político-pedagógicas ocorridas entre 1988 e 1992, bem como suas repercussões na comunidade escolar e no bairro.

Comecei a investigação acessando o acervo da escola, que, à primeira vista, parecia modesto. Contudo, ao me aprofundar, esse modesto acervo se mostrou uma verdadeira fonte de possibilidades. O que me aproxima de Arlette Farge (2009) em “O Sabor do Arquivo”, que nos mostra a pesquisa como um processo contínuo de aprendizado e adaptação, cheia de alternativas que podem mudar ao longo do tempo. Ao mergulhar mais profundamente na análise das fontes, abri-me para novas perspectivas e possibilidades de compreensão. Isso significava estar receptiva a nuances e detalhes que poderiam ter passado despercebidos em uma análise superficial. A abordagem detalhada não só me permitiu explorar mais completamente o material disponível, mas também me proporcionou uma compreensão mais rica do contexto em questão. Ao adotar a perspectiva do "paradigma indiciário", cunhada por Carlo Ginzburg (2007), busco valorizar os detalhes e indícios marginais, resultando em uma análise mais profunda e minuciosa, refinando o olhar de maneira a me afastar do óbvio e construir uma percepção nos detalhes. Para Ginzburg o historiador é como um “[...] médico que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectura” (2009, p.157). Assim, a investigação histórica envolve uma forma de conjectura, onde o historiador interpreta fragmentos de informações.

**Figura 5: Situação em que o acervo da Escola Elyseu Paglioli se encontrava**



**Fonte: Acervo do autor/Fotos tirada em vários espaços onde encontrei documentos históricos da escola/ 2022**

Ao buscar estas pistas sobre os primeiros percursos da Escola Elyseu, deparei-me com uma quantidade significativa de materiais na escola, cuja disposição dificultava o trabalho. De acordo com Ricoeur (2010), existe uma distinção entre documento e rastro, enfatizando que um documento não é intrinsecamente óbvio, mas requer busca, identificação e estabelecimento através do questionamento. Segundo ele, o documento é instituído pelo historiador, e a partir disto um elemento que ajude a entender o passado deixa de ser um vestígio e se torna um documento.

Permita-me conduzi-lo através dos corredores da Escola Elyseu, onde se deu o início de minha pesquisa. Imaginemo-nos juntos, envolvidos em descobrir onde os indícios do passado poderiam estar guardados, conversando com pessoas que compartilharam suas lembranças. Ao abrir pastas antigas, *a cada porta que se abria*, revelava-se um novo capítulo a ser investigado, e cada caixa que remexia me conduzia. E então, sinais de outras temporalidades há muito consideradas perdidas emergiram, em locais inesperados, como o depósito, e nos cantos esquecidos da sala de multilinguagem<sup>20</sup>, da formalidade da secretaria à da sala de planejamento, em cada espaço eu localizei fragmentos singulares, como uma

---

<sup>20</sup>A sala de Multilinguagens é um espaço lúdico, para estimular as diferentes linguagens: com materiais analógicos e digitais. Integrando os materiais como livros, tela interativa, chromebooks, jogos e instrumentos musicais e outros materiais, com as ferramentas tecnológicas disponíveis, proporcionamos aos alunos, a experiência de se comunicar, de criar e ter maior autonomia.

pesquisa socioantropológica<sup>21</sup>, novas fotos dos primeiros diretores, o primeiro regimento, manuscritos com detalhes da organização das turmas, entre outros preciosos documentos da memória escolar.

Durante a pesquisa, muitas vezes é preciso fazer esforços e seguir trâmites obrigatórios que talvez não pareçam prazerosos. No entanto, a dedicação ao estudo empreendido, bem como as tentativas e erros, aperfeiçoa o trabalho, e a sensação de realização resultante traz consigo uma grande satisfação. Meu amor pela pesquisa foi minha principal motivação, neste sentido busco inspiração nas palavras de Ribeiro (2003, p. 125) que expressa: “não vejo razão para alguém fazer uma pesquisa de verdade, que não seja o amor a pensar, a libido de conhecer [...] um pavor que desperte a vontade de inovar, em vez de levar o estudante a procurar terra firme, terreno conhecido”. Talvez o medo ou a apreensão diante do que iria encontrar tenha se tornado um estímulo.

E então comecei a questionar as razões e os desdobramentos da resistência da comunidade do bairro Cristal para a construção da Escola Elyseu, fato que começou a se desenhar a partir da abertura das pastas vermelhas que encontrei na sala da supervisão. Os documentos encontrados ali contribuem para uma narrativa consolidada na instituição, mas será que haveria algo novo a ser encontrado? Notei que, de certa forma, houve uma seleção intencional para a guarda do material encontrado nestas pastas, mesmo que de maneira simples. Além disso, pude observar que existia uma ausência de documentos importantes, como por exemplo registros de avaliações dos alunos, instrumentos de seleção, documentos da equipe de saúde, primeiras atas de reunião e fotos da equipe técnica-pedagógica que havia atuado nos primeiros anos. Também senti falta dos registros e fotos dos consultórios médicos e de como era a organização das salas de aula nesse período inicial. O esquecimento de alguns detalhes importantes destes primeiros anos, torna-se ainda mais palpável nos espaços vazios que encontrei: no álbum de jornal, onde fica evidente as retiradas de fotos, nas pastas vermelhas com suas interrupções, são nestas faltas que me deparo com a inexistência de materiais que deveriam ter sido preservados, uma parte da história da Escola Elyseu que se perdeu e precisa ser encontrada. Ao manusear os papéis guardados, comecei a me questionar se seria possível, através deles, fazer um mapeamento das principais mudanças que haviam ocorrido na Educação Especial ao longo dos últimos anos, especialmente nos anos de 1980.

---

<sup>21</sup> A pesquisa socioantropológica caracteriza-se por permitir a realização de um diagnóstico, neste caso o da escola, pois traça o perfil dos educandos e educadores e de que forma estão inseridos naquele local, gerando dados para possíveis intervenções na comunidade escolar.

Para facilitar a pesquisa, foi necessário a criação de um quadro 1 no qual pode ser visto o levantamento documental. Neste instrumento, busquei classificar os diversos tipos de fontes, o que envolveu identificar tipologias, cronologias, possíveis autores e funções, além de resumir seu conteúdo. Isso me tomou bastante tempo. E aqui preciso mencionar que foi um trabalho desafiador, pela falta de habilidade com tabelas ou experiência em Arquivologia, mesmo com alguma dificuldade, amparada nas leituras feitas no grupo de estudo e nas conversas com a orientadora, comecei a localizar os documentos, fichá-los, organizá-los e categorizá-los. Buscando responder os objetivos e simplificar o processo. Por vezes, fazia anotações em um caderno e em minha agenda, onde escrevia, colava vários papéis coloridos, para destacar o que era relevante para pesquisa. Durante essa seleção e catalogação, percebi que ficou mais fácil de enxergar as mudanças que ocorreram na escola ao longo do tempo. Os arquivos apresentam desde pequenas alterações na denominação da instituição até as transformações nas formas de se referir às pessoas com deficiência.

O acervo, como descrito no quadro 1, estava consideravelmente desorganizado e disperso pelas dependências escolares. Ao analisar esses documentos, percebi que após 2018, a preocupação maior foi pela guarda dos documentos chamados de permanentes<sup>22</sup>. Em busca por fontes, buscava entrar nos arquivos históricos da Escola Elyseu para mapear os documentos disponíveis e sua localização na instituição. Esse processo permitiria identificar as diferentes transformações nos conceitos de Educação Especial, práticas pedagógicas e mudanças sociais e políticas entre 1988 e 1992. No entanto, ao analisar a vasta documentação encontrada, descobri uma quantidade significativa de material anterior a 1988. Esse novo dado ampliou minha perspectiva temporal, demonstrando que a escola começou a ser concebida bem antes de sua construção.

---

<sup>22</sup> A lei de número 8.159 de 1991 indica, no artigo 25: Ficarà sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor, aquele que desfigurar ou destruir documentos de valor permanente, ou considerado como de interesse público e social.

**Quadro 1: Documentos encontrados na EMEEF Elyseu Paglioli (2023)<sup>23</sup>**

<b>TIPOLOGIA DOCUMENTAL</b>	<b>ONDE FOI LOCALIZADO</b>
Fotografias (diversos álbuns e fotografias soltas), material produzido por alunos e professores de projetos. (1988 - 2010)	Sala de multilinguagem
Álbum com recorte de Jornais (1987 - 1999), Pasta vermelha: “um pouco da história da escola” (1988), Pasta Vermelha II: Critérios de Pesquisa sócio - antropológica, complexos temáticos e regimento. (1989 - 1990) Histórico do Projeto de Integração (1994), Manuscritos com anotações de cursos Atividade integrativas (1994), Texto com o Histórico da construção do ppp e do regimento (1996), Mini Fita VHS, Disquetes, cassetes	Sala da supervisão
Projeto de implementação da escola (1987), Ficha de entrevista dos primeiros alunos (1988), Pesquisa sócio - antropológica (1988), Caixa com fotos e recorde de jornais (1987- 1994)	Depósito
Coleção de troféus	Prateleira entrada da escola
Gavetas de memória (projeto de 20 gavetas que contam a história da escola foram feitas nos 30 anos da escola)	Espalhadas pela escola a maioria foi extraviada
Livros: Cadernos Pedagógicos, Revista Educação, Revista Paixão de ensinar (1988 - 1997)	Sala da direção, Sala multilinguagens, sala de planejamento
Planta arquitetônica original da escola (1987)	Secretária

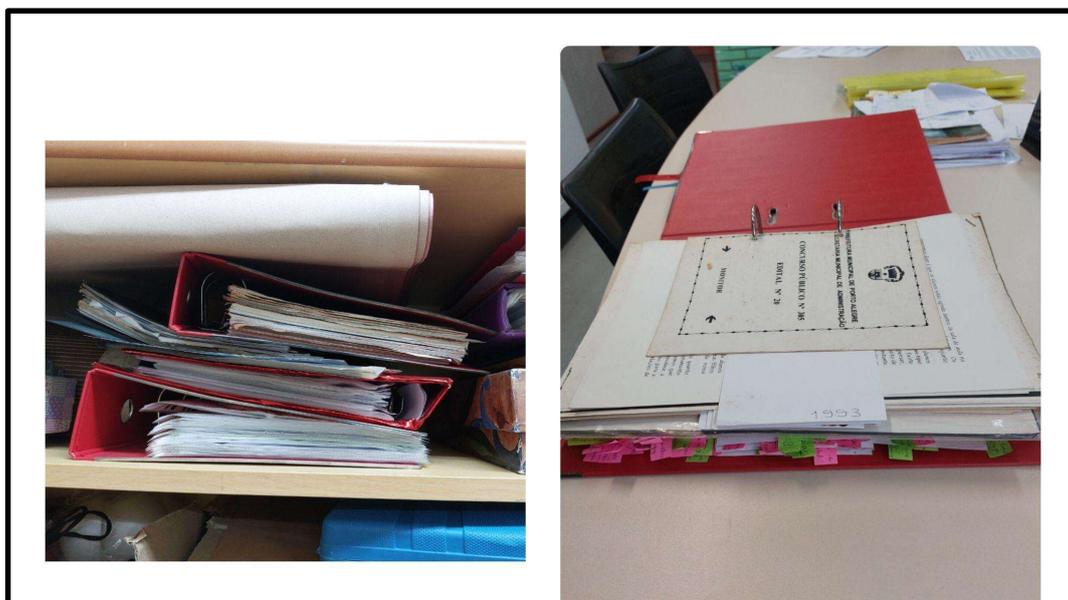
**Fonte: Elaborada pelo autor**

No acervo da escola, destaca-se um álbum de recortes de jornais com exemplares de 1986 a 1999. Mas o que realmente chama atenção é a coleção de reportagens que documenta as intensas disputas entre a prefeitura e a comunidade. Esses recortes não apenas registram eventos, como demonstram as tensões e os desafios enfrentados, oferecendo uma visão dos conflitos que ocorreram não apenas no bairro Cristal, mas também além dele, ou seja, apresentando elementos para melhor compreender como a sociedade interpretava os acontecimentos. Além disso, em 1988, ano em que a escola foi fundada, as dinâmicas sociais e políticas ganhavam destaque, o que colaborava para entender os desafios enfrentados na Educação Especial. Quanto mais investigava o acervo da escola, maiores eram as dúvidas quanto às influências que teriam moldado a cultura escolar na Escola Elyseu. Estas observações ajudaram a ser mais criteriosas.

<sup>23</sup> Caderno Manuscrito Monitora primeiros anos da escola e Livro Tombo que foram mencionados por antigos professores não localizados.

Para avançar, adotei uma abordagem diversificada, explorando diferentes caminhos e fontes, com o objetivo de construir uma narrativa histórica que fosse autêntica, verossímil e que transcendesse as narrativas de memória já conhecidas e estabelecidas pela instituição. Entre as fontes, destacam-se recortes de jornal, fotografias da escola, plantas arquitetônicas, documentos oficiais, livros, revistas, e vários álbuns de fotografias que retratavam a vida cotidiana de uma escola ativa. Alguns álbuns incluíam identificações, o que indicava um período em que havia alguém na escola que se preocupava em preservar essas memórias. Mesmo que não tenha utilizado todos os documentos levantados nesta dissertação de mestrado, percebi o valor de cada um deles como representações do contexto em que foram produzidos, o que enriqueceu bastante a pesquisa.

**Figura 6: Foto das pastas vermelhas encontradas na escola**



**Fonte: Acervo particular da Autora (2024)**

Algumas materialidades foram encontradas durante a pesquisa por indicação de pistas de professores que trabalharam na escola por muitos anos, que, em breve, estarão se aposentando. Essa dificuldade na investigação se repete em várias instituições escolares públicas e privadas, em que não há uma organização adequada dos acervos históricos, o que possibilita a eliminação dessa documentação, que não é considerada permanente. É fundamental ponderar sobre a importância de preservar esses materiais históricos, que são fundamentais para a representação da identidade e do patrimônio histórico-educativo.

Com o apoio das leituras do curso de mestrado e das trocas nos grupos de estudo, construí uma base sólida que ampliou minha perspectiva. Isso foi crucial para contextualizar historicamente a Escola Elyseu de maneira mais aprofundada e precisa. Ao folhear os materiais guardados referentes aos primeiros anos da escola, pude observar que as mudanças na rotina da escola despertaram sentimentos distintos entre os professores. Para alguns, elas trouxeram uma sensação de renovação e a chance de explorar novas abordagens pedagógicas. Para outros, representaram a perda de teorias e práticas já consolidadas, gerando um sentimento de desconforto e resistência, principalmente os que se identificavam com os saberes médicos, a Educação Especial ganhava cada vez mais contornos educacionais mais definidos, no qual o indivíduo com deficiência teria a competência de aprender.

Antes de seguir em frente, é fundamental, conforme nos alerta Sandra Pesavento, considerar a natureza dos documentos que constituem a base desta investigação. Como historiadora, é imprescindível reconhecer que nenhum documento é neutro, cada um carrega consigo as marcas de seu contexto e de suas intenções. Como nos lembra Le Goff (2013), é necessário desestruturá-los, desmontá-los, para alcançar uma compreensão mais profunda. Considerando que sempre devemos enxergar os documentos não apenas como registros do passado, mas como monumentos que demonstram as relações de poder e as dinâmicas sociais de suas épocas, a investigação das fontes sobre a Escola Elyseu demonstrou que, desde sua fundação, a instituição implementava reformas curriculares alinhadas continuamente com a Secretaria de Educação de Porto Alegre (SMED). Esses alinhamentos demonstravam ter uma influência direta das práticas mais inclusivas, que, por sua vez, emergiam das mudanças conceituais em curso na sociedade.

Em relação à abordagem metodológica desta pesquisa, gostaria de destacar os instrumentos escolhidos para conduzir a investigação. Como dito nas páginas iniciais, foram utilizadas a análise documental histórica (Bacellar, 2005; Cellard, 2008) e a História Oral como metodologias da pesquisa. Ao iniciar a operação historiográfica, comecei a entrelaçar o corpus documental produzido com as leituras realizadas, para compreender o conceito de instituições educativas, buscando a identidade destes lugares. E assim, ao procurar vestígios de memória da Escola Elyseu, optei por procurar evidências do processo histórico, e os eventos que se desenrolaram na escola. Pois para entender a existência histórica de uma escola, é preciso ir além de simplesmente descrever ou justificar suas práticas; é necessário integrá-la no contexto mais amplo, compreendendo sua trajetória e o impacto na comunidade. Esta abordagem permite ver a escola como um espaço vivo e dinâmico, lugar no qual ocorrem transformações contínuas.

Ademais, a escolha pela metodologia da História Oral neste estudo foi motivada pelo poder das narrativas em captar a natureza mutável das memórias, ou seja, devido à sua capacidade única de captar e transmitir as memórias permitem registrar como as lembranças evoluem e se transformam, proporcionando uma visão mais dinâmica da história. Através das memórias narradas, pude perceber como as experiências individuais contribuem para a construção da memória coletiva, trazendo à tona aspectos da história que muitas vezes permanecem ocultos ou esquecidos. Desse modo, as narrativas orais complementam a análise documental, enriquecendo a pesquisa com perspectivas pessoais e dinâmicas. Através das análises de Bosi (1994) sobre a memória, ancoradas em Maurice Halbwachs (2003), pude aprofundar minha compreensão, reconhecendo que “Lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado” (Bosi 1994, p. 55). Os estudos de Thomson (1997), me instigaram a pensar nas questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias.

A memória gira em torno da relação passado/presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências lembradas, em função das mudanças e dos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, lembrar) e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo (Thomson, 1997, p.57).

Isso significa que cada pessoa pode lembrar de um mesmo evento de maneiras diferentes, dependendo de suas experiências e interpretações individuais, a memória é resultado de interações entre processos que ocorrem ao longo da vida. Reconheço que cada fonte, seja ofício, recorte de jornal, relatório ou página manuscrita encontrada na escola Elyseu traz consigo uma intencionalidade. Isso me leva a considerar que cada memória arquivada nunca é imparcial, pois sempre carrega consigo a perspectiva da pessoa ou da instituição que o redigiu. Como afirmam Grazziotin e Klaus (2002, p.11), contextualizar o documento identificado é uma etapa fundamental para compreender que um documento não é neutro “que sempre carrega consigo a concepção da pessoa ou do órgão que o escreveu”. Isso significa que é essencial situar o documento em seu contexto histórico e social para interpretar corretamente seu significado e impacto.

Quando comecei a examinar e estudar as fontes históricas no acervo da instituição, buscava construir uma narrativa que fizesse sentido e no início, tudo parecia ser apenas um emaranhado de pastas e papéis. No entanto, a forma de se observar e interpretar esse arquivo transforma papéis em algo mais significativo, trabalhar com esses documentos não é apenas

uma questão de lógica e análise, é impossível não sentir a carga emocional que eles carregam. Esses papéis representam vidas e experiências reais que passaram por ali.

Com base na análise crítica dos documentos, percebi que o álbum com recortes de jornais, que tantas vezes tinha lido de forma superficial, começou a ganhar novos significados. Aquelas páginas amareladas, que apresentavam matérias sobre a fundação da escola, se transformaram em dispositivos de memória.

A partir desse novo olhar, que foi desenvolvido com as leituras e orientação no mestrado, consegui compreender que não se pode considerar nenhuma fonte como uma verdade absoluta, pois a imprensa não utiliza sua escrita de forma ingênua. Os meios de comunicação são empresas com interesses políticos e econômicos, e o simples fato de uma notícia ser destacada já indica uma parcialidade. Entre as inúmeras notícias que relatam os conflitos ocorridos no final dos anos 1980 envolvendo a construção da escola Elyseu, eventos foram selecionados para cada edição, e alguns foram considerados mais importantes do que outros.

Tania de Luca, diz que: “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público” (De Luca, 2019, p. 139). No entanto, devemos adotar um olhar crítico sobre as fontes que mobilizamos, reconhecendo que elas representam determinados pontos de vista sobre determinada situação. O mesmo pode-se dizer com relação às entrevistas produzidas pela História Oral, devemos considerar a sinceridade dos sujeitos da pesquisa, e a complexidade de analisar essas falas, visto que, para o narrador é uma verdade e para o pesquisador são informações que precisam ser questionadas levando em consideração o percurso das narrativas sobre este tal passado. Nos encontros que foram realizados, e os quais irei abordar posteriormente, observei a menção frequente à cobertura da imprensa. De acordo com os depoimentos recolhidos durante a pesquisa, pode-se perceber que os conflitos sobre a construção da escola eram amplamente reconhecidos na época, sendo divulgados, tanto na imprensa escrita quanto na televisão, com destaque para os jornais mais conhecidos da época. Esse destaque e a prevalência da cobertura jornalística foram corroborados por pessoas que atuaram na escola posteriormente, indicando que os jornais desempenharam um papel significativo na documentação histórica desses acontecimentos.

Conforme a investigação avançava, percebi a necessidade de buscar evidências complementares para aprofundar meu entendimento sobre o contexto educacional da Escola Elyseu. Apesar das fontes disponíveis, me acompanhava um sentimento de que ainda faltava algo, que era importante localizar indícios sobre os motivos da prefeitura de Porto Alegre para criar uma escola especial. Isso me levou a expandir a pesquisa para além do acervo disponível

na própria instituição. Iniciei essa pesquisa em 2022, um período marcado pela mudança de prédio<sup>24</sup> de oito secretarias da Prefeitura, incluindo a própria Secretaria Municipal de Educação (SMED), como também realocação de funcionários. Sentia um clima de incerteza ao tentar contato com funcionários, pois alguns novos nos cargos não sabiam dar uma orientação, em mais de uma ocasião foi me informado que muitos documentos haviam sido extraviados com a mudança dos prédios.

**Figura 7: Prédio do Arquivo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre**



**Fonte: Google maps**

Apesar da indefinição sobre os documentos específicos a serem procurados, considerei provável que registros relevantes estivessem disponíveis no Diário Oficial, devido ao caráter arquivístico desse material. Para avançar na investigação, enviei solicitações por e-mail ao Diário Oficial do Município, à Secretaria de Educação e à Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio. Natasha Duarte Amarante, Chefe da Equipe de Protocolo e Arquivo, respondeu-me, indicando que os documentos procurados poderiam estar no Arquivo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o qual aparece na figura 7. O local possui acervo com boletins de pessoal, nomenclatura do atual Diário Oficial, dos anos de 1961 a 1994, assim como publicações de Atos e Portarias municipais a partir de 1956, que podem ser consultados de forma presencial. Demais arquivos depois de 1995 podem ser consultados de forma online.

---

<sup>24</sup>No segundo semestre de 2022, o Gabinete do Prefeito e oito secretarias foram realocadas no Centro Administrativo Municipal (CAM), situado na Rua General João Manoel, 157, no Centro Histórico. Essa centralização tinha como objetivo a economia com aluguéis e a otimização dos serviços prestados.

Depois de alguns contatos, foram feitas duas visitas na quais tive acesso aos documentos que estarei mostrando posteriormente.

**Figura 8: Documentos encontrados no Arquivo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre**



**Fonte: Acervo particular da Autora/ Atos e Boletins de Pessoal estão encadernados em ordem cronológica (2022)**

Além disso, recorri ao Centro de Memórias da Educação, da Faculdade de Educação (CEME/Faced), um setor dedicado à preservação da memória institucional dentro da UFRGS, onde esperava encontrar materiais relevantes para a minha investigação. Entrei em contato com a servidora responsável e expressei meu interesse em pesquisar os arquivos sobre Educação Especial na década de 1980, agendando um horário para a pesquisa. Ao chegar ao Centro de Memória, confesso que minhas expectativas eram baixas, pois sabia que a Educação Especial tinha seu maior histórico vinculado à área da Saúde e uma história mais tímida em relação à Educação. Contudo, ao vasculhar as prateleiras, fui surpreendida por três caixas etiquetadas como: Educação Especial. Essas caixas, repletas de material, me trouxeram uma nova perspectiva de investigação. Embora muitos dos documentos não estivessem diretamente ligados à Escola Elyseu, eles me permitiram entender melhor como a Faculdade de Educação se mobilizou, em resposta à crescente demanda por educação para alunos com deficiência no Rio Grande do Sul, para criar um curso dedicado a essa modalidade em 1987. Esta nova informação me trouxe um novo ânimo para minha pesquisa, pois abriu novas possibilidades, que serão apresentadas no capítulo “A Emergência e Consolidação da Educação Especial em Porto Alegre: Uma Análise Histórica e Ideológica dos Movimentos e Demandas na Década de 1980”.

Essa busca em espaços externos à escola proporcionou uma visão mais abrangente e aprofundada do contexto histórico e educacional em que a Escola Elyseu estava inserida. Os documentos relativos ao Curso de Especialização da Faculdade de Educação, efetivado em 1988, trouxeram muitas ideias para colaborar com a pesquisa, quanto à formação de professores, as disciplinas, oferta e demanda, entre outras questões. Acredito que a partir do primeiro contato com o acervo da escola comecei a perceber que as fontes começaram a *criar vida*, como se pudessem falar. Esta sensação se espalha às demais materialidades que fui encontrando durante o percurso da pesquisa, a exemplo dos documentos do CEME Faced - Centro de Memórias da Educação Faced/UFRGS, depois de encontrá-los, deixei as ideias se acomodarem.

**Figura 9: CEME Faced- Centro de Memórias da Educação Faced - UFRGS**



**Fonte: Acervo particular da Autora (2024)**

Quando fiz esta visita não pude me deter com tempo em cada material, foi ato de selecionar os documentos em um recorte temporal, e identificar palavras que me chamavam atenção. Todo material foi fotografado, e, ao revisitar estes documentos, percebi entre uma lista de alunas matriculadas em 1988, o nome de Ana Claudia Rodrigues, colega que agora estava aposentada, e que sabia que se conectava aos primeiros anos da Escola Elyseu. Esse novo fato transformou esta lista em um dos documentos mais significativos deste estudo. No entanto, para que ela alcançasse esse status, precisei analisá-la três vezes em momentos diferentes da

dissertação, para só assim ganhar este significado, o qual apresento com maiores detalhes no capítulo, que trata da História da Educação Especial no século XX.

**Figura 10: Documentos encontrados CEME Faced - Centro de Memórias da Educação Faced - UFRGS**



Fonte: Acervo particular da Autora (2023)

O percurso da pesquisa não é estático, mas sim dinâmico, e um processo contínuo a evoluir, que contribui para a construção de novas memórias e narrativas ao longo do tempo. Portanto, podemos pensar que fazer história é como uma jornada na qual o historiador se utiliza de materiais disponíveis para criar histórias vívidas. Como Certeau nos mostra, “É nesta fronteira mutável, entre o dado e o criado, e finalmente entre a natureza e a cultura, que ocorre a pesquisa” (2017, p.70). A pesquisa acontece em um lugar em constante mudança, onde se encontram e se misturam os fatos que observamos na realidade e as ideias que criamos. Nesse lugar, a natureza e a cultura se conectam e se influenciam mutuamente. O ato de contar o passado e escrever histórias implica em transformar simples fatos em narrativas significativas, onde os elementos históricos se mesclam com as interpretações pessoais do historiador. A partir de uma análise crítica dos documentos que foram selecionados consegui perceber os estranhamentos que serviram de guia para a pesquisa da Escola Elyseu, e por meio destas problematizações, as camadas do passado começaram a ser vistas. Para Bacellar, “documento algum é neutro, e sempre carrega consigo a opinião da pessoa e/ou do órgão que o escreveu” (2008, p. 63). Posso dizer que este desconfiar, ajudou a ter uma mudança de ângulo, me

possibilitou evidenciar os sinais do passado no presente, e perceber o quanto a história depende da memória.

Assim, a escolha de pistas documentais apresentadas no leque que é oferecido ao pesquisador, deve ser feita à luz do questionamento inicial. Porém, as descobertas e as surpresas que o aguardam às vezes obrigam-no a modificar ou a enriquecer o referido questionamento (Cellard, 2008, p. 303).

À medida que aprofundava a investigação dos documentos, novas questões iam emergindo, apontado que cada tipo de documento carregava consigo múltiplas interpretações. Se por um lado havia um vasto acervo para pesquisa na Escola Elyseu, a forma de armazenamento deste material criava um obstáculo, que colaboram com o *adormecimento* de novas narrativas, estas que permanecem vivas na mente de um pesquisador, como algo que está longe de ser considerado morto, pois é verdadeiramente um “Arq-Vivo” (Almeida, 2021, p. 26). Ao examinar os registros históricos da escola, tive a oportunidade de desvendar as nuances das transformações sociais e políticas que influenciaram sua trajetória. Conforme Peres (2007) é preciso que o pesquisador compreenda que o desafio no trabalho com os documentos, consiste em integrar o gesto artesão de coleta e organização de documentos com a prática científica, que é fundamental para compreender como as transformações da Educação Especial afetou a escola ao longo de suas três décadas de existência.

Dando prosseguimento, ao caminho trilhado, foi através da História Oral que produzi narrativas de memórias para assim compor outros documentos a serem analisados. Os encontros com as narradoras geraram documentos orais que abriram novos caminhos para a análise, demonstrando como elas evocam o passado no tempo presente e, assim, avaliam as transformações ocorridas nos primeiros anos da instituição. Reitero que a escolha por essa metodologia buscou adicionar novas fontes, mas sempre considerando que as narrativas de memória são representações do passado e não cópias da realidade, os relatos são construídos no presente, constituindo-se em restos de lembranças e como estas são interpretadas.

A análise de Pesavento (2008) complementa esta reflexão, ao explicar que o passado completo é inalcançável para os historiadores, e quem busca aproximar-se dele deve reconhecer essas limitações. Ao trazer essas considerações sobre a História Oral busco demonstrar a natureza fragmentada e subjetiva da memória humana. Essa perspectiva reconhece que o valor das memórias não reside apenas nos acontecimentos em si, mas na maneira como são percebidos e interpretados pelos indivíduos.

Os relatos produzidos pelos sujeitos da pesquisa não apenas ampliam o entendimento sobre as concepções pedagógicas, mas também oferecem novos olhares para as influências discursivas, a cultura escolar e as representações sociais, entre outros aspectos. A História Oral, como abordada por Portelli (2015), é muitas vezes referida como a arte de escutar memórias, entendida como um meio contemporâneo de produção de fontes históricas, destacando sua eficácia na criação de uma narrativa histórica que se compromete com questões sociais. Convido você, caro leitor, a conhecer como essas fontes orais foram produzidas e a compreender, junto comigo, a profundidade e a riqueza das experiências compartilhadas. Os documentos mobilizados, aliados aos depoimentos recolhidos durante a pesquisa, desempenharam um papel importante na conexão com o objeto de pesquisa.

No início da pesquisa, preparei uma lista com possíveis nomes para as entrevistas, seriam três professoras e um professor, colegas aposentados que conheci quando ingressei na Escola Elyseu. No entanto, ao aprofundar a investigação, percebi que os escolhidos haviam ingressado na escola após 1992, portanto não estavam de acordo com o recorte temporal desejado para a dissertação de mestrado. Com uma lista vazia, passei a contar com os próprios documentos do arquivo da escola para identificar quem havia participado dos primeiros anos da escola, especialmente tendo em vista as mudanças de professores ocorridas no primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores. Ao avançar na análise do acervo da escola, percebi que variar o perfil dos entrevistados seria enriquecedor, pois diferentes perspectivas proporcionariam uma variedade de olhares sobre a escola. A escolha foi se delineando ao longo da pesquisa: algumas foram recomendações de ex-professores, e outros nomes foram escolhidos durante a imersão nos documentos, que foram mostrando novas informações e a recorrência destes sujeitos nos registros dos primeiros anos da Escola Elyseu.

Entre pilhas de páginas, pastas e jornais, comecei a procurar por pessoas que participaram do início da escola. A primeira entrevistada, foi mencionada em vários documentos e com grande atuação dentro e fora da instituição, ao ser contatada, gentilmente se recusou a participar, o que foi desanimador. Escrevi uma nova lista pelos nomes que apareciam com potencial nos documentos, então incluí as Secretarias de Educação que atuaram no período de 1988 a 1992. Com a ampliação do perfil das pessoas procuradas, o nome de Lourdes Fornazier acabou sendo uma indicação unânime, descrita como alguém presente desde os primeiros dias da escola, como uma professora afirmou “quando ainda havia buracos no chão da Elyseu”.

O professor Rui Barcellos, primeiro diretor da instituição, foi outra indicação de possível colaborador para esse estudo, mas seu paradeiro era desconhecido. A professora Maria

da Glória Nogueira apareceu em vários documentos e foi recomendada por outras professoras. A indicação de Neusa Hickel surgiu de forma incomum, durante um evento<sup>25</sup> comemorativo relacionado à Educação Especial, professoras aposentadas comentaram sobre as contribuições de Hickel como assessora da Educação Especial. Lembro de anotar o nome de Hickel e, antes de entrar em contato, novamente seu nome foi citado no dia da minha qualificação. Esse processo revelou uma diversidade nos cargos ocupados por essas mulheres, todas com atuação significativa na Educação Especial. Definidos os objetivos do estudo e o perfil desejado dos sujeitos da pesquisa, cheguei a quatro mulheres que desempenharam funções diretas ou indiretas relacionadas à Escola Elyseu entre 1988 e 1992, proporcionando uma melhor compreensão das transformações e desafios enfrentados pela escola ao longo do tempo.

**Quadro 2: Relação das entrevistadas**

Nome	Idade	Área atuação no período da pesquisa (1988 - 1992)	Situação Atual
Lourdes Fornazier	73	Representante do Associação comunitária Amigos do Verde <sup>26</sup> e Funcionária na Escola Elyseu Paglioli (1988 - até sua aposentadoria)	Aposentada SMED
Neusa Kern Hickel	78	Assessora da Secretaria Municipal de Educação (1989 -1992)	Aposentada SMED
Neuza Celina Canabarro Elizeire	78	Secretária de Educação do Município de Porto Alegre (1986 - 1988)	Aposentada SEC-RS
Maria da Glória Barbosa Nogueira	62	Professora da Escola Elyseu Paglioli (1988 - 2014)	Aposentada SMED

Fonte: Elaborada pelo autor

Quando olhamos para essas mulheres participantes, é importante compreender que a escolha não foi determinada pelo gênero, mas foi o resultado que acabou se apresentando e que não é mera coincidência. Ao entender que a história é muito mais que produzir conhecimento, não se pode ignorar que existe uma complexa teia de relações de gênero e sexualidade entrelaçadas com contextos históricos e culturais. Louro (1997), ressalta a feminização do magistério, a partir do final do século XIX e início do século XX, e a associação entre educar crianças e a maternidade, que demonstra como a sociedade percebia a mulher como a mais

<sup>25</sup> Comemoração dos 30 anos do serviço de Psicopedagogia Inicial e Estimulação Precoce SMED, Local UFRGS

<sup>26</sup> A Associação Comunitária Amigos do Verde, realizava ações para moradores de baixa renda, como distribuição de cesta básica, leite, faziam orientações, e eram a favor da construção da Escola Elyseu no bairro Cristal, junto com outros grupos realizavam movimentos em defesa da escola.

adequada para tal função, e como isso ainda reverbera no tempo presente. É fundamental compreender essa historicidade e como ela influencia não apenas a esfera educacional, mas também outras áreas, como a preservação da memória. Ao explorar essas representações, apenas ajudam a analisar sobre identidade, poder e a construção social do conhecimento.

As entrevistas ocorreram no período de 2022 a 2024, um intervalo acabou sendo necessário devido algumas dificuldades que surgiram, como que se recusaram participar, o que demandou tempo adicional na busca por outros participantes. Além disso, enfrentei atrasos nos retornos de contatos, com algumas entrevistadas que levando meses para responder, outro empecilho foi a distância geográfica. É importante levar em conta que, essas mulheres são ativas na sociedade, apesar de, serem aposentadas. Elas participam de diversas atividades, como responsabilidades familiares, engajamento em grupos sociais, promoção de cursos e palestras, e auxílio à comunidade. Isso dificultou a realização das entrevistas, pelos desafios em conciliar suas agendas lotadas. Essa situação acabou contribuindo para a extensão do tempo entre os encontros.

Cada entrevista foi conduzida individualmente, seguindo um roteiro inicialmente como proposto por Zago (2003) sendo ponto de partida, mas sem impor uma estrutura rígida. Enviei o roteiro antecipadamente a cada entrevistado, oferecendo a segurança necessária ao informá-los sobre o tema da conversa antes do nosso encontro. Após as duas primeiras entrevistas, não tinha objetivos muito claros, percebi a necessidade de personalizar as próximas abordagens para explorar outras nuances das memórias dos entrevistados. Inicialmente, as questões se concentravam na experiência dos entrevistados na escola, levando em consideração os vários contextos em que estavam inseridos. No entanto, ao absorver o conteúdo das primeiras entrevistas, consegui me *alimentar* do acervo de outra forma, e, assim, conseguir refinar melhor minha estratégia de abordagem, estabelecendo pontos mais específicos relacionados às áreas de atuação de cada entrevistado, percebi que era mais assertiva no que deveria procurar em cada narrativa. O quadro a seguir apresenta em linhas gerais os temas abordados com mais detalhes em cada entrevista.

**Quadro 3: Temas nas entrevistas**

ENTREVISTADA	TEMA ESPECÍFICO
Lourdes Fornazier	Motivos para a construção da escola Movimentos de mobilização contra a escola Concepção de professor e aluno da Educação Especial Práticas médico-pedagógicas Diferenciais da Escola Elyseu em relação às demais escolas Impacto das mudanças na administração pública na escola
Neusa Kern Hickel	Motivos para a construção da escola Movimentos de mobilização contra a escola Concepção de professor e aluno da Educação Especial Práticas médico-pedagógicas Diferenciais da Escola Elyseu em relação às demais escolas Experiência na Secretaria durante o governo do PT em 1989 Investimento na formação dos professores Concepções pedagógicas
Neuza Celina Canabarro Elizeire	Motivos para a construção da escola Movimentos de mobilização contra a escola Concepção de professor e aluno da Educação Especial Diferenciais da Escola Elyseu em relação às demais escolas Trajetória após a saída da Secretaria de Educação
Maria da Glória Barbosa Nogueira	Motivos para a construção da escola Movimentos de mobilização contra a escola Concepção de professor e aluno da Educação Especial Práticas médico-pedagógicas Impacto das mudanças na administração pública na escola Concepções pedagógicas Relação entre a comunidade e a escola nos primeiros anos Cursos na área da Educação Especial (UFRGS e PUC anos 80 / 90)

**Fonte:** Compilação da autora, a partir das entrevistas.

Seguindo as recomendações de Alberti (2004), preparei-me cuidadosamente para cada momento da entrevista, aprofundando meu conhecimento sobre a trajetória de cada sujeito da pesquisa e sua relação com a escola. Além disso, explorei eventos de suas carreiras profissionais que estivessem ligados à história da Escola Elyseu, enriquecendo assim as conversas e proporcionando uma compreensão mais profunda por meio de suas narrativas. O sucesso de uma conversa começa antes mesmo de sua ocorrência, com um preparo meticuloso e o compartilhamento da realidade a ser explorada entre o pesquisador e o entrevistado. Com as entrevistas, busquei esclarecer as questões da pesquisa, sendo o objetivo geral compreender os motivos que levaram à criação da Escola Elyseu Paglioli pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), no período anterior a 1988, ano de sua fundação, analisando as práticas médicas e pedagógicas, além de evidências da cultura escolar ocorridas nesse período até 1992, quando se encerrou o mandato do Prefeito Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT).

A partir deste momento, irei apresentar como as entrevistas foram conduzidas ao longo deste estudo e quem foram as mulheres que compartilharam suas memórias sobre a instituição. Para evitar confusões, a Figura 11 exibe as fotos apenas de Canabarro, Fornazier, Nogueira e Hickel.

**Figura 11: Montagem com fotos dos sujeitos da pesquisa**



Fonte: Composição de Fotos de Canabarro, Fornazier e Hickel pertencem ao acervo particular da Autora, a foto de Nogueira é parte de seu acervo pessoal (2024)

No que diz respeito ao primeiro contato com os sujeitos da pesquisa, foi via telefone, o que demandou algumas conversas em torno de que forma ocorreria a entrevista. Depois dos acertos, a primeira conversa foi com **Neuza Celina Canabarro Elizeire**. A escolha desta entrevistada deve-se ao fato de ter exercido o cargo de Secretária Municipal da Educação e Cultura (SMEC) durante o governo do prefeito Alceu de Deus Collares, do Partido Democrático Trabalhista, entre 1986 e 1988. Neuza foi também Secretária de Educação do Estado do Rio Grande do Sul, entre 1991 a 1994. Sendo eleita como vereadora suplente, em 2004, e assumiu a vereança em 1º de janeiro de 2005, substituindo o vereador João Bosco Vaz.<sup>27</sup>

<sup>27</sup> O vereador João Bosco Vaz foi licenciado para assumir cargo público no Executivo Municipal.

Neuza Canabarro participou de forma efetiva no projeto de fundação da escola durante a administração do Partido Democrático Trabalhista. A entrevista foi realizada em sua casa, na zona sul de Porto Alegre, bairro Ipanema. Ao chegar à casa do também ex-governador Alceu de Deus Collares, fui recebida pela ex-Secretária que havia chegado de uma manifestação, contou-me como mantinha uma rotina ativa. Ela usava uma camisa longa com detalhes em verde e amarelo, feitas de um tecido fino que lembrava seda, vestia uma calça e tênis, compondo um estilo equilibrava perfeitamente elegância e casualidade. Na sua residência, me chamou atenção a amplitude das salas e a peculiar característica que mesclava entre a modernidade dos artefatos contemporâneos e a nostalgia dos objetos de outrora. Cada fotografia, quadro ou objetos de arte, livros, fundindo-se em uma sinfonia entre o presente e o passado, onde memória e contemporaneidade se entrelaçavam. Atravessando cada espaço daquele local, qualquer visitante seria envolto por uma atmosfera singular, impregnada com as lembranças da vida política do ex-governador, que permeavam cada canto.

Durante a entrevista, percebi que os relatos da ex-Secretária estavam em sintonia com os primeiros documentos localizados na instituição. Fiquei impressionada com a precisão de Canabarro ao lembrar de datas, números de leis e decretos. Ela mostrou um grande interesse em compartilhar suas memórias sobre a Escola Elyseu, especialmente aquelas relacionadas aos eventos anteriores à sua fundação. Conforme indicado por Bosi (1987), o exercício de buscar memórias por meio de narrativas envolve diretamente a própria memória dos indivíduos. Isso significa registrar histórias e experiências pessoais, estamos acessando e ativando as lembranças individuais de cada pessoa. Em suas narrativas, a ex-Secretária mencionou várias pessoas que poderiam confirmar suas palavras, evidenciando uma genuína preocupação em validar sua história. Além disso, durante a entrevista, pude dialogar com o ex-Governador Collares, que, apesar da idade avançada, gentilmente compartilhou detalhes sobre a construção da escola e destacou o empenho de Canabarro em levar adiante o projeto, apesar das resistências da comunidade.

A segunda participante da pesquisa, **Lourdes Fornazier**, se destacou também como um achado valioso na pesquisa, pois foi a primeira funcionária da Escola Elyseu, recomendada por todos os professores antigos da escola. Destaco que sua função na instituição não era bem definida, pois apesar de ser serviços gerais, também era responsável por trabalhos de diferentes ordens, não restrita à higienização da escola, também responsável por auxiliar os alunos, e participar de projetos. Sua contribuição mostrou-se de grande importância para a pesquisa, uma vez que testemunhou não só os primeiros anos da escola, mas foi também vice presidente da

associação Amigos do Verde<sup>28</sup>, que presenciou de perto o envolvimento da comunidade nos movimentos a favor e contra a criação da instituição escolar. Ao estabelecer contato por telefone com Lourdes Fornazier, ela pediu que a entrevista fosse online, devido a problemas com mobilidade, que a impedem de se deslocar pois era longa a distância até a escola. Quando informei que iria até sua residência, considerou que seria difícil o acesso, por ser moradora do extremo sul da cidade, haver dificuldades de ônibus.

Durante nossas ligações pelo whatsapp, a funcionária chegou a verbalizar seu receio de não poder contribuir para a pesquisa. Por se considerar uma pessoa humilde, achava que não teria muito para acrescentar à história da escola. No entanto, sua fala me trouxe à mente as palavras de Errante (2000, p. 43): "todas as entrevistas são eventos que contam". Continuei insistindo para que a entrevista fosse presencial, e que eu daria um jeito para chegar até sua casa. E, após várias mensagens e indicações com pontos de referências, cheguei à casa de Lourdes Fornazier. Tenho que dizer que não foi fácil chegar até o bairro Lajeado, localizado a 30 km do Centro de Porto Alegre, o local mantém um forte caráter rural, refletido na ausência de asfalto em muitas de suas estradas, a região é pouco habitada, mesmo tendo comigo os dados do endereço, isto pouco ajudou. Quando finalmente encontrei a casa, Lourdes estava me aguardando no portão. Demonstrando muita alegria, me recebeu contando que havia se aposentado dentro da Escola Elyseu.

É preciso pontuar que até aquele momento não havia entendido o motivo específico dos professores a terem indicado. Logo que começamos a conversar, consegui compreender o porquê que sua narrativa era considerada diferente. A senhora à minha frente me contou sobre as primeiras árvores que havia plantado no pátio da escola e a horta que cultivou com as crianças. Além disso, logo que iniciamos a conversa, Fornazier fez questão de contar sobre o seu apelido, ao confidenciar que a chamavam de “Gringa”, foi logo contando um pouco da sua vida, que sempre foi uma mulher trabalhadora vinda do interior, que lutou para criar os filhos, com muita dificuldade, e que nunca teve medo do trabalho. Ao me oferecer café, foi relatada sua história como líder da associação do bairro, anterior à construção da escola. E, ao começar a contar, pude perceber que seu rosto e expressões se modificaram, o corpo também se expressava durante a entrevista, era como se aquela pequena senhora crescesse à minha frente.

---

<sup>28</sup>Localizada dentro do Vila Cruzeiro, em Porto Alegre, este sendo um complexo de favelas formado por atualmente com 60 comunidades e está localizada nas proximidades dos bairros Santa Teresa, Cristal, Medianeira, Teresópolis e Nonoai, em Porto Alegre. A partir dos anos 70, com o processo de urbanização da cidade, houve certo destaque das associações de moradores na organização e mobilização da população na luta por direitos e acesso à serviços públicos, neste contexto que surge a Associação Amigos do Verde.

Mesmo não falando diretamente, pude perceber que ela era uma pessoa importante no bairro, ela sabia muito sobre todo o processo e as lutas relacionadas à escola.

Antes de iniciar *a sua* história na Escola Elyseu, sua atuação como representante da comunidade já estava consolidada, o que ajudou no momento em que foi preciso fazer o levantamento dos alunos com deficiência que estavam sem atendimento escolar no bairro. Também presenciou os movimentos realizados em 1987 para impedir a construção da escola no Bairro Cristal, atuando de forma ativa com grupos para tentar desmistificar aquela visão estereotipada das pessoas com deficiências. Portanto, uma pessoa muito importante na pesquisa.

A escolha por Neusa Kern Hickel se deu devido à recorrência de seu nome em documentos ao longo da pesquisa, mas ganhou uma definição clara durante a qualificação, quando a professora Dr<sup>a</sup>. Cláudia Rodrigues Freitas destacou o trabalho de Hickel na assessoria da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre durante o governo do Partido dos Trabalhadores (1989-1992). A entrevista foi realizada via Meet, pois Hickel reside em Canela (RS), apesar de aposentada, continua atuante na área em diversos grupos culturais. A psicóloga expressou interesse em contribuir com a pesquisa, pois sentia falta de ter registrado os trabalhos realizados durante seu período em que atuou como assessora. Hickel lembrou que o período foi marcado por muitas mudanças e inovações pedagógicas. E também indicou outras pesquisas relevantes sobre escolas especiais. Foram necessárias duas entrevistas devido à complexidade das mudanças na Educação Especial em Porto Alegre e na administração do Partido dos Trabalhadores.

A quarta colaboradora deste estudo foi a professora aposentada da rede municipal de Porto Alegre, **Maria da Glória Barbosa Nogueira**, formada em Pedagogia em Educação Especial pela PUC e Supervisão Escolar na UFRGS. Fizemos vários contatos. Glória Nogueira, como gosta de ser chamada, reside em Rainha do Mar, litoral norte do Rio Grande do Sul. Como estava de férias, tentamos marcar um encontro que não deu certo, depois Glória veio a Porto Alegre, mas desta vez eu não estava na cidade. A professora aposentada atualmente possui uma empresa chamada Capelinha de Melão, que produz peças de artesanato em crochê. Acabei optando por fazer a entrevista via Meet, e essa foi a vez em que me senti mais insegura. Diferente das entrevistas anteriores, eu tinha poucas informações sobre a professora, o que me deixou mais cautelosa e cuidadosa na hora de fazer as perguntas. Também talvez por ter recebido uma negativa de uma professora, e saber que outras estavam impossibilitadas, comecei a entrevista com aquela certeza de que não podia perdê-la.

As contribuições de Maria da Glória Nogueira foram essenciais para saber sobre a cultura escolar da instituição, as mudanças de concepção de aluno, as inovações e práticas que ocorriam dentro dos muros da escola no período de sua fundação até 1992. Sua narrativa com as demais não era algo linear, trazia fatos da sua vida, comparava passado e futuro, fazendo uma análise das mudanças que ocorreram na educação nas últimas décadas. Errante (2000) sugere que existe uma interação dinâmica entre quem conta a história e o pesquisador, e esse movimento é fundamental para entendermos como as narrativas históricas são moldadas e interpretadas.

As narrativas de memória dessas mulheres não apenas oferecem vislumbres de experiências individuais e coletivas, mas também demonstram a complexidade dos eventos, já que cada percepção é permeada por lembranças. Durante os encontros, percebi que as narrativas sobre os conflitos da comunidade contra a fundação da escola tinham quase a mesma versão. A relação de vida dessas pessoas com a Escola Elyseu, em algum momento, se entrelaçou e deixou marcas que podem ser reescritas ou apagadas com o tempo, a voz é moldada tanto pelas experiências individuais do narrador quanto pela dinâmica da relação entre o narrador e o historiador. A história oral é uma tapeçaria rica e complexa, tecida a partir das vidas e memórias das pessoas, e quando aplicada à história de uma instituição escolar, permite compreender as vivências individuais de quem viveu os primeiros percursos da escola, entrelaçam com os grandes eventos que moldaram a trajetória da Escola Elyseu e, por consequência, a sociedade ao seu redor.

Inspirada por Thompson (2001), busquei por meio dessas narrativas, compreender como as pessoas que vivenciaram estes primeiros anos da Escola Elyseu recordam-se da instituição, das interações ou conflitos que ocorreram na escola, com professores, comunidade, Secretária da Educação e percepções deste período. As entrevistas foram repletas de emoção e nostalgia, oferecendo valiosas informações do passado. No entanto, essas narrativas são inevitavelmente marcadas pelo tempo presente (Hartog, 2013), estabelecendo conexões entre as experiências vividas e as memórias atuais.

Essa primeira parte da dissertação procurou delinear o percurso da pesquisa, abordando desde as implicações do papel de pesquisadora e as primeiras intencionalidades até a construção dos objetivos do estudo, como destacou a forma de como todos os documentos foram encontrados. Além disso, busquei esclarecer, através das concepções teórico-metodológicas, as escolhas que foram feitas em relação à pesquisa. Portanto, a partir de agora, apresento a estrutura deste texto. No segundo capítulo, “Educação Especial no Século XX: Uma análise das implicações históricas no Rio Grande do Sul na década de 1980.”, analiso os

aspectos históricos dessa modalidade de ensino, incluindo o surgimento das lutas, organizações e leis favoráveis aos movimentos, bem como a invisibilidade das pessoas com deficiências e as influências que possibilitaram novas concepções de educação. E como estes eventos colaboraram com a idealização da Escola Elyseu.

No terceiro capítulo, intitulado "Entre Crateras, Um Lugar de Aprendizagem: A Criação Da Escola Elyseu (1986 a 1988)", analiso os acontecimentos que levaram à criação da instituição escolar. A experiência da instituição demonstra que, para promover a inclusão de maneira efetiva, é necessário um compromisso contínuo, uma adaptação constante às mudanças e um esforço coletivo para superar barreiras sociais e culturais.

O quarto capítulo "Cultura Escolar em Transformação: Contrastes e Transições da Escola Elyseu nas Gestões PDT e PT", acompanha a mudança na administração de Porto Alegre, as repercussões nas práticas e na cultura escolar. No último capítulo, "Ainda Por Dizer: Ameaças à Memória da Escola Elyseu" trato dos desafios na preservação da memória de uma escola de Educação Especial. Abordo iniciativas para documentar e valorizar a história da escola, as dificuldades encontradas e a importância de manter viva a memória dessa instituição.

Com o apoio de referências teóricas e metodológicas, mergulhei em uma jornada de descoberta, transformando a familiaridade em novas oportunidades de aprendizado. Diante desse cenário, tornou-se imperativo reafirmar os objetivos que impulsionaram minha pesquisa, garantindo que permanecessem claros e inabaláveis diante de quaisquer obstáculos ou dúvidas que surgissem durante o processo. Em resumo, foi crucial assegurar que meu envolvimento com a pesquisa não fosse comprometido por desafios eventuais ao longo do caminho.

As experiências acumuladas ao longo dos últimos dois anos desempenharam um papel transformador em minha perspectiva sobre a História da Educação e o papel do pesquisador. Cada capítulo desta narrativa se delineou gradualmente durante o processo de escrita, um exercício constante de composição e reformulação. Em certas ocasiões, foi necessário abdicar de certas ideias e descobertas, em um doloroso processo de escolhas e abandono, mas que ao final da escrita percebo que este processo foi fundamentalmente necessário.

## 2 EDUCAÇÃO ESPECIAL NO SÉCULO XX: UMA ANÁLISE DAS IMPLICAÇÕES HISTÓRICAS NO RIO GRANDE DO SUL NA DÉCADA DE 1980

Neste capítulo, proponho mostrar como novas abordagens e entendimentos moldaram a História da Educação Especial no Brasil ao longo do século XX. Apresento, em grandes linhas, como se configurou a história desta modalidade de ensino partir do século XX, com maior ênfase nos acontecimentos envolvendo o Rio Grande do Sul, no final da década de 1980, por ser um período significativo de transformações que impactaram diretamente a fundação na Escola Elyseu Paglioli. Para compreender profundamente a trajetória da instituição, é essencial historicizar a Educação Especial no Brasil, por tanto este capítulo tem relevância por permitir identificar as influências que moldaram a cultura da instituição em seus primeiros anos.

Com vistas a me aproximar ainda mais do objeto da pesquisa, busquei direcionar essa a atenção deste capítulo para marcos históricos relacionados ao grupo de pessoas com características de deficiência intelectual, por essas serem o público alvo da Escola Elyseu. Portanto, as transformações ocorridas ao longo do tempo na Educação Especial no Brasil ajudam a conhecer quais influências representam a cultura da instituição em seus primeiros anos.

Para começar a discutir Educação Especial, é essencial abordar o conceito de normalidade, para Durkheim (1984, p.114) o termo *normal* refere-se ao que é considerado comum ou regular, segundo o autor este seria um “ ser esquemático que resultaria da união num mesmo ser, numa espécie de individualidade abstrata, das características mais frequentes da espécie e das formas mais frequentes destas características, poder-se-á afirmar que o tipo normalmente se confunde com o tipo médio, e que qualquer desvio em relação a este padrão de saúde é um fenômeno mórbido”. Até hoje, esta modalidade de ensino parece estar impregnada de suas ideias, pois analisa o desvio com foco nas características individuais e deixa de considerar aspectos macrossociais. Essa abordagem consolidou a ideia, que ainda persiste, de que alunos com deficiência só podem ser atendidos por especialistas. As lógicas binárias sempre acompanharam a História da Educação Especial, como normal/anormal, ouvinte/surdo e inclusão/exclusão, entre outros termos, que refletem uma visão essencialista sobre a identidade dos sujeitos, baseando-se em oposições como perfeito/imperfeito e racionalidade/irracionalidade. Esse tipo de percepção contribui para a homogeneização e naturalização dos sujeitos, destacando o que falta em seus corpos, mentes e linguagem (Skliar, 1997; Skliar e Souza, 2000, p. 269)

As terminologias sempre foram utilizadas para nomear aqueles sujeitos com comportamento considerados desviante da norma, no século XX houve diversas mudanças no qual existe um problema maior apresentado por Skliar

O problema das definições sobre os outros não se resolve a encontrar termos politicamente corretos para descrever a esses e/ou a outros sujeitos, senão em desconstruir a suposta ordem natural dos significados que os localizam em certos discursos e práticas de poder (Skliar, 1997 p. 22).

Portanto, para alicerçar a pesquisa, ao se tratar da História da Educação Especial, é significativo apresentar quem são esses sujeitos, e o que dizem deles, o poder político que podem envolver a escolha da forma como estes são chamados. As terminologias que aparecem nos textos normativos e legislações brasileiras para se referir ao público-alvo da Educação Especial representam mais que palavras, são termos que carregam estigmas, conceitos e representações. Para Silva (2022), as terminologias utilizadas no país seguiam uma tendência internacional, com base em premissas psiquiátricas e biomédicas. Segundo Lobo (2015), no século XIX e início do XX, a medicina e a educação no Brasil utilizavam os termos advindos da psiquiatria francesa, mas também por vezes criavam uma expressão própria para classificar o indivíduo de acordo com a deficiência, lesão ou doença que se mostrava aparente.

[...] os autores brasileiros descrevem classificações estrangeiras, ora limitando o termo a idiotas, imbecis, surdos-mudos e cegos, ora estendem-se aos mais diversos tipos de déficit, doença [...] incluem: os atrasados pedagógicos, retardados mentais, débeis mentais, fisicamente débeis, astênicos ou preguiçosos, os paralíticos, epiléticos, histéricos, os imbecis morais, instáveis, retardados instáveis ou mistos, indisciplinados, desequilibrados, as crianças maltratadas, viciosas, viciadas, abandonadas e as anomalias transitórias [...] cada um usa o termo que acha melhor, por vezes criando seu próprio termo [...] (Lobo, 2015. p.362-363)

Na trajetória das mudanças de terminologia, buscando categorizar os indivíduos e se adaptar ao progresso da ciência e da educação. Essas mudanças, entrelaçadas às transformações sociais e políticas, podem ser percebidas nos diferentes documentos encontrados na Escola Elyseu. Ao longo do tempo, certas expressões adquiriram conotações pejorativas e foram abandonadas, demonstrado através de mudanças culturais e uma busca por uma compreensão mais ampla e inclusiva do conceito de deficiência. No acervo da instituição em questão, especialmente nos jornais entre 1987 e 1989, percebe-se uma sensível preocupação com a forma de identificar os alunos da Educação Especial. Durante esse período, os termos variavam entre "excepcional", "pessoa com necessidade especial", "deficiente" e "pessoa deficiente". Essa diversidade de termos evidencia um esforço genuíno de tratar esses alunos com mais

respeito e dignidade, buscando uma maneira mais humana e adequada de se referir a eles. Nestas matérias, também aparecem o repúdio ao uso de termos jocosos e preconceituosos que, por vezes, algumas pessoas utilizavam.

Primeiramente, deve-se entender que além da mudança na forma em nomear os sujeitos, o próprio termo Educação Especial pode ser considerado recente, pois só começa a ser utilizado a partir dos anos 1950, sendo anteriormente usado a terminologia Educação para deficientes. Esta nomenclatura anterior emergiu como um campo de conhecimento dentro da esfera da Medicina, sendo sua atuação baseada em um modelo clínico. Embora esta abordagem médica seja alvo de críticas nos dias atuais, é importante ressaltar, como observado por Fernandes (1999), que os médicos foram os primeiros a reconhecer a necessidade de educação para indivíduos que estavam em hospitais psiquiátricos, independentemente de idade, especialmente no caso de deficiência mental. Por um longo espaço de tempo a deficiência intelectual e as doenças mentais eram consideradas sinônimos, por isto compartilhavam dos mesmos tratamentos e atendimento.

Ao examinar a abordagem da Educação Especial no início do século XX, observo que se priorizava o assistencialismo e não havia uma preocupação com o acesso amplo e igualitário à educação (Januzzi, 1992). A deficiência era vista como uma condição intrínseca ao indivíduo, e qualquer atendimento prestado, mesmo em aspectos educacionais, era frequentemente encarado de forma terapêutica. Naquele período, poucas escolas estavam em operação e não conseguiam atender à demanda escolar, agravada pela longa história de escravidão e grande desigualdade de renda, que já perpetuava uma profunda estratificação social.

A educação formal era inacessível para a maioria e a população brasileira, independente da classe social, era majoritariamente analfabeta (Kassar, 2011a; 2011b). As escolas que existiam recebiam pessoas com deficiências menos aparentes, que passavam quase despercebidas. Em contraste, indivíduos com deficiências mais visíveis, como os doentes mentais e desvalidos<sup>29</sup>, eram segregados e confinados em instituições asilares e hospitais. A educação das crianças com deficiência era praticamente inexistente, sendo esses sujeitos marginalizados. Os registros nesse período são escassos, demonstrando uma sociedade que negligenciava os direitos dessa população.

---

<sup>29</sup> O termo “desvalido” foi utilizado como sinônimo de pessoa em situação de pobreza, também entendido por Lapa (2008) como inválido, doente, ancião, mendigo, nativo, imigrante e escravizado liberto. A escolha do uso do termo pessoas com deficiência na frase, é pelo fato que apesar destes apresentarem o mesmo tipo de tratamento pelo Estado, o autor não inclui os deficientes ao conceituar desvalidos.

Entre os marcos históricos, me ancoro nos estudos de Bueno (2016), que destaca a criação das primeiras entidades e espaços de atendimento<sup>30</sup> para as pessoas com deficiência criadas no Brasil no século XX: o Pavilhão Bourneville (1903), Pavilhão de Menores do Hospital do Juqueri (1923) e o Instituto Pestalozzi de Canoas (1927). Outras entidades privadas de atendimento começaram a emergir, com modelo de atendimento filantrópico e assistencialista. Durante esse período, a influência do saber médico, especialmente da Psicologia, começou a moldar os processos de ensino. Em 1906, foi criado o Laboratório de Psicologia Pedagógica no Rio de Janeiro, seguido pela implantação de um setor de Inspeção Médico-Escolar dentro do Serviço de Higiene e Saúde Pública em 1911, e do Laboratório de Pedagogia Experimental em São Paulo em 1913. Essa intervenção médica no ambiente escolar tornou-se um poderoso instrumento de inspeção pedagógica, separando alunos com potencialidades daqueles com traços de anormalidade, que geralmente recebiam atendimento de entidades privadas e assistencialistas. É crucial destacar que, ao longo de um século, houve uma transformação significativa na compreensão e no tratamento do público da Educação Especial, considerando um progresso contínuo em direção a uma abordagem mais inclusiva e humanizada.

No século XX, qualquer pessoa que apresentasse algum tipo de anormalidade, seja intelectual, moral, pedagógica ou psicológica, era considerada anormal, louca ou deficiente. Suas diferenças eram usadas para classificá-las e segregá-las (Bueno, 2016). Percebo que tanto o saber médico quanto o sistema de poder vigente influenciaram as formas de representações educacionais da pessoa com deficiência. Segundo Cresto e de Lima (2015, p. 169), "assim, foi formando-se a identidade educacional brasileira, engajada no projeto social eugênico," onde o indivíduo era julgado pelo seu estigma e doença, sendo isolado em instituições, enquanto na escola comum, o lugar de estudante ficava reservado para os "bem-nascidos"<sup>31</sup>.

Na década de 1920, o movimento Escola Nova trouxe uma onda de renovação educacional ao Brasil, inspirado por ideias de educadores europeus e norte-americanos. Segundo Campos (2011), essa abordagem tinha o objetivo de modernizar o sistema de ensino, integrando a Psicologia e utilizando testes de inteligência para identificar alunos com deficiência intelectual. No entanto, esses testes serviam para promover a segregação de alunos com deficiência considerada mais leve que frequentam classes especiais dentro da escola

---

<sup>30</sup> Entendo que o uso do termo entidade como um local criado para o atendimento exclusivo das pessoas com deficiência com a função mais assistencialista, enquanto os espaços de atendimento eram locais voltados para desenvolver um tipo de estudo por parte da área da saúde para ajudar no desenvolvimento deste indivíduo.

<sup>31</sup> Os grupos humanos estão divididos hereditariamente em pessoas com melhores potencialidades hereditárias do que outras.

comum. E acabavam excluindo da rede de ensino quem possuía um comprometimento grave, pois não eram aceitos pelas escolas públicas (Jannuzzi, 1992).

Em 1933, a organização das classes homogêneas tornou-se um desafio, já que muitas escolas não tinham as condições adequadas para realizar os testes, prejudicando a seleção dos alunos. A falta de espaço nas salas comuns e a formação de turmas mistas complicavam ainda mais o modelo baseado na Psicologia Escolar. Segundo Minatel (2018), o saber médico da época criou o “discurso sobre a criança anormal”, transformando-a em um “objeto de investigação e interesse”. Transferências de alunos durante o ano resultavam em classes heterogêneas e um sistema de classificação imperfeito (Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, 1933). Para enfrentar esses problemas, professoras e diretoras foram orientadas a ajustar as turmas conforme necessário (Rafante, 2011), expondo as fragilidades do sistema na tentativa de lidar com a diversidade de forma justa e eficiente.

Aqui faço uma análise sobre o impacto dos testes na Educação Especial, e como estes podem ter contribuído para a segregação de pessoas com deficiência ao criar uma visão distorcida e negligenciar aqueles sem acesso à escola ou encaminhados para instituições especiais, sua utilização ajudou a perpetuar a exclusão. A influência das ideias escolanovistas, além de uma ideia no campo da educação, era uma ideologia que carregava questões políticas, e era focada na “homogeneização cultural” (Veiga, 2004, p. 68), que acabou por se espalhar pelo país, reforçando a segregação. Segundo Bueno (2011), a História da Educação Especial se integrou a um movimento mais amplo de reorganização do Estado brasileiro, que resultou em reformas educacionais, trabalhistas, sanitárias e previdenciárias que tinham como objetivo:

[...]impedir a participação das camadas populares nas grandes decisões nacionais, a determinação científica e neutra da deficiência, principalmente no que se refere à deficiência mental, contribui para o acobertamento das reais determinações do fracasso escolar das crianças dessas camadas (Bueno, 2011, p. 109-110).

A forma como a Educação Especial foi tratada no Brasil, tanto no setor público quanto no privado, ocultou a verdadeira situação educacional do país. A abordagem se concentrava apenas na ideia de que a educação enfrentava problemas relacionados a alunos considerados "diferentes" ou "incapazes de aprender", sem considerar os fatores sociais, econômicos e culturais envolvidos. Assim, a Educação Especial acabava acolhendo uma parcela significativa da população, muitos dos quais não tinham deficiências. A visão predominante era que uma educação adequada poderia criar uma nação mais democrática e proporcionar oportunidades de ascensão social. Impulsionado por uma ideologia liberal, o Brasil focava em oferecer uma educação de qualidade para todos, formando novas elites sociais a partir dos mais aptos, e

criando escolas eficientes e atraentes, preparadas para inserir indivíduos no mercado de trabalho e na sociedade (Cotrin, 2010). As escolas passaram a adotar teorias da psicologia e do higienismo escolar, com a crença predominante de que a institucionalização era a melhor solução para as pessoas com deficiência. No entanto, essa abordagem esbarrava na falta de espaços especializados adequados para atender a todos.

A sociedade civil começa a se organizar em associações, a partir de 1930, formando entidades filantrópicas, tendo como objetivo atender as pessoas com deficiência (Jannuzzi, 2004). Muitas das instituições que faziam este tipo de atendimento eram privadas, mas recebiam auxílio de convênio com instituições públicas, estaduais e federais (Mazzotta, 2001). Dando seguimento, em 1932 Helena Antipoff<sup>32</sup> fundou a primeira Sociedade Pestalozzi, em Belo Horizonte, um dos marcos da Educação Especial, inicialmente com base nos princípios da higiene mental, buscava apoiar alunos e professores das classes especiais nos grupos escolares. Segundo Rafante (2011), nesse período a Sociedade Pestalozzi conduzia pesquisas, e buscava disseminar conceitos teóricos e práticos sobre a infância *excepcional* e criando instituições destinadas a atender este público. Conforme observado por Rafante (2011), a Sociedade Pestalozzi também desempenhou um papel crucial ao divulgar suas atividades, ressaltando a imperativa necessidade de assistência aos *excepcionais*. Essa divulgação não apenas sensibilizava as autoridades, mas também evidenciava que os deficientes, devido à invisibilidade e ao isolamento em determinados espaços de atendimento, enfrentavam dificuldades para ter suas demandas atendidas, devido à ausência de uma representação adequada.

Na década de 1930, o cuidado com pessoas com deficiência começou a ganhar mais visibilidade, mas o enfoque ainda era fortemente influenciado pela medicina, que oferecia a esterilização para famílias com crianças consideradas "anormais". Esse contexto evidenciava a utilização dessas pessoas como um campo de experimentação para métodos inspirados na eugenia, representando uma época em que a ciência e os preconceitos sociais caminhavam lado a lado, muitas vezes desconsiderando a dignidade humana. Quando comecei a trabalhar na Escola Elyseu, ainda era possível notar vestígios da eugenia, especialmente em relatos de professores. Lembro-me de uma história sobre um parente de um aluno da escola que havia

---

<sup>32</sup>Helena Wladimirna Antipoff, 25 de março de 1892, foi uma psicóloga e pedagoga russa. Após obter formação universitária na Rússia, Paris e Genebra, radicou-se no Brasil em 1929, a convite do governo de Minas Gerais, no contexto da reforma educacional conhecida como Reforma Francisco Campos-Mário Casassanta. Como grande pesquisadora e educadora da criança com deficiência, Helena Antipoff foi pioneira na introdução da educação especial no Brasil. Ela fundou a primeira Sociedade Pestalozzi, iniciando o movimento pestalozziano brasileiro, que atualmente conta com cerca de 100 instituições.

sido submetido a uma lobotomia<sup>33</sup> por apresentar características de doença mental. O fato curioso é que o procedimento foi realizado pelas mãos do próprio Eliseu Paglioli, renomado cirurgião neurologista, que deu nome a instituição. A esterilização<sup>34</sup> das meninas comum no passado, mas que ainda continua sendo proposto pelos médicos para as famílias de uma forma muito mais velada.

Com a instauração do Estado Novo, em 1937, a nova Constituição retirou o “Direito de todos à educação”, indicando a negligência do Estado que não considerava a educação como uma prioridade pública. Isso resultou na privatização do ensino para pessoas com deficiência, transferindo a responsabilidade para instituições privadas (D’Alberto Neto, 2020). Gonçalves (2011) analisa que, durante o governo de Vargas, a educação foi usada para promover um projeto de nação com um discurso eugenista. As pessoas com deficiência eram vistas como um problema a ser classificado sob uma perspectiva hereditária ou cultural.

No contexto brasileiro, houve um descrédito da eugenia com a entrada do Brasil na Segunda Guerra, mas ainda persistia este tipo de pensamento na memória coletiva, que acabava por circular de uma forma mais velada em espaços públicos e privados. Sua prática evoluiu a partir dos anseios das classes burguesas brasileiras, visando solidificar um tipo específico de povo que as representasse (Góes, 2015). Percebe-se que, atualmente, o pensamento eugênico ainda está presente na sociedade, devido à adesão de pessoas que se identificam com sua ideologia, reforçada pela ascensão de grupos de extrema direita que se aproximam da ideologia fascista e neonazista. Em 1945, com o fim do governo de Era Vargas, inicia-se no Brasil a Segunda República, no período de 1945 a 1964. No entanto, mudanças na Constituição Federal foram realizadas em 1946, incluída na Constituição a Declaração de Direitos, no Capítulo II, artigo 141, § 1º, com a garantia de que “Todos são iguais perante a lei” (Brasil, 1946). Apesar de estabelecido o direito à igualdade, o governo continuava se isentando do dever de garantir educação às pessoas com deficiência. Para atender à crescente demanda, novas instituições privadas continuaram a ser criadas, suprimindo uma necessidade que se instalava.

Ao término da Segunda Guerra Mundial, ocorreu um aumento de pessoas que foram vítimas do conflito e ficaram com algum tipo de deficiência físicas e sensoriais. A criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) emergiu neste cenário pois era necessário

---

<sup>33</sup> Entre 1936 e 1956, lobotomias e leucotomias foram realizadas em pacientes de instituições asilares brasileiras. Também conhecidas como psicocirurgias, essas intervenções envolviam a desconexão dos lobos frontais direito e esquerdo do restante do encéfalo, com o objetivo de modificar comportamentos ou tratar doenças mentais.

<sup>34</sup> Recentemente, a esterilização "não voluntária" era comum, ligada a perspectivas eugenistas negativas. Críticas surgiram dos estudos sobre deficiência, condenando as permissões legais para esterilizações compulsórias de pessoas com deficiência e defendendo políticas públicas alternativas.

estabelecer um código de conduta internacional concebido para proteger as minorias, evidenciava a preocupação com os excluídos, defendendo os valores democráticos de igualdade de oportunidades, de respeito à dignidade humana e da garantia das liberdades individuais.

Na década de 1950, a discussão internacional sobre a deficiência levou à criação de instituições assistenciais e educacionais. No Brasil, a atenção às necessidades das pessoas com deficiência foi lenta. Segundo Jannuzzi (2004), a mudança começou quando os altos custos de instituições asilares tornaram-se insustentáveis, impulsionando a Educação Especial por motivos econômicos. O governo buscava integrar pessoas com deficiência no mercado de trabalho, embasado na defesa dos direitos humanos e nas demandas econômicas. Surgiram os primeiros serviços de Educação Especial nas secretarias estaduais e incentivos para a criação de Federações e entidades privadas, o que levou às campanhas nacionais de educação para deficientes, com apoio do Ministério da Educação e Cultura (Mazzotta, 2011).

Em 1954, mais um marco importante para a História da Educação Especial, foi criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) no Rio de Janeiro, sob a influência do casal estadunidense, Beatrice Bemis e George Bemis<sup>35</sup>, que sentiram a falta de uma associação de pais com a finalidade de atender pessoas com deficiência. Logo outras APAEs começaram a ser organizadas, haja vista a desatenção das autoridades nacionais em torno do assunto e as reivindicações dos pais, que pleiteavam orientações sobre como educar e integrar socialmente seus filhos excepcionais (Bezerra, 2020).

Além das APAES, houve a expansão de instituições especializadas privadas de caráter filantrópico. Para Mazzotta (2005), “estas iniciativas podem ser vistas como assistencialistas e caritativas em nosso país e não como direito legalmente adquirido” onde o atendimento era terceirizado, isentando o governo de responsabilidade (Mazzotta apud Silva, p. 26). Neste sentido, observa-se que, em 1954, o estado do Rio Grande do Sul criou o Serviço de Orientação e Educação Especial (SOEE), este tinha o objetivo de atender alunos com deficiência mental, visando à profissionalização, mas também tratamentos e diagnósticos e cursos de formação para professores, entre outros serviços. Segundo Pitta e Danesi (2000), havia uma parceria entre o estado do Rio Grande do Sul, municípios, para o atendimento nas escolas especiais, e estado cedia os professores, a prefeitura ficava responsável pelo prédio e a APAE complementava o atendimento. Porto Alegre neste período, começou a ser um dos pólos principais do estado na oferta de cursos para professores. Em 1956 é criada a primeira escola especial do Rio Grande

---

<sup>35</sup> Sócios-fundadores e membros da National Association for Retarded Children (Narc).

do Sul, a Escola Especial Experimental<sup>36</sup> que funcionava, inicialmente, em uma residência. Essa escola Experimental foi responsável pelo início da Educação Especial no estado, e desencadeou uma procura pelo atendimento educacional, que até então não era ofertado (Pitta; Danesi, 2000).

Em 1957, o atendimento educativo às pessoas com deficiência acaba sendo assumido pelo governo federal, em âmbito nacional, mas a assistência ainda não era satisfatória em relação à demanda. Bezerra (2020) destaca que como consequência deste contexto houve uma expansão das associações:

O rápido crescimento de tais associações levou à necessidade de se pensar na maior articulação formal entre elas, mais uma vez tomando-se como referência o modelo da NARC<sup>37</sup>, que se constituía em uma organização nacional para coordenar as filiadas e pressionar as autoridades políticas (Bezerra, 2020, p. 131).

Entre as décadas de 1950 a 1960, as instituições educativas especiais, eram em sua maioria particulares e ocupavam um espaço que deveria ser do Estado, assumindo um papel de atender o público da Educação Especial. Estas instituições privadas se especializaram em atender um tipo específico de deficiência, seguindo modelos internacionais com a ideia de paradigma de serviços. Neste novo modelo, os deficientes deveriam ser atendidos em grupos separados visando reabilitação profissional e integração ou reintegração na vida social. É importante destacar que o atendimento da Educação Especial teve uma maior expansão na época do regime cívico militar, pois havia um certo estímulo para criação de instituições privadas. O governo intencionalmente desejava transferir sua responsabilidade para a sociedade civil. Essas instituições resultaram de iniciativas isoladas, tanto oficiais quanto particulares.

Em 1957, o Governo Federal assumiu a responsabilidade pela educação de pessoas com deficiência por meio de campanhas nacionais. A primeira, em dezembro de 1957, foi a "Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro", originada no Instituto Nacional de Educação de Surdos. Em 1958, seguiu-se a "Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes da Visão", e em 1960, a "Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais", coordenada pelas APAEs, Sociedade Pestalozzi e Ministério da

---

<sup>36</sup> A escola em 1978 mudou de nome, para Escola Estadual Especial Renascença. Inicialmente, ficava localizada na rua Lopo da Costa. Está localizada na Rua: Gen. Lima e Silva, 1801 - Centro Histórico, Porto Alegre

<sup>37</sup>NARC - National Association for Retarded Children é uma organização fundada em 1950 nos Estados Unidos. Inspiradora no Brasil da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae) acaba por estimular novas legislações, permitindo o acesso à escola de crianças deficientes vistas como “treináveis”.

Educação e Cultura. Essas campanhas destacaram o problema das pessoas com deficiência para o governo, promovendo a educação e a reabilitação, além de conscientização sobre inclusão e apoio governamental.

A partir da Lei de Diretrizes e Base (LDB) nº 4.024 de 1961, começaram a aparecer mudanças em relação às políticas públicas para pessoas com deficiência, a maior alteração se dá na inserção da Educação Especial no contexto da política educacional nacional, que antes se limitava a iniciativas regionalizadas. Para Jannuzzi (1992), essa lei é considerada também outro marco importante para ações do poder público nessa área. Mas apesar disto, apresentava problemas que acabavam por dificultar a inserção da pessoa com deficiência no sistema de ensino. A Lei de Diretrizes e Base de 1961 isentava os pais da obrigatoriedade de matrícula, a partir da comprovação de doença ou anomalia grave da criança. Assim, novamente se abria uma brecha para a excluir alunos com deficiência da rede pública de ensino (Brasil, 1961, não paginado).

A falta de investimento público na área da educação, acabou favorecendo a expansão da iniciativa privada, na Educação Especial criando um movimento de ampliação percebido com aumento de serviços voltados na assistência. Segundo Jannuzzi (1992), foi possível identificar os registros de mais de 800 estabelecimentos para pessoas com deficiência intelectual no período. Mendes, complementa que:

A rede de serviços era basicamente composta por classes especiais nas escolas regulares (74%), a maioria delas em escolas estaduais (71%). As instituições especializadas compunham cerca de um quarto dos serviços e eram predominantemente (80%) de natureza privada. Talvez em decorrência deste crescimento pode-se observar na década de setenta a necessidade de definir as bases legais e técnico administrativas para o desenvolvimento da educação especial no país (Mendes, p.99, 2010).

Apesar dos avanços na área, havia uma necessidade urgente de regulamentação e estruturação para que fosse garantido um sistema mais equitativo e eficiente na Educação Especial. Brizolla (2000), destaca que devido à demanda que se apresentava em Porto Alegre, novas escolas precisavam ser criadas:

**Quadro 4: Escolas Especiais em Porto Alegre**

Escola	Ano de Fundação
Escola Recanto da Alegria	1961
Instituto Educacional Nazareth - APAE <sup>38</sup>	1962
Escola Cristo Redentor	1967

Fonte: Quadro elaborado pela Autora (2023)

Conforme Pitta e Danesi (2000), no que diz respeito ao atendimento, todas as escolas ofereciam algum tipo de assistência médica. Uma curiosidade que chama atenção é que a Escola Cristo Redentor iniciou como uma instituição particular, e foi criada devido à falta de vagas nas escolas especiais. Com o apoio da sociedade civil, a escola começou a funcionar no salão paroquial da Igreja Cristo Redentor, somente em 1970, passando a ser uma escola estadual.

O atendimento ao público da Educação Especial na rede municipal de Porto Alegre, teve início na década de 1970, com a criação das classes especiais dentro das escolas fundamentais. Esse atendimento era baseado na interação entre os serviços de saúde e assistência social, estes sendo responsáveis pela avaliação, diagnóstico e encaminhamento dos alunos para esses espaços pedagógicos. Observa-se que a LDB estimulava a iniciativa privada a oferecer serviços educacionais às pessoas com deficientes, tendo a garantia de auxílios como empréstimos, bolsas de estudo e subvenções, transferindo a responsabilidade do Estado para sociedade civil, observado o crescimento das instituições privadas de cunho filantrópico, sendo a APAE entidade que teve maior expansão. Para Mazzotta (2011), os Artigos 88 e 89 demonstram essa abertura na lei, ao expressar que os alunos da Educação Especial “quando não se enquadrarem no sistema geral da educação” poderiam se enquadrar em outro sistema este sendo de Educação.

A Lei Federal nº 5.692, de 1971, trouxe a Educação Especial oficialmente para o âmbito de políticas públicas, sendo esta agora a população-alvo das ações governamentais. Jannuzzi (2004) destaca que ao abordar a presença da Educação Especial ao longo do regime militar, o presidente Emílio Garrastazu Médici<sup>39</sup>, mencionava a existência de uma “pressão legal”. Por

<sup>38</sup> Localizada no salão da Igreja Sagrada Família, no bairro Cidade Baixa.

<sup>39</sup> Foi o 28.º Presidente do Brasil, o terceiro do período da ditadura militar brasileira, entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974.

essa expressão utilizada pelo Presidente, podemos presumir que havia um grande movimento dos representantes das pessoas com deficiência mobilizado, exigindo do governo mudanças na lei para garantia de atendimento. O que levou à aprovação do parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 848/1972, em resposta a uma determinação ministerial que vinha acompanhada de carta do presidente das APAEs cobrando providências relativas ao “ensino e amparo ao excepcional” (Marcondes apud Jannuzzi, 2004, p. 140-141).

A Educação Especial, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) em 1973, ganhou algum espaço na administração central, sendo o primeiro órgão educacional do governo federal responsável pela definição da política de Educação Especial. De acordo com Rafante (2011), a fundação do CENESP foi consequência de um processo histórico, que compreendeu diferentes setores da sociedade, e está inserido na política de educação nacional e de acordo com as determinações dos organismos internacionais.

Em 1974, o Brasil, forma um grupo para realizar um levantamento de dados junto às Secretarias de Educação de estados e municípios, para conhecer a situação da Educação Especial em cada unidade da federação<sup>40</sup>. Para alcançar esse objetivo, era essencial criar um Grupo de Trabalho para Educação Especial, um projeto de prioridade para o governo, que queria demonstrar que estaria assumindo um compromisso em atender sem distinção à educação de pessoas consideradas "normais" e aquelas com deficiências.

Esse levantamento considerava apenas as pessoas com deficiência que possuíam potencial para ingressar na força de trabalho e contribuir para o desenvolvimento nacional. Grupo de Trabalho para Educação Especial argumentava que, ao comparar os custos da educação dessas pessoas com os gastos que adviriam da manutenção delas em estado de dependência ao longo da vida, era fácil concluir que fornecer-lhes o atendimento necessário era a decisão acertada. Em outras palavras, investir na educação e na integração das pessoas com deficiência na força de trabalho seria mais benéfico financeiramente e socialmente do que deixá-las dependentes e fora do mercado de trabalho (Brasil/MEC/CENESP, 1974, p.12). Para

---

<sup>40</sup> Em 1974, os dados do GT para Educação Especial, davam conta que havia 2.362 estabelecimentos de Educação Especial no Brasil. A maioria (mais de 70%) era administrada pelo estado e funcionava principalmente em classes especiais no ensino regular. As instituições particulares representavam 24,6% dos estabelecimentos, sendo a maioria especializada. Os estabelecimentos municipais constituíam menos de 5% do total e, em sua maioria, atendiam essa população no ensino regular. Os estabelecimentos federais eram poucos, representando apenas 0,5% do total. O primeiro diagnóstico das instituições de Educação Especial no Brasil, publicado em 1975 pelo CENESP, ofereceu um panorama das instituições especializadas da época. Apesar de mencionar a educação fornecida, o relatório não entrava em detalhes sobre escolarização formal, currículos ou certificações. O principal enfoque estava no treinamento profissional e na reintegração dos indivíduos excepcionais, com o objetivo de maximizar suas habilidades e facilitar sua participação no mercado de trabalho e na sociedade, mesmo que suas capacidades fossem limitadas (Rebelo, 2016).

dar continuidade, convido o caro leitor a explorar como essas questões que estavam se desenvolvendo no Brasil, e começaram a moldar o cenário da Educação Especial em Porto Alegre, destacando as transformações significativas e as demandas emergentes durante essa década de 1980.

## **2.1 A Emergência e Consolidação da Educação Especial em Porto Alegre: Uma Análise Histórica e Ideológica dos Movimentos e Demandas na Década de 80**

Numa retrospectiva histórica, falando do ponto de vista da Educação Especial no RS, em Porto Alegre, seu começo mais significativo aparece nos primeiros cursos de Pedagogia a partir de 1975, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Importante destacar que haviam frentes anteriores, mas não com essa terminologia ou com uma preocupação em especificar melhor o público. Conforme pesquisa de Pitta e Danesi (2000), a implementação dos cursos de formação com habilitação nas áreas específicas da deficiência teria colaborado para essa expansão das escolas especiais. Acrescento que, para desenvolver esta pesquisa sobre a Educação Especial, foi necessário um aprofundamento nos fatos marcantes que se desenrolaram na década de 1980, que talvez tenham colaborado na concepção da Escola Elyseu.

Entre os meus achados na visita ao Centro de Memória da Faced, há um documento: "Trajetória De Um Curso: Da Concepção à Concretização". Ele apresenta o relato detalhado dos desafios enfrentados para que o primeiro curso de Educação Especial em nível de pós-graduação da UFRGS saísse do papel. A ideia para este curso surgiu na Faculdade de Educação, especificamente no Departamento de Estudos Especializados (DEE), em janeiro de 1977, entre os motivos estaria a necessidade de atualização dos professores sobre a temática, pois já se desenhava mudanças, e devido à grande demanda de alunos com deficiência, havia a falta de professores qualificados. Para ilustrar a situação enfrentada na formação de profissionais em Educação Especial, apresentarei a seguir uma citação de um documento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), publicado em 1987.

Nesse período, um grupo de supervisores escolares pertencentes à 37ª DEs<sup>41</sup> (Porto Alegre) procurou a professora Neusa Junqueira Armellini, então chefe do DEE, solicitando que a Universidade auxiliasse no estudo de alternativas de solução quanto à formação de recursos humanos para essa área tão carente. A problemática do sistema de ensino, trazida pelas supervisoras, revelou constatações em dois âmbitos: a inexistência de profissionais supervisores qualificados, com formação específica

---

<sup>41</sup>DEs é a sigla utilizada para a Delegacia de Ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

em Educação Especial para atendimento nas "escolas classes especiais" nas diferentes DEs do Estado; e a diminuição progressiva dos poucos supervisores preparados existentes, com perspectiva de aposentadoria por tempo de serviço. A carência de supervisores escolares em Educação Especial, tanto na esfera pública quanto privada, sensibilizou a chefia do DEE e alguns professores desde o início da década (UFRGS, 1987a).

Apesar da demanda no Estado do Rio Grande do Sul e de toda a movimentação para que a Faced/UFRGS oferecesse o curso de Especialização em Educação Especial para Supervisores Escolares na Área de Deficiência Mental, diversos obstáculos atrasaram sua oferta em dez anos. Em 1979, o Plano Anual da Secretaria do Estado trazia a necessidade de realizar levantamento de alunos portadores de deficiência<sup>42</sup>, como forma de sistematizar o planejamento do atendimento educacional (Brizolla, 2000).

Ao analisar os documentos preservados no Centro de Memória da Faced, ficou evidente que entre os anos de 1970 e 1980, havia uma maior necessidade urgente de formação especializada para professores de Educação Especial. O processo, desde a concepção até a conclusão dos cursos, está meticulosamente registrado, destacando os desafios enfrentados. Entre os maiores obstáculos estavam a falta de conhecimento profundo dos professores sobre Educação Especial e a necessidade de reestruturar o currículo para definir conteúdos essenciais. Por esses motivos houve uma grande demora para efetivarem o curso. O amadurecimento da ideia foi crucial para a qualidade do curso ministrado, resultando em muitos frutos quando finalmente foi concretizado. O trecho a seguir, extraído de "Trajetória De Um Curso: Da Concepção à Concretização" (1987), detalha como a universidade enfrentar o desafio de explorar e desenvolver uma área de estudos até então nova e pouco conhecida:

Quanto ao corpo docente, vários esforços foram envidados, no sentido de aproveitar professores da própria Universidade muitos o foram, principalmente do Departamento de Estudante, e dos Especializados, os quais ministraram seis disciplinas do currículo proposto, aceitando o desafio de desvendar, estudar e aprofundar uma nova área de estudos até então inexistente para aquelas que se comprometeram. Para quatro disciplinas, fez-se necessário convidar professores de fora do Departamento especialmente, de fora da UFRGS, já que professores da própria Universidade, quando consultados para lecionar no curso, argumentaram não se sentirem competentes para este tipo de trabalho, justificando não terem experiência com o aluno "excepcional" deficiente mental (Trajetória De Um Curso: Da Concepção à Concretização, 1987).

No início dos anos 1980, vale ressaltar que essa emergência quanto a Educação Especial se expandiu para as pesquisas dos Programas de Pós-Graduação brasileiros, havia a predominância de pesquisas para as diversas áreas de excepcionalidade, com uma ênfase

---

<sup>42</sup> Denominação conforme achado no documento.

particular na deficiência intelectual. Esses trabalhos concentravam-se principalmente nas questões de ensino-aprendizagem no ambiente familiar e escolar, explorando as condições das classes especiais. Contudo, havia uma lacuna significativa em pesquisas sobre interações sociais mais amplas e o contexto geral das práticas educativas (Silva, 2018).

Ao cruzar estas informações em relação com o que acontecia, sobretudo na cidade de Porto Alegre, foi possível observar semelhanças no cenário político e ideológico. Por exemplo, estava acontecendo o debate público de grupos e movimentos que buscavam os direitos para as pessoas com deficiência, uma demanda que crescia por atendimentos na Educação Especial, e que continuou a crescer até o final da década de 1980. Um movimento que se iniciou nos grandes centros, com as instituições como APAE e Pestalozzi e foi se expandindo, e também repercutiu em Porto Alegre.

Quando comecei a procurar informações sobre a história da Educação Especial no Brasil tive facilidade em achar, mas tive dificuldades em achar sobre o que acontecia em Porto Alegre. Tudo que eu tinha era o marco da Escola Elyseu, que serviu como meu ponto de partida. Para entender o contexto antes de 1988, precisei voltar no tempo e descobrir o que estava acontecendo na cidade antes da criação da escola. Achei alguns materiais de jornal no acervo da escola que mencionavam movimentos importantes. Isso me motivou a investigar mais a fundo esses movimentos na capital gaúcha.

Para aprofundar este estudo, com ênfase na capital gaúcha e no período de 1988 a 1992, foi necessário buscar diversas fontes. Explorei livros no acervo da escola e realizei pesquisas online sobre instituições semelhantes à Escola Elyseu, que foram fundadas no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Esse processo permitiu traçar paralelos e identificar elementos comuns entre as diferentes experiências educacionais da época. Entendi que era preciso conhecer o contexto histórico para compreender esses movimentos da sociedade que levaram à criação da Escola Elyseu. Para tanto, precisei olhar para o passado, investigar os processos que levaram à criação de outros espaços anteriores à primeira escola especial municipal de Porto Alegre e conectar essas descobertas ao objetivo da minha pesquisa.

Optei por procurar informações das formações de professores, pois, enquanto de um lado havia uma demanda de alunos, do outro não havia professores especializados na área para fazer o atendimento. E presumindo que se neste período em Porto Alegre havia cursos de formação, poderiam também haver produções acadêmicas desde professores. Foi então neste movimento de procurar algum rastro do que poderia estar acontecendo na cidade no período que a instituição estava sendo criada que encontrei o estudo de Silva (2018), em que o autor

apresenta brevemente os "lugares" das dissertações e teses em Educação Especial no Brasil<sup>43</sup>. O autor foca na necessidade e emergência da temática da Educação Especial, bem como a sua consolidação dentro dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE). No quadro 5, apresento as dissertações e teses defendidas pelas universidades com sede em Porto Alegre, apesar de o recorte temporal ser maior que desta dissertação, podemos perceber que houve um aumento expressivo de estudos sobre este campo, a partir de 1985.

**Quadro 5: Produções defendidas nos PPGE com o tema Educação Especial**

PERÍODO	UFRGS	PUC/RS
1971 a 1984	2	1
1985 a 1998	14	12

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de Silva (2018)

Portanto, o aumento de produção acadêmica indica que a Educação Especial no Brasil demandava certa urgência, era algo debatido conforme evidenciado no artigo "A Criança Excepcional" de Santos (1980). A autora, professora na Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora, descreve como as pessoas com deficiência eram marginalizadas pela sociedade, sendo vistas como "um estorvo". Santos celebra as mudanças na percepção da sociedade, e vislumbra um tempo de transição, em que se buscava estabelecer o *lugar* das pessoas com deficiência, no sentido de que elas se enquadrarem a uma função, de modo que fosse assim abandonado o paternalismo que vigorava, e ao invés de possibilitar novas oportunidades aos indivíduos, tentava apenas protegê-los.

Em seu texto, Santos afirma que as pessoas com deficiência eram “dignas de desprezo ou de com-paixão, apenas toleradas pela sociedade” (Santos, 1980, p. 236). Embora esses termos sejam hoje considerados preconceituosos, o fato destas expressões estarem presentes em um texto acadêmico, representa o sentimento da sociedade nos anos 1980, em relação às pessoas com deficiências na época. Santos alerta para a existência de mais de 95 mil pessoas no Brasil vivendo com deficiências, enfatizando a importância de abordar sua relevância socioeconômica. Este dado sublinha que, mesmo no início dos anos 1980, havia uma necessidade urgente de políticas educacionais e sociais que promovessem a inclusão dessas

<sup>43</sup> Durante o período de 1971 a 1984, dos 26 PPGE existentes, 51 dissertações sobre Educação Especial foram defendidas em 14 programas. A segunda metade da década de 1980 e se estende até o fim da década de 1990, dos 53 PPGE existentes no país, foram defendidas 339 dissertações e 28 teses em Educação Especial.

pessoas na sociedade. Enquanto o texto de Santos evidencia a percepção e a necessidade de mudanças nos anos 1980, a experiência com a proposta de uma escola municipal em Porto Alegre também se alinha a esta proposta, pois havia, além de um atendimento médico-pedagógico, uma preocupação em preparar o aluno para colaborar, em certa medida, com a sociedade.

De modo geral, havia uma emergência por soluções que desencadearam vários movimentos que ocorreriam dentro e fora do país, o que acabou colaborando para uma mudança no cenário da Educação Especial. Organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Internacional do Trabalho, a International Rehabilitation se unia para estabelecer e reforçar as ideias de integração no atendimento aos excepcionais. O Plano de ação apresentado pela ONU ao Brasil tinha por objetivos a serem cumpridos durante a década, a curto, médio e longo prazos: conscientização, prevenção, educação, reabilitação, capacitação profissional, acesso ao trabalho, remoção de barreiras arquitetônicas e legislação. O modelo de integração foi escolhido por ser considerado essencial na busca pela "normalização". No entanto, ele pressupunha a existência de padrões, requisitos e condições, o que frequentemente resultava na exclusão de indivíduos que não se encaixavam nesses critérios.

O modelo de integração permitia exceções apenas dentro desses parâmetros rígidos, falhando em reconhecer adequadamente a diversidade e as necessidades específicas de cada pessoa. Embora houvesse uma preocupação em habilitar os indivíduos, favorecer o desenvolvimento de suas potencialidades, havia também outros objetivos a serem atingidos. Como a qualificação para o trabalho e o exercício consciente da cidadania, por tanto só se beneficiaria deste modelo um número limitado de indivíduos, os demais ficariam na marginalização.

Em 1981, a ONU proclamou o Ano Internacional das Pessoas com Deficiência, com o intuito de educar e conscientizar a sociedade sobre os direitos dessas pessoas e incentivar sua participação plena em diversos setores. De acordo com Júnior e Martins (2010), foi neste período que começaram a surgir movimentos globais e nacionais, incluindo no Brasil, lutando pela igualdade de direitos para as pessoas com deficiência. Esses movimentos desempenharam um papel crucial na criação deste ano dedicado a chamar a atenção para suas necessidades e direitos.

No empenho de atender às determinações internacionais, no Brasil foram formadas comissões em todos os estados da federação, no âmbito estadual e municipal (Rehabilita-Tion

International, 1980 Apud Brasil, 1981). A região sul tinha como uma das representantes A Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional (FAERS), que em 1981, com sede na cidade de Porto Alegre, coordenava Comissão Estadual que se reuniu com órgãos públicos e privados com o objetivo de debater temas como: prevenção, conscientização, educação, reabilitação, capacitação profissional e remoção de barreiras arquitetônicas. Esta Fundação posteriormente passa por uma reformulação, dando origem a FADERS (1988) – Fundação de Atendimento ao Deficiente e ao Superdotado no RS.

Ainda em 1981, percebe-se uma movimentação do governo do estado do Rio Grande Sul para atender demandas do público da Educação Especial, mesmo que ainda a educação não fosse o foco central. Neste sentido, a ordem de serviço nº 05/81 exigiu a eliminação de barreiras arquitetônicas em todas as obras públicas estaduais, exemplificadas pelo acesso ao Trensurb, metrô que ligava a área metropolitana de Porto Alegre. Além disso, a Lei nº 7.533, de 11/09/81, foi instituída, dispondo sobre o ingresso de deficientes físicos, sensoriais e mentais no serviço público estadual através de concurso ou prova seletiva.

Dando continuidade à sua proposta de expansão dos atendimentos aos deficientes, a Fundação Rio-Grandense de Atendimento ao Excepcional (FAERS) estabeleceu parcerias com Universidades para a realização de Cursos de Estudos Adicionais ao 2º grau nas áreas de Deficiência Mental, Visual e Auditiva. Essas parcerias ocorreram com a UFRGS nos anos de 1981, 1982 e 1983, e na PUCRS a partir de 1986, como extensão universitária (Brizolla, 2000).

A partir de 1984, a atuação dos movimentos das pessoas com deficiência no Brasil foi mais significativa, os grupos tinham como objetivo unificar todas as representações que existam em um único Conselho, para centralizar as demandas. Porém, isso não se concretizou devido às dificuldades em alcançar um consenso sobre as pautas a serem abordadas. No entanto, essa tentativa de aproximação das entidades resultou em um amadurecimento dos grupos, que conseguiram segmentar suas demandas por área de deficiência, o que permitiu intensificar ações conjuntas na busca por direitos para todas as pessoas com deficiência (Brasil, 2010).

Em 1985, a Lei 7.348, conhecida como Lei Calmon<sup>44</sup>, se destacou ao estabelecer critérios para o uso de recursos na manutenção do ensino, incluindo a Educação Especial. Em outubro do mesmo ano, o Centro Nacional de Educação Especial lançou o Plano de Educação

---

<sup>44</sup> Lei 7.348 em 1985, proposta pelo Senador João Calmon, buscava regulamentar a Emenda Constitucional 24, estabelece a obrigatoriedade de aplicação anual, pela União, de nunca menos de treze por cento, e pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, de, no mínimo, vinte e cinco por cento da renda resultante dos impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Especial - Nova Proposta. Dando continuidade às demandas foi criada a Portaria Cenesp/MEC nº 69 em 1986, que visava estabelecer normas e critérios reguladores para a prestação de apoio técnico e financeiro à Educação Especial, tanto nos sistemas de ensino público quanto no particular. Entre os diferenciais desse documento, destacavam-se a apresentação de um conceito atualizado de Educação Especial<sup>45</sup> e a escolha deliberada de não utilizar o termo "aluno excepcional" em um documento oficial, demonstra uma mudança na abordagem educacional da época.

A análise do cenário em Porto Alegre entre 1983 e 1987 indica uma evidente contradição entre as iniciativas governamentais em nível nacional e as realidades locais. Durante esse período, enquanto o governo federal desenvolvia planos e portarias voltadas para a regulamentação e o apoio à Educação Especial, a capital gaúcha enfrentava uma escassez significativa de vagas nessa modalidade de ensino. A carência de recursos e de infraestrutura adequada para atender à demanda crescente evidenciava uma lacuna entre as políticas públicas propostas e sua implementação prática.

Para mitigar essa falta, diversas ações foram empreendidas, as quais apresento no quadro 6, incluindo a inauguração de duas novas escolas de Educação Especial — uma estadual e outra privada. No entanto, a criação dessas instituições não foi suficiente para resolver o problema, e a sociedade civil teve que intervir de forma ativa. Foram fundadas três novas entidades voltadas à defesa dos direitos e à prestação de serviços para pessoas com deficiência, demonstrando o papel fundamental da comunidade na luta por inclusão e acessibilidade.

**Quadro 6: Escolas especiais e Entidades criadas nos anos 1980 em Porto Alegre**

ESCOLA ESPECIAL / ENTIDADE	ANO DE CRIAÇÃO	ORIGEM
Associação de Pais e Mestres e Amigos do COPA (APAMAC)	1982	A criação da APAMAC fortaleceu o COPA (Centro de Treinamento Ocupacional de Porto Alegre), e firmou parcerias para cursos que preparavam os alunos para o mercado de trabalho.
Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos (APADA)	1983	É uma entidade beneficente, assistencial, cultural e recreativa.

<sup>45</sup>Conceito da Educação Especial: Como parte integrante da Educação e visa proporcionar, através de atendimento educacional especializado, o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando com necessidades especiais, como fator de auto-realização, qualificação para o trabalho e integração social.

APAE - Dr. João Alfredo de Azevedo	1984	A terceira escola da APAE fundada em Porto Alegre, atualmente chamada de Escola Especial Dr. João Alfredo de Azevedo. Foi criada a fim de facilitar o atendimento de pessoas deficientes nos bairros mais distantes na Zona Sul da cidade.
Escola Especial Estadual Intercap	1985	Foi criada com objetivo de pesquisa, profilaxia e oferecer atendimento ao excepcional nas áreas de saúde, educação, trabalho e previdência social.
Federação Rio-grandense de Entidades de e para Cegos (FREC)	1986	O objetivo principal da FREC era unir outras organizações que lidam com deficiência visual no estado.

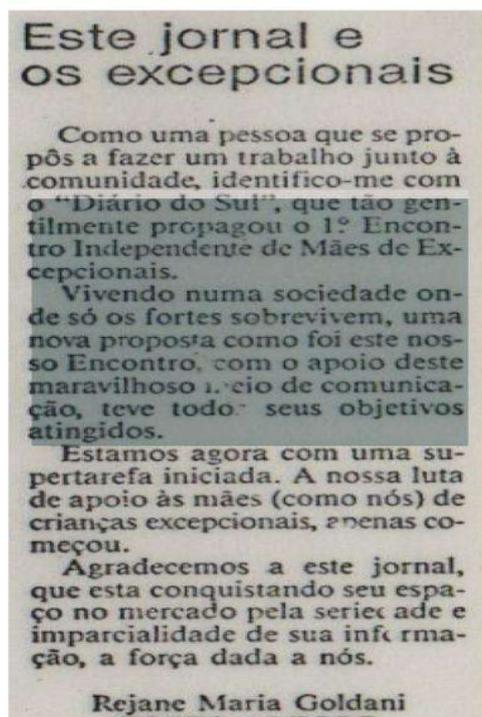
**Fonte: Quadro elaborado pela Autora com base nos estudos de Pitta; Danesi (2000)**

No ano de 1987, a Assembleia Nacional Constituinte foi marcada por uma participação ativa de várias entidades na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, no qual podemos destacar: Movimento dos Portadores de Deficiência, Federação Nacional das APAEs e a Federação das Pestalozzi, Federação dos Cegos (Júnior; Martins, 2010). Esses grupos reivindicavam a inclusão de suas demandas nos capítulos da Constituição, que apesar dos esforços, “não foram incorporadas da forma esperada” mas abriram novas possibilidades de assistência e serviços (Júnior; Martins, 2010, p.66). O engajamento que ocorria nacionalmente, também acontecia em Porto Alegre, onde havia movimentos pela garantia dos direitos fundamentais para indivíduos com deficiência, no qual eram mobilizados por associações de pais de deficientes e associações comunitárias.

Ao examinar criticamente os movimentos existentes na cidade de Porto Alegre, constatei que não havia uma rejeição significativa por parte da sociedade; pelo contrário, havia um apoio visível. No acervo da Escola Elyseu, localizei várias matérias de jornais que divulgavam ações, geralmente promovidas por associações de pais, em prol das pessoas com deficiência. Portanto, suas reivindicações não eram vistas como um problema pela sociedade. No entanto, pode-se inferir que os objetivos desejados estavam distantes de uma verdadeira educação inclusiva. Havia outros problemas, como a falta de escolas adequadas, transporte, atendimento médico predominante e professores especializados. Estes últimos, por muito tempo, foram erroneamente vinculados como os únicos capazes de atender alunos com deficiência. Esse enfoque resultava em um atendimento que, de certa forma, era excludente.

Contudo, comparado ao que era oferecido na época, representava um grande avanço, já que muitas dessas pessoas frequentemente não saíam do convívio familiar.

**Figura 12: Coluna Cartas - Esse Jornal e os Excepcionais**



Fonte: Acervo da escola / Jornal Diário do Sul (1987)

Na figura 12, pode-se ler a notícia do Jornal Diário do Sul<sup>46</sup>, de 24 de setembro de 1987, o agradecimento pela divulgação do 1º Encontro Independente de Mães de Excepcionais, em Porto Alegre, e mostra como era o engajamento do apoio às mães de crianças excepcionais. No Brasil, as mudanças sociais e os avanços nos direitos das pessoas com deficiência foram impulsionados por movimentos internacionais e direitos civis, que promoveram transformações na educação no país. No entanto, é crucial reconhecer que essas transformações na Educação Especial, tanto em Porto Alegre quanto em âmbito nacional, não ocorreram de forma linear. Embora tenham representado uma ruptura com o modelo clínico, ainda persistiram formas segregacionistas em alguns contextos, até mesmo dentro de uma cidade ou rede de ensino.

<sup>46</sup>O jornal O Diário do Sul surge a partir do grupo Gazeta Mercantil e a iniciativa marca uma imprensa voltada ao jornalismo cultural. E circulou no Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre, durante dois anos, entre 1986 e 1988.

Apesar dos movimentos em prol da Educação Especial, a construção da Escola Elyseu no bairro Cristal nos anos 1980 foi marcada por conflitos que refletiam tensões sociais profundas. Naquele contexto, os resquícios de uma mentalidade higienista ainda permeavam a sociedade, alimentando preconceitos velados. A presença de pessoas com deficiência transitando livremente pelas ruas do bairro gerava receios entre os moradores, revelando medos infundados e um distanciamento em relação à inclusão. Hoje, tais preocupações seriam amplamente questionadas e julgadas, mas, no final dos anos de 1980, eram vistas como parte de uma resistência ao que era, para muitos, uma nova realidade social. Parte dessa rejeição vinha da preocupação com o bem-estar das crianças consideradas normais. Havia uma crença coletiva de que um ambiente recluso seria mais adequado para pessoas que fosse diferente de um padrão de normalidade.

Outra questão que inquietava a comunidade era a possível exposição dos alunos do Colégio Elpídio Paes, uma instituição vizinha à Escola Elyseu, que ainda nem havia sido totalmente construída, a possíveis contaminações. O temor surgia diante da possibilidade de contato físico entre os estudantes, já que a divisória entre as duas escolas era feita apenas por telas de arame. É importante destacar que esses riscos foram mencionados tanto nas entrevistas realizadas, quanto nos jornais da época. Eles evidenciam características típicas do higienismo, envolvendo não apenas a contaminação física e psicológica, mas também a ideia de que a convivência entre diferentes poderia causar traumas ou problemas de aprendizagem, além da possível transmissão de patologias. Este tema será aprofundado nos próximos capítulos.

Em 1987, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul criou o primeiro curso de Especialização em Educação Especial para Supervisores Escolares na Área de Deficiência Mental, nível pós-graduação. O currículo enfatizava ações de prevenção, estimulação precoce e capacitação dos profissionais envolvidos (Brizolla, 2000). Durante uma pesquisa no Centro de Memória da Faced, encontrei uma variedade de documentos sobre o curso, o que foi muito empolgante, já que meu conhecimento sobre ele era bastante superficial. Entre caixas, pastas e sacos plásticos, descobri documentos bem identificados que detalhavam a idealização e autorização do curso. Esses registros incluíam as dúvidas iniciais do corpo docente do Programa sobre o tema, que, embora conhecido, estava seguindo novas direções. Além disso, havia registros detalhados de matrículas, listas de alunos, avaliações, currículos das disciplinas e gráficos, oferecendo uma visão abrangente da evolução do curso.

Os demais documentos que tratam sobre o Curso de Especialização em Educação Especial, demonstram a preocupação do corpo docente com as mudanças conceituais, teorias, pedagógicas, e o reconhecimento dentro da UFRGS de que algo novo estava sendo construído.

Havia a preocupação em oferecer uma proposta diferenciada na formação, buscava-se principalmente que o conteúdo do curso priorizasse a educação, e deveria se sobressair aos saberes da área da saúde, que ainda exerciam grande influência na Educação Especial. Durante a concepção do curso, houve uma atenção especial à seleção dos docentes que ministraram as aulas. Para isso, foi formado um corpo docente composto por professores da UFRGS e convidados de outras universidades, trazendo diversidade de experiências e conhecimentos. No entanto, documentos encontrados revelam que alguns desses professores convidados, declinaram do convite por não se sentirem plenamente capacitados para lecionar as disciplinas propostas, pois já se configurava um novo jeito de pensar a Educação Especial.

As atividades desenvolvidas no currículo do curso começaram em 1988, e foram além da sala de aula, integrando visitas e observações constantes em escolas da rede pública e privada ao longo de todo o período. É possível inferir que houve uma visita à Escola Elyseu pelas alunas do curso, mas os documentos disponíveis não confirmam esse fato. Os arquivos encontrados no Centro de Memória mencionam apenas as atividades, como passeios, sem especificar os nomes das escolas visitadas. Um desses passeios é relatado no documento "Críticas a uma Realidade".

Minha orientadora questionou-me quanto a autoria do documento, foi então que percebi que o conjunto de papéis desse arquivo não possui identificação de autoria. Sabemos que, mesmo sem assinatura, a fonte não perde seu valor, pois foi feita com a intenção de registrar informações de como se desenvolveu o curso, suas práticas e atividades realizadas. Quem o escreveu, teve a intenção de registrar, para evitar que esses detalhes caíssem no esquecimento. Registrou-se o que era importante, não para preservar formalmente, mas para garantir que essas informações fossem lembradas no futuro.

Entre abril e setembro de 1988, o curso de Especialização em Educação Especial foi conduzido pelo seguinte corpo docente: Cacilda Maria Zordo, Maria Beatriz Gomes da Silva, Maria Helena Camara Bastos, Silvano Rocha Neto, Tania Maria Alagão, Clarissa Seligman Golbert, Lisia Maria Fensterseif, Lizete Di Pietro da Rosa, Marlene da Silva Soares, Sonia Stangherlini Scornavacca, Neusa Junqueira Armellini, Zelia Maria Farenzena e Maria Beatriz Gomes da Silva. Essas atividades externas visavam aproximar teoria e prática, oferecendo uma formação mais completa e realista. Para tornar o evento mais dinâmico, foram organizadas palestras com diversos profissionais que atuam em classes e escolas especiais, incluindo neurologistas, psicólogos e psicomotricistas.

Retomando novamente ao documento "Críticas a uma realidade", existe o relato de palestras que enriqueceram as disciplinas, como a presença de presidente da Associação dos

Supervisores do Rio Grande do Sul, a Coordenadora da Licenciatura de Educação Especial da PUC/RS e a Coordenadora das Classes Especiais da Secretaria Municipal de Novo Hamburgo/RS, que participaram de um painel sobre o papel do Supervisor Escolar. Uma parte interessante deste documento trata sobre a palestra da Supervisora de Educação Especial da 1ª DE que apresentou o modelo de avaliação utilizado pelo sistema de ensino. Modelo este que contrastava com a proposta discutida na disciplina de Pesquisa e Avaliação Psicopedagógica, evidenciando a distância entre teoria e prática. Esse confronto sublinhou a importância de uma abordagem crítica e integrada no curso, ressaltando a necessidade de alinhar as expectativas acadêmicas com as realidades do sistema educacional. Em outros documentos, aparece esta crítica entre teoria e prática, que era percebida em algumas visitas em escolas.

**Figura 13: Lista com alunas do 1º Curso de Especialização em Supervisão Escolar na Área de Educação Especial Faced/UFRGS**

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SUPERVISÃO ESCOLAR NA ÁREA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL		DISCIPLINAS:												
ALUNOS INSCRITOS		Inst. Origem	Seminário de Relações Inter-pessoais		Atuação Profissional em Psicopedagogia		Atuação Profissional em Psicopedagogia		Atuação Profissional em Psicopedagogia		Atuação Profissional em Psicopedagogia		Atuação Profissional em Psicopedagogia	
			C	F	C	F	C	F	C	F	C	F	C	F
ANA CLÁUDIA DA SILVA RODRIGUES		Professora	A	100	B	100	A	100	A	100	A	100	A	100
ANATHILDES AZAMBUJA TOFANI		Professora	A	100	B	100	B	100	A	100	A	100	A	100
AZELIR DA ROSA SCHNEIDER		Professora	B	100	B	100	B	100	A	100	A	100	A	100
CÁTIA ROSANE PIRES DE CAMARGO		Professora	A	100	B	100	B	100	A	100	A	100	A	100
CLECI JUDITH BEAL SEIBT		Professora	A	100	B	100	A	100	A	100	A	100	A	100
DIRCE SALEWSKI VARGAS		Professora	A	100	A	100	A	93,3	A	100	A	100	A	100
EDAIR MARIA GUISONI TROIS		Professora	B	100	C	100	B	90	A	100	A	100	A	100
ELISABETE OLIVEIRA DA SILVA		Professora	A	100	A	100	A	93,3	A	100	A	100	A	100
ERECI ALBUQUERQUE MOGNETTI		Professora	B	100	A	100	A	93,3	A	100	A	100	A	100
GLADYS HENTS LUDWIG		Professora	B	100	A	100	B	93,3	A	100	A	100	A	100
INÊS MACHADO		Professora	A	100	B	100	B	100	A	100	A	100	A	100
IONE MARIA DE SOUZA LUCAS		Professora	A	100	A	100	A	86,6	A	100	A	100	A	100
ISABELA CLEMENTINA STEFANINI		Professora	B	100	A	100	B	100	A	100	A	100	A	100
LISIANA ANDRÉA MORAES SAUER		Professora	A	100	A	100	B	86,6	A	100	A	100	A	100
LUCIA KRETISKA ARAUJO		Professora	A	100	B	100	B	100	A	100	A	100	A	100
MARA TERESINHA DE OLIVEIRA		Professora	A	100	A	100	A	100	A	100	A	100	A	100
MARIA CRISTINA VARGAS DE SOUZA		Professora	B	100	B	100	B	86,6	A	100	A	100	A	100
MARIA DA GLÓRIA BARBOSA NOGUEIRA		Professora	A	100	A	100	B	100	A	100	A	100	A	100
MARIA GORJA MARINS		Professora	B	100	B	100	C	86,6	A	100	A	100	A	100
MARIA INÊS NAUJORKS		Professora	B	100	B	100	C	86,6	A	100	A	100	A	100
MARIA TRACEMA DE CASTRO		Professora	B	100	B	100	A	93,3	A	100	A	100	A	100
MARIA ISABEL GUERREIRO DOS SANTOS		Professora	B	100	A	100	B	86,6	A	100	A	100	A	100
MARIA LEONI SAUTER HENNEMANN		Professora	A	100	A	100	B	86,6	A	100	A	100	A	100
MARIANA ROSSI STUMPF		Professora	A	100	B	100	A	100	A	100	A	100	A	100
MARLENE GUIGIOLINI CUNEGATTO		Professora	A	100	A	100	B	86,6	A	100	A	100	A	100

Fonte: Caixas Educação Especial, material encontrado no Centro de Memórias da Educação Faced - UFRGS (CEME) / 1987

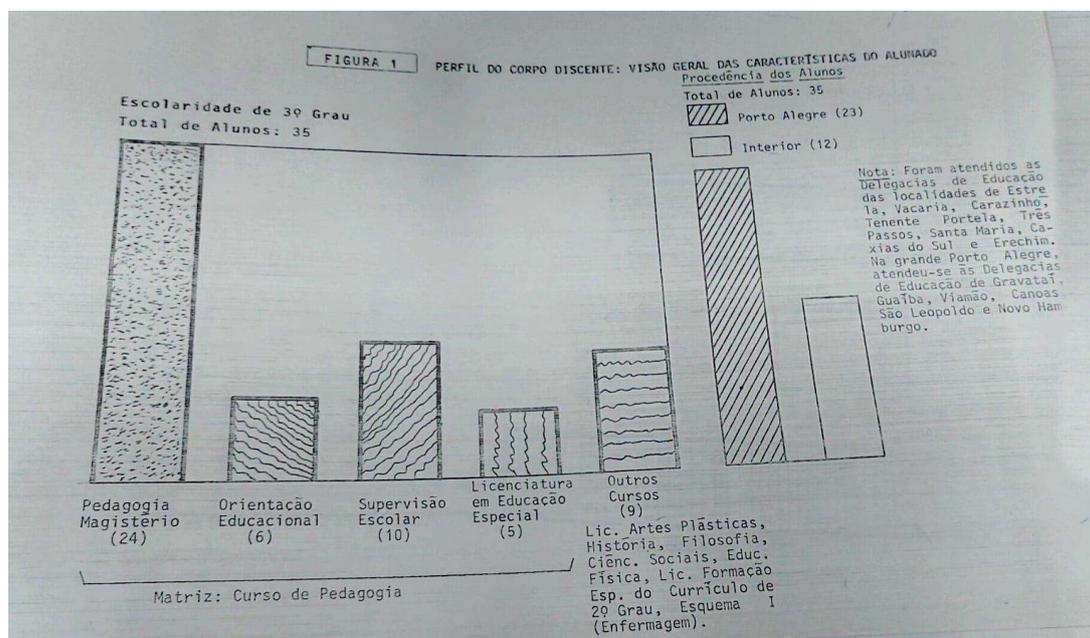
Nas caixas do Centro de Memória, encontrei a lista das alunas matriculadas no curso de especialização, apresentado na figura 13. Ao ver o arquivo pela primeira vez, identifiquei na primeira linha uma possível entrevistada, Ana Cláudia da Silva Rodrigues, professora que pessoalmente conhecia, e que havia atuado na Escola Elyseu. Fiquei feliz por perceber essa

conexão entre a escola e o curso. No entanto, ao entrar em contato com Rodrigues, ela indicou outras pessoas para a pesquisa, frustrando minhas expectativas iniciais.

Como minha atenção estava focada em apenas uma professora, não analisei minuciosamente o restante da lista, uma vez que os demais nomes naquela ocasião eram, para mim, desconhecidos. No entanto, à medida que fui me aprofundando na história da Educação Especial em Porto Alegre, percebi que era o momento de revisitar os documentos do curso da Faced. Foi quando me deparei novamente com a lista das alunas, enxerguei o documento de uma forma diferente; aquele papel ganhou uma nova importância, uma oportunidade de ser analisada por uma pessoa que agora já tinha mais maturidade do que no início da pesquisa.

Com um olhar renovado, localizei Maria da Glória Nogueira, uma das participantes deste estudo, na sequência de nomes. Mesmo após descobrir Nogueira, continuei buscando mais informações sobre o curso de supervisores, entendendo que a lista tinha um potencial maior a ser explorado. Assim, nos arquivos do CEME, encontrei um gráfico, apresentado na Figura 14, que mostrava o perfil do corpo discente: 23 alunas eram da capital gaúcha e 12 do interior do estado. Além disso, todas as discentes eram mulheres que atuavam na rede pública, em escolas especiais.

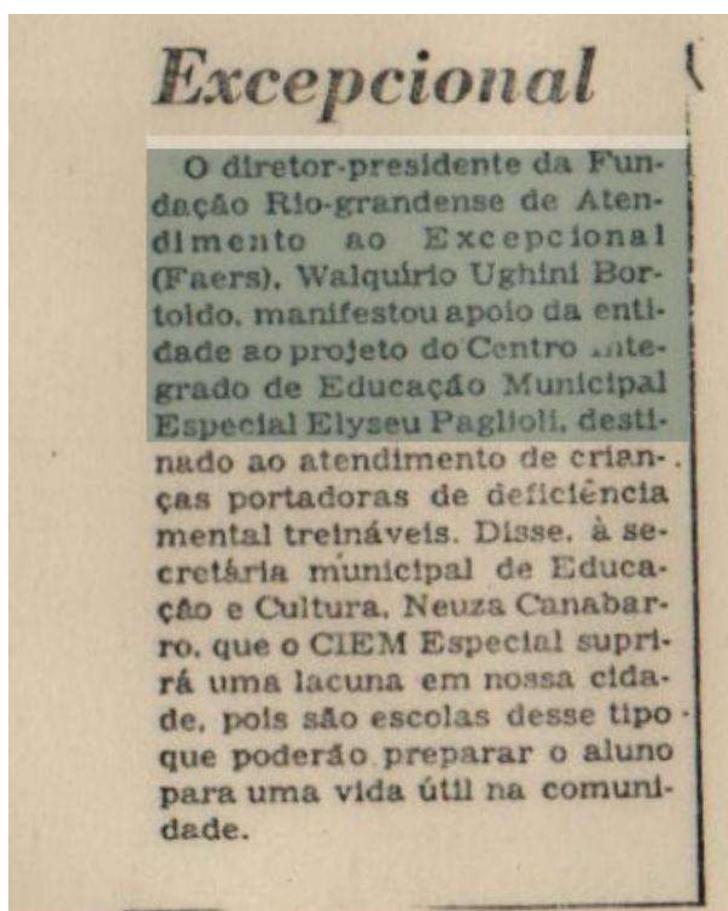
**Figura 14: Gráfico de Perfil dos Alunos do 1º Curso de Especialização Em Educação Especial - Faced**



Fonte: Centro de Memórias da Educação Faced / UFRGS - Material encontrado nas caixas Educação Especial, doado por Maria Helena Câmara Bastos (1988)

Ao cruzar essas informações, percebi que, no final dos anos 1980, Porto Alegre tinha poucas escolas públicas especiais, sugerindo que mais alunas da lista poderiam pertencer à Elyseu Paglioli. Esse fato foi confirmado quando ao entrar em contato com Nogueira esta reconheceu os nomes na lista como integrantes da rede municipal de Porto Alegre, com algumas atuando especificamente nas escolas especiais, incluindo a Escola Elyseu. Em outubro de 1987, a Fundação Rio-grandense de Atendimento ao Excepcional (FAERS), se manifestou em favor do projeto da Escola Elyseu (Zero Hora, 1987).

**Figura 15: Fundação Rio-grandense de Atendimento ao Excepcional manifesta apoio à escola**



Fonte: Acervo da escola/ Jornal Zero Hora/ Material encontrado no depósito (1987)

A Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul no final de 1988, interrompeu as cedências de seus professores para a FADERS. O que prejudicou as ações em desenvolvimento na sede, nos Centros e nas Escolas da instituição, pois estes professores recebiam formação e para depois atuarem com o público da Educação Especial (Brizolla, 2010). Os transtornos causados por essa ação levaram o governo a recuar na decisão. E os

professores que atuavam diretamente com as crianças e jovens com deficiência puderam retornar às Escolas e Centros.

Destaco que o direito à educação para pessoas com deficiência começou a ganhar mais espaço, quando se evidencia na ampliação de vagas e na melhoria das condições de acesso e permanência na escola, possibilitando a conclusão das etapas da escolaridade básica. As questões levantadas dentro das universidades em suas pesquisas foram fundamentais para esse avanço. Conjuntamente, o plano de ação do Ano Internacional das Pessoas Deficientes influenciou significativamente esse progresso. Conforme estabelecido no Art. 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é reconhecida como um direito de todos e um dever do Estado e da família, com o objetivo de promover o pleno desenvolvimento da pessoa, sua preparação para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O Art. 208 da Constituição Federal de 1988 foi um marco na promoção da inclusão escolar, ao estabelecer a integração de pessoas com deficiência nas escolas comuns e garantir serviços de apoio especializado. Esse avanço legislativo foi crucial para tornar a educação mais acessível e destacou a responsabilidade do Estado em garantir a inclusão. Contudo, a implementação prática enfrentou limitações e desafios, e o conceito de educação inclusiva na época ainda não estava totalmente desenvolvido, apesar do uso da terminologia.

O direito à educação garantido pela Constituição Federal não aborda totalmente a participação plena dos alunos com deficiência em todos os aspectos da vida escolar. O foco principal era fornecer atendimento básico, sem um desenvolvimento real de práticas pedagógicas inclusivas. Aos alunos com deficiência ficavam com a opção de se adaptarem às condições existentes, ou seja, serem atendidos em classes especiais na escola comum. Aqueles discentes que não conseguissem se adequar eram encaminhados para escolas especiais, como a Escola Elyseu, que ofereciam um serviço especializado e adaptado. Mesmo com a garantia por lei, os movimentos das pessoas com deficiência, continuaram tensionando os governos na busca de novas formas de incorporar suas demandas no texto constitucional. Esse esforço resultou na criação da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE).

A Lei nº 7.853 de 1989 foi uma importante conquista ao garantir que pessoas com deficiência tivessem acesso aos seus direitos básicos, incluindo educação, saúde, trabalho e outros. Em 1989, Porto Alegre tinha vinte e duas classes especiais em operação, mas essas foram gradualmente desativadas com a mudança na proposta pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Os anos 1990 trouxeram várias conquistas para a Educação Especial, impulsionadas pela abertura política, envolvimento da ONU e a presença de representantes de

pessoas com deficiência. Dentre as conquistas, destaco que em 1994 foi publicada a Política Nacional de Educação Especial:

[...] orientando o processo de ‘integração instrucional’ que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que " [...] possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais” (Brasil, 2008, p.7).

A Política Nacional de Educação Especial, tinha como objetivo gerar políticas que promovessem uma educação de qualidade para todos, como a garantia do acesso universal à educação. Avançando no tempo, em 2008, o Ministério da Educação criou a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, diferente da proposta de 1994, esta propõe a reestruturação das escolas e classes especiais, a inclusão proposta busca alterações na cultura escolar, para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

A Educação Especial enfrentou muitos obstáculos, com problemáticas conceituais persistentes, como a “simbiose entre o público e o privado” (Marcondes, 2016) e a interseção com o campo médico. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva visava superar essas questões ao transformar os sistemas de ensino em “sistemas inclusivos” e implementar iniciativas concretas que ainda não haviam sido formalizadas.

Por dez anos, houve um esforço do governo federal voltado para inclusão, mas em 2018 com o *impeachment* da presidente Dilma Vana Rousseff<sup>47</sup>, houve um declínio nas políticas da Educação Especial. Kassir (2022), em seu artigo, “Debates para uma (des) construção da política de educação”, explica que com o início do governo do presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia, a Diretoria de Políticas de Educação Especial teve que revisar sua política de inclusão.

Em Porto Alegre, o contexto de mudanças políticas<sup>48</sup> também ocorria em 2018, enquanto a Escola Elyseu celebrava seus 30 anos de existência, o prefeito Nelson Marchezan

---

<sup>47</sup> Dilma Rousseff, nascida em 14 de dezembro de 1947, é uma economista e política brasileira. Membro do Partido dos Trabalhadores (PT), ela foi a 36ª Presidente do Brasil, ocupando o cargo de 2011 até ser afastada devido a um processo de impeachment em 2016.

<sup>48</sup> É interessante como houve influências dos partidos na educação em Porto Alegre, após 1988, quando Collares termina seu mandato, a prefeitura foi governada pelo Pt de 1989 a 2005, com as ideias do pós-construtivismo e processo participativo realizado com todos os segmentos da comunidade escolar e analisa alguns dos princípios e conceitos estruturantes da concepção de Escola Cidadã. Depois assumiram os partidos Partido Popular Socialista - PPS, Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB, Partido Democrático Trabalhista, Partido da Social Democracia Brasileira -PSDB e Movimento Democrático Brasileiro - MDB, demonstrando uma mudança na forma de pensar na Educação.

Júnior<sup>49</sup> do Partido da Social Democracia Brasileira e o Secretário de Educação, Adriano Naves de Brito<sup>50</sup>, pensavam na situação escolar da cidade. Eles adquiriram bolsas em instituições privadas para abrigar a população com deficiência e, diante da falta de professores especializados na rede municipal, viam como solução o fechamento da instituição, devido a possuir recursos humanos qualificados que poderiam ser realocados. A matéria “OAB/RS debate situação da Escola Municipal Especial Professor Elyseu Paglioli de Porto Alegre com Secretário da Educação<sup>51</sup>” abordou o possível fechamento da escola e a realocação de seus professores (OAB, 2018). No entanto, após intensos movimentos em defesa da continuidade da escola e esclarecimentos sobre sua dinâmica de trabalho, a ideia de fechamento foi finalmente abandonada. Nesse episódio, percebe-se como as mudanças de governo influenciaram diretamente a trajetória e o desenvolvimento das instituições de ensino, demonstrando que a educação é um campo de disputas, profundamente entrelaçado com as dinâmicas políticas e sociais de cada período.

Em novembro de 2018, é apresentado no site do Ministério da Educação uma consulta pública sobre o tema inclusão, o que aparentemente representava uma maior participação da sociedade. Mas esta consulta pública, teve várias críticas da forma como foi realizada, e resultou no Relatório Descritivo Política Nacional de Educação Especial - 2018 (PNEE)<sup>52</sup>, que indicou ao Ministério da Educação mais uma consulta pública online, agora com uma proposta de revisão da Política de Educação Especial de 2008:

Pela primeira vez, a atualização da política de educação especial contará com a participação de pais, alunos, instituições de ensino e pesquisadores da área. A Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi) do Ministério da Educação abre nesta terça-feira, 6, às 18h, consulta pública para ouvir a população sobre a Política Nacional de Educação Especial. (MEC, 2018).

Apesar do convite aberto para participação, as organizações que se sucederam não tinham características democráticas. Com o relatório da consulta popular, os debates foram iniciados em um seminário em novembro de 2018, com falta de pluralidade nos grupos de trabalho, e não levando em conta o histórico de lutas da Educação Especial. O resultado da

---

<sup>49</sup> Nelson Marchezan Júnior é advogado, foi prefeito de Porto Alegre de 2017 a 2022, filiado ao PSDB, o Partido da Social Democracia Brasileira, que é um partido político brasileiro de centro, às vezes associado a centro-esquerda ou à centro-direita.

<sup>50</sup> Adriano Naves de Brito é doutor em Filosofia (UFRGS), sendo Secretário Municipal de Educação de Porto Alegre de 2017 - 2020

<sup>51</sup><https://www2.oabrs.org.br/noticia/oab-rs-debate-situacao-da-escola-municipal-especial-professor-elyseu-paglioli-de-porto-alegre-com-secretario-da-educacao/27065>

<sup>52</sup> Relatório Descritivo das Contribuições da Consulta Pública Sobre a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e ao Longo da Vida - PNEE-2018

pesquisa sobre a Educação Especial, apresentava críticas sobre as proposições contidas na política de 2008, não considerando outros fatores que influenciam na qualidade da educação, como, por exemplo, a agenda neoliberal.

O movimento de desconstrução da política da Educação Especial continuou no período de 2019 a 2022, com projeto de governo neoliberal do então presidente Jair Bolsonaro em que houve um estímulo à política de privatização e ataque à educação, com corte de verbas em diversos setores. Outro assunto a se levantar e que representa um avanço do movimento conservador no Brasil é a presença de argumentos religiosos no seminário. Kassar 2022, complementa:

Em meio a argumentos que envolvem perspectivas pedagógicas e jurídicas, chama a atenção a emersão de um argumento que destoa dos relacionados ao campo acadêmico/científico - o argumento religioso -, de modo a aproximar Estado e Religião, em um movimento na contramão das características de um Estado Moderno Republicano, instituições e desconsidera a escola pública como instituição republicana (Kassar, 2022, p.19).

Com a promulgação do Decreto nº 10.502/2020, que posteriormente foi suspenso no mesmo ano pelo Supremo Tribunal Federal, o governo de Bolsonaro se aproximou de políticas assistencialistas, terceirizando a educação especial e transferindo-a para instituições privadas (ANPED, 2020; Araújo, 2020). O decreto presidencial se fundamentava em questionamentos sobre a eficácia da educação inclusiva, levantados no relatório Política de Educação Especial de 2008 e das discussões realizadas no seminário. Esse decreto não considerava as conquistas históricas do Brasil no campo da Educação Especial, como a necessidade de maiores investimentos, a implementação efetiva de políticas inclusivas anteriores, como os “sistemas inclusivos”, promovendo a garantia da presença das pessoas com deficiência cada vez mais presente dentro das escolas.

D'Alberto Neto (2020, p. 25) alerta que a defesa da inclusão “segue a premissa de que devemos melhorar as escolas regulares”, com retiradas de barreiras materiais e imateriais que cause a exclusão, sendo necessária também uma mudança na cultura escolar “para que obtenhamos uma inclusão plena de todos os alunos”. Milton Ribeiro, então Ministro da Educação, declarou que “crianças com deficiência atrapalham o ensino dos demais estudantes e, em alguns casos, é impossível a convivência” (2021). A declaração discriminatória e segregadora do ministro foi repudiada por diversos setores da sociedade e no plenário do Senado Federal, pois ignorou os direitos das pessoas com deficiência, conquistados nas duas últimas décadas, mas demonstrou estar alinhado com a agenda neoliberal estabelecida pelo

governo (Lima; Hermida, 2022). Compreende-se, a partir deste aprofundamento sobre a história da Educação Especial no Brasil, que há um extenso material sobre o tema, as pesquisas abordam diferentes campos que se entrelaçam na composição da Educação Especial. Marcadas inicialmente com negligência, a concepção organicista, a influência do contexto internacional e o avanço da privatização da educação, fatos estes que sempre estiveram relacionados à história política do país.

Caro leitor, ao longo deste capítulo procurei conduzi-lo por uma narrativa que mostrasse a História da Educação Especial em uma ordem cronológica, com um enfoque no século XX e uma atenção especial aos eventos que ocorreram no final dos anos 1980, por este motivo fiz uma escolha por levar a discussão dessas questões até o momento presente. Minha intenção foi discutir os desdobramentos que moldaram esta modalidade de ensino. Essa linha do tempo permitiu destacar a importância de uma abordagem inclusiva que valoriza a diversidade humana e garante o direito à educação para todos.

Ao revisitar a trajetória histórica da Educação Especial, minha percepção sofreu uma transformação significativa ao investigar os contextos históricos, sociais e políticos em diferentes escalas. Durante essas análises, refinei minha visão e passei a observar com maior clareza os fenômenos sociais que contribuíram para a consolidação da Educação Especial. A redemocratização do Brasil e a Constituição Federal foram marcos importantes que ajudaram a definir responsabilidades mais claras para a educação, promovendo a universalização e democratização do ensino básico público. As conexões temporais da História da Educação Especial e a criação da Escola Elyseu apresentam ligações reais e influências subjetivas de significados que percutem ao longo do tempo.

Concluindo este capítulo sobre a História da Educação Especial, e fundamentando-me nos estudos de Koselleck (2006), percebo a importância crucial de integrar a dimensão da temporalidade em minhas análises como historiadora. Essa abordagem me permitiu expandir minha compreensão da história, guiando-me para uma análise mais detalhada e minuciosa dos eventos.

O autor fornece um instrumental teórico adequado para compreender essa questão na Historiografia, abordando a correlação entre as três instâncias da temporalidade (passado, presente e futuro). Além disso, para Koselleck (2006), em cada presente expressa-se a possibilidade de conceber de uma nova maneira a relação entre futuro e passado, destacando a assimetria entre essas duas instâncias da temporalidade. A construção da Escola Elyseu atravessa diversos estratos do tempo, sobrepondo-se a paradigmas econômicos, culturais e políticos, herdando o percurso histórico da Educação Especial. Esta perspectiva comprova

como as práticas excludentes ao longo da história contribuem para a produção de desigualdades, na sociedade e nas instituições escolares.

### 3 ENTRE CRATERAS, UM LUGAR DE APRENDIZAGEM: A CRIAÇÃO DA ESCOLA ELYSEU (1986 A 1988)

[...] a escola especial, para doenças mentais treináveis deverá ser implantada no Cristal. A razão da nova escolha da SMEC é essencialmente prática: ali a Prefeitura possui quatro terrenos em condições de sediá-la. A zona sul constitui, segundo pesquisa realizada pela SMEC de janeiro a março, a segunda maior concentração de doenças mentais não assistidas. Os lugares onde a escola poderá ser edificada são mantidos em segredo pela SMEC: A cautela tem uma explicação: a secretaria quer prevenir-se de uma fúria repressiva como a que se desencadeou na Vila Elizabeth e no Bairro Ipiranga contra esse tipo de escola (Zona Sul, 1987, p.4).

A pesquisa sobre a história da Escola Elyseu Paglioli teve como um dos personagens o bairro Cristal, onde a instituição foi construída, pois o terreno acabou sendo o centro de uma disputa que ficou na memória da comunidade, e em documentos como epígrafe que abre esse capítulo. Situado na zona sul de Porto Alegre/RS, durante a investigação o reconhecimento do local foi ganhando espaço, devido à importância para compreender o contexto em que esta região se encontrava antes da proposta de implementação da instituição escolar.

Neste capítulo, busco compreender como foi a criação da Escola Elyseu, explorando as relações entre memória e escola, e examinando o cotidiano interno da instituição nos primeiros anos, assim como o contexto mais amplo que ultrapassa seus muros. E os motivos que levaram a comunidade do Bairro Cristal, em Porto Alegre, a inicialmente rejeitar a implementação da instituição naquela região.

**Mapa 1: Bairro Cristal em 2022**



Fonte: Montagem feita pela autora pelo Google Maps<sup>53</sup>

<sup>53</sup>Achei necessário fazer uma montagem com a mapa do bairro, para poder identificar as ruas do bairro Cristal que seriam as consideradas principais na década de 1980.

Ao procurar entender a relação entre os diferentes atores envolvidos no processo educativo, busco reconhecer suas singularidades e particularidades, bem como compreender a cultura escolar em que estavam inseridos. Analisar a Escola Elyseu requer apresentar sua gênese e entender o entorno em que se estabeleceu. Dessa forma, estabeleço conexões que mostram como essa comunidade se tornou um elemento significativo ao longo do percurso.

Geralmente, ao conduzir essas análises, o pesquisador busca as memórias da instituição estudada para construir uma historiografia que explique melhor os fenômenos observados. Portanto, considero que não basta apenas estudar as características do bairro no período de 1988 a 1992 abordado no recorte temporal desta dissertação. Isso não permitiria uma investigação mais aprofundada sobre a constituição dessa comunidade. Assim, apresento, em linhas gerais, como o bairro e seus personagens se formaram antes mesmo das crateras serem abertas para receber as pedras de fundação do prédio da instituição.

O bairro Cristal, em Porto Alegre, possui uma história rica em transformações que remonta às primeiras décadas do século XX. Naquela época, a expansão das áreas habitacionais, antes concentradas na zona central, levou muitos moradores a se mudarem para regiões periféricas como a Zona Sul. Inicialmente composto apenas por residências, o bairro começou a se desenvolver de maneira significativa com a inauguração do Jockey Club do Rio Grande do Sul, em 1959. Esse evento culminou no reconhecimento oficial do bairro pela Lei Municipal nº 2022/59, impulsionando sua valorização e urbanização (Comim, 2010). Desde o final da década de 1960, o bairro tem sido marcado pela desigualdade socioeconômica, uma característica que persiste até os dias de hoje. Áreas desvalorizadas pela criminalidade e pobreza coexistem ao lado de grandes empreendimentos e moradores com melhores condições financeiras. A maior parte da comunidade reside em territórios periféricos, caracterizados por ruas estreitas, acesso restrito a moradores e altos índices de violência.

Ao investigar o bairro Cristal, utilizei a meso-abordagem de Magalhães (1999), que permite uma análise abrangente e profunda das dinâmicas sociais e educacionais do local. Esse método contribuiu significativamente para o avanço do estudo, possibilitando o cruzamento de informações e uma compreensão mais detalhada das complexas realidades vividas pelos moradores.

De acordo com Magalhães (1999), ao explorar a história das instituições educativas, é essencial utilizar uma abordagem que permita reconstruir sua trajetória histórica. A meso-abordagem se destaca como uma via promissora para pesquisas sobre a história das instituições

educativas e práticas educacionais, pois ajuda a conferir à instituição uma identidade própria.

Conforme o autor:

Do ponto de vista historiográfico, a reinvenção da identidade de uma instituição educativa não se obtém através de uma abordagem descritiva, ou justificativa, também se não confina a relação das instituições educativas com o seu meio envolvente. Compreender e explicar a existência histórica de uma instituição educativa é, sem deixar de integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico (Magalhães, 1999, p.2).

Segundo o mesmo autor, o processo investigativo abrangente que integre a diversidade de informações deve considerar a paisagem física e humana, como também interpretar linguagens arquitetônicas, e compor aspectos simbólicos, relações de poder, memórias individuais e coletivas, e todas as relações educativas que tangenciam, moldam ou são produzidas por esses espaços (Magalhães, 2004). Portanto, ao historicizar a Escola Elyseu, foi preciso transcender seu prédio, avançando nas relações entre memória e escola. Ao examinar o cotidiano interno da instituição nos primeiros anos, assim como tudo o que ultrapassa seus muros, como a tal "Redoma de Cristal" que um dia existiu no bairro, que é simbolicamente quebrada quando a escola começa a operar. Essa abordagem holística permite uma compreensão mais profunda e abrangente do papel e da transformação da instituição na comunidade, reconhecendo sua influência e impacto além dos limites físicos da escola.

Explorar o contexto do bairro onde a Escola Elyseu está localizada é importante para entender as razões por trás da rejeição inicial à sua construção. O bairro Cristal, onde a escola foi erguida, apresenta uma realidade peculiar: embora seja considerado um local de classe média, ele se mistura com a Vila Cruzeiro<sup>54</sup>, um complexo de 60 vilas que, em muitos casos, avança sobre os limites do bairro. Em Porto Alegre o termo vila é utilizado para denominar áreas de moradia de baixa renda. Essa sobreposição de territórios cria um cenário complexo, onde diferentes realidades sociais coexistem e, muitas vezes, entram em conflito.

---

<sup>54</sup> Vila Cruzeiro é também conhecida como Grande Cruzeiro, é um complexo de vilas - ou favelas, termo normalmente utilizado em outras regiões do país - localizado na zona sul de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

**Figura 16: Fotos do bairro Cristal**

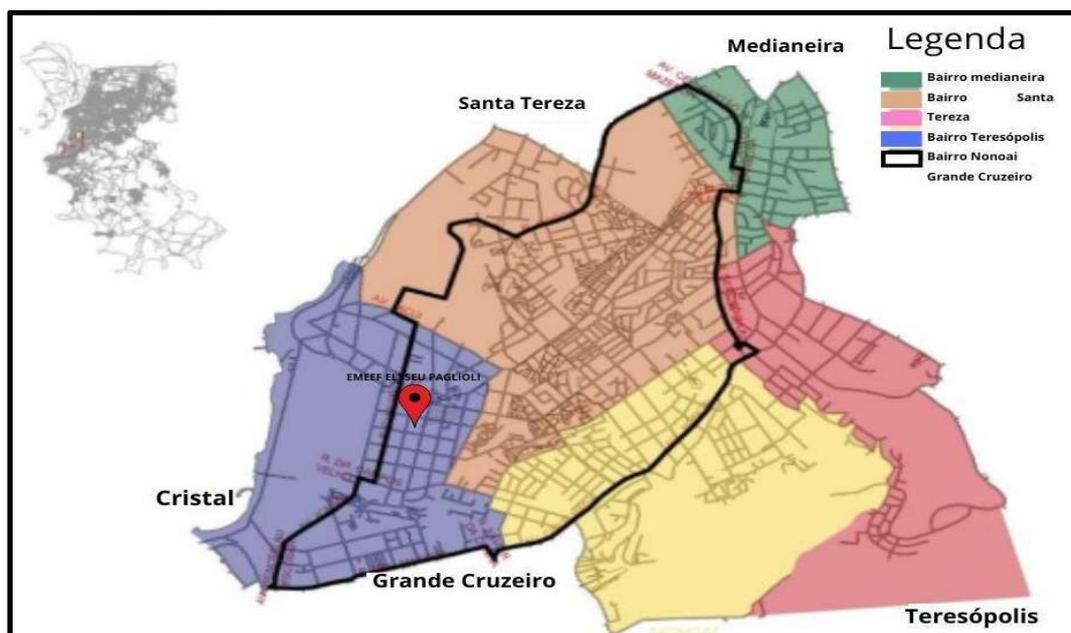


**Fonte: Imagens Google (2024)**

Para entender a resistência à criação de uma instituição pública e gratuita de educação especial, como a Escola Elyseu, é preciso mergulhar no tecido social desse bairro. O Cristal é marcado por um contraste nítido entre áreas bem estruturadas, com shoppings, prédios e casas de alto padrão, e regiões onde a pobreza é evidente, com moradias frágeis e vulneráveis às intempéries, como pode ser visto na figura 16. Esse cenário, emoldurado pela bela vista para o Rio Guaíba, torna o bairro um ponto atrativo para investimentos imobiliários. No entanto, do outro lado, está a Sanga da Morte, um local conhecido pelos moradores, mas ausente de qualquer mapa oficial, onde todo tipo de descarte ocorria, inclusive de corpos. Nesse território marcado por uma fronteira invisível, a Escola Elyseu teria que se erguer, enfrentando um palco onde já existiam muitas tensões sociais que se encontravam e se manifestavam.

Compreender essas nuances é fundamental, pois, para quem não conhece o bairro, as diferenças podem parecer sutis, quase imperceptíveis ao passar de carro. No entanto, elas são profundas e impactam diretamente as dinâmicas de poder local. Na época da fundação da Escola Elyseu, essas relações de poder eram muito evidentes e ainda podem ser percebidas hoje, onde aqueles com um pouco mais de recursos financeiros conseguiram consolidar uma influência sobre os menos favorecidos. No contexto do bairro, o pouco pode parecer muito para quem não tem nada, e isso faz toda a diferença na história da escola e sua aceitação pela comunidade.

## Mapa 2 - Mapa da Região da Grande Cruzeiro e Adjacências<sup>55</sup>



Fonte: Ana Patrícia Barbosa - A Produção Do Espaço Urbano Da Grande Cruzeiro E Sua Relação Com A Cidade De Porto Alegre/RS (2024)

Indicadas em azul no Mapa 2, pode-se identificar as ruas valorizadas do bairro, estas que desde a década de 1980 constata a persistência da desigualdade espacial e das dinâmicas de gentrificação, que é um processo de transformação de áreas urbanas que leva ao encarecimento do custo de vida e aprofunda a segregação sócioespacial nas cidades. A construção da Escola Elyseu na região mais valorizada do bairro, indicada pela flecha vermelha no mapa, desencadeou uma reação negativa dos moradores. Essa resistência evidencia a tensão entre os interesses públicos e privados na urbanização. Os moradores, ao verem a instituição como uma intrusa, reproduzem uma percepção de ameaça à exclusividade e ao prestígio associado às áreas mais valorizadas.

<sup>55</sup> Durante a pesquisa, enfrentei uma grande dificuldade em demonstrar as peculiaridades do entorno da Escola Elyseu. Embora eu já estivesse bastante familiarizada com a região, percebi que apenas descrevê-la não era suficiente para transmitir, a quem não conhecia o bairro Cristal, a complexidade das fronteiras invisíveis que delimitam as diversas vilas que o compõem. Essa barreira me motivou a aprofundar os estudos sobre o bairro, buscando compreendê-lo com mais profundidade. Foi então que encontrei o estudo de Barbosa (2024), que trouxe uma nova luz para minha pesquisa, ajudando a detalhar e mapear as sutilezas geográficas e sociais da região, enriquecendo a contextualização do bairro no meu trabalho.

Após apresentar o bairro, vou relatar os eventos que moldaram os primeiros anos da Escola Elyseu. Refletindo sobre a pesquisa, percebo o quanto agora faço parte dessa história, graças às inúmeras aprendizagens adquiridas ao longo do processo. Quando comecei a procurar os registros mais antigos da escola, selecionei os poucos manuscritos disponíveis e, em seguida, concentrei meus esforços nas páginas datilografadas. Esse momento de exploração foi crucial, pois, à medida que avançava no acervo, os caminhos da pesquisa estavam se delineando.

Os documentos me conduziram a buscar respostas sobre a constituição da escola, demonstrando peculiaridades na sua arquitetura. Além disso, fiquei mais sensível a reconhecer tradições, atitudes e percepções que poderiam ter persistido ao longo do tempo. A partir desse momento, tudo que estivesse relacionado à cultura escolar e que ainda influenciasse a dinâmica atual da escola tornou-se meu foco de atenção. Com cada descoberta, sentia-me mais conectada à história que estava escrevendo da instituição.

Todo o conjunto documental que será apresentado foi criado ao longo dos primeiros anos da Escola Elyseu e aqui está representado através das fontes que despertaram sentimentos e emoções daqueles que vivenciaram esse espaço comum, de diferentes maneiras. Durante o processo de pesquisa, as categorias de análise foram gradualmente delineadas, evoluindo a partir de questionamentos-chave fundamentais. Inicialmente, concentrei-me na categoria principal: "Cultura Escolar". Esta categoria visava compreender os eventos que culminaram na criação da Escola Elyseu, bem como as transformações significativas nas práticas e políticas educacionais, sobretudo durante os anos 1980. Além disso, explorei a cultura escolar desde a sua fundação, investigando diversos aspectos-chave:

- **Arquitetura da Escola e Usos do Espaço:** Uma análise da estrutura física da escola e como os espaços são utilizados, refletindo e influenciando a cultura e experiência escolar.
- **Práticas Médicas e Pedagógicas:** Um exame detalhado das práticas de saúde e ensino implementadas na escola, destacando suas influências na cultura educacional.
- **Concepções de Educação Especial:** Investiguei as diferentes abordagens da Educação Especial, incluindo as diferenças nas práticas de ensino durante os governos do Partido Democrático Trabalhista e Partido dos Trabalhadores, fornecendo uma compreensão abrangente do processo educacional na escola.

Esses questionamentos não apenas abordaram a estrutura e organização da escola, mas também exploraram sua dinâmica interna e a experiência educacional oferecida aos alunos e

professores. Essa abordagem holística permitiu uma compreensão mais profunda da cultura escolar, enriquecendo a análise e os resultados obtidos.

### **3.1 Os acontecimentos que levaram à criação da Escola Elyseu**

Ao contrário do que se pode pensar, a criação da escola Elyseu Paglioli não começou com o Decreto Municipal nº 8959, de julho de 1987. Desde os primórdios de sua concepção, a fundação da instituição foi uma jornada marcada por desafios e obstáculos, que remontam a um período anterior à sua criação formal. Estes não se limitaram apenas ao momento de sua criação, mas remontam a um período anterior, como já mencionado neste texto.

Neuza Canabarro, ao assumir o cargo de Secretária de Educação de Porto Alegre, em maio de 1986, acabou sendo abordada pela médica Bárbara Fischinger, fundadora do Kinder Centro de Integração da Criança Especial<sup>56</sup>, que expressou preocupação com a discriminação enfrentada pelas crianças com deficiência e a escassez de políticas públicas voltadas para inclusão. As oportunidades de educação e emprego para pessoas com deficiência eram extremamente limitadas. Muitas pessoas com deficiência eram confinadas em suas casas, privadas de uma educação adequada e de uma vida profissional ativa, o que perpetuava sua invisibilidade e silenciava o problema. Em outro encontro com a Secretária, Fischinger sugeriu a realização de um censo para identificar quantas crianças estavam sem atendimento escolar, o que logo começou a ser realizado pela Secretaria Municipal da Educação e Cultura (SMEC). O censo identificou quatro áreas na cidade que necessitavam de escolas para deficientes. Neuza Canabarro (2022, entrevista) ao analisar os dados, a Secretaria de Educação verificou que havia um grande número de crianças e adolescentes com deficiência, menores de 18 anos e em idade escolar, na região do Bairro Ipiranga.

A idealização da primeira escola especial em Porto Alegre começou a se concretizar durante o mandato do prefeito Alceu de Deus Collares, de 1986 a 1988. Quando fui ao Arquivo Municipal da cidade, encontrei os Boletins de Pessoal referentes aos anos de 1986 e 1987. Esses exemplares impressos estavam organizados em ordem cronológica e, por serem de publicação diária, formavam uma grande coleção. Sem sumário ou coluna específica para identificar os

---

<sup>56</sup> A Kinder Centro de Integração da Criança Especial é uma Organização da Sociedade Civil, de caráter Assistencial, atuante na região Metropolitana de Porto Alegre, que, desde 1988, presta serviços de Educação Especial e Reabilitação para bebês, crianças e jovens deficientes múltiplos, com severidade moderada e grave, em situação de vulnerabilidade social, oportunizando o acesso e inclusão social. Com infraestrutura adequada e equipe qualificada a instituição atende atualmente, cerca de 250 crianças e jovens, com idade entre 0 e 24 anos.

textos que tratavam as questões educacionais, a busca foi realizada página por página, procurando nos títulos alguma palavra-chave relacionada à pesquisa.

Encontrei em alguns textos evidências de uma preocupação com o analfabetismo e a crescente demanda por vagas no ensino básico na cidade de Porto Alegre. Por este motivo, talvez houvesse uma grande ênfase na carência de infraestrutura escolar. A prefeitura divulgava investimentos destinados à melhoria das condições físicas das escolas e à contratação de novos professores. No entanto, existiam poucas informações sobre investimentos em cursos de formação continuada para dos profissionais que atuavam nas escolas. Os concursos neste período exigiam candidatos que atuassem como funcionários, e que tivessem conhecimentos nas áreas da Educação e também da Saúde (Boletins de Pessoal, 1986; 1987).

Durante o governo de Alceu Collares (PDT), o governo tinha como meta promover o acesso e democratizar o ensino. Um dos principais compromissos foi erradicar o analfabetismo. Campanhas para matricular crianças fora da escola foram lançadas, incluindo o programa "Nenhuma criança sem escola", que buscava novas salas e prédios ociosos para atender alunos que estavam sem acesso à educação (Boletim Pessoal, 1986). Entre os diversos recortes de jornais presentes no acervo da escola, uma das matérias intitulada "Casas da Criança, o maior projeto" (1988), fornecia informações de que a prefeitura tinha projetos sobre a educação que se complementavam, neste trecho específico da matéria destacava:

A faixa de 7 aos 14 é atingida pelo projeto Nenhuma Criança Sem Escola e pelo CIEM Especial, que atenderá deficientes. Este estabelecimento, que receberá o nome de Eliseu Paglioli, deverá ser inaugurado em julho próximo, no Cristal, estando o corpo docente já definido e trabalhando na organização da escola conforme informa Neuza (Zero Hora, 1988, p7).

O Partido político de Collares (PDT) defendia a emancipação do povo por meio da educação, considerada central para o projeto nacional. O governo em Porto Alegre focou principalmente em dois pilares: a alfabetização e a infraestrutura escolar<sup>57</sup>, a relevância atribuída ao aspecto físico das escolas demonstra o papel crucial que a construção de edifícios escolares desempenhava na agenda administrativa, tanto como símbolo tangível de progresso quanto como meio de promover a inclusão social, conforme preconizado pelo programa

---

<sup>57</sup> Sobre, ver: Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil (Filho; Vidal, 2000).

"Nenhuma Criança Fora da Escola"<sup>58</sup>, e criação dos Centros Integrados de Educação Municipal (CIEMs).

Ao criar a Escola Elyseu a prefeitura optou por defini-la como "escola", o que merece destaque. Essa escolha não foi meramente simbólica, mas acredito que tenha sido estratégica, especialmente considerando o contexto das transformações políticas e conceituais na Educação Especial no final dos anos 1980 e por isso é um diferencial da escola. Durante esse período, muitas instituições que atendiam crianças com deficiências no Brasil precisaram se adaptar, criar regimentos, revisar currículos e propostas pedagógicas e além de mudar seus nomes para serem reconhecidas como escolas. Mas, apesar de antes de iniciar o atendimento a instituição possuir um regimento, o currículo ainda sofreria várias modificações no qual estarei apresentando no decorrer deste capítulo.

A instituição manteve, desde a sua criação, o nome de escola, como estabelecido em decreto, mas também desempenhou o papel de Centro Integrado de Educação Municipal (CIEM). Isso gerou, em alguns documentos, o uso de duas nomenclaturas, o que pode causar confusão. A diferença está nos objetivos dos CIEMs, que buscavam garantir que as crianças passassem o dia inteiro na escola, protegidas dos perigos externos, com acesso a uma alimentação adequada, reconhecendo que a fome era um dos grandes obstáculos ao aprendizado.

No estudo de Ceccim<sup>59</sup> (1998), o autor explica que tanto na Escola Elyseu, como nos demais CIEMs, prevalecia uma visão que associava o fracasso escolar a problemas como má nutrição e privação cultural, um conceito amplamente defendido no período de sua fundação. Por essa razão, a instituição foi projetada com uma estrutura e organização focadas no bem-estar dos alunos, com especial atenção à alimentação. O refeitório, por exemplo, ocupava uma posição central, sendo inclusive utilizado como imagem de divulgação da escola. Além disso, a escola contava com banheiros equipados com chuveiros, permitindo que os alunos tomassem

---

<sup>58</sup>O CIEP (Centro Integrado de Educação Pública), estabelecido durante o primeiro mandato do governador Leonel Brizola (1983-1987) no Rio de Janeiro e concebido por Darcy Ribeiro, com projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer, teve sua inspiração em iniciativas anteriores no Rio Grande do Sul. Brizola, ao assumir o governo do Estado no início dos anos 60, implementou o que viria a ser o maior projeto educacional do país: as Brizoletas. Este programa resultou na construção de 4,8 mil escolas, principalmente no interior do Estado. Em 1962, por exemplo, o número de novas matrículas no estado foi de aproximadamente 526 mil, enquanto o número de professores contratados pelo Estado aumentou de 8 mil para 22 mil em apenas um ano. O projeto foi acompanhado pelo slogan: "Nenhuma Criança Sem Escola no Rio Grande do Sul".

<sup>59</sup> Ricardo Burg Ceccim, Doutor em Psicologia (Psicologia Clínica) Puc, Mestre Em Educação Ufrgs, em 1989 fez parte da direção e administração, secretaria municipal de saúde e serviço social, em 1993 direção e administração, secretaria municipal de educação, divisão de assistência ao educando e integrava a área de Educação e Saúde da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em 1999 defendeu a tese Políticas da Inteligência: Educação. Tempo de Aprender e Dessegregação da Deficiência Mental (PUC/SP) na qual traz um pouco da história e do cotidiano da escola Elyseu no capítulo 3.

banho diário, reforçando o compromisso com a saúde e o cuidado integral das crianças (Ceccim, 1998).

Essa perspectiva estava intrinsecamente ligada ao conceito de ensino integral oferecido pelos Centros Integrados, modelo defendido pelo Prefeito e o Partido Democrático Trabalhista, que tinham como objetivo proporcionar às crianças uma infraestrutura completa: alimentação, aulas, esportes em ginásios cobertos e quadras poliesportivas, lazer, material escolar e assistência médico-odontológica, tudo em um único ambiente. Além disso, quando uma escola se tornava um Centro Integrado, ela se transformava em um polo de integração entre escola e comunidade. Suas dependências eram utilizadas por pessoas externas à instituição, possibilitando a realização de atendimentos médicos, atividades de lazer, eventos sociais e políticos, reuniões de moradores, entre outras atividades. Esse modelo não só atendia às necessidades básicas das crianças, mas também fomentava uma maior interação e apoio comunitário, criando um ambiente mais inclusivo e colaborativo, a Escola Elyseu foi criada para oferecer este tipo de atendimento.

Até 1987, a responsabilidade pela Educação Especial não era assumida diretamente pela prefeitura. Em vez disso, a administração municipal se apoiava em instituições privadas para oferecer esses serviços. Essas parcerias tinham como principal objetivo a reabilitação clínica, o que significa que o foco estava mais em tratar e reabilitar crianças com deficiência do que em proporcionar um atendimento educacional completo e integrado. Além disso, a própria rede de ensino ainda estava se configurando, e não havia atendimento relacionado à aprendizagem na Educação Infantil, que era tratada pela área de assistência social. Os indivíduos com deficiência, dependendo do tipo de avaliação a que eram submetidos, podiam ser encaminhados a uma instituição escolar ou completamente excluídos do sistema, devido às suas especificidades. Isso os impedia de ter acesso à educação formal, restando-lhes apenas a institucionalização. Como discutido anteriormente no capítulo 2, a Psicologia Escolar e a ideia de criar turmas homogêneas contribuíram como um componente excludente na história da Educação Especial.

Acredito que a demanda por vagas da Educação Especial começou a ocorrer em resposta ao amplo chamamento da prefeitura nas campanhas contra analfabetismo, com os projetos desenvolvidos pela SMEC (1986-1988) pois exigia-se que todas as crianças em idade escolar fossem matriculadas, o que permitiu à prefeitura perceber crianças com deficiência que apesar estarem em idade escolar, não seriam aceitas na escola regular. Segundo Ceccin (1998), a ideia de construção da primeira escola especial municipal em Porto Alegre, partiu de uma solicitação popular, com envolvimento de pais, grupos e associações, que:

[..]encaminhada ao final de 1986, para que a administração municipal viesse atender, em termos educacionais, aos interesses e necessidades da população portadora de deficiências. Um Grupo Operacional, vinculado à Secretaria Municipal da Educação, foi constituído para a verificação da demanda reprimida na área da educação especial (Ceccin, 1998, p.122).

Em fevereiro de 1987, o jornal Zero Hora<sup>60</sup> publicou que a capital iria receber quatro Centros Integrados de Educação Municipal, sendo um deles especializado para atender crianças com deficiência. O jornal encerrava a publicação comemorando a iniciativa como uma experiência popular e participativa, destacando que *os tempos estavam mudando*. Essa simples frase evidenciava que, naquele período, já se percebia a necessidade de uma mudança na maneira como a sociedade tratava as pessoas com deficiência.

Figura 17: Informativo do Gabinete do Prefeito

## **EXCEPCIONAIS TERÃO CENTRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL EM PORTO ALEGRE**

**Centro Integrado de Educação Especial Municipal totalmente voltado ao ensino do deficiente mental será inaugurado em Porto Alegre. O Centro de Comunidade da Vila Ipiranga, sem prejuízo de suas atuais atividades, está sendo preparado para ser o primeiro CIEM Especial, a partir de março de 1988, com 50 vagas e programas extensivos aos familiares dos excepcionais.**

A secretária municipal de Educação e Cultura, Neuza Canabarro, determinou à sua equipe de projetos especiais intensificar o trabalho nesse plano. Desde 15 de fevereiro, estão sendo cadastradas todas as pessoas portadoras de deficiência, de todas as idades, sem atendimento. Deste levantamento, constatou-se que

53,16% das pessoas que procuraram a SMEC eram portadoras de deficiência mental, 21,2% de perturbação mental e 6,35% apresentaram deficiências auditivas. O estudo apontou que 84,81% dos deficientes mentais estavam na faixa de sete a 14 anos.

Atualmente, a equipe do Projeto CIEM Especial realiza encontros e debates com a Comunidade da Zona Norte, visando a adaptação do Centro de Comunidade da Vila Ipiranga. A equipe tem visitado instituições que trabalham com excepcionais para trocar experiências e recolher informações sobre recursos físicos, humanos e materiais. Levantará a legislação sobre o problema, para seu aperfeiçoamento, junto com pessoas e entidades que lutam pelos direitos dos deficientes, fazendo contatos também com parlamentares que se interessam pelo problema.

Conforme a secretária Neuza Canabarro, o projeto "justifica-se a partir de solicitações de pessoas que convivem com essa problemática, percebendo, assim, de forma mais intensa, a segregação dessas crianças em todas as formas de participação sócio-cultural. Não fugindo da necessidade de apoio do Governo e recursos financeiros para o atendimento às áreas de Saúde e Educação, caberá à comunidade uma retomada de posição diante dessa questão e desenvolver o espaço que tem sido negado para o deficiente quanto à aceitação, oportunidade de trabalho e integração".

(G.I. do Prefeito)

Fonte: Boletim de Pessoal 1987 / Encontrado no acervo do Arquivo Municipal

<sup>60</sup> O recorte da matéria foi encontrado na pasta de recortes de jornais, na sala de supervisão da Escola

O Informativo do Gabinete do Prefeito, publicado no Boletim de Pessoal de abril de 1987, apresentado na figura 17, trouxe à tona uma realidade importante: entre as pessoas que procuravam vagas na Educação Especial, 53,16% tinham deficiência mental e 21,2% sofriam de perturbações mentais. Diante desses números, a prefeitura deu início ao cadastro desses alunos, com um olhar especial para a comunidade do Bairro Ipiranga, que se destacava pela alta demanda. Esse primeiro cadastramento, curiosamente, é mencionado em diversos documentos da época, quase como se fosse o único levantamento realizado. Isso nos faz pensar sobre a urgência e a singularidade desse esforço, e também sobre a necessidade de continuar ouvindo e respondendo às demandas de todas as comunidades, garantindo que ninguém fique para trás.

Conforme narrativas informais<sup>61</sup>, este não foi o único cadastramento ocorrido, houve outros levantamentos em diferentes regiões. Fornazier (2022, entrevista), que nos anos 1980 atuava em uma associação de moradores, relatou que as associações ajudavam a fazer esse levantamento com as famílias em conjunto com a prefeitura. Outro ponto relevante é que não pode deixar de ser citado, é o alto índice de pessoas com deficiência identificado nesse levantamento. Os textos colaboram com a percepção que vigorava nos anos 1980, de que a Educação Especial tinha um público com características muito ampla, que incluía não apenas as deficiências, mas dificuldades de aprendizagem, problemas psicológicos e sociais, e desvios de conduta.

Quando os movimentos para efetivação do Centro Integrado de Educação Municipal Especial no bairro Ipiranga começaram a ser feitos, Neuza Canabarro começou a encontrar oposições, segundo o Jornal Sul (1987) a primeira escola para “doentes mentais” teria sido rejeitada, numa ação conjunta com os moradores e associação. Esta história que é anterior à Escola Elyseu se faz importante pois segue os mesmos caminhos que ocorrem posteriormente no bairro Cristal, mas que acabaram por ter rumos diferentes. Desde que comecei a trabalhar na escola, sempre ouvi falar da história do bairro Ipiranga, mas o motivo da rejeição nunca me pareceu totalmente claro. Nos livros e jornais que abordam esse período, o preconceito é frequentemente apontado como a causa principal, mas sempre suspeitei que poderia haver algo mais por trás. Queria descobrir o que realmente aconteceu, encontrar uma explicação que fizesse sentido e esclarecer os verdadeiros motivos por trás dessa resistência.

Depois de vasculhar as pastas vermelhas e todo o acervo disponível na escola, sem encontrar as respostas que procurava, decidi ampliar minha busca fora de seus muros. No

---

<sup>61</sup> Em conversa com professores de outras escolas especiais de Porto Alegre, houve o mesmo relato de um levantamento prévio nas comunidades, que depois acabaram por receber as escolas.

entanto, também não obtive sucesso. Diante disso, resolvi procurar novamente no acervo da instituição, mas agora com um olhar aguçado, era preciso procurar detalhes que haviam sido ignorados. E com apenas a esperança de encontrar alguma pista, de uma pergunta sem resposta, que consegui encontrar documentos que poderiam explicar a situação.

Os arquivos estavam bem escondidos, por este motivo não havia encontrado nas primeiras investidas no acervo, e assim em um lugar incomum, separado dos demais arquivos consegui encontrá-los, após várias tentativas de procurar documentos na escola, investi em lugares diferentes, onde havia parte do acervo armazenado. Foi então que resolvi investigar a sala do depósito, entre uma quantidade de materiais diversos, havia várias caixas de papelão formando três pilhas de documentos permanentes. Uma caixa no alto chamou minha atenção por ser muito antiga; a etiqueta estava quase apagada, mas indicava que ali estavam as primeiras entrevistas para matrícula de alunos.

Decidi pegar a caixa e, ao abri-la, encontrei várias pastas entre elas algumas que mais me chamaram atenção, era uma pasta vermelha de plástico que possuía as entrevistas dos primeiros alunos e mais uma nova coleção de recortes de jornais de 1987 a 1989, alguns eram cópias originais das matérias xerocadas do álbum de jornais. Ao revisar estas matérias, encontrei registros dos eventos que ocorreram no bairro Ipiranga, o que me ajudou a entender melhor o motivo da transferência da construção da escola para o bairro Cristal. E tentando encontrar indícios através da “intuição”, comecei a olhar de forma diferente para aquelas caixas. Como Ginzburg (1989, p. 177) sugere, “[...] se a realidade é opaca, existem zonas privilegiadas - sinais, indícios - que permitem decifrá-la”.

Nesta perspectiva, mesmo de posse dos jornais da época, procurei não me deixar seduzir pelas narrativas, tendo o entendimento que estas são representações do passado, e não uma verdade absoluta, mas nos fornecem pistas, indícios do que aconteceu no passado. Precisa cruzar as informações, a analisar os jornais e as narrativas orais que traziam os motivos da escola não ter sido construída no Bairro Ipiranga. Foi assim que identifiquei dois motivos da mudança de local: a principal apontada seria o preconceito com as pessoas com deficiências, a outra questão seria de origem política.

De acordo com o jornal *Correio do Povo* (1987), o projeto educacional da prefeitura estava utilizando prédios de associações comunitárias para suprir a carência de salas de aula. Embora a proposta fosse de uso temporário desses espaços, a comunidade do Bairro Ipiranga e a associação de moradores temiam não conseguir recuperar o prédio depois que ele fosse ocupado pela prefeitura. Pelo tom crítico de alguns relatos que aparecem no jornal, sugere que

os membros da associação, que tinham vínculos políticos com partidos de oposição ao governo, desempenharam um papel crucial em impedir a construção da escola. Essa oposição política acabou por influenciar a decisão final, demonstrando como as questões políticas locais podem afetar diretamente projetos de interesse público.

**Figura 18: O fracasso do projeto do CIEM**

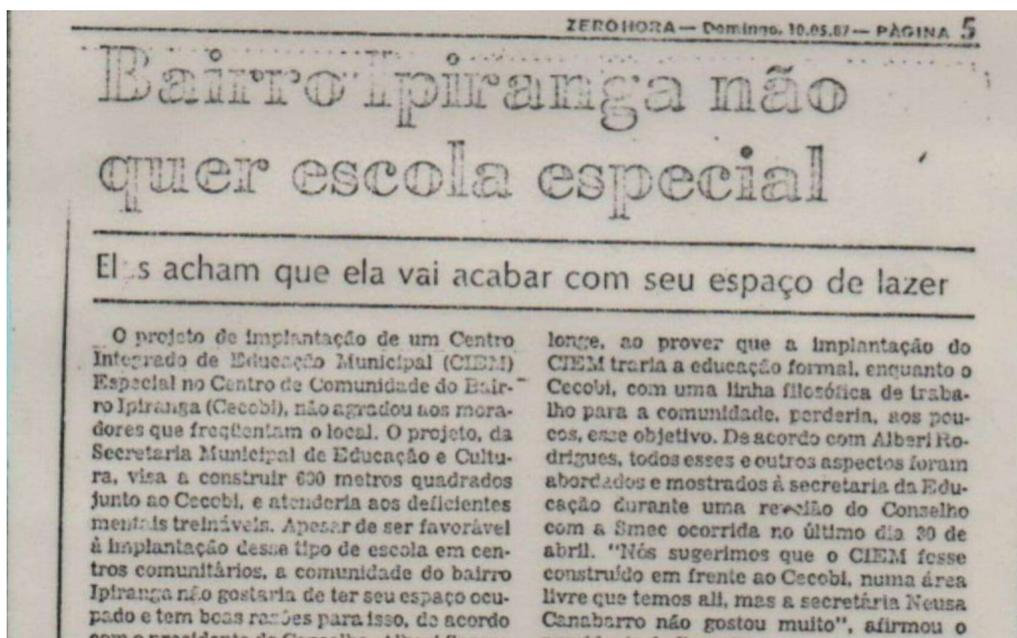


**Fonte: Correio do Povo / Documento encontrado na caixa de entrevistas (18/05/1987)**

Neuza Canabarro lembrou que havia uma certa urgência na criação da CMEI especial, por este motivo foi considerado uma boa solução o aproveitamento de recursos disponíveis no município. A prefeitura iria em vez de construir uma escola desde sua fundação, decidiu encontrar prédios subutilizados ou vazios na cidade. Segundo Canabarro (2022, entrevista), o centro comunitário do Bairro Ipiranga se encaixava nesse perfil: “Ao invés de fazer uma escola nova [...] era necessário reformar toda aquela estrutura do Centro Comunitário, porque essa era a minha área. Então reuni a comunidade e fui lá. Eles foram veementemente contra”.

Quando perguntei a Lourdes Fornazier (2022, entrevista) sobre o bairro Ipiranga, seu entusiasmo ao rememorar os eventos ficou evidente. Ela falava com orgulho de sua atuação como representante da Associação Amigos do Verde, onde ajudava mães e coordenava vários serviços, incluindo a distribuição de leite. Lourdes se emocionou ao recordar o dia em que o Prefeito Collares visitou a sede da associação para convocar a comunidade a apoiar a construção da escola no bairro Ipiranga. Foi nesse momento que ela soube o que estava acontecendo com a escola especial. A partir dessa conversa, pode-se inferir que as manifestações contra a escola no bairro Ipiranga não foram tão intensas ou comparáveis às que ocorreram com a Escola Elyseu.

**Figura 19: Bairro Ipiranga não quer Escola Especial**



**Fonte: Zero Hora / Documento encontrado na caixa de entrevistas (10/05/1987)**

Ao descrever a visita de Collares, Fornazier fez questão de mudar a expressão de seu rosto para recriar a cena da chegada do prefeito. Era visível que ela queria transmitir a intensidade do momento e a surpresa que sentiu, algo raro para ela: ver um prefeito subindo as ruas íngremes e de difícil acesso da Vila Cruzeiro, conhecido pelo alto índice de violência nos anos 1980 — uma situação que, infelizmente, ainda persiste até hoje. Emocionada, Lourdes compartilhou que o prefeito havia relatado os eventos no bairro Ipiranga e tentado dialogar com a comunidade da zona norte, mas sem obter apoio (2022, entrevista).

Percebi com esse movimento do prefeito Collares ir até a comunidade e pedir apoio, que havia uma grande atuação nestes grupos e associações. Aprofundando a pesquisa sobre a administração municipal essa suspeita se confirmou, pois “Boa parte do movimento comunitário e de diferentes lideranças populares engajadas na luta por ampliação da participação social tiveram papel decisivo na eleição de Alceu Collares” Abers (2000, apud Gruginskie, 2023). Havia por parte do governo uma busca por engajamento da população diretamente na administração municipal para que houvesse criação de Conselhos Populares. No entanto, por diversas razões, essa proposta não foi concretizada durante sua gestão, esta aproximação com o povo, pode ser percebido em alguns documentos:

Destaca -se na proposta da SEC o reconhecimento da importância da participação comunitária em todo o processo educacional dando legitimidade de às decisões desta e se valendo das condições e meios que possuem; guardando-se seus referenciais de valores. Esta filosofia educacional está inserida na proposta político-filosófica adotada

pela administração Alceu Collares: "O Povo no Governo"<sup>62</sup>, onde destacam-se os princípios da democracia participativa (Secretaria da Educação e Cultura, 1987, não paginado).

Após a visita do prefeito, segundo Fornazier, várias outras associações se uniram em defesa da construção da escola no bairro Ipiranga. Mas, infelizmente, esta ação não obteve sucesso, pois a comunidade não demonstrava interesse pela escola, e acrescentou que logo em seguida, foi realizada uma pesquisa na Vila Cruzeiro, e que a associação Amigos do Verde participou desse processo. A ex-funcionária se mostrou incomodada lembrando os episódios de conflitos com a comunidade, segundo Fornazier:

A gente lutou muito pela escola e foi aí que conheci o seu Antoninho, diretor da escola Elpídio Paes, que morava ali na rua Capivari. O diretor acabou convencendo os pais de que as doenças das crianças excepcionais iam passar para as outras crianças, o que era um absurdo total! Foi triste escutar o que um pai me disse: "me falaram que a doença dessas crianças ia pegar no nosso filho, e a gente não quer isso aqui no Elpídio" (2022, entrevista).

Durante o encontro com Neuza Canabarro, pude perceber que, ao lembrar a tentativa de construção da escola no Bairro Ipiranga, ela sentia uma necessidade de comprovar de alguma forma o que falava. A ex-Secretária fazia questão de mencionar nomes de pessoas que estavam presentes nos eventos, incluindo a professora Elizabeth Portanova Mendes Ribeiro<sup>63</sup>, enquanto contava o ocorrido no dia mencionou que podia confirmar os fatos em reportagens nos jornais do Correio do Povo e Zero Hora. Canabarro compartilhou que, ao ser recebida no bairro Ipiranga para discutir sobre a nova escola, sentiu a agressividade da comunidade de forma intensa. Foi um momento difícil, pois Elizabeth, a assessora que a acompanhava, acabou saindo chorando do local. Ambas ficaram abaladas e preocupadas com o desdobramento da situação, pois não esperavam uma reação tão adversa. Após esse episódio, a comissão que acompanhava a ex-Secretária foi diretamente ao encontro do Prefeito Alceu Collares para relatar o ocorrido.

---

<sup>62</sup> Em 1985, nas primeiras eleições municipais após a redemocratização, Alceu Collares, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), foi eleito prefeito de Porto Alegre com o lema "O povo no governo". É importante destacar que, naquele contexto pós-ditadura, a participação popular era um tema central nas campanhas eleitorais, com a maioria dos candidatos enfatizando o engajamento da sociedade em resposta aos anos de repressão vividos durante o regime militar (Ruppenthal, 2010).

<sup>63</sup> Elizabeth Portanova Mendes Ribeiro foi Assessoria especial no governo Alceu de Deus Collares. Psicóloga, com formação em Filosofia (PUCRS). Mestre em Linguagem, Interação e Processos de Aprendizagem, especialista em Terapia Sistêmica de Casais e Família, e membro de diversas associações profissionais. Coordenou programas de saúde e segurança do trabalhador, incluindo a criação de comissões e programas de atendimento médico-psicológico. Desenvolveu políticas e projetos voltados para a qualidade de vida no ambiente de trabalho e atuou como psicóloga no Tribunal de Contas do RS.

Vale salientar que, ao narrar esse momento, Canabarro expressou que ficou apavorada com a situação. Embora não tenha sido dito explicitamente, tive a impressão de que tanto a ex-Secretária de Educação quanto a comissão apresentaram ao Prefeito a impossibilidade de avançar com o projeto da primeira escola especial do município. Canabarro (2022, entrevista) lembrou que durante a reunião ao relatar os problemas ocorridos, Collares orientou que persistissem na ideia do projeto. E que teve uma visão conciliadora, sugeriu que a equipe “compreendesse que as diferentes comunidades estão em estágios distintos de desenvolvimento e aceitação” e recomendou buscar outra área, evitando confrontos com a comunidade do Bairro Ipiranga, que rejeitava a escola especial.

No mesmo dia em que realizei a entrevista, ao me despedir do casal, Canabarro e Collares, fui convidada para tomar um café, e entre conversas e outros assuntos informais, a ex-Secretária retomou essa passagem sobre a referida reunião na presença de Collares, e reforçou que foi graças a ele que o projeto havia dado continuidade no Bairro Cristal Acredito que esse foi o nascimento da escola Elyseu, o momento em que se decidiu que o projeto não seria arquivado. Collares, no entanto, complementou que o sucesso e a criação do projeto da escola foram possíveis graças a Neuza Canabarro.

À medida que a pesquisa avançava, ficou claro que a análise das fontes ia além dos desafios e avanços na educação, demonstrando que havia uma trama política complexa. Foi necessário recuar no tempo para entender as causas que moldaram as decisões institucionais que levaram à criação da Escola Elyseu. Para Bacellar (2005, p. 64), “ser historiador exige que se desconfie das fontes, das intenções de quem a produziu”. Além de analisar os jornais sobre a mudança de local da escola, aprofundi a pesquisa em eventos citados nas matérias, encontrando atas de sessões da Câmara de Vereadores de Porto Alegre de 1987, disponíveis na internet, no site da Câmara, na área Sessões Plenárias Antigas. Essas atas e registros de pronunciamentos continham informações sobre os processos analisados e, por sorte, os registros começaram a ser arquivados a partir de outubro de 1986<sup>64</sup>, o que colaborava com o recorte temporal da pesquisa.

Encontrar esses documentos foi um trabalho semelhante ao de um arqueólogo em uma escavação: havia muito material, mas sem uma identificação específica, e o site não permitia realizar uma pesquisa por categoria. Cada ata era extensa e registrava todas as discussões de uma plenária, sem parágrafos ou subtítulos, o que tornava a leitura muito confusa. No link que continha apenas as atas de abril de 1987, contava com mais de 50 sessões. Minha convicção de

---

<sup>64</sup>Plenárias anteriores a outubro de 1986, podem ser pesquisadas na Biblioteca Jornalista Alberto André.

achar algo sobre a Escola Elyseu era grande, mas encontrar algo tão específico em meio aos registros de um ano inteiro, era algo que quase me fez desistir.

Foi então que percebi que alguns cabeçalhos das atas se repetiam, e havia poucas mudanças. Resolvi cruzar informações diretamente no Google, utilizando os cabeçalhos, nomes de pessoas e frases sobre eventos que apareciam nos jornais do acervo da Escola Elyseu. Foi assim que consegui os seguintes registros, em 12 de maio de 1987, ocorreu na Câmara de Porto Alegre uma Sessão Ordinária em que a Vereadora Teresinha Irigaray (PDT) se pronunciou sobre os fatos acontecidos no bairro Ipiranga:

Sr. Presidente e Srs. Vereadores, uma notícia um pouco preocupante que saiu no noticiário de domingo [...] Eu fico pensando, partindo de uma triste realidade, que a criança com deficiência sempre é considerada dentro da sociedade como “bode expiatório” [...] O CECOB<sup>65</sup> possui piscina térmica. É o único centro, dos dez que nós dispomos, que possui água térmica para que as crianças possam ser treinadas. [...] então, só querem áreas de lazer, só querem brincar, só querem passear, só querem nadar na bela piscina térmica? E as crianças? E os menores que precisam e aqueles que são reabilitados, que poderão vir a formar o contexto das crianças aptas para a sociedade? Que egoísmo dessa gente! E quando a gente pensa que é gente de classe média baixa não dá para acreditar! Isso é um ato de crueldade para a implantação de uma escola especial para atendimento dessas crianças (Câmara Legislativa de Porto Alegre, 1987a).

Durante uma sessão na Câmara Legislativa de Porto Alegre em 1987, a vereadora Teresinha Irigaray, com sua experiência como ex-Secretária de Educação e Cultura, enfatizou a importância do projeto para beneficiar essas crianças. No entanto, criticou a postura elitista do presidente do conselho comunitário do Bairro Ipiranga, que excluía as crianças com deficiência. O discurso de Irigaray ratifica a complexidade da Educação Especial na época, especialmente em relação às intervenções médico-pedagógicas. Ela expressou preocupação com o uso da piscina para a reabilitação dos alunos e, ao abordar a inclusão de indivíduos com deficiência fora do ambiente escolar, que poderiam ser atendidos pelo Centro Integrado, evidenciou uma demanda por atendimento que ainda estava aquém das necessidades reais.

Somente em julho de 1987, a prefeitura voltou a mencionar a construção da escola especial. Essa informação foi encontrada no Boletim de Pessoal, que divulgava o decreto nº 8959, apresentando a criação do Centro Integrado Elyseu Paglioli, que agora seria localizado no Bairro Cristal. Apesar do projeto estar formalizado, os problemas na implementação da primeira escola especial persistiram, e um longo caminho ainda seria necessário para que a

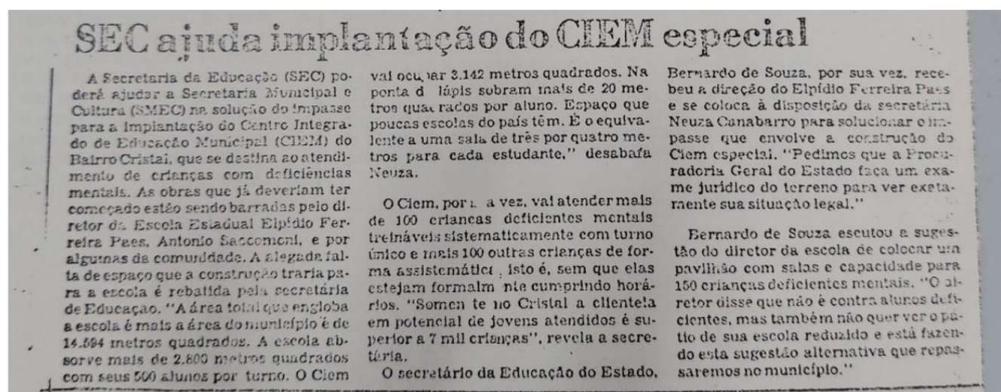
---

<sup>65</sup>Centro de Comunidade do Bairro Ipiranga

instituição se consolidasse como uma escola. Mesmo ainda na planta, a Escola Elyseu era chamada de forma pejorativa de “coleginho”, em referência a um colégio de menor valor.

O Jornal Kronika<sup>66</sup> (1987), relatava os esforços da Secretaria de Educação para construção de novos prédios, e a implementação de CIEMs. A prefeitura procurava espaço para construir a escola especial, havia quatro lugares disponíveis, mas o terreno no Bairro Cristal se destacava por ter melhores condições de acesso, além de espaço amplo. O local escolhido, ficava entre as ruas Butuí e Jataí, e fazia parte de um quarteirão que pertencia à Prefeitura de Porto Alegre, mas que havia sido cedido ao estado para a construção do Colégio Estadual Elpídio Ferreira Paes<sup>67</sup>. Essa instituição, fundada em 1978, foi criada por meio de uma união da comunidade que realizou um movimento popular organizado pela Sociedade Amigos do Bairro Cristal<sup>68</sup>, para reivindicar ao governo municipal a construção de uma unidade de ensino na localidade. Em 1987, um movimento semelhante ocorre, mas com outro objetivo, a direção do Colégio Elpídio<sup>69</sup> e a comunidade se uniram, desta vez, para resistir à construção de uma nova instituição escolar que utilizaria uma parte do terreno. O diretor Volanir Antonio Saccomori argumentava que o colégio perderia sua área verde caso o terreno fosse cedido para a construção do novo prédio.

**Figura 20: Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul ajuda SMEC**



Fonte: Correio do Povo / Acervo da escola (1987)

<sup>66</sup> Kronika foi um jornal independente com sede em Porto Alegre, circulando entre 1977 e 2008.

<sup>67</sup> O Colégio Estadual Elpídio Ferreira Paes, fundado em 1978. Iniciou o funcionamento com o nome de Escola Estadual de 1º Grau no bairro Cristal, situada na Rua Inhanduí, até que no dia 05/04/1978 passou a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau Professor Elpídio Ferreira Paes (<https://cepefp.wordpress.com>) Tendo com diretores os seguintes professores no recorte temporal da pesquisa: Volanir Antonio Saccomori (1984 a 1988) e Nelson Elias Benvegnú (1989 a 1995).

<sup>68</sup> Localizada na Rua Curupaiti Número: Número: 925, é uma das associações mais antigas da área, e reconhecida como ponto de encontro de eventos significativos para os bairros Cristal e Vila Cruzeiro, fundada em 1966. Conhecida atualmente como ASSAC - Associação Amigos do Cristal.

<sup>69</sup> Para que a leitura não se torne cansativa, estarei chamando o Colégio Estadual Elpídio Ferreira Paes apenas como Colégio Elpídio, por ser o nome com que o colégio é conhecido no bairro.

O ano de 1987 ficou marcado na história da instituição como um período de intensas disputas entre a prefeitura e a comunidade do bairro Cristal. Diversas matérias impressas relataram essas discordâncias, e um dos recortes mais emblemáticos é o apresentado na figura 20, intitulado "SEC ajuda implementação do CIEM especial" (Correio do Povo, 1987). O texto confirma que tanto a Secretaria Municipal quanto a Estadual uniram forças para a construção da Escola Elyseu, indicando que as ações de recusa promovidas pelo Colégio Elpídio não estavam em sintonia com sua mantenedora. Neuza Canabarro, na reportagem, argumenta que, mesmo com a construção do novo prédio, ainda restariam 20 metros quadrados por aluno no Colégio Elpídio. O caso foi encaminhado para a Procuradoria Geral do Estado. Embora a escola estivesse ainda em fase de planejamento, uma acirrada disputa já se instalava entre a comunidade do bairro Cristal e a prefeitura de Porto Alegre. Assim como ocorreu no bairro Ipiranga, surgiu a pergunta: qual seria o verdadeiro motivo da rejeição à escola especial? A crítica que emerge desse episódio é a de que a rejeição à Escola Elyseu pode não ter sido motivada apenas por questões logísticas ou de espaço, mas por uma resistência velada à inclusão e à diversidade. Mas poderia a oposição ainda haver um outro motivo não explícito, e para isto seria necessário aprofundarmos mais nos acontecimentos que ocorrem antes da escola abrir suas portas.

Para aprofundar o assunto, preciso recorrer ao projeto de implementação da instituição, para analisá-lo, foi um processo que incluiu várias dimensões, primeiramente reconhecer que a trajetória da instituição envolve não apenas concepções pedagógicas, mas o contexto social político que carrega os anseios de uma comunidade local que podem conter marcas ideológicas diversas. E foi necessário ultrapassar os muros da escola para captar a verdadeira essência da cultura escolar. Só ao ir além dessas barreiras físicas, mergulhando nas relações que se constroem tanto dentro quanto fora da escola, foi possível criar um retrato completo da vida que pulsa nesse ambiente. Compreender essa dinâmica exige olhar para o entorno, as influências da comunidade e os laços que vão além das salas de aula. Somente ao considerar essas interações com a comunidade, consegui avançar de maneira mais eficiente neste estudo. Esse olhar abrangente permitiu uma análise mais profunda e crítica, essencial para entender a verdadeira identidade e o impacto da escola na vida dos alunos e da comunidade ao seu entorno.

**Figura 21: Terreno do bairro Cristal para construção da Escola Elyseu**



**Fonte: Compilação e edição de imagem feita pela Autora, a partir das imagens do Google Maps (2023)**

Somente ao considerar essas interações com a comunidade, as influências externas e os contextos sociais mais amplos, é possível captar a essência da cultura escolar que será abordada no capítulo 4 desta dissertação. Retornando à implementação da Escola Elyseu, é fundamental ilustrar como era o terreno selecionado para sua construção. Para facilitar a compreensão do tamanho da área reivindicada para o edifício, apresento a figura 21, que pretende demonstrar dois momentos distintos desse terreno. Essa visualização permite uma análise mais aproximada do espaço físico destinado à escola, ajudando a contextualizar as discussões e disputas em torno da sua construção.

Na primeira imagem na parte delimitada em azul, vemos que o terreno era extenso enquanto na parte superior o Colégio Elpidio contava com seus prédios escolares, estacionamento, pátio e quadra esportiva, na parte inferior era formada por uma área verde<sup>70</sup>, que não era acessada pelos alunos. Foi justamente essa pequena porção do terreno que foi escolhida para abrigar a escola especial. É preciso contextualizar que na década de 1980 não havia uma percepção da importância de áreas verdes no ambiente urbano. Por esse motivo, tanto nas narrativas como nos jornais, esta área era mencionada como uma área subutilizada, um lugar que precisava de aterro. A imagem à direita na Figura 21, demarcada em vermelho, mostra a área reservada para a construção do primeiro prédio da Escola Elyseu, posteriormente

<sup>70</sup> As áreas verdes urbanas são consideradas como o conjunto de áreas intraurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida)

foi construído um ginásio entre as escolas e um prédio anexo (1998), que na imagem pode ser visto do lado do quadrado vermelho.

### 3. 2 Relação com a Comunidade

Após os contratemplos enfrentados com a primeira tentativa de implementar uma escola especial, os mesmos impasses se repetiram na construção da Escola Elyseu. Neuza Canabarro relatou que, inicialmente, convocou Volanir Antonio Saccomori, diretor do Colégio Elpídio Paes, para uma reunião sobre a construção da nova instituição. A prefeitura planejava construir no local um ginásio de esportes, que seria utilizado por ambas as escolas, promovendo a integração entre os alunos. O diretor não recusou o encontro, mas, segundo a narradora, adotou uma postura de avaliação, afirmando que consultaria os professores sobre a proposta (Canabarro, 2022).

No entanto, a proposta não foi bem recebida pela comunidade do bairro Cristal:

No Cristal [...] a instalação da escola não foi sem resistência. Pelo contrário, a notícia soou aos ouvidos de alguns como afronta, o tal buraco que se instalava naquela rua, para não sair, ou melhor, para agir como um deserto utópico, numa terra de interesses obscuros (Bechler; Pinheiro, 2013, p. 7).

A reunião sobre a implementação da escola Elyseu Paglioli foi realizada com a comunidade escolar, formada por professoras, pais, alunos e direção do Colégio Elpídio Paes, o prefeito e assessores. O assunto abordado foi a utilização de parte do pátio para a construção de uma nova escola. A proposta foi rejeitada pela comunidade, entre os vários motivos apresentados, o que se destacava era a existência de outros terrenos no bairro que poderiam ser utilizados para construção da escola especial. Outra questão levantada seria o prejuízo à saúde tanto mental como física dos alunos do Colégio Elpídio Paes, o que se percebe era que havia pouca compreensão sobre as deficiências, o que levava a pessoas a imaginarem que com simples contato, seria possível adquirir uma enfermidade e ficar deficiente, o estar próximo poderia levar também a perdas cognitivas, estes eram os relatos que apareceram em documentos encontrados na escola, e nas entrevistas com Neuza Canabarro e Lourdes Fornazier.

Em 9 de novembro de 1987, a então vereadora pelo Partido da Frente Liberal (PFL) Bernadete Teixeira Vidal<sup>71</sup> pede a palavra na Câmara Legislativa:

---

<sup>71</sup> Bernadete Teixeira Vidal nasceu em Cachoeira do Sul/RS, no dia 24 de março de 1950. Filha de Walmor Vidal e Nayde Teixeira Vidal. Formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, tornou-se advogada. Foi a primeira vereadora deficiente visual de Porto Alegre. Foi eleita vereadora pela primeira vez em

[...]ocorre que está nos jornais o lamentável incidente na Escola Elpídio Paes, ali no Cristal. Lamentável, Srs. Vereadores, porque envolve, como parte mais fraca, como de costume, pessoas deficientes [...] nem eu e nem o meu Partido somos contra. Eu sou contra, Srs. Vereadores, que atirem setenta e dois deficientes mentais treináveis como intrusos em qualquer lugar. Não entro no mérito de a escola ter ou não ter áreas grandes para se desenvolver lá qualquer tipo de construção. Nem vou entrar neste mérito. E me recuso, também, Srs. Vereadores, a aceitar que, nesta Cidade, estejam fazendo uso de crianças para fazerem manifestações, como foi feito contra o Prefeito. Eu não estou nem a favor e nem contra ele neste episódio, eu estou contra o uso de crianças, contra o uso de deficientes para se fazer política, nesta Cidade (Câmara Legislativa de Porto Alegre,1987).

O discurso de Bernadete Vidal, a primeira vereadora deficiente visual de Porto Alegre, demonstra uma série de preocupações e críticas sobre o incidente na Escola Elpídio Paes, com foco principal na vulnerabilidade das pessoas com deficiência e no uso político dessa situação, ao se colocar contra a manifestações que usam crianças ela está apoiando o prefeito. Ao escolher o termo "intrusos", Vidal argumenta de maneira crítica à falta de planejamento e sensibilidade na integração desses alunos, sugerindo que isso pode gerar mais problemas do que soluções. O discurso de Vidal expressava indignação, mas estava longe de ser imparcial, estando profundamente envolvido em disputas político-partidárias. A vereadora fazia parte do PFL, partido herdeiro da antiga Arena, conhecido por suas inclinações conservadoras e alinhamento com setores de direita. Collares, foi o primeiro prefeito eleito democraticamente, sucedeu líderes de partidos alinhados com o regime civil-militar<sup>72</sup>.

Como pesquisadora, reconheço que, no período em que a escola foi criada, ocorreram importantes avanços na área da Educação Especial em nível global, como evidenciado nas fontes encontradas no acervo do CEME Faced. Mas esses progressos não foram plenamente consolidados de imediato, no Brasil ainda podia ser visto alguns sinais palpáveis da segregação e influência do higienismo. E talvez por este motivo houve tantos problemas com a construção da escola, pois isso se deve, em parte, à persistência de estigmas associados à deficiência, os quais ainda influenciam as representações sociais até os dias atuais. Tais estigmas dificultam a mudança rápida e efetiva de paradigmas e práticas educacionais. A transformação de concepções e abordagens em relação à deficiência demandava tempo e esforços contínuos.

---

1976, para a VIII Legislatura, 1977 a 1982, com 7.515 votos, pela legenda da Aliança Renovadora Nacional – ARENA. Reelegeu-se para a IX Legislatura, 1983 a 1988, com 6.438 votos, pela legenda do Partido Democrático Social – PDS. Em 1986, vinculou-se ao PFL – Partido da Frente Liberal.

<sup>72</sup> Prefeitos de Porto Alegre durante a ditadura cívico militar: Célio Marques Fernandes - ARENA (1964-1965), Renato Souza - MDB (1965), Célio Marques Fernandes- ARENA (1985-1969), Telmo Thompson Flores- ARENA (1969- 1975), Guilherme Socias Villela- ARENA (1975 -1983), João Dib - PDS (1983-1986)

Sobre a rejeição da escola, Lourdes Fornazier descreve que a Associação Amigos do Verde organizava reuniões para esclarecer sobre a escola especial e acalmar as preocupações das mães dos alunos do Colégio Elpídio. Nessas reuniões, enfatizava-se que não havia motivo para temer as crianças com deficiência, destacando que elas não representavam nenhum risco de contaminação (Fornazier, 2022). A rejeição pela fundação da escola Elyseu, em um primeiro momento, direcionou minha atenção ao preconceito que a sociedade possuía naquele período.

No entanto, conforme descrito em alguns recortes de jornais da época, o movimento contra a construção da escola era visto por algumas pessoas como um legítimo esforço de defesa de direitos. A comunidade priorizava seus interesses, os moradores próximos ao terreno ficavam preocupados com a desvalorização de suas propriedades. Outros acreditavam que a presença mais livre de pessoas com deficiência nas ruas poderia trazer sérios prejuízos à segurança e ao bem-estar local.

Sobre estas questões, Fornazier (2022, entrevista) acrescentou uma informação importante, que o diretor Volanir Antonio Saccomori, argumentava que um dos problemas de ter uma escola especial como vizinha era a instalação de telas de arame como divisórias, pois representava um risco à saúde dos alunos ditos "normais". Ele demonstrava preocupação de que as crianças poderiam se tocar através das telas, o que poderia supostamente prejudicar os estudantes sem deficiência. Este argumento denota uma preocupação com a interação entre os alunos das duas escolas, e sugere uma visão segregacionista em relação à inclusão escolar. "O problema eram as telas, pois eles não queriam que os alunos do Elyseu ficassem visíveis. Tudo vira problema, quando a cabeça é pequena".

Assim, ao conduzir uma investigação, busquei articular informações de diversas naturezas, incluindo fontes orais, escritas, arquitetônicas e de diferentes tipos. Portanto, minha abordagem investigativa se aproxima da perspectiva de Magalhães (2007) ao examinar esta instituição escolar sob a ótica da meso-abordagem histórica, conforme explicado anteriormente.

**Figura 22: Início das obras da Escola Elyseu Paglioli**



**Fonte: Acervo da Escola (1988)**

Quando a construção da escola finalmente começou, vários registros fotográficos foram feitos para documentar o progresso. A figura 22 captura uma parte do terreno atrás do Colégio Elpídio Paes, onde as marcações iniciais estavam sendo feitas e vários buracos foram abertos para a colocação dos alicerces. À medida que a construção avançava, o desconforto da comunidade aumentava. A partir dos relatos de Fornazier, tive a sensação de que um dos motivos que também causou este incômodo foi a localização da obra, situada bem em frente ao “Mercado das Gringas”, um comércio tradicional que permanece no mesmo local até hoje.

Funcionando como uma mercearia, o mercado é famoso por vender principalmente alimentos, além de contar com açougue e padaria, atraindo um fluxo constante de moradores do bairro e arredores. Era um dos poucos estabelecimentos desse tipo na região, na década de 1980, o que fazia com que pais e alunos do Colégio Elpídio e a comunidade frequentassem o estabelecimento e fossem diariamente confrontados com o progresso da construção, o que alimentava ainda mais a tensão e a resistência na comunidade. Talvez por esse motivo, os buracos do terreno não passavam despercebidos, e eram comparados de forma depreciativa às crateras lunares. Além das crateras, existia um problema maior, a preocupação com a desvalorização dos imóveis, pois a escola ficaria localizada entre as ruas mais valorizadas do bairro Cristal.

**Figura 23: Destaque da Matéria Novos Monstros do Cristal**

Sob o falso argumento de que a área de lazer ficará prejudicada e de que o Centro de Atendimento ocupará o terreno da escola, o diretor e alguns professores passaram a incitar os alunos, organizando-os em brigadas fascistas. O argumento de fachada é a diminuição da área de lazer e a “apropriação indevida” pela Prefeitura de uma faixa de terreno que não lhe pertence. Mas para os alunos a mensagem é clara. A escola é para crianças normais e os alunos são induzidos a não aceitar a convivência com os excepcionais, pois não se concebe que dividam o espaço “com um monstrengo babando ao teu lado”.

Para esta pequena brigada, as crianças escolhidas foram as das vilas Cruzeiro do Sul, Arapeí e Cristal, justamente as que integram o contingente dos mais necessitados. As de classe média não foram escolhidas, porque ninguém é bobo. Algum pai poderia não gostar de ver seu filho metido nessa loucura e as consequências poderiam ser desagradáveis.

Fonte: Acervo da escola/ Jornal Pasquim (1987)

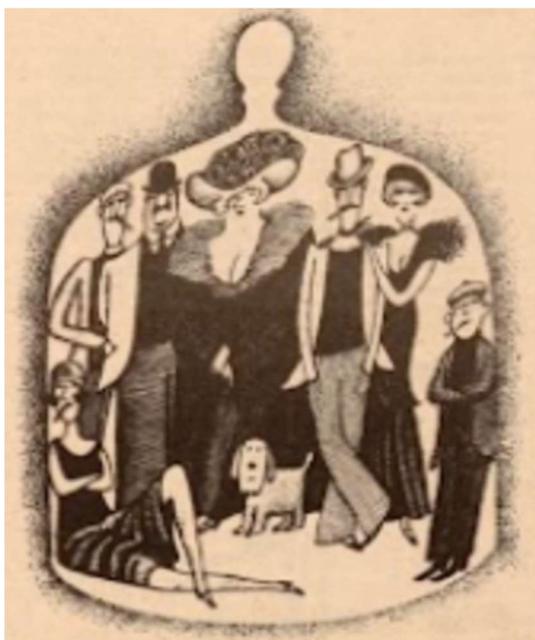
Este trecho do Jornal Pasquim (1987) traz uma crítica sobre os movimentos contra a construção da escola e apresenta como motivos: apropriação indevida de um terreno que era da prefeitura, diminuição de área de lazer do Elpídio Paes, entre outros. Chamam atenção as seguintes frases que carregam consigo a marca do estigma da deficiência: como conceber que dividam o espaço “com um monstrengo babando ao teu lado”. Importante destacar caro leitor que apesar do Jornal usar de um tom de ironia em vários artigos, os relacionados a Escola Elyseu tinham caráter de denúncia e uma dura crítica a sociedade, a matéria mostra a recusa da construção da escola como algo preconceituoso fazendo um comparativo de que seriam característica de uma classe burguesa e facista.

Na mesma matéria, o Pasquim (1987) fez uma análise sobre os grupos que se destacavam nos protestos contra a construção da instituição escolar, foram identificados dois grupos principais: um deles composto por moradores da área mais pobre do bairro Cristal, e os que agiam de forma mais discreta, quase não apareciam apenas organizavam as manifestações, estes os mais privilegiados. Isso provoca uma reflexão sobre outros conflitos subjacentes relacionados à rejeição da escola. Com o resultado desses eventos, o bairro passou a ser conhecido como “Redoma de Cristal”, uma denominação criada em um artigo do Jornal Pasquim (RJ) o qual também dá o nome a essa dissertação. O texto, acompanhado de uma charge, retrata como os residentes locais dentro de uma redoma, simbolizando que queriam se manter protegidos, rejeitavam a presença da escola especial e seus alunos, desenhado como

roupas que demonstravam ser de uma elite, o desenho enfatizando assim que exista um senso de superioridade.

O periódico destacava que “o debate sobre a construção ou não do Centro Integrado [...] é um dos episódios mais lamentáveis e vergonhosos da história de Porto Alegre.” O objetivo da matéria era transmitir a ideia de que a resistência a essas mudanças e o debate sobre a construção eram vistos como sinais de uma postura retrógrada e problemática na cidade (O Pasquim, 1987, p.14). Além disto citava os movimentos realizados pelo grupo de moradores e direção do Colégio Elpídio Paes, que haviam pedido uma proposta de plebiscito na Câmara de Vereadores, os debates ocorridos entre a SMEC e grupos de oposição. Magda Wagner ao escrever a matéria pontuava questões relacionadas a preconceito sociais, considerando as atitudes dos moradores do Cristal como “medieval”.

**Figura 24: Charge do Pasquim**



**Fonte: Acervo da escola / Jornal Pasquim (1987)**

Os movimentos contra a construção da escola se intensificaram, de acordo com o avanço das obras, e continuavam a ser relatados nos jornais. Representantes políticos levaram à Câmara de Vereadores as demandas desta disputa por espaço. À medida que aprofundei a investigação, percebi que talvez houvesse várias interpretações à rejeição à escola, bem diferentes da minha visão atual. Este foi um desafio constante durante a pesquisa: aprender a me distanciar e compreender que os eventos ocorreram em um contexto temporal distinto. Embora o intervalo

de tempo em relação às questões sobre deficiência possa parecer pequeno, há um abismo significativo entre como essas concepções eram entendidas no passado e como são vistas hoje.

Quando conversei com Maria Glória Nogueira, uma das primeiras professoras da escola, ela revelou que suspeitava da existência de movimentos contrários à construção da instituição, pois percebia um embate político não apenas entre partidos, mas possivelmente até dentro do próprio partido do prefeito. Nogueira mencionou que, na época, havia uma rivalidade interna no Partido Democrático Trabalhista (PDT), e acreditava que alguns membros eram contra a ideia de construir a escola especial. Além disso, ela notou que alguns participantes das reuniões entre a prefeitura e a comunidade pareciam agir de forma oportunista, buscando gerar polêmica por interesses políticos (2024, entrevista). Este relato me lembrou do estranhamento que Canabarro falou que sentiu quando foi a uma reunião, como se tudo estivesse organizado, combinado, ela achava que esta orientação vinha do diretor do Colégio Elpídio (2022, entrevista).

No dia 12 de novembro de 1987, uma manifestação realizada no bairro Cristal, contra a Escola Elyseu, colocou seus participantes em risco físico, muitos eram crianças, alunos do colégio Elpídio. A Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que até então não se manifestava com maior empenho sobre o caso, viveu um momento decisivo na disputa pela construção da instituição. Embora os jornais não tenham exposto a gravidade do evento, ou talvez tenham optado por não expor a situação em detalhes, ele permaneceu vívido na memória dos que o presenciaram. O relato sobre o ocorrido chegou principalmente por meio de conversas informais com as entrevistadas, mas acredito que pela própria gravidade do momento, muito se perdeu e também não era um desejo de que este evento fosse revivido. As descrições que apresento foram encontradas nas atas das Câmara de Vereadores, na sessão onde Pedro Luiz Fagundes Ruas<sup>73</sup> (PDT) usou a palavra para comentar sobre a manifestação no bairro Cristal e discutir os envolvidos no conflito:

É bom frisar, é de apenas parte daquela comunidade [...] refere que a colocação de um Centro Integrado para excepcionais desvaloriza as residências que lá existem, desvaloriza os prédios da classe média que lá existem, e cria problemas para os filhos normais da classe média, que terão que conviver com aqueles excepcionais, pouco mais de 200, localizados naqueles CIEMs. Para nós, representantes populares nesta Casa, é motivo de vergonha termos que denunciar um episódio desses [...] (Câmara Legislativa de Porto Alegre, 1987c).

---

<sup>73</sup> Pedro Luiz Fagundes Ruas, mas conhecido como Pedro Ruas, nasceu em Porto Alegre, 3 de janeiro de 1956, é um advogado e político brasileiro. Iniciou sua militância no antigo MDB e, após o retorno de Leonel Brizola do exílio em 1979, ajudou a fundar o PTB e, posteriormente, o PDT com Brizola. Nos últimos anos, foi o vereador mais votado de Porto Alegre e, em seguida, eleito deputado estadual pelo Rio Grande do Sul pelo PSOL. Atualmente, atua como vereador de Porto Alegre, sendo o segundo mais votado para a câmara municipal.

Pedro Ruas (1987), ao encerrar seu discurso, convocou a todos para que fossem feitas denúncias independentemente das consequências para os envolvidos. O vereador aproveitou o pleito para falar que os atos ocorridos na comunidade foram liderados por professores e líderes comunitários. Neste mesmo dia, a Vereadora Bernadete Vidal também destacou que as pessoas com deficiência estavam sendo discriminadas e exploradas, sendo usadas como instrumento político. Também questionava se as crianças haviam sido manipuladas para participarem do protesto contra a escola especial. Vidal, relatou que as crianças recitavam versinhos que sugeriam que o pátio era exclusivo delas. Isso as colocou em uma posição de oposição aos 'intrusos', e completa:

Não houve, Srs. Vereadores, uma preparação séria de terreno, ainda sabendo que a deficiência é tabu, que ainda o deficiente é um intruso quando chega, quando chega assim tão de repente, sabendo-se que ainda não há a educação que nós queremos, que eu quero. Quantas vezes eu venho a esta tribuna para pregar a integração de fato, a integração real dos deficientes na sociedade. Isso ainda é uma luta para mim, ainda é uma luta para meus companheiros (Câmara Legislativa de Porto Alegre, 1987c).

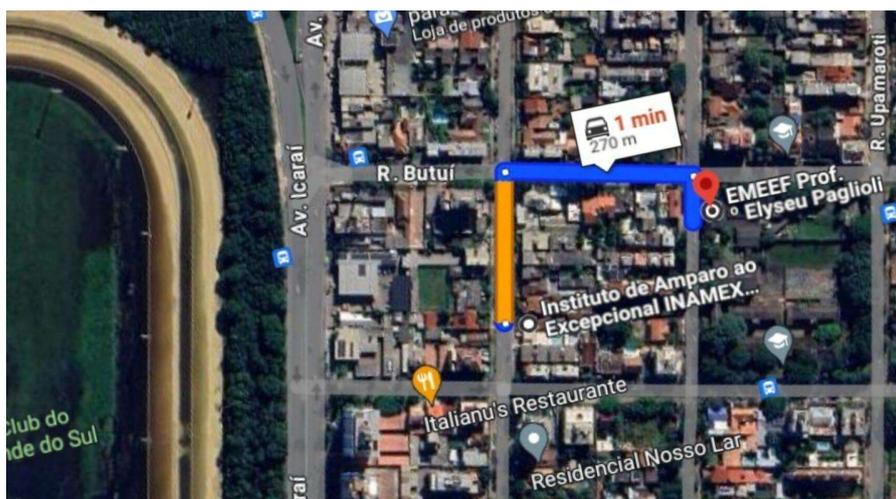
As narrativas indicam que há camadas profundas a serem exploradas sobre a construção da escola, muito além do simples ato de erigir um prédio ou ocupar um terreno. O contexto de uma cidade que não sabia como atender adequadamente seus deficientes, e não tinha clareza sobre como incluir essas pessoas em seus sistemas educacionais, muitas vezes deixando-as à margem da sociedade. E de repente essa mesma cidade começava a se dar conta da necessidade de oferecer educação a estas pessoas, reconhecendo que era necessário criar políticas, espaços e práticas educacionais que garantisse o acesso à educação para todos, independentemente de suas habilidades. A questão da Educação Especial envolve uma interseção de questões políticas, ideológicas, pedagógicas, conceituais e subjetivas. Existem muitos pontos que podem levar a diferentes caminhos, áreas ou conceitos que se encontram e se cruzam. Essa complexidade, que se entrelaça em vários caminhos, por vezes me deu fôlego durante a pesquisa, mas também gerou dúvidas sobre qual direção tomar. Essas dúvidas, talvez, foram uma constante durante todo o processo investigativo.

Nos discursos dos vereadores e nas matérias dos jornais, é evidente que a relação da comunidade com a Escola Elyseu não era das melhores. Um constante conflito é observado nos documentos encontrados no acervo da escola, datados entre 1987 e 1988. Essa constatação levantou uma questão que me acompanhou ao longo das investigações: por que a Escola Elyseu enfrentou tanta rejeição, considerando que, nas proximidades, o Instituto de Amparo ao

Excepcional (INAMEX) atendia deficientes intelectuais desde 1973? É preciso primeiro explicar o motivo que me levou a trazer essa instituição para dentro da pesquisa, o Instituto INAMEX<sup>74</sup> fica localizado apenas 270 metros do terreno onde foi construída a Escola Elyseu. Mas me intrigava uma questão: se já havia a presença de uma instituição para pessoas com deficiência no bairro e está fazia parte da rotina da comunidade, a criação da escola especial não deveria causar estranhamento. Este fato reforçava a sensação de que existiam outros fatores que influenciavam os movimentos de recusa da Escola Elyseu comunidade.

Inicialmente, acreditei que a rejeição pudesse estar relacionada às diferenças estruturais entre as duas instituições. O INAMEX, por exemplo, é uma entidade de acolhimento com atendimento 24 horas, onde a maioria dos internos, vindos do interior do estado, recebe cuidados integrais, sem precisar circular pelo bairro. A escola especial, por outro lado, funcionava de maneira diferente, o que poderia ter gerado certa resistência. Ainda assim, parecia haver outros fatores em jogo, mas faltavam dados concretos para sustentar essa hipótese. Era necessário investigar mais a fundo para esclarecer a verdadeira causa desse cenário. Observando as características arquitetônicas dos prédios, percebi que enquanto a instituição INAMEX parecia se ocultar, se escondendo atrás dos muros, a Elyseu queria mostrar seus alunos, que caminhavam na rua, e ficavam perto das grandes. Para mim, essa diferença arquitetônica pode ter sido um fator crucial na discórdia.

### Mapa 3: Localização INAMEX e Escola Elyseu



Fonte: Google Maps (2024)

<sup>74</sup> O Instituto de Amparo ao Excepcional – INAMEX - é uma instituição, filantrópica, de caráter assistencial, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, declarada e reconhecida como de utilidade pública municipal, estadual e federal, fundado em 10 de janeiro de 1973. Atualmente, atende 75 acolhidos de idades variadas entre 11 e 61 anos.

O INAMEX<sup>75</sup>, atualmente possui uma sede administrativa e duas casas que servem como abrigo para pessoas com deficiência intelectual, sua primeira casa como pode ser vista na figura 25, possui muros altos, estes que pensei serem originais de 1973.

**Figura 25: Fachada do Instituto de Amparo ao Excepcional (INAMEX) e da Escola Elyseu**



Fonte: Acervo particular da Autora (2023)

A fachada do INAMEX, reforçava a impressão de um lugar isolado, onde nada podia escapar. Essa percepção não era apenas minha; as pessoas com quem convivi nos últimos oito anos na Elyseu frequentemente mencionam o imponente muro e o que ele simbolizava: uma visão ultrapassada da Educação Especial. De forma errônea, imaginei que o INAMEX não enfrentava problemas com a comunidade devido às suas características estruturais.

<sup>75</sup> Instituição de Amparo ao Excepcional – INAMEX (1973),

O edifício contribuía para sua aceitação pelo bairro, uma vez que a presença de pessoas com deficiência passava despercebida para os residentes externos aos muros, e os internos, por sua vez, não percebiam a comunidade ao seu redor. Portanto, o que talvez fosse rejeitado na instituição escolar era a possibilidade de tornar esses sujeitos visíveis para a sociedade. Tal situação me fez lembrar do que o diretor da Elpídio Paes havia alegado como um grande problema da instituição, as telas na divisa das duas escolas. Para minha surpresa, procurando mais informações sobre o bairro Cristal e o Elyseu, deparei-me com a tese de Ricardo Burg Ceccim, na qual encontrei a seguinte informação:

Em breve, a escola era apelidada de *coleginho*, numa alusão *ao fazer as vezes de escola*, termo popularmente empregado para descrever creches e maternais, nesse caso para loucos. Ainda hoje, ouvimos a expressão "*os louquinhos da CIEM*" referida ao seu alunado: era o coletinho dos loucos. O preconceito, aqui, sugeria a existência de comportamentos sexualmente abusivos, imagem corporal defeituosa e comportamento anti-social (ficar sem roupa, babar, não controlar eliminações corporais). Tal estereotípia já havia levado o Instituto de Amparo aos Excepcionais (INAMEX), localizado nas proximidades, à elevação dos seus muros (condição imposta para a sua permanência no bairro. Já tinham sido expulsos de suas instalações anteriores no bairro Ipanema por uma campanha dos moradores (Ceccim, 125, 1998).

Ao ler a pesquisa de Ceccim, em especial esse trecho, percebi dois pontos importantes, o primeiro o uso da expressão *coleginho*, a qual já havia ouvido professores aposentados falarem desta forma da escola, quando explicavam como a escola era chamada antigamente. Mas sempre relacionava que este apelido, tinha relação ao tamanho físico da escola, não que fosse algo que contestasse a função educativa da instituição. Mas o que mais me intrigou nessa leitura foi um detalhe surpreendente de que os muros do INAMEX foram erguidos posteriormente devido à pressão da comunidade, confesso que fui tomada por uma série de sentimentos, que ainda ressoam em mim, e não posso deixar de compartilhar que me encheu de tristeza por perceber o quanto as pessoas com deficiência sofreram e ainda sofre com a discriminação.

O que ocorreu evoca a afirmação de Justino Magalhães sobre "A história da escola não é necessariamente a história do melhor dos mundos, nem de uma instituição uniforme no tempo e no espaço" (Magalhães, 2004, p. 124). O autor destaca que a história escolar é complexa e abrangente, abarcando uma série de aspectos que vão desde sua estrutura física e funcional até suas práticas curriculares, pedagógicas e experiências vivenciadas.

Magalhães também sugere que essa mudança não ocorre isoladamente, mas está profundamente enraizada nas circunstâncias históricas e contextos locais em que a escola está inserida. Isso significa que a história de uma escola é influenciada por uma série de fatores,

incluindo mudanças sociais, políticas e culturais ao longo do tempo. Portanto, entender a história de uma escola requer uma análise cuidadosa e contextualizada de todas essas dimensões, tanto dentro quanto fora dos limites físicos da instituição.

Na entrevista de Nogueira (2024), demonstrou ter uma percepção diferente sobre a rejeição da comunidade, a professora lembra no presente que em 1989, as duas escolas já realizavam atividades conjuntas, o que sugere que não havia tanto preconceito, ao ponto de tanta mobilização que foi feita nos jornais. Sendo assim, ela acredita que algumas questões devem ter sido motivadoras do conflito, como o final do mandato do Prefeito Collares e o início das eleições para governador.

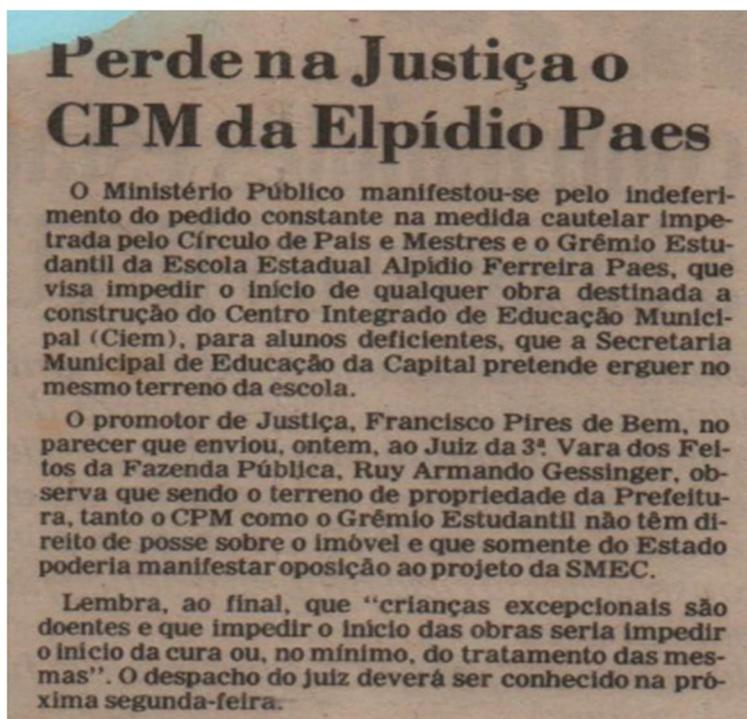
Entretanto, apesar de todos os movimentos contrários, a Escola Elyseu se estabeleceu, com a parceria entre a prefeitura, e o desejo dos pais que queriam ver seus filhos com deficiência, tendo acesso à educação. Inicialmente, a maioria da comunidade escolar não pertencia ao bairro Cristal, onde a escola estava sendo construída, mas sim a Vila Cruzeiro. Com o tempo, a Secretaria da Educação revisou os critérios de inscrição, permitindo que a escola atendesse alunos de diversas partes da cidade. Essa mudança trouxe uma nova dinâmica para a comunidade escolar, demonstrando a diversidade e a inclusão que a Escola Elyseu representa hoje.

Segundo algumas conversas informais com antigos funcionários, antes mesmo da conclusão das obras do prédio, a escola teve que ser ocupada pela comunidade escolar, que temiam com o risco de invasões e depredações. Havia um burburinho de que a escola seria invadida em represália a sua existência no bairro Cristal. Para evitar que este cenário se concretizasse alguns personagens da comunidade escolar “marcaram” território em nome da resistência e pelo direito de estarem ali. Neuza Canabarro relatou que o empresário vencedor da licitação expressou preocupação durante as obras: “Não podemos avançar, estamos cavando, preenchendo o terreno para começar, mas à noite a comunidade vem e fecha os buracos” (2022, entrevista). A resistência local e as preocupações com a segurança foram barreiras significativas que precisaram ser superadas para que a escola pudesse se tornar realidade. Imagine a cena: a comunidade local bloqueava o avanço das obras e o que levantava preocupações sobre a segurança da construção. Muitas vezes, essas resistências podiam ser atribuídas a uma mistura de desconfiança quanto ao projeto, questões de preconceito ou até mesmo a questões políticas locais.

Em 1988, a escola foi inaugurada, ainda na gestão do prefeito Alceu Collares, com uma proposta de atendimento aos alunos em regime integral, com atendimento feito por professores

e técnicos na área da saúde. A Educação Especial vai muito além da simples construção de um prédio ou da ocupação de um terreno. Ela envolve um entrelaçamento de questões políticas, ideológicas, pedagógicas, conceituais e pessoais que moldam profundamente a trajetória de uma escola.

**Figura 27: Reportagem Sobre Pedido De Embargo Das Obras**



Fonte: Acervo da Escola/ Correio do Povo (1987)

As histórias em torno da Educação Especial evidenciam camadas ricas e complexas, mostrando que a criação de uma escola não é apenas sobre edificar paredes e salas de aula, mas sobre construir uma comunidade inclusiva e responder a desafios que vão além do físico. Cada decisão e cada desafio enfrentado evidenciam a luta por uma educação que respeite e valorize a diversidade. É necessário mergulhar nessas camadas para entender como a Educação Especial impacta realmente a vida das pessoas, as políticas envolvidas e a cultura escolar. Compreender essas dimensões nos ajuda a ver a escola não apenas como um edifício, mas como um espaço vital que representa a esperança e o compromisso com uma educação que abrace todos os alunos, respeitando suas individualidades e necessidades. Em resumo, ao mergulharmos nas camadas profundas que compõem a Educação Especial, reconhecemos que a verdadeira construção de uma escola não está nas paredes que a sustentam, mas nas histórias, desafios e conquistas que a tornam um espaço de inclusão e transformação.

#### **4 CULTURA ESCOLAR EM TRANSFORMAÇÃO: CONTRASTES E TRANSIÇÕES DA ESCOLA ELYSEU NAS GESTÕES PDT E PT**

A criação da Escola Elyseu no final da década de 1980 marcou uma transformação significativa na Educação Especial em Porto Alegre, evidenciando novas abordagens pedagógicas, médicas e arquitetônicas. Este capítulo explora como essas mudanças, especialmente na arquitetura, moldaram a cultura escolar e resultaram em profundas alterações nos currículos, conceitos e ideologias da Educação Especial.

Durante os anos 1980, a Educação Especial passou por uma reconfiguração no Brasil, impulsionada por debates sobre inclusão e a necessidade de atender de forma mais humanizada as demandas dos alunos com deficiência. Esta instituição escolar foi projetada não apenas como um espaço de aprendizagem, mas como um ambiente integrador, onde as práticas pedagógicas e médicas convergiam para atender de maneira mais eficaz às necessidades específicas dos estudantes. A interseção entre a arquitetura, as práticas pedagógicas e os discursos contribuíram significativamente para a formação da cultura escolar, demonstrando a complexidade e a interdependência dessas esferas na criação de um ambiente educacional inclusivo.

A política de gestão municipal desempenhou um papel crucial na implementação da cultura escolar da Escola Elyseu entre 1988 e 1992, período marcado pelas políticas públicas do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido dos Trabalhadores (PT). Neste sentido, o PDT destacou-se pela ênfase na educação em tempo integral e pelo respeito às diversidades, enquanto na gestão do PT, houve um foco na formação contínua dos professores, na participação ativa da comunidade escolar e na integração dos alunos da Educação Especial na escola regular que pertenciam à rede municipal de ensino. Essa abordagem contribuiu para a criação de uma instituição que não apenas ensinava, mas também acolhia e integrava, respeitando as particularidades de cada estudante.

A análise dos indícios da cultura escolar demonstra como a instituição navegou por diferentes concepções de Educação Especial nos anos 1980. Essa trajetória demonstra sua capacidade de adaptação às novas perspectivas educacionais. Proponho um inventário das práticas escolares e do envolvimento da escola com sua comunidade, mapeando as influências da gestão do Partido Democrático Trabalhista (1988) e do Partido dos Trabalhadores (1989-1992). Além disso, o capítulo investiga a eficácia das reformas educativas frente aos desafios das políticas públicas e às resistências enfrentadas por professores e pela comunidade diante

das mudanças propostas. Uma instituição que, por vezes, precisou se refugiar entre cercas e telas para conquistar o direito universal de lutar pela educação.

Figura 27: Prefeito inaugura um CIEM especial



Fonte: Acervo da escola/ Material encontrado no depósito (1988)

Caro leitor, até a chegada do tão esperado momento da inauguração da escola, muita coisa aconteceu, como os vários problemas contra a construção do prédio, os quais foram descritos no capítulo 3. Peço atenção especial a esta obra, feita de tijolos, vigas, cercas e telas, que saiu do papel para dar vida a uma nova escola no coração do Bairro Cristal. Os detalhes da estrutura física e a seleção de recursos humanos já estavam presentes no primeiro projeto, havendo uma separação em categorias: os professores, os profissionais especializados e a

equipe técnico-pedagógica. É importante destacar que os arquivos apresentam divergências na denominação da equipe, que é frequentemente citada como "equipe técnica" ou "equipe de saúde." Acredito que essa forma de nomeação esteja relacionada ao tipo de serviço prestado por esta equipe, pois, apesar deste grupo possuir um supervisor e um orientador educacional, esses profissionais não se envolviam diretamente com questões pedagógicas, mas sim com a classificação dos alunos, seguindo critérios médicos. Apresento o quadro 7 a relação de trabalhador previstas no projeto (1987) e no regimento escolar (1987):

**Quadro 7: Funcionários da Escola e Corpo Técnico-Pedagógico**

Profissionais Especializados	Equipe Técnica-Pedagógico
Auxiliar de Cozinha Auxiliar de Serviços Gerais Merendeira Nutrição Vigilante	Assistente Social Dentista Fisioterapeuta Fonoaudióloga Neurologista Orientador Educacional Psicóloga Supervisor Terapeuta Ocupacional

Fonte: Elaborado pela Autora (2024)

Ao analisar o Projeto de Implementação, fica claro que a intenção inicial da Prefeitura era criar um espaço que oferecesse dois tipos de atendimento, integrando atividades educacionais, serviços médicos e o apoio necessário para o desenvolvimento integral das crianças (SMEC, 1987). Em abril de 1987, a planta arquitetônica foi desenhada, mas, ao longo dos meses, a realidade foi exigindo ajustes, e em agosto do mesmo ano, novos desenhos e objetivos foram incorporados. Finalmente, em 21 de agosto de 1988, a instituição abriu suas portas, marcando não apenas o início de suas atividades, mas também um novo capítulo na História da Educação municipal de Porto Alegre, cheio de expectativas e promessas de transformação.

A construção enfrentou inúmeros desafios, mas sua realização pavimentou o caminho para a criação de outras três instituições na cidade: EMEEF Tristão Sucupira Vianna<sup>76</sup>, EMEEF Prof. Luiz Francisco Lucena Borges<sup>77</sup> e EMEEF Prof<sup>a</sup>. Lygia Morrone Averbuck<sup>78</sup>.

De acordo com a ex-Secretária de Educação Neuza Canabarro (2022, entrevista), grande parte dos alunos esteve presente naquele dia, e alguns se emocionaram profundamente, chegando às lágrimas ao reconhecerem o valor e a beleza do trabalho realizado. Quando enfim atravessaram os portões da escola, não estavam apenas iniciando uma nova jornada acadêmica; estavam dando início a uma transformação profunda na Educação Especial. Cada passo dado naquele espaço recém-criado representava uma conquista coletiva, fruto do esforço de todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse projeto. A abertura dos portões simbolizou o começo de um novo capítulo na educação de Porto Alegre, onde os direitos e a dignidade das pessoas com deficiência finalmente encontraram um terreno fértil para florescer. Aqueles que primeiramente reivindicaram o direito à educação gratuita e de qualidade pavimentaram o caminho para serem reconhecidos como alunos da Educação Especial, um avanço significativo para quem, até então, era visto apenas como um indivíduo, erroneamente considerado incapaz de aprender.

No entanto, mesmo com o prédio construído, o desafio não havia terminado; ele continuava a ultrapassar os muros da escola. Do lado de fora, através da cerca, os alunos e suas famílias eram vistos como intrusos no bairro Cristal, de acordo com o discutido no capítulo anterior. Enquanto esperavam, compartilhavam momentos de ansiedade diante do prédio de tijolos que, por tanto tempo, foi o centro de uma disputa acirrada.

A espera foi interrompida pelas palavras acolhedoras do Diretor Rui Barcellos, e, ao som do sinal, a porta vermelha de entrada se abriu, dando as boas-vindas a todos os alunos. Enquanto alguns entraram sozinhos, outros seguiam de mãos dadas com seus pais, sendo recebidos calorosamente por professores e pela equipe técnica. Ali, naquele espaço semearam-se novas possibilidades, de uma cultura escolar nascente, cheia de símbolos, normas e práticas. Aos poucos, conseguiram romper a barreira da Redoma de Cristal (Pasquim, 1987), uma

---

<sup>76</sup> A Escola Municipal Especial Tristão Sucupira Vianna foi inaugurada em março de 1991, buscando atender as necessidades da comunidade que não encontrava vaga no ensino comum devido à falta de preparo desse. Localizado na zona sul de Porto Alegre, a Restinga é um dos maiores bairros periféricos da capital gaúcha.

<sup>77</sup> EMEEF Luiz Francisco Lucena Borges Localizada na rua: Cláudio Manoel da Costa, 270 - Jardim Itu, Porto Alegre.

<sup>78</sup> A EMEEF Professora Lygia Morrone Averbuck, criada e denominada pelo Decreto Municipal nº 9184, de 02 de junho de 1988 tem sua sede no Município de Porto Alegre, Rua A-G Projetada, s/nº, Jardim Guanabara.

metáfora poderosa que não só intitula esta dissertação, mas encapsula a essência da relação entre a comunidade local e a escola.

Para imaginar o funcionamento da escola como Centro Integrado de Educação Municipal, feche os olhos e se veja caminhando pelo espaço. Ao se aproximar do prédio, pode-se ver a fachada cercada e a área externa delimitada por telas que chamavam a atenção de quem passava na rua. Do lado de fora da escola, é possível ver a movimentação dos pais sendo atendidos pela janela da secretaria, com a sala da direção acolhedora logo ao lado, sempre pronta para receber quem precisar de orientação.

Ao entrar no prédio, à esquerda, há um corredor com cinco salas dedicadas às atividades pedagógicas, onde os estudantes eram recebidos pela manhã e participavam de projetos e oficinas no turno da tarde. Seguindo pelo corredor, à direita, encontram-se três consultórios e, ao final, um banheiro para funcionários, além de gabinetes odontológico e médico, que ofereciam serviços tanto para os alunos quanto para a comunidade em ambos os turnos.

Próximo a essas salas, havia um segundo banheiro, destinado aos discente do sexo masculino, com vestiários e chuveiros. Adjacentemente, ficava a sala da biblioteca. No meio do corredor, um acesso levava a uma nova área da escola, com um terceiro banheiro equipado com seis chuveiros e vestiários, tanto masculinos quanto femininos. Você se depara com um amplo refeitório, um espaço que vai além de suas funções diárias, servindo como palco para comemorações, reuniões e eventos que unem a comunidade escolar. Ao fundo, a cozinha e a despensa completam o ambiente. Cada detalhe do prédio foi cuidadosamente planejado, lembre-se de que cada detalhe foi pensado para atender indivíduos de forma integral, onde havia uma grande influência médica e que a educação iria começar a ganhar a força. Esse prédio representa um marco, um novo tempo na Educação Especial em Porto Alegre, onde o direito à educação das pessoas com deficiências e inclusão começaram a caminhar juntos. Agora, pode abrir os olhos e voltar, trazendo consigo a sensação de ter percorrido um lugar onde existe um grande potencial a ser explorado, no qual tantas outras memórias foram construídas.

Nesse contexto, ao ter acesso aos arquivos da escola, foi possível observar que esta possui uma cultura própria, formada por diversos componentes, como os seus diferentes atores: pais, alunos e professores. A cultura escolar se manifesta nas relações cotidianas, com sua comunidade escolar, composta por um conjunto de práticas, normas e valores compartilhados pela comunidade escolar (Julia, 2001), que molda profundamente as experiências de discente e educadores. Quando penso nas influências que tornam a instituição onde trabalho única, não posso deixar de destacar as características que a diferenciam, atendendo às necessidades dos

alunos com deficiência de maneira direcionada e adequada. A escola integra a Rede Municipal de Porto Alegre, o que fortalece sua conexão com as políticas educacionais e contribui o atendimento aos alunos, desenvolvendo espaço para a construção de novas práticas e significados. Para Viñao Frago (1995), a cultura escolar engloba todos os aspectos da vida na escola. No entanto, o autor destaca dois elementos em particular: os espaços e os tempos escolares, que ele considera não serem desprovidos de intencionalidade, sendo assim os espaços comunicam e, por isso, educam.

Também é possível identificar que a sua estrutura escolar perpassa teorias, práticas escolares e ideologias, que contribuem para a formação e características de uma determinada cultura escolar. Quando analisados em sua materialidade segundo Grimaldi e Almeida (2020, p. 4) “é preciso pensar a concepção material das escolas como produto de seu tempo, e também como intersecção de discursos arquitetônicos, pedagógicos e históricos”. A instituição é um exemplo claro dessa intersecção, onde o espaço físico não apenas abriga práticas educativas, mas também influencia a cultura escolar em constante transformação.

O projeto defendido pelo prefeito Alceu de Deus Collares, durante sua gestão de 1986 a 1988, serviu como base para os Centros Integrados Municipais de Educação e os Centros Integrados de Educação Popular, já apresentados no capítulo anterior. Esse modelo de instituição seguia os preceitos do Partido Democrático Trabalhista, cuja missão era proteger as crianças da vulnerabilidade das ruas e proporcionar um ambiente escolar seguro e acolhedor para crianças de 7 a 14 anos.

Sobre a conexão entre arquitetura escolar e política educacional, Viñao Frago (2001) e Escolano (2001) destacam que o espaço escolar vai além de sua estrutura física; ele é uma construção cultural que traduz e expressa valores e discursos educacionais. Em outras palavras, a forma e a organização dos ambientes escolares não são apenas questões de design, mas também considera como a educação é entendida e praticada, mostrando como o espaço pode influenciar e ser influenciado pelas políticas e filosofias educacionais.

Aprofundando mais sobre as questões do projeto arquitetônico, se fazia necessário conhecer seu criador e investigar o desenho original da escola e possíveis alterações que tivessem ocorrido, mas o mais importante era saber como está funcionava nos primeiros anos, quais seriam os usos destes espaços e suas transformações. Para isso, era necessário investigar a autoria da construção da escola, sabia de antemão que o Projeto de Implementação mencionava o arquiteto José de Lucy Moura como o responsável pelo projeto (SMEC, 1987). No entanto, ao buscar mais informações sobre Moura, não consegui encontrar detalhes

adicionais. Pressupondo que ele deveria ter vínculos com a prefeitura e ter sido responsável por outras obras, realizei pesquisas no site do Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e no Google, mas não obtive resultados. Isso gerou algumas dúvidas sobre o papel e a trajetória do arquiteto na realização do projeto.

Decidi, então, verificar a planta arquitetônica da escola na esperança de que ela pudesse fornecer mais clareza sobre a autoria, como também para compreender o seu desenho e o uso dos espaços. Para minha surpresa, ao olhar com a atenção aos dados de identificação, os nomes listados eram de Jeanete Krish como a arquiteta responsável e José Deloci Moura<sup>79</sup> como colaborador. Inicialmente, pensei ter descoberto uma discrepância na autoria. No entanto, logo percebi que a questão poderia ser explicada por um erro de digitação no sobrenome de Moura, provavelmente devido ao fato de que o documento era datilografado. Assim, o erro ortográfico pode ter levado ao nome incorreto no Projeto de Implementação.

**Figura 28: Dados de Identificação do Aerofotogramétrico da instituição (1987)**

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE</b>			
Secretaria municipal de educação e cultura			
<b>ESCOLA MUNICIPAL ESPECIAL PROF. ELYSEU PAGLIOLI</b>		Eng. Márcio Freitas Chefe da Seção de Estudos e Projetos/SPE	
<b>IMPLANTAÇÃO</b>			
<b>serviço de prédios escolares</b>			
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA PROF. NEUZA CANABARRO CHEFE DO SERVIÇO DE PREDIOS ESCOLARES ARQ. GILBERTO MORSCH			
PROJETO	ARQ. JEANETE KIRST	CREA	8772-D
COLABORAÇÃO	ARQ. JOSE DELOCI MOURA	CREA	52092-D
DESENHO	SEHL	ESCALA	1/200
		DATA	AGOSTO/87
			AE-ROFOTOGRAFETRICO
			PRANCHA <b>102</b>

Fonte: Acervo da escola - Documento encontrado na secretaria da instituição

A presença de Jeanete Krish como arquiteta responsável traz à tona uma importante contribuição feminina que, curiosamente, não foi devidamente reconhecida no documento original. Essa omissão sublinha a necessidade crucial de revisar e corrigir os registros históricos para garantir que todos os envolvidos sejam justamente creditados. Em relação aos dois arquitetos mencionados, encontrei informações apenas sobre Moura, enquanto nada foi

<sup>79</sup> Arquiteto e urbanista, funcionário aposentado da Prefeitura de Porto Alegre, vinculado à Secretaria Municipal de Obras e Viação.

descoberto sobre Krish até o final da pesquisa. Esse vazio informativo levanta a hipótese de que muitas mulheres, ao mudarem seus sobrenomes no casamento, acabam invisibilizadas na história, o que poderia ser uma das razões para a dificuldade em localizar informações sobre Jeanete Krish. Isso nos faz questionar como a documentação e o reconhecimento histórico podem, inadvertidamente, perpetuar a exclusão de mulheres profissionais.

Retornando o foco ao edifício da escola, este foi projetado com características semelhantes às de uma clínica, com salas dispostas como consultórios, onde cada sala atendia uma criança individualmente. Esse design promovia um modelo de vigilância e controle. Como observou Escolano:

A arquitetura escolar é também por si mesma um programa, uma espécie de discurso que institui na sua materialidade um sistema de valores, como os de ordem, disciplina e vigilância, marcos para a aprendizagem sensorial e motora e toda uma semiologia que cobre diferentes símbolos estéticos, culturais e também ideológicos (1998, p. 26).

Esse conceito sugere que toda estrutura física não é neutra, mas sim uma construção carregada de significados e intenções pedagógicas, que moldam e consideram as práticas educativas e os valores institucionais. A execução do projeto da escola foi dividida em três fases distintas: estruturação, desenvolvimento e abertura. Cada uma dessas etapas envolveu a formação de comissões especializadas, o recrutamento de profissionais qualificados e a elaboração de diretrizes detalhadas para o funcionamento eficaz da instituição.

O embasamento do projeto fundamentou-se na legislação brasileira referente à educação de indivíduos excepcionais, abordada em diversos dispositivos legais e documentos oficiais. A Lei Federal nº 4024/61, por exemplo, estabeleceu diretrizes para a educação excepcional, incentivando sua integração no sistema geral de ensino. A Constituição Federal de 1967, por meio da emenda nº 1, também tratou da Educação Especial. Outros marcos legislativos relevantes incluem a Lei Federal nº 5692/71, que recomendava tratamento especial para estudantes com deficiências físicas ou mentais e para aqueles com atraso considerável na matrícula ou superdotados.

O currículo da instituição era considerado “especial” por adaptar seus métodos às necessidades dos alunos com deficiência intelectual. O Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) criou diretrizes na "Proposta Curricular para Deficientes Mentais Educáveis", baseadas no QI dos discente e nas orientações da American Association of Medical Officers of American Institutions for Idiotic and Feeble-Minded Persons. Mendes (1995) destaca que as falhas nos processos de diagnóstico da deficiência intelectual ainda persistem, com desafios

contínuos na identificação devido à falta de diretrizes claras e à precariedade dos serviços públicos. O Plano de Educação do Estado do Rio Grande do Sul de 1967, também aparece no projeto da escola, e destaca a necessidade de incentivar a educação de excepcionais e melhorar a formação de professores especializados. Essa sólida base legislativa ajudou a moldar tanto a estrutura física das escolas quanto a maneira como elas atendem e apoiam alunos da Educação Especial, o que demonstra um compromisso crescente com a inclusão e a equidade no ambiente educacional no período em que a escola foi idealizada.

Durante o governo de Olívio Dutra (1989-1992), a instituição não passou por mudanças estruturais significativas em seu edifício principal. No entanto, os documentos registram uma reorganização dos espaços, embora sem detalhar as especificações dessas modificações. O pátio da escola foi ampliado com a construção de um ginásio, este que não constava no projeto original e foi acrescentado na segunda planta arquitetônica (1987), como pode ser visto logo na Figura 29, foram acrescentados o ginásio e o prédio B, este que só foi construído em 1998. Segundo Canabarro (2022, entrevista), o ginásio havia sido oferecido como um tipo de moeda de troca durante a negociação da construção da instituição para beneficiar a comunidade local, que se mostrava resistente à nova escola. Este espaço esportivo foi projetado para ser compartilhado com o Colégio Elpídio e também para uso da comunidade. De acordo com Viñao Frago (1995), a arquitetura escolar não apenas oferece um espaço físico, mas também demonstra e molda ideais educacionais, influenciando a experiência e a interação no ambiente escolar.

Ao analisar os usos e a função dos espaços, ficou claro que a construção do ginásio foi planejada para ir além do apoio às aulas de educação física e à realização de eventos das duas instituições escolares. Esse espaço simbolizava o compromisso da Prefeitura de Porto Alegre em atender às necessidades da comunidade local, buscando fortalecer os laços entre as instituições de ensino e o bairro. Em conversas com Fornazier (2022) e Canabarro (2022), ambas confirmaram que o ginásio também era utilizado por associações dos bairros Cruzeiro e Cristal, que lutavam principalmente pela regularização de moradia. Essas associações, frequentemente enfrentavam dificuldades em encontrar locais adequados para suas reuniões, Fornazier (2022, entrevista) relatou que algumas tinham suas sedes em pequenas casas, sendo assim encontraram no ginásio uma solução valiosa, este relato destaca o papel desse espaço como um recurso comunitário além das atividades escolares.

Essas observações mostram que a arquitetura escolar e a política educacional estão intrinsecamente ligadas. Viñao Frago (1995) e Escolano (2001) destacam que o espaço escolar



citadas, o ginásio é utilizado para reuniões do Orçamento Participativo<sup>80</sup> (OP) e como local de votação de eleições. Em 2024, após uma catástrofe climática<sup>81</sup> que deixou muitos desabrigados em Porto Alegre, presenciei o espaço ser transformado em um abrigo temporário para mais de 100 pessoas resgatadas da cidade de Eldorado do Sul. Oportunidade em que a prefeitura, funcionários e pessoas da sociedade civil, prestaram serviços voluntários. No auge da tragédia, a instituição contava com cerca de mais de 600 voluntários cadastrados. Esse uso do ginásio demonstra como ele se mantém como um recurso crucial para a comunidade, adaptando-se às necessidades emergentes e oferecendo suporte em momentos de crise.

Para encerrar essa discussão sobre a arquitetura escolar, a pesquisa explorou as diferentes relações entre as gestões políticas do Partido Democrático Trabalhista e do Partido dos Trabalhadores e a construção da cultura escolar na instituição. Foi analisado como essas gestões influenciaram as práticas pedagógicas, a integração da comunidade e o desenvolvimento da instituição, moldando a trajetória da escola e suas abordagens educacionais ao longo do tempo. A partir de uma análise crítica, foram examinadas as relações entre teorias educacionais, práticas pedagógicas, interação com a comunidade e a dinâmica tempo na escola. Essa avaliação permitiu uma compreensão mais profunda das implicações dessas mudanças no contexto educacional. O objetivo foi destacar como as políticas educacionais dos partidos PDT e PT moldaram a experiência escolar e o desenvolvimento dos estudantes nos primeiros anos da instituição, evidenciando as transformações na cultura escolar.

#### **4.1 Da Psicologia Comportamental à Pedagogia Construtivista**

Ao longo deste estudo, ficou evidente que a Psicologia caminhou lado a lado com a Educação Especial, especialmente quando se buscam analisar as teorias que influenciaram as práticas pedagógicas na instituição entre 1988 e 1992. Essas teorias, que moldaram o processo

---

<sup>80</sup> A Prefeitura de Porto Alegre a criação do Orçamento Participativo começou em 1989 no governo de Olívio Dutra (1989), que implementou um sistema de co-gestão com a participação da comunidade para a estruturação do orçamento da cidade. A comunidade apresenta propostas e informações, assessoria técnica e infraestrutura, além de possuir representatividade sobre as instâncias deliberativas do Orçamento Participativo. Assim, foram instituídos conselhos, redes e fóruns. Orçamento Participativo continua ativo mesmo com várias mudanças de gestões em 30 anos.

<sup>81</sup> No dia 1 de maio de 2024, o governo do Rio Grande do Sul decretou estado de calamidade pública, devido às chuvas, e uma combinação de fatores, entre eles uma massa de ar quente sobre a área central do país, que bloqueavam a frente fria na região Sul e deixava que a instabilidade ficasse sobre o Estado, causando chuvas intensas e contínuas. Além disto havia a influência do fenômeno El Niño, responsável por aquecer as águas do Oceano Pacífico. O que resultou em enchentes pelo estado, tendo como resultado em 10 de maio cerca de 1,9 milhão de pessoas afetadas em 441 municípios, com 340 mil tendo que deixar suas casas e 71 mil alojadas em abrigos (BBC, 2024).

educativo, geraram interpretações e proposições diversas, muitas vezes contrastantes, no campo das abordagens pedagógicas e psicológicas. Neste contexto, discutiremos as cinco principais abordagens da psicologia aplicadas à relação professor-aluno que foram identificadas nas fontes as teorias: Comportamentalista, Humanista, Empirista e Construtivista.

Em dezembro de 1987, o Regimento Escolar apresenta o termo "aluno da escola especial" sendo este o primeiro sinal de tentativa de atualizar a nomenclatura e os conceitos associados à Educação Especial. No entanto, a prática educacional ainda estava se ajustando para incorporar plenamente essa nova perspectiva, os professores queriam se desvencilhar da proposta do CMEI. Ao analisar criticamente, percebo que, embora a mudança terminológica fosse um passo na direção certa, o desafio real estava em transformar a prática cotidiana para que retratasse a inclusão que as palavras começavam a sugerir. A rigidez da categorização e a falta de clareza nos processos de avaliação inicial indicam que, na época, ainda havia um longo caminho a percorrer para que a educação especial se tornasse verdadeiramente inclusiva e centrada no potencial de cada aluno, e não em suas limitações. Hickel (2023, entrevista) relembra que no final dos anos 1980, “no geral o aluno da Educação Especial era visto sob a perspectiva da doença. Por tanto o laudo do profissional da saúde que determinava sua entrada no ensino especial, e a atitude dos professores era muito condicionada por esse parecer mais técnico”.

A primeira abordagem presente nos arquivos escolares é a Comportamentalista, desenvolvida por Skinner<sup>82</sup>. Compreender a relação professor-aluno nessa perspectiva requer lembrar os conceitos fundamentais dessa teoria, que enfatiza a influência dos fatores externos e ambientais no desenvolvimento, defendendo que o comportamento humano é moldado pelas experiências e contingências ambientais ao longo da vida.

Quando a instituição começou a ser idealizada em 1987, já se podia notar a influência dos movimentos em prol dos deficientes, que sugeriam mudanças na Educação Especial, como foi exposto no capítulo 2. Embora o debate interno fosse amplo, a ação pedagógica da escola ainda era fortemente influenciada pela teoria comportamentalista, conforme registrado no documento Histórico da Escola (EMEEF Elyseu Paglioli, 1994b). Na prática, essa metodologia pode ter levado a uma visão mecanicista da educação, na qual o professor era visto como o detentor do conhecimento, enquanto os discentes eram meros receptores. Esse ambiente limitava a criatividade e a autonomia dos estudantes, em favor de um progresso mais previsível

---

<sup>82</sup> Burrhus Frederic Skinner, (1904-1990) conhecido como B. F. Skinner, foi um psicólogo behaviorista, inventor e filósofo norte-americano.

e controlado. A primeira proposta curricular mostra essa influência, priorizando métodos concretos e situações da vida real, destacando a importância de instrumentalizar os estudantes para sua integração social e utilidade futura (EMEEF Elyseu Paglioli, 1987, 1994a). Embora essa abordagem pretenda-se preparar os alunos para uma vida produtiva, pode ter desconsiderado a necessidade de valorizar a individualidade e o potencial criativo de cada aluno.

A proposta pedagógica dos primeiros anos, indicava que somente por meio de uma prática contínua, adaptada às necessidades e características emergentes, o ensino poderia se consolidar. Além disso, o documento Concepções Curriculares incorporava elementos da visão empirista, favorecendo um ensino pautado pela imitação e repetição, que tem em John Locke<sup>83</sup> um dos principais representantes (EMEEF Elyseu Paglioli, 1994a).

Outra abordagem que emerge nos registros da instituição é Teoria Humanista desenvolvida por Abraham Maslow<sup>84</sup> e complementada por Carl Rogers<sup>85</sup>. Essa teoria coloca ênfase nas relações interpessoais e na construção da personalidade do indivíduo, com foco em um ensino centrado no aluno. Ela valorizava as perspectivas de composição e coordenação pessoal da realidade, bem como a habilidade do aluno em operar como um ser integrado. A abordagem humanista se alinhava perfeitamente à gestão do PDT, que priorizava as experiências externas como componentes essenciais do processo de aprendizagem. Nesse contexto, o papel do professor não era simplesmente o de transmitir conhecimento, mas o de atuar como um facilitador, criando condições propícias para que os discentes aprendessem por meio da interação concreta com os objetos e o ambiente ao seu redor.

Era um tempo de mudanças, Nogueira (2024, entrevista) relembra que, ao assumir o cargo na escola em 1988, ela não esperava que iria encontrar a instituição ainda em construção. No entanto, para a Secretária de Educação Neuza Canabarro (2022, entrevista) era crucial iniciar o trabalho antes do final da obra e buscar candidatos para matrícula. Durante esse período, Nogueira participou fazendo pesquisas junto aos estudantes, além disso aponta que havia uma necessidade de aprofundar os estudos sobre a Educação Especial. Algumas professoras da instituição participaram do curso de pós-graduação na Universidade Federal do

---

<sup>83</sup> John Locke (1632- 1704) foi um filósofo inglês conhecido como o "pai do liberalismo", sendo considerado o principal representante do empirismo britânico e um dos principais teóricos do contrato social. Locke ficou conhecido como o fundador do empirismo, além de defender a liberdade e a tolerância religiosa.

<sup>84</sup> Abraham Harold Maslow, (1908-1970) em Nova Iorque, foi um psicólogo norte americano, que ficou conhecido pela proposta Hierarquia de necessidades de Maslow ou a Pirâmide de Maslow.

<sup>85</sup> Carl Ransom Rogers (1902-1987) foi um psicólogo estadunidense atuante na terceira força da psicologia e desenvolvedor da Abordagem Centrada na Pessoa.

Rio Grande do Sul, onde tiveram a oportunidade de explorar novas ideias e teorias, desmistificando e ampliando a compreensão sobre a Educação Especial.

Quando me deparei com os indícios de diferentes teorias nas gestões do PDT e PT, percebi que por vezes essas coexistem dentro dos muros da escola. Ou seja, não havia uma delimitação clara de onde uma teoria começa e outra termina. Que soma a ideia que a instituição escolar é um organismo vivo e pulsante, onde as teorias se entrelaçam e influenciam mutuamente. Conhecer essas teorias é fundamental para entender melhor como era o funcionamento da escola, quais as influências da psicologia e a pedagogia na prática educacional, e como estas afetam diretamente os critérios de seleção e matrícula dos alunos. A seguir, apresentarei as mudanças ocorridas na escola e as influências teóricas que as moldaram.

Em 1988, a instituição atendia crianças de 4 a 14 anos com deficiência mental moderada, que é caracterizado por um funcionamento intelectual que se situa significativamente abaixo da média, acompanhada de dificuldades notáveis em áreas como comunicação, habilidades sociais, autocuidado e adaptação ao ambiente. Estes indivíduos frequentemente apresentam déficits na atenção, um fluxo lento de ideias, erros perceptivos, escassez de associações, bem como dificuldades na abstração e síntese de informações. A matrícula era realizada após uma avaliação prévia pela equipe técnica e pedagógica, com uma professora dedicada exclusivamente a essa tarefa. Embora essa abordagem buscasse garantir uma classificação adequada, também poderia contribuir para a estigmatização dos discentes, rotulando-os de acordo com suas limitações percebidas. Para ser aceito na escola, o QI<sup>86</sup> dos alunos precisavam estar entre 36 e 52, e eles eram classificados como Dependentes, Treináveis e Educáveis, considerando sua capacidade educacional, adaptação social e independência. Os grupos eram formados com base em características semelhantes, sem considerar a idade cronológica.

**Quadro 8: Critério para matrícula na instituição em 1989**

<b>GRUPO</b>	<b>TIPO DE DEFICIÊNCIA</b>	<b>CRITÉRIO</b>	<b>COEFICIENTE DE INTELIGÊNCIA</b>
Nível A, B e C	Moderado	Treináveis e Educáveis	QI 36 e 52

Fonte: Elaborada pela Autora (2024)

<sup>86</sup> Quociente de inteligência: A classificação proposta por Lewis Terman era a seguinte: 50 - 69: Raciocínio Lento 20- 9: Raciocínio muito abaixo da média. A classificação, originalmente proposta por Davis Wechsler era a seguinte: 51 — 65: debilidade ligeira, 36 — 50: debilidade moderada e 20 — 35: debilidade severa.

Estes critérios, de certa forma, eram uma maneira de primeiro mapear as habilidades do sujeito e para posteriormente mapear o que poderia ser aperfeiçoado, com os atendimentos na escola (Emeef Elyseu Paglioli, 1994b). Pode-se ter uma percepção de como funcionava essa assistência ao aluno, com o documento Agenda de Atendimento na figura a seguir.

**Figura 30: Agenda de Atendimentos**

DATA	ÁREA TÉCNICA	PROCEDIMENTOS	ENCALINHAMENTOS
23/4/92	Recad. p/psic	Recebimento noturno	Participar do Projeto de férias 1993. (Neca)
03/12/92	Pedagógica	Entrevista c/ mãe p/ combinações sobre Projeto de férias	Iniciou no Projeto dia 04/01/93
18/2/93	Pedag./SSE	Frequência turmas Prof. Carla p/ observ. Pedagógica em Março/93	Prof. Carla SOE/Manilú
18/2/93	Pedag./SSE	Análise de dados	
22/3/93	Administrat.	Entrevista com Mãe Maris Medeiros	
06/04/93	Administrat. Pedagógica Emef, SOE, SSE	Entrevista c/ a mãe que como líder com o Fábio, tanto em casa	Acompanhar

Fonte: Acervo da escola/ Documento encontrado na pasta vermelha do depósito (1992)

As professoras e os técnicos de saúde realizavam a avaliação diagnóstica dos indivíduos de maneira fragmentada, utilizando uma abordagem quantitativa e diferencial para medir padrões de resposta cognitiva e comportamental (Ceccim, 1998). Sobre este contexto, Hickel (2023, entrevista) relatou que, em sua visão como psicóloga, “tinha a ver com aquela época de como era a compreensão que se fazia sobre a Educação Especial, de um local para tratar as patologias e não para ensinar que se fazia da Educação Especial é que se tinha que tratar as doenças.”

Se faz necessário explicar para você leitor que, neste período, existiam vários tipos de testes, e que, durante a pesquisa, os índices dos testes aparecem diferentes em algumas literaturas. Apesar da grande preocupação em identificar os discentes que se enquadrassem no perfil estabelecido pela escola, os professores sentiam a falta de um acompanhamento mais alinhado da Secretaria de Educação e Cultura (SMEC) às suas demandas. Nogueira (2024, entrevista) relembra que, em 1988, ainda sob o governo do PDT, a situação era bastante diferente:

Não tinha nada assim de assessoria, não tinha tudo como hoje tem, estava tudo ainda se estruturando. Ficávamos pensando e como íamos estruturar e organizar cada turma? Vamos misturar todo mundo? Separar por idade? Juntar aqueles que sabem, separar... porque não tinha isso, naquele tempo nada estava pronto, assim estruturado como temos hoje (2024, entrevista).

Com base nas narrativas de Nogueira, a falta de uma estrutura organizada e de diretrizes claras mostra a dificuldade de alinhar a prática pedagógica às necessidades emergentes da escola. Essa situação destaca a necessidade de um acompanhamento mais alinhado e de uma estrutura mais bem definida para garantir uma abordagem educacional eficaz e inclusiva.

Com a entrada de Olívio Dutra em 1988, a Secretaria de Educação e Cultura (SMEC) passou por uma reestruturação significativa, separando-se em dois órgãos distintos: um focado exclusivamente na Educação e outro dedicado à Cultura. Essa mudança foi impulsionada pela necessidade de lidar com as inúmeras demandas que a Secretaria enfrentava. Inicialmente, não havia uma clara separação entre os departamentos, o que dificultava a organização e execução eficiente das atividades. Conforme Hickel (2023, entrevista), que atuava no Departamento de Assistência ao Educando durante esse período, o departamento abrangia uma diversidade de temas, desde o ensino especial até outras áreas, o que sobrecarregava a gestão. Foi então que, estrategicamente, decidiu-se manter a Educação Especial dentro desse departamento, como uma tentativa de concentrar esforços em uma área específica sem perder de vista sua importância dentro da estrutura educacional. Posteriormente, foi criada uma assessoria específica para as escolas especiais, onde também trabalhasse com as classes especiais. Hickel (2023, entrevista) acrescenta, que foi nesse contexto que o setor pedagógico começou a se estruturar por meio de um processo denominado "ativação", que levou à criação de pequenos núcleos por disciplina, todos interconectados. A ex-assessora lembra que como formaram a equipe da Secretaria de Educação:

Nossa equipe era composta por profissionais de diversas áreas, como antropologia, sociologia e psicanálise, que colaboravam de maneira integrada. Por exemplo, na alfabetização, não se tratava apenas de ensinar a ler e escrever; a pessoa da antropologia estava sempre envolvida, enriquecendo o processo com diferentes perspectivas. Esse trabalho colaborativo era uma marca do GEEMPA<sup>87</sup>. Fizemos uma reformulação

---

<sup>87</sup> O GEEMPA (Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia da Pesquisa e Ação) é uma ONG fundada em 9 de setembro de 1970, inicialmente focada em reverter a aversão à matemática entre os alunos. Após mais de dez anos, o grupo passou a se concentrar na alfabetização, buscando reduzir as altas taxas de analfabetismo no Brasil. Ao longo de sua trajetória, o GEEMPA expandiu seu trabalho para incluir a construção de conhecimentos teóricos e práticos sobre ensino e aprendizagem, com uma abordagem pós-construtivista fundamentada em teorias de Piaget, Vygotski, Wallon, entre outros. Reconhecido internacionalmente, o GEEMPA desenvolve propostas didático-pedagógicas voltadas especialmente para escolas públicas que atendem classes populares.

significativa, mas, devido às limitações burocráticas, não conseguimos formalizar muitas dessas mudanças no papel. Tentamos organizar e documentar nossas ações, mas o sistema era muito verticalizado, enquanto nossa prática era horizontal, sempre ouvindo e dialogando com os professores. Nossa abordagem era de colaboração e integração, buscando sempre uma educação mais inclusiva e conectada com a realidade das escolas (2023, entrevista).

A constituição de equipes interdisciplinares de assessoria dentro da Secretaria Municipal de Educação (SMED) foi um divisor de águas para a inclusão escolar. Esse processo, que contou com a participação ativa de diversos profissionais de diferentes áreas – desde a psicopedagogia até a antropologia e sociologia –, favoreceu o surgimento de novas formas de pensar e agir dentro das escolas. O grupo do GEEMPA, ao qual muitos integrantes dessas equipes também pertenciam, foi fundamental nesse processo, promovendo discussões que muitas vezes desafiavam a ordem vigente e ampliavam as possibilidades de atuação dentro das escolas.

Essa nova postura adotada pela Prefeitura de Porto Alegre mostrava uma profunda preocupação com o desenvolvimento integral do aluno, reconhecendo sua singularidade. Isso se manifestou na previsão de um currículo flexível, sujeito a reformulações conforme as necessidades surgissem. Durante esse período, sob a liderança da Secretária de Educação Esther Grossi, as contribuições da teoria construtivista começaram a ser incorporadas à prática pedagógica da instituição, levantando questões fundamentais sobre os processos de construção tanto do aluno quanto do educador.

Aos poucos, o modelo clínico, que enxergava o aluno apenas como um paciente, começou a ser rejeitado. Uma frase que me chamou atenção no histórico da Escola Elyseu, e que recebeu destaque, é: "**A escola onde os alunos vêm para aprender**". Essa afirmação encapsula o momento de ruptura e transformação na percepção do sujeito com deficiência, que, no início de anos 1990, começou a ser reconhecido como um estudante capaz de aprender, marcando uma nova era nos percursos da escola. Durante estes primeiros anos de gestão do Partido dos Trabalhadores, as ideias do construtivismo começaram a influenciar as práticas educacionais, desafiando tanto estudantes quanto educadores a repensarem seus métodos de aprendizado. Embora a influência comportamentalista ainda persistisse, a ênfase estava na capacidade do sujeito de construir sua própria narrativa educacional. Assim, a proposta pedagógica se delineou como uma jornada de novas experiências, adaptando-se às necessidades individuais e aos interesses emergentes ao longo do caminho (EMEEF Elyseu Paglioli, 1994b).

Além de uma questão teórica, a nova Secretária da Educação se opunha ao modelo dos CIEMs, CIEPs e outros projetos que seguiam as influências da antiga gestão. Em resposta, a

Prefeitura de Porto Alegre propôs a criação de um novo modelo educacional, baseado na "Escola Popular Construtivista". Essa abordagem tinha como objetivo erradicar o fracasso escolar nas primeiras séries escolares por meio de um programa robusto de formação para professores, além da criação de assessorias especializadas, como a Assessoria da Educação Popular e a Assessoria Psicopedagógica.

É crucial entender que as mudanças ocorridas na Secretaria de Educação não foram neutras, e também não aconteceram por apenas um fator em particular, e foram impulsionadas por um contexto favorável a transformações significativas que impactaram diretamente não apenas a Educação Especial, mas a Psicologia, a Psicopedagogia e a Pedagogia. No final da década de 1980, houve um aumento nas pesquisas sobre Educação Especial e a criação de cursos de pós-graduação na área, além de uma ruptura gradual da simbiose entre a Educação Especial e a área da saúde, como já exposto no capítulo 2 deste estudo. Esse processo contribuiu para a diminuição da marginalização dos alunos dessa modalidade de ensino.

Este mesmo contexto favorável pode ser encontrado nas entrevistas, na qual todas participantes destacaram como os discentes com deficiência eram marginalizados e invisibilizados no período em que a escola foi criada, é evidente que, mesmo sem os recursos necessários, ocorria uma preocupação crescente em desenvolver as capacidades dessas pessoas e prepará-las para a vida em sociedade. Além de um esforço para desafiar as diversas formas de preconceito que, de certa forma, eram aceitas pela sociedade na época, o que demonstra um anseio por mudanças.

Em março de 1989, a equipe técnica da instituição começou a desenvolver um plano de trabalho e pesquisa para definir melhor o funcionamento da instituição. Até então, a estrutura dos grupos de atendimento era baseada nas necessidades de aprendizagem dos estudantes, divididos em níveis A, B e C, com profissionais da área da saúde também atuando com eles (EMEEF Elyseu Paglioli, 1994b). Embora a escola tenha sido projetada para atender 160 alunos, em seu primeiro ano de funcionamento, apenas 20 estavam matriculados. Era necessário aumentar o número de matrículas, mas o afastamento de candidatos poderia ser resultado dos critérios estabelecidos ou da resistência cultural dos pais em levar seus filhos com deficiência à escola, considerando que esse não era o modelo usual na época.

A escola, desafiando as expectativas e o modelo clínico que a fundamentava, ousava trilhar um caminho diferente. Inicialmente destinada a atender apenas aqueles discentes vistos como treináveis e supostamente incapazes de aprendizagem escolar, a instituição começou a desarticular esse paradigma, tentando ser diferente do que era previsto. Os professores iniciam

esforços para o ensino formal, com alguns grupos focando na alfabetização. A defesa pela integração entre discentes comuns e aqueles com deficiência começava a ganhar destaque na escola. A crença é de que essa combinação proporcionaria um trabalho pedagógico mais eficiente e inclusivo, promovendo um ambiente de aprendizagem mais enriquecedor para todos os estudantes.

Durante minha pesquisa sobre o funcionamento da escola, eu já tinha alguma informação sobre a transição do modelo clínico para o pedagógico. No entanto, minha percepção mudou ao perceber que, no contexto de 1980, essa transição não era vista como um processo natural. Naquele período, era comum que pessoas com deficiência recebessem prioritariamente atendimento médico para se adequar a um sistema, e eram frequentemente consideradas incapazes de aprender. A ideia predominante era de que essas pessoas não tinham a capacidade para o aprendizado, o que tornava a mudança de paradigma ainda mais significativa.

À medida que as teorias educacionais se entrelaçavam com as práticas escolares e os esforços para a adequação se intensificavam ao longo do tempo, tornou-se essencial buscar continuamente informações sobre os novos rumos da instituição. O objetivo era compreender se os critérios de matrícula haviam sido alterados em resposta às mudanças no contexto educacional. Dada a ausência de documentos como cadernos de planejamento e registros de alunos, que poderiam fornecer uma visão mais detalhada das mudanças, concentrei-me na análise dos documentos relacionados aos critérios de matrícula. Estes documentos se tornaram a principal fonte de informações sobre como a escola estava evoluindo e ajustando suas práticas ao longo dos anos. Assim, a investigação focada nesses critérios revelou-se crucial para entender as transformações e adaptações que a instituição estava implementando.

Ao procurar arquivos de 1990, enfrentei dificuldades devido a um lapso temporal evidente nas pastas vermelhas, que mostravam um período sem registros. Isso levantou questões sobre o motivo desse esquecimento e a possível invisibilidade desse período. Eventualmente, encontrei informações valiosas em uma das caixas do depósito: um manuscrito à mão que detalhava a cronologia dos tipos de atendimento oferecidos pela escola. Suspeito que esse manuscrito tenha sido preparado para uma apresentação ou formação de professores, mas acabou sendo esquecido ou deixado intencionalmente na caixa (EMEEF Elyseu Paglioli, 2001).

Embora o manuscrito não tivesse autoria identificada, me parece evidente que houve um estudo prévio antes de sua elaboração. O documento traz informações sobre a estrutura escolar em 1990, incluindo adequações nos critérios de entrada, como a restrição para pessoas

com doença mental ou deficiência múltipla, exceto a deficiência física, com uma vaga permitida por grupo. Também incluía um fluxograma detalhando os procedimentos de entrada e a formação de grupos de discente conforme os níveis de atendimento pedagógico, o qual apresento no quadro a seguir.

**Quadro 9: Critério para matrícula na instituição em 1990**

GRUPO	CRITÉRIO	FUNCIONAMENTO MENTAL
Nível 1	Treináveis e Educáveis	Relativo a 2 a 3 anos
Nível 2	Treináveis e Educáveis	Relativo de 3 a 4 anos
Nível 3	Treináveis e Educáveis	Relativo a 4 a 5 anos

Fonte: Elaborada pela autora/ Informações do Manuscrito (2001)

Agora, caro leitor, é possível perceber que, em pouco tempo, houve tentativas de alterar os critérios de matrícula, que podem ser vistas como esforços para melhorar o atendimento e tornar a escola mais inclusiva, mas ainda se buscava um sujeito idealizado que pudesse ser treinado.

**Quadro 10: Critério para matrícula na instituição em 1991/1992**

GRUPO	CRITÉRIO	CARACTERÍSTICAS/ HABILIDADES
1º Série De Organização Básica - SOB	Treináveis e Educáveis	Alunos cujas características, necessidades e interesses indicam um processo de estabelecimento de bases cognitivas, afetivas e psicomotoras, bem como sua <b>adaptação e a uma rotina escolar.</b>
2º Séries De Estruturação Básica - SEB	Treináveis e Educáveis	Alunos cujas características, necessidades e interesses indicam um processo de organização das bases cognitivas, afetivas e psicomotoras <b>aquisição e elaboração de novos conhecimentos</b>
3º Série de Integração Básica - SIB	Treináveis e Educáveis	Composta por alunos cujas características, necessidades e interesses indicam um processo de incorporação e transferência das bases cognitivas, afetivas e psicomotoras, bem como relativas <b>Independência, autonomia e possibilidades de encaminhamento a escola comum e /ou semi-profissionalização.</b>

Fonte: Elaborada pela autora/ Informações do Manuscrito (2001)

No entanto, até 1990 ainda se nota que o aluno com deficiência não era visto como um indivíduo que aprende, mas sim como uma espécie de máquina que recebe uma "programação básica", composta por: organização de conduta, a estruturação do ego corporal e integração do ego corporal (Emeef Elyseu Paglioli, 2001).

O arquivo intitulado "Concepções Curriculares" (1994) demonstra uma fase importante na transformação da instituição. Em 1991, observa-se que os educandos começaram a ser tratados não apenas como alguém com necessidades especiais, mas como um indivíduo com direitos e a capacidade de exercer plena cidadania. A escola estava definindo sua abordagem teórica, com o currículo focando na "normalização" dos alunos através de adaptação, organização e autonomia. No entanto, a avaliação dos discentes ainda seguia uma perspectiva rígida, classificando o desempenho de forma binária. Mesmo sob o governo do PT, a influência clínica permanecia forte dentro do ambiente escolar, com ênfase na programação e aspectos comportamentais dos estudantes. A separação deste documento dos demais arquivos levanta a questão se houve uma tentativa intencional de apresentar a escola como uma instituição com uma proposta inclusiva, sem lacunas sobre a aceitação das mudanças pedagógicas da época.

Na proposta pedagógica de 1991, apresenta outra forma de como a instituição escolar iria compor os grupos de discente, a divisão que antes era feita por nível agora é denominada de séries *adaptadas*, uma busca de aproximação com o ensino regular. Estas deveriam ser de acordo com as características pessoais e pedagógicas da clientela escolar, mediante os resultados obtidos na investigação pedagógica e no processo escolar (EMEEF Elyseu Paglioli ;1994 ;1994b ;2001). As divisões de séries eram organizadas em três tipos como vistas no quadro 10.

É importante ressaltar que, apesar das mudanças implementadas, o perfil desejado dos alunos ainda seguia o padrão de indivíduos com deficiência moderada, considerados "Treináveis e Educáveis". Esse processo seletivo acabou por excluir muitos candidatos à matrícula, limitando o acesso à Educação Especial para aqueles que não se encaixavam nesses critérios. No entanto, esses primeiros movimentos foram fundamentais para iniciar uma caminhada rumo à inclusão mais ampla na rede municipal de ensino de Porto Alegre.

O ano de 1992 foi marcado pelo fim da equipe técnica responsável pelo atendimento médico na escola. Hickel (2023), que além de assessora pedagógica é psicóloga, reconheceu que a presença de especialistas da área da saúde dentro escolar não colaborava com a abordagem pedagógica, mas sim provocava interferências significativas na maneira como a educação era vivenciada e aplicada, com um predomínio do pensamento médico sobre a ensino.

Hickel, relembra que ideia não foi bem recebida em um primeiro momento:

Foi um Deus nos acuda porque tinha uma ideia muito arraigada [...] fizemos nosso apelo para os professores, naquela época, de valorizar o trabalho deles pedagogicamente. Esse foi um diferencial no Elyseu, que estava instalado, funcionando, parecia muito natural ter médico, psicólogo e assistente social na escola, eles viviam uma situação idealizada com a chamada equipe técnica, porque vendo que era natural ter um médico presente, então eles criaram uma coisa idealizada. [...] como já tínhamos algumas pessoas que vinham conversando conosco desde a saída do governo do Collares, a gente acabou contando com o apoio destas pessoas pois elas esperavam um trabalho mais escolar (2024, entrevista).

Assim, com a saída da equipe técnica, não houve mais as avaliações diagnósticas iniciais baseadas em testes de QI. Os professores passaram a se comprometer apenas com o trabalho pedagógico, e ficaram responsáveis por acolher os novos discentes. Na escola, o processo de admissão de novos alunos ganhava assim uma nova dimensão. Agora, era essencial determinar a qual grupo cada candidato se identificava mais, para que os professores pudessem desenvolver estratégias de aprendizagem personalizadas para cada perfil. Para atender a essa necessidade, os educadores se dedicaram a aprofundar seus conhecimentos sobre ensino e aprendizagem, garantindo que cada estudante recebesse uma abordagem pedagógica adaptada às suas necessidades específicas.

Neste período, a escola iniciou uma nova abordagem com o objetivo de promover uma transição mais fluida dos estudantes da Educação Especial para o ensino regular, relativo ao comprometimento com as questões como o controle de presenças, avaliação, calendário letivo. Outra questão relevante que emerge dos arquivos e Cadernos Pedagógicos<sup>88</sup> da Secretaria de Educação, e nas várias publicações encontradas no acervo escolar, é a percepção, ainda que timidamente expressa, de que a escola especial fazia parte de uma rede educacional. Iniciativa desta publicação surgiu para atender à crescente demanda por material pedagógico focado na organização do ensino baseada nos Ciclos de Formação. Em um período de intensificação da exclusão global, é crucial buscar alternativas que ofereçam uma visão diferente do discurso político-pedagógico dominante.

No início dos anos 1990, os estudos e a maneira como a Secretaria de Educação conduzia suas ações criaram um ambiente propício que funcionava como um espaço de transição. Assim, a escola não operava de forma isolada, mas como parte de um sistema

---

<sup>88</sup>Os cadernos pedagógicos são fonte de informações que possibilita promover a formação continuada dos professores, que funcionavam como material de divulgação da rede municipal, durante as gestões (1989- 2002) do Partido dos Trabalhadores em Porto Alegre. A Secretaria de Educação criou uma série de materiais impressos entre eles os cadernos cada um possuía uma temática diferenciada.

educacional mais amplo e interconectado, foi a fase de implantação gradativa da proposta em conjunto da Rede e o início da sua consolidação, que estava se constituindo e que foi ativamente criado apenas 1998, pelo Secretário de Educação José Clóvis de Azevedo<sup>89</sup> no terceiro mandato consecutivo do Partido dos Trabalhadores<sup>90</sup>.

Entre 1988 e 1992, pode-se observar que, apesar da presença de diversas teorias educacionais, a Psicologia comportamental continuava com grande influência na Escola Elyseu, demonstrando um movimento que também era sentido na rede municipal de ensino. Naquele período, a Secretaria de Educação fazia esforços significativos para mudar uma visão comportamentalista em relação aos alunos, que vigorava entre os docentes principalmente do ensino fundamental. A gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) propôs ao assumir uma liderança educacional, trouxe uma perspectiva transformadora.

A proposta era romper com o modelo comportamentalista, priorizando a formação continuada dos professores e a redução das classes especiais. A inclusão de alunos com dificuldades de aprendizagem na classe comum. Para que os desafios de aprendizagem fossem enfrentados coletivamente pela escola. Nesse novo cenário, a responsabilidade pelo aprendizado passava a ser vista como uma tarefa compartilhada, e as práticas pedagógicas eram ajustadas para atender às necessidades individuais dos alunos, reforçando o compromisso com o sucesso de todos. Todas as mudanças relativas à educação que começaram no início da gestão de Olívio Dutra em 1989 prosseguiram até o último mandato do PT na cidade em 2004, e embora ocorram fora do recorte temporal da pesquisa, é essencial mencioná-los para entender o contexto histórico e as transformações na Rede Municipal de Porto Alegre. Em 1996 o Projeto Constituinte Escolar<sup>91</sup> e à Escola Cidadã com sua abordagem participativa, trouxe o foco na função social da escola, priorizando a universalização da matrícula, organização curricular diferenciada, integração entre o conhecimento da comunidade e o sistematizado. Neste projeto de governo houve um maior fortalecimento das relações entre ensino e pesquisa, ideias que se

---

<sup>89</sup> José Clóvis de Azevedo foi Secretário-geral do CPERS de 1987 a 1990 atuando ainda na Secretaria de Formação da CNTE, Azevedo é doutor em Educação pela Universidade de São Paulo e bacharel em História Econômica do Brasil pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. De 1993 a 1996, foi secretário adjunto de Educação do Município de Porto Alegre, a partir de 1997, assumiu o cargo de secretário municipal de Educação.

<sup>90</sup> Raul Jorge Anglada Pont (Uruguaiana, 14 de maio de 1944) é um historiador e político brasileiro, fundador do Partido dos Trabalhadores. Foi líder estudantil, militante sindical, professor universitário, deputado estadual e federal, além de 39ª prefeito de Porto Alegre, entre 1997 e 2001.

<sup>91</sup> Projeto Constituinte Escolar (PCE) na condução do processo de reinvenção da escola, incentivando a autoria das comunidades escolares na construção da Escola Cidadã na Rede Municipal de Ensino (RME). Para isso, foi fundamental fortalecer os conselhos escolares como instâncias representativas, criar fóruns de participação direta da comunidade e reestruturar a organização interna da secretaria de educação, redefinindo fluxos e processos de gestão da política educacional em diferentes níveis de atuação (Freitas, 2020)

consolidaram e continuaram a influenciar o desenvolvimento da educação municipal ao longo das décadas.

Para descrever e analisar as mudanças implementadas na gestão da Administração Popular, que foram relativas à Educação Especial, apresento um trecho do Caderno Pedagógico N° 20 que se refere ao tratamento dos problemas de aprendizagem dos alunos:

Na primeira gestão da Administração popular foi com intensas formações com os professores, baseado na proposta construtivista, através de cursos, palestras, seminários e jornais de estudar nas escolas. Dessa proposta foi possível reverter um processo no qual os problemas de aprendizagem do aluno eram permitidos a buscar causas neurologista, emocionais, nutricionais, onde o médico ou profissional da área correspondente encaminhar o aluno da primeira série para a classe especial, quando apresentava problemas de desenvolvimento e dificuldades de alfabetização (Porto Alegre, 2000).

Na escola especial, o processo era o mesmo, as formações traziam novas possibilidades, por este motivo houve diversas mudanças na forma de ensinar, que afetaram os critérios de ingresso e formação de turmas, para evidenciar uma constante no processo de adaptação. A ideia era que, após um tempo na escola especial, os estudantes fossem preparados e encaminhados quando tivessem condições para o ensino comum. Além disso, aqueles que, durante a avaliação inicial, demonstrassem um desempenho que não correspondesse ao perfil de deficiência moderada ou ao de aluno da Educação Especial, eram direcionados diretamente para a educação regular.

Historicamente, a Educação Especial, incluindo as experiências escolares, recebia indivíduos considerados fora da "normalidade" socialmente aceita, abrangendo pessoas com dificuldades de aprendizagem e problemas de comportamento. Estes eram frequentemente categorizados e encaminhados para essa modalidade específica de ensino. Contudo, esse período marcou uma inversão nesse processo. As turmas foram reorganizadas, tornando-se mais heterogêneas e baseadas na faixa etária, foi abandonada a ideia de níveis e incorporadas as séries adaptadas de Educação Especial. Essa mudança considera uma abordagem mais inclusiva e adaptativa, ajustando-se melhor às necessidades individuais e buscando a integração dos alunos ao ensino regular. Sempre que possível, a escola se abria a tentativas de aproximação do ensino fundamental sem perder suas características essenciais. Para finalizar esse debate sobre as teorias que envolveram todas as mudanças que influenciaram o funcionamento da escola, penso que é interessante complementar que apenas na segunda gestão da Partido dos Trabalhadores (1993) houve uma nova alteração no critério de ingresso este passou a ser através do acolhimento conjunto do aluno e família, no qual o discente era colocado em diferentes

situações de ensino na escola, sendo acompanhado por um membro da equipe diretiva, respeitando sua idade, forma de comunicação e centro de interesses, abandonado de vez a psicologia comportamental (Porto Alegre, 1994). Nas próximas páginas, procuro analisar as transformações das práticas educativas e culturais da instituição durante seus primeiros anos de funcionamento, destacando a transição de uma abordagem reabilitativa para uma pedagógica mais inclusiva e voltada para a aprendizagem.

#### **4.2 As Práticas Educativas na construção de memórias e identidades**

Imagine a escola não apenas como um local de aprendizado, mas como um espaço onde cada canto e cada rotina contribuem para a construção de um tecido vibrante de experiências compartilhadas. Assim como a memória se ancora em lugares físicos e momentos significativos, a cultura escolar se forma e se transforma a partir das práticas diárias e das interações vividas dentro e fora das paredes das escolas, que funcionam como espaços onde a memória e a identidade são moldadas. Cada sala de aula, corredor, livro, evento, se torna uma *página viva* de nossa experiência educacional, e a instituição em seus primeiros anos, foi responsável por criar e estabelecer muita cultura no Bairro Cristal, sendo considerado por um período como polo cultural, pois havia um trabalho voltado para a arte e multilinguagem.

O conceito de cultura escolar, explorado por estudiosos como Julia e Viñao Frago, mostra que a vida da instituição vai muito além dos livros e currículos, em se tratando de uma escola especial, a materialidade ganha traços diferentes. Dussel (2014) e Escolano Benito (2000; 2017) ampliam ainda mais essa compreensão ao introduzir a ideia de "culturas escolares plurais". Cada escola desenvolve sua própria cultura, influenciada por uma variedade de fatores, incluindo a cultura empírico-prática dos professores, a cultura científica dos especialistas, e a cultura política dos administradores.

Preciso dividir com o leitor que, entre os obstáculos que cruzam esta caminhada da pesquisa, faço um destaque para os documentos perdidos ou esquecidos, em especial sobre as práticas. Concorro com Ricoeur "Os lugares permanecem como inscrições, monumentos e, potencialmente, como documentos. Já as lembranças transmitidas apenas pela voz são efêmeras, como palavras que voam (2010, p. 57-58).

Nos seus primeiros anos, diante de tudo que pesquisei, sou levada a crer que a instituição não tinha um currículo a seguir, pois ainda não se trabalhava de uma forma geral com a ideia de que pessoas com deficiência aprendessem, e sim que elas deveriam ser tratadas e atendidas

pela escola especial, concebida como lugar de reabilitação. Tal constatação pode ser evidenciada no relato de Nogueira, uma das primeiras professoras a chegar à escola, ela se deu conta de que, apesar de ainda estar em construção, a escola começaria a funcionar como um centro de atendimento.

Nós dizíamos que precisávamos de sala de aula. Porque na escola veio trabalhar um corpo de professoras que defendiam a ideia da escola. Daí ainda na construção, começaram a repensar, começaram a reorganizar cada sala e pensar mais na educação (Nogueira, 2024, entrevista).

Ao vermos esta fala de Nogueira, pode-se pensar que a mudança foi imediata, mas ela foi acontecendo gradualmente, pois também havia diferentes concepções do que se compreendia como Educação Especial, como também público que poderia ser matriculado na escola. Segundo a professora, houve uma insistência do corpo docente para com a Secretaria de Educação e Cultura, para que a escola fosse mais voltada para o ensino:

Se batia pé, porque queríamos uma escola, queria os alunos! Foi legal porque começamos a acreditar nisso, sabe! Queríamos desmistificar essa coisa de que aluno especial não aprende. Como assim não aprende? Cada um aprende dentro das possibilidades. Bom vai até onde pode, mas tem que instrumentalizar. E acreditar que eles vão aprender. Então teve todo embate com a equipe (SMEC/PDT) a escola não precisa ser uma coisa mais mecânica, continuar como uma APAE, ou um trabalho mais assim mais social, tinha que ser um trabalho que realmente fosse voltasse para o aluno e acreditasse nele (Nogueira, 2024, entrevista).

O Jornal do Comércio, de agosto de 1989, destacava algumas das atividades realizadas na escola, conforme o relato da professora, essas atividades visavam promover um processo educativo com um programa específico para desenvolver hábitos de alimentação e higiene.

Neste sentido, a escola procura estimular vivências, integrando os alunos à comunidade, tirando-os da passividade. Semanalmente são promovidos passeios externos, desde de ida ao teatro (em ônibus de linha) até visita a feiras livres, com compra de produtos. Essas situações dão às crianças oportunidade de melhor se descobrirem (Jornal do Comércio, 1989).

Por esse motivo não havia um ensino sistemático, que desenvolvesse por exemplo a alfabetização, mas a escola realizava diversos tipos de trabalho, que atendiam diferentes áreas de conhecimento, práticas diárias, com dinâmicas que se desenrolaram entre discente e professores. A nova proposta pedagógica de 1989 do governo do Partido dos Trabalhadores trouxe a necessidade das escolas municipais se aproximarem de uma educação libertadora, “construindo uma concepção de que, numa Escola Cidadã deve-se viabilizar a Aprendizagem para Todos num ambiente integrado” (Porto Alegre, 2000).

Um dos momentos importantes da escola, e que se tornou por um tempo como uma característica singular, foi a participação das famílias na escola, marcada pela primeira reunião de pais com caráter pedagógico-escolar realizada sob a coordenação da supervisora pedagógica Raquel Biasuz Vianna. O principal foco foi discutir a implementação do atendimento globalizado dos alunos, visando promover sua expressão e participação na família, escola e comunidade. Na ocasião, foi proposta a organização das turmas em dois turnos: manhã e tarde. A escola, no entanto, enfrentava desafios relacionados ao espaço físico e à disponibilidade de recursos, o que gerava receios sobre a adequação do turno integral para todos os alunos (EMEEF Elyseu Paglioli, 1994a, 1994b).

Este momento se seguiu a tantos outros em que os pais estiveram presentes, em eventos, como encontros na Secretaria de Educação, apresentações, consolidaram como momentos de participação da comunidade escolar, em uma gestão democrática:

A escola tem tido boa receptividade por parte dos pais que participam de encontros, nos quais são discutidos o trabalho e o desenvolvimento das crianças. Neste encontro, os professores mostram aos pais as potencialidades dos filhos, solicitando sua participação no processo como educadores (Jornal do Comércio, 1989).

Foi enfatizada na reportagem que a escola especial deveria garantir amplo contato dos discentes com suas famílias e a comunidade. Assim, desenvolveu-se um projeto de atividades expressivas, a proposta envolvia a mudança, os alunos ficariam quatro dias oito horas na escola, com meio turno uma vez por semana (EMEEF Elyseu Paglioli, 1994a, 1994b). Além disso, a reportagem explica que a escola especial não deveria servir apenas como um local de guarda durante todo o dia, mas sim garantir amplo contato da criança com sua família, vizinhos e espaços sociais.

À medida que fui me aprofundando na análise da cultura escolar, percebi que ela possui uma diversidade de influências – desde as tradições institucionais até as características pessoais de cada indivíduo. Complementando essa visão, Certeau (1994) nos convida a examinar o cotidiano da instituição, considerando suas práticas únicas e distintas. O espaço escolar, enquanto palco de educação formal, é também um espaço dinâmico e criativo, moldado pelas práticas diárias e pela interação entre seus membros.

Em abril de 1990, a escola implementou o projeto pedagógico em regime de tempo integral. A organização foi dividida em duas partes: o Turno Pedagógico pela manhã, com sete turmas unidocência e grupos homogêneos, e o Turno Pedagógico Complementar à tarde, oferecendo atividades como psicomotricidade, musicoterapia, artes plásticas e atividades desportivas. Embora o turno complementar fosse facultativo, a assiduidade era exigida, e

reuniões sistemáticas eram realizadas nas sextas-feiras à tarde, divididas entre técnicas, pedagógicas e administrativas (EMEEF Elyseu Paglioli, 1994a, 1994b). Ao final do primeiro semestre letivo do mesmo ano, a avaliação da estrutura pedagógica revelou um desgaste físico e mental em alguns discentes devido ao período que o aluno ficava na escola, mas também destacou benefícios cognitivos, afetivos e sociais. Em resposta, a escola decidiu oferecer além do atendimento no turno da manhã, três turnos semanais à tarde, ajustando a carga horária dos professores para que estes fizessem o atendimento dos alunos, mas tivessem horas dedicadas ao planejamento e reuniões técnico-pedagógicas-administrativas (EMEEF Elyseu Paglioli, 1994a, 1994b).

A proposta pedagógica de 1991 focava em proporcionar experiências e atividades que instrumentalizassem os discentes para participar do meio que os cerca. O currículo incluía uma variedade de atividades adaptadas às necessidades da clientela, mas a escola continuou a manter aspectos de sua identidade como instituição de Educação Especial. A mudança de nome para Escola Municipal Especial de 1º Grau Incompleto Professor Elyseu Paglioli indicou um esforço para aproximar a escola especial com o ensino da escola regular e demonstrando uma abordagem mais inclusiva. O currículo foi ajustado para incluir atividades diversificadas, e a escola começou a se reorientar em relação à integração com a comunidade e ao atendimento das necessidades educacionais dos estudantes. Nogueira (2024, entrevista) contou como construiu-se um projeto com a comunidade: “como era no turno inverso a gente começou a trazer crianças da comunidade para dentro da escola, era uma reação invertida dessa inclusão, a gente abriu a escola para incluir crianças que socialmente eram desfavorecidas”. Essas transformações evidenciam o processo contínuo de adaptação e evolução da instituição, buscando equilibrar a tradição da Educação Especial com as novas demandas e expectativas de uma educação mais inclusiva e integrada.

A estrutura pedagógica foi ampliada para incluir atividades complementares, como cursos e oficinas, que atendiam não só os estudantes da escola, mas também as crianças do bairro, independentemente de suas condições. A partir de 1989, a escola se dedicou a documentar e sistematizar essas novas abordagens pedagógicas, com registros detalhados armazenados nas emblemáticas pastas vermelhas, simbolizando o esforço de registrar o processo de mudança.

No currículo, além das disciplinas básicas como Português, Estudos Sociais e Ciências, foram incorporadas atividades voltadas ao desenvolvimento emocional, social e cognitivo. Embora a escola buscasse se aproximar do modelo de ensino comum, ela manteve

características da Educação Especial, garantindo o atendimento às necessidades específicas dos alunos. Ao longo dos anos, a instituição enfrentou desafios, especialmente em relação à transição para o modelo de dois turnos e à adaptação de suas práticas pedagógicas às novas demandas educacionais. Mesmo em 1992, a escola já sentia a pressão para se alinhar ao ensino comum, evidenciando uma trajetória de constante transformação.

#### **4.3 Comunidade Escolar: Integração e Desafios na instituição**

A análise da comunidade escolar da instituição, especialmente no contexto da Educação Especial, demonstra a complexidade dos desafios enfrentados ao longo dos anos. O relato de Fornazier (2022, entrevista) oferece um olhar profundo sobre as dificuldades e vitórias nessa jornada, destacando momentos em que a inclusão parecia avançar, mas também apontando para as barreiras persistentes. Mesmo profissionais de serviços gerais, como Fornazier, que tinham formação em recreação e creche, desempenharam papéis essenciais na vida dos discentes, proporcionando experiências enriquecedoras, como passeios e atividades na piscina do Colégio Rio Branco. Contudo, esses momentos de prazer e aprendizado eram frequentemente acompanhados por desafios, como a burocracia para alugar transporte e o preconceito enfrentado durante o uso do transporte público. A frustração de Fornazier ao relatar que "todo mundo fazia cara de nojo" é um lembrete poderoso das dificuldades contínuas em superar a resistência social à inclusão de pessoas com deficiência (Fornazier, 2022).

Na instituição, a inclusão sempre foi uma prioridade, como evidenciado no Regimento Escolar de 1987, que demonstrava um compromisso em oferecer um currículo adaptado a ênfase no desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor, combinada com a colaboração estreita com as famílias, evidencia uma abordagem holística e personalizada. Além disso, a escola oferecia uma ampla gama de serviços de apoio, como assistência social, supervisão escolar, neuropediatria, psicologia, terapia ocupacional, fonoaudiologia e fisioterapia, o que reforçava seu papel como uma instituição dedicada ao bem-estar integral dos alunos.

As atividades complementares desempenharam um papel crucial na integração dos estudantes com a comunidade, em que promoviam um ambiente inclusivo e fortalecido pela colaboração com a comunidade local. No entanto, a predominância de uma abordagem comportamentalista, no final dos anos 1980, com foco na normalização dos comportamentos, pode ter limitado a flexibilidade necessária para uma inclusão mais ampla e verdadeira. A ênfase na padronização, embora bem-intencionada, pode ter ignorado as nuances do

desenvolvimento individual, restringindo a capacidade da escola de atender plenamente à diversidade de seus discentes.

Entre 1989 e 1992, a escola inovou ao implementar atividades na sua ludoteca, que incluíam grupos mistos de alunos da instituição especial e do ambiente escolar estadual adjacente. Essa iniciativa foi uma tentativa de experimentar a dessegregação e promover a inclusão por meio da colaboração interinstitucional. A instituição mantinha um estilo de ensino aberto e oferecia cursos de educação ambiental, em parceria com o Projeto Hortas Educativas, que integravam alunos com e sem deficiência em atividades comuns. Na festa de primeiro ano da escola ficou registrada pela participação de outras escolas, que vieram além de celebrar o aniversário da instituição, reivindicar mais escolas e qualidade na educação. Desde os seus primeiros anos de existência a instituição se envolveu em movimentos de apoio à educação inclusiva.

**Figura 31: 1º Ano de Aniversário da Escola Elyseu 1989**



**Fonte: Acervo da escola (1989)**

Um exemplo significativo dessa integração foi a participação da instituição na Festa das Bruxas organizada pelo Colégio Elpídio Paes. Embora inicialmente parecesse que a integração era mais simbólica do que prática, a interação entre os discentes das duas escolas revelou novas possibilidades para a inclusão genuína. O evento mostrou que reduzir a segregação requer mais do que encontros pontuais; é necessário criar oportunidades para interações significativas e contínuas.

**Figura 32: Festa das Bruxas**



**Fonte: Cadernos Pedagógicos nº 20 / Prefeitura de Porto Alegre (2000)**

Essa fase de integração foi marcada por declarações otimistas, como a do diretor Rui Barcellos, que, em uma entrevista ao jornal Zero Hora em 1989, afirmou que a escola estava inserida na comunidade e que a discriminação contra os deficientes mentais havia sido superada. No entanto, a realidade era mais complexa, e a aceitação da escola enfrentou desafios significativos ao longo do tempo. A trajetória da instituição ilustra o esforço contínuo de sua comunidade escolar em promover uma cultura de inclusão, apesar das adversidades.

A dessegregação na escola foi um processo delicado, mas repleto de iniciativas que buscavam promover uma verdadeira integração entre os estudantes com e sem deficiência. A ludoteca, com suas atividades mistas, se tornou um espaço de convivência que não apenas ensinava, mas também criava pontes entre mundos que, até então, raramente se encontravam. A implementação de cursos de educação ambiental, como hortas e culinária natural, foi uma estratégia inovadora para envolver toda a comunidade escolar, estendendo o aprendizado para além dos muros da instituição e envolvendo os irmãos dos alunos em atividades conjuntas. Essas iniciativas retratam um esforço consciente de transformar o ambiente escolar em um "novo universo de referência", onde a diversidade era não apenas aceita, mas celebrada.

Esse processo de integração foi acompanhado por uma crescente conscientização sobre a necessidade de interações mais profundas e significativas entre os educandos. Os encontros, que antes eram esporádicos e muitas vezes superficiais, começaram a se transformar em experiências que permitiam uma verdadeira troca de vivências. A convivência diária, o

compartilhamento de atividades e a participação em eventos comunitários ajudaram a quebrar barreiras e a construir um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

**Figura 33: Tabu começa a ser desfeito - Jornal Zero Hora**



Fonte: Acervo da escola/ Zero Hora (21/08/1989)

Apesar dos avanços, o caminho para a inclusão na Escola Elyseu foi um objetivo preestabelecido, complexo e repleto de desafios. A implementação de práticas inclusivas, proporciona uma interação face a obstáculos significativos, a necessidade de ajustes contínuos e um aprofundamento nas políticas e práticas educacionais para que essa meta possa ser plenamente atingida. A resistência inicial por parte da comunidade, a persistência de preconceitos e a rigidez de certas abordagens pedagógicas mostraram que a aceitação não poderia ser alcançada de forma rápida ou simples. No entanto, o compromisso da instituição com a inclusão e a constante busca por inovação nas suas práticas educativas demonstram uma resiliência admirável.

#### 4. 4 Tempo na escola

A proposta da instituição nasceu de um contexto histórico e político específico, marcado pelas políticas públicas educacionais das décadas de 1980 e 1990. Essas políticas não apenas moldaram a organização da jornada escolar, mas também influenciaram profundamente as práticas internas das escolas, incluindo as crenças e métodos de trabalho educacional. A rotina da instituição, especialmente em seus primeiros anos, representava um esforço para se criar um ambiente educacional que pudesse atender aos estudantes de forma abrangente, que busca não apenas a permanência na escola, mas também o desenvolvimento integral das crianças. A escola

promovia atividades fora do período letivo, mantendo o atendimento nas férias, o que se pode ver na reportagem do Jornal Zero Hora (1991) na figura abaixo.

**Figura 34: CIEM Mantém aulas nas Férias**



Fonte: Acervo da escola, Jornal Zero Hora (18/02/1991)

Segundo Nogueira (2024, entrevista) a continuidade do atendimento durante as férias na instituição foi motivada por uma preocupação genuína com o bem-estar dos discentes. Além de sempre buscar o atendimento integral, a escola promovia atividades fora do período letivo, mantendo o atendimento durante as férias. Isso não só garantia que os alunos tivessem um ambiente seguro e acolhedor, mas também assegurava a manutenção de vínculos e a continuidade da sua alimentação, aspectos essenciais para o desenvolvimento e bem-estar. Essa iniciativa foi desenvolvida já no primeiro ano de funcionamento da escola, quando a equipe de

professores, incluindo os de educação física, se mobilizou para oferecer atividades recreativas e lúdicas. O objetivo principal era garantir que os educandos tivessem um espaço de socialização e cuidado, mesmo nos meses de janeiro e fevereiro, quando não havia aulas regulares.

O comprometimento dos professores foi além do esperado, muitos deles diminuíram seu tempo de férias. Curiosamente, apesar desse esforço, os documentos oficiais da instituição não mencionam essas atividades realizadas durante as férias escolares. No entanto, reportagens da época demonstram que a escola continuou atendendo os discentes ininterruptamente de 1988 a 1991, sem um período de recesso.

A Escola Elyseu foi concebida como o primeiro CIEM Especial de Porto Alegre, com a missão de oferecer uma educação que combatesse a evasão escolar e a repetência nas séries iniciais, problemas comuns naquela época. A ampliação do tempo de permanência dos alunos na escola, uma prioridade tanto em nível estadual quanto municipal, foi impulsionada pelas políticas educacionais do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e outros partidos progressistas. Essas políticas buscavam garantir que a escola fosse um espaço não apenas de aprendizado formal, mas também de desenvolvimento social, cultural e emocional.

Entretanto, a implementação do turno integral enfrentou desafios significativos. A organização do currículo e a oferta de atividades que sustentassem o turno integral exigiam uma reestruturação profunda do trabalho escolar. Professores e gestores lutaram contra a falta de recursos humanos e a dificuldade em preencher as vagas disponíveis. Além disso, havia a necessidade de engajar as famílias e as comunidades ao redor da escola, envolvendo-os no processo educacional para garantir o sucesso dessa proposta.

Os benefícios da educação em tempo integral eram evidentes, proporcionando um ambiente seguro e enriquecedor para os estudantes, especialmente para aqueles que vinham de contextos vulneráveis. Para muitos pais, essa instituição representava o único lugar onde seus filhos tinham acesso a uma educação completa. No entanto, com o tempo, mudanças nas políticas e nas condições socioeconômicas levaram à redução do atendimento em turno integral, um processo documentado nos arquivos escolares. Essa transição foi dolorosa para muitos, pois representou a perda de um espaço que oferecia muito mais do que apenas ensino, mas também cuidado e desenvolvimento pleno.

Hoje, a instituição não oferece mais o atendimento integral, mas a história daquele período 1988 a 1992 e os desafios enfrentados continuam presentes em seu acervo. Esses documentos demonstram as transformações na organização do tempo escolar e a complexidade

de manter um modelo que, apesar de suas dificuldades, teve um impacto profundo na vida de muitos alunos e suas famílias.

No campo pedagógico, a escola adotou metodologias que estavam em sintonia com as novas teorias educacionais da época. A psicologia comportamental, por exemplo, ainda mantinha uma presença significativa, mas houve também um movimento em direção ao construtivismo, promovido pela gestão e reforçado pela Secretaria de Educação. Isso resultou em um currículo que buscava não apenas a transmissão de conhecimento, mas também o desenvolvimento integral do aluno, levando em consideração suas particularidades e necessidades específicas.

Em última análise, a trajetória da instituição representa o desafio contínuo de transformar a inclusão em uma realidade palpável. Embora tenha havido progressos significativos, a escola precisou enfrentar barreiras sociais e culturais que iam além dos seus muros. O trabalho realizado ao longo dos anos mostra que a verdadeira inclusão exige mais do que políticas e programas; requer um esforço contínuo para construir uma comunidade onde todos os membros, independentemente de suas diferenças, possam se sentir aceitos e valorizados. Assim, a história da instituição é marcada pela persistência e continua a trabalhar para aprimorar seus métodos e práticas, em um esforço por uma sociedade que aceite a diversidade.

## 5 AINDA POR DIZER: AMEAÇAS À MEMÓRIA DA ESCOLA ELYSEU

Este capítulo tem como objetivo promover uma reflexão sobre os desafios enfrentados pelos pesquisadores na preservação do patrimônio histórico-educativo no Brasil, destacando os esquecimentos, ausências e memórias que emergem ao longo da pesquisa documental. Ao explorar essas questões, também se busca analisar como o patrimônio histórico-escolar é percebido pela comunidade escolar e se existem debates em torno da preservação e valorização desses acervos. Em consonância com Almeida (2021), busco lançar novos olhares sobre a preservação do patrimônio histórico-educativo da instituição, sendo fundamental considerar como suas memórias estão sendo guardadas, ou em muitos casos, como a ausência delas impacta o entendimento e a preservação da história escolar. Esse tema, embora não fosse o foco principal da pesquisa, emergiu de forma significativa, levando a uma reflexão aprofundada sobre seu impacto e relevância.

A transformação da escola em um espaço disposto em constituir um "lugar de memória" é uma possibilidade que se apresenta ao demonstrarmos intenção de salvaguarda e ao reconhecermos esses documentos como fragmentos do passado, portadores das memórias da comunidade (Nora, 1993). Nesse sentido, é imperativo incentivar uma política de preservação do patrimônio que viabilize uma formação docente que sensibilize para os gestos de guardar, permitindo que eles e elas também participem ativamente desse processo que envolve a construção identitária da instituição educativa. Assim, torna-se crucial reavaliar as posturas adotadas em relação ao patrimônio histórico-educativo, levando em consideração os aspectos históricos e culturais que o conceito carrega.

Vivemos em um presente constante que não só nos desafia a revisitar o passado, mas também a olhar para o futuro, que se aproxima como uma Sombra. Na prática, minha experiência em uma instituição escolar, a instituição, ilustra bem essa situação. O acervo escolar enfrenta problemas significativos: há uma falta de cuidado na preservação do passado e um foco excessivo no registro do presente imediato. Esse contraste evidencia um desafio crucial: enquanto o passado da instituição não recebe a atenção adequada para sua preservação, o presente é registrado de maneira efêmera e, muitas vezes, inconsistente (Hartog, 2013). Essa situação destaca a necessidade urgente de repensar como os acervos escolares podem ser melhor protegidos e valorizados, para que a história da instituição seja preservada com a seriedade que merece.

Além disso, é necessário discutir as possibilidades de conservação deste patrimônio por meio da construção de uma consciência, aliada a uma sensibilidade, dentro do espaço escolar. Ambas podem servir como base para a valorização e manutenção dos acervos, garantindo que as memórias da escola sejam preservadas para as futuras gerações. Durante a busca por vestígios de memórias, encontrei algumas pastas na sala da supervisão escolar, mas elas estavam desorganizadas e sem critérios claros de seleção. A falta de documentos essenciais, especialmente os referentes às práticas pedagógicas de 1988, foi um grande desafio, mas que gerou novas questões. Pergunto-me sobre as práticas implementadas naquela época, considerando que muitos alunos não tinham escolarização prévia. Além disso, não encontrei registros sobre a adaptação dos discentes ou sobre os instrumentos usados para a classificação de ingresso. Também esperava encontrar documentos médicos, que provavelmente foram encaminhados à Secretaria da Saúde, junto com os profissionais da área.

Não foi possível encontrar avaliações dos alunos para o período de 1988 a 1992, o que sugere que esses documentos podem estar armazenados no arquivo permanente, em um depósito com pilhas de caixas que só podem ser acessadas com o uso de uma longa escada. Um fato que me deixou curiosa e ao mesmo tempo um pouco frustrada, pois imaginei que encontraria nas pastas vermelhas pelo menos um dos instrumentos avaliativos utilizados, talvez não estivesse preenchido, mas ajudaria a ter uma ideia de como era feito esse processo nos primeiros anos, infelizmente esta falta de corpus documental não foi resolvida.

Outra questão sobre o acervo da escola, é que, em alguns casos, documentos antigos foram substituídos por novas versões, descartados, ou simplesmente ignorados, é o caso do Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar. Um dos documentos originais foi resgatado de uma pilha de folhas recicláveis. Isso vem ao encontro do que François Hartog (2013) identificou como "presentismo", onde o presente se torna o horizonte, sem um futuro ou passado claramente definido. Corroborando com este conceito, Telles (2024, p.18), entende que estamos vivendo com uma urgência, e complementa, afirmando que este presente não chega a terminar pois já virou passado antes mesmo de chegar ao fim, o que nos faz refletir sobre a incerteza de um futuro.

Nesse contexto, as memórias recentes da escola estão armazenadas em dispositivos como computadores, celulares, pen drives e serviços de armazenamento em nuvem. Embora essas memórias estejam disponíveis em tempo real, não há garantia de que permanecerão acessíveis no futuro. A ausência de uma estrutura de arquivamento eficiente e a falta de políticas

direcionadas ao gerenciamento do patrimônio são problemas recorrentes, criando barreiras significativas para os pesquisadores da história da educação.

Durante minha jornada de pesquisa, deparei-me com um grande acervo na escola, fico a pensar nas fotos, escritos, cadernos de discente, fichas e outros documentos que podem estar guardados no fundo de gavetas, armários, ou em caixas de papelão sem qualquer identificação. Quando comecei a dar mais valor a estes documentos e entendê-los como patrimônios, compreendi como é grave o fenômeno do esquecimento (Ricoeur,2007), marcado ora pelo tempo, ora pelo silêncio proposital de quem detém o controle daquelas memórias ou instituições. Esse silêncio parece prevalecer nas relações entre os indivíduos e as instituições, dificultando a preservação e a transmissão das memórias escolares.

Como observou Ricoeur (2007, p. 425), o esquecimento é caracterizado pela "presença da ausência", um estado em que o passado se torna difícil de ser representado ou lembrado. E foi com esta ausência que me deparei por algumas vezes, uma realidade em muitas instituições públicas e privadas, em sua maioria resultante da inexistência de políticas de memória que incentivem a preservação dos acervos escolares.

Agora, ao chegar ao final da pesquisa, sinto uma mistura de realização e angústia. Realização por ter cumprido minha missão e angústia ao pensar em guardar novamente as pastas vermelhas, que foram fundamentais para o desenvolvimento desta dissertação. Ainda há muito a ser *descoberto* na instituição, materiais que não pude explorar com mais atenção devido ao pouco tempo de pesquisa, e antes de fechar essas pastas e colocá-las de volta no armário, sinto a necessidade de expressar este certo desencanto.

Minha impressão inicial sobre a importância deste acervo não mudou com o tempo, ela aumentou, foi se expandindo à medida que compreendi a riqueza de possibilidades que elas ofereciam para a pesquisa, sobretudo em História da Educação. Guardar estas pastas e virar as costas me soa quase como uma desonestidade com este arquivo, que aqui quero representar como todo o acervo da instituição. Após vasculhar, ler e reler cada documento ali guardado, me proporcionaram um momento de demonstrar a importância da preservação e uma preocupação com o futuro. Essa preocupação não nasceu com o início da pesquisa, mas se desenvolveu ao longo do processo, influenciada pelas leituras do grupo de estudos, pelas palestras nas disciplinas do mestrado e, sobretudo, por dois fatores essenciais. O primeiro foi a afetividade que desenvolvi com o acervo escolar, em especial com *famosas* pastas vermelhas, que despertaram em mim uma profunda preocupação com o seu futuro. O segundo foi o contato com a pesquisa de mestrado, e minha colega, Danielle Telles, que se dedicou ao estudo da

constituição de lugares de memórias escolares a partir do trabalho de suas guardiãs de memória (Telles, 2024). A combinação desses fatores produziu em mim a intenção, o querer em valorizar a preservação do patrimônio escolar, entendendo-o como um legado essencial para as futuras gerações de professores.

As pastas vermelhas, que deram nome ao primeiro capítulo desta dissertação, tornaram-se um verdadeiro símbolo de resistência, representando uma tentativa de preservar o patrimônio da instituição. Sempre que as manuseava, surgia a pergunta: quem as teria organizado? Mais do que identificar um nome, elas simbolizavam um momento em que alguém se preocupou em salvaguardar a memória da escola. Quem seria essa pessoa? Qual seria sua intenção e desejo ao guardar esses documentos? Quais os critérios para arquivar tais documentos e não outros?

Preciso admitir que, apesar dos meus esforços, não encontrei a resposta nas pastas. Esse enigma, mesmo não sendo o foco principal da pesquisa, se tornou uma questão que resolvi explorar, nos últimos meses deste estudo. Perguntei para várias pessoas, mas ninguém sabia ao certo quem era o responsável por aquela organização. Os professores, justificando-se pela falta de tempo para cuidar das memórias da instituição, não conseguiam se lembrar. As demandas do cotidiano escolar muitas vezes os impediam de dedicar mais atenção a esse acervo.

Curiosamente, ao conversar com funcionários mais antigos, muitos expressaram arrependimento por não terem guardado algo importante, como por exemplo um objeto, fotos, documentos. Essa saudade e nostalgia alimentaram minha motivação em querer efetivamente começar a preservar as memórias desta escola, da “minha Elyseu”, Telles e Almeida (2024, p. 19), me fizeram refletir ao afirmarem que “os gestos de guardar e suas relações com quem os conduz, nota-se que a potência dos museus e memoriais depende muito da disposição e entrega de quem lá trabalha”, não existe este espaço constituído ainda, tampouco ousou me denominar guardiã, contudo esta pesquisa germinou em mim a intenção e o querer fazer dar certo, organizar, salvaguardar memórias desta escola.

Comecei, então, a me identificar com quem organizou as pastas vermelhas. Seria esse um professor solitário ou uma professora? Quem teria tomado a iniciativa de preservar essas memórias, em meio ao frenético cotidiano escolar dos primeiros anos da escola? Cada pessoa que consultada apontava um nome diferente, sugerindo que alguém que trabalhava no espaço do multimeios ou que estava na escola durante as férias poderia ter organizado o material, embora sem um objetivo claro. A teoria de que as pastas vermelhas haviam sido organizadas em 2012 ou 2013, durante a produção do "Livro dos 25 Anos", logo foi descartada. Em conversas informais com as professoras Magda Sierota, Cinara Vicente e Daniela de Bona, que

trabalhavam na sala onde as pastas eram guardadas, ficou claro que o material só apareceu na sala da supervisão em um período posterior, algo entre 2014 e 2018. Contudo, não havia certeza sobre o momento exato da organização, ou quem havia produzido. Restava apenas a lembrança de que esse processo havia ocorrido mais recentemente, e a sensação de que o conhecimento sobre essas pastas estava com professores que já haviam deixado a escola.

Nesta procura pela origem das pastas vermelhas, o nome de Ana Claudia Rodrigues<sup>92</sup> acabou sendo citado como uma possível responsável, pois a professora ficava na sala de multimeios, onde havia as pastas vermelhas contendo fotos, uma suposição era de que algumas destas pastas tenham migrado para a sala da supervisão. Mas eram apenas especulações, não havia nada concreto. Resolvi procurar Ana Claudia, e, em conversa informal, esta relatou que, em determinado momento, começou a salvar alguns documentos da escola, pois nas faxinas de final de ano “gostavam de colocar tudo fora”. No entanto, ela não se recordava especificamente das pastas vermelhas, lembrava-se apenas de ter armazenado documentos em arquivos ou caixas de papelão, sem muita organização, mas com a intenção clara de salvá-los, mas não sabia o que havia acontecido com esse acervo.

Ana Claudia Rodrigues sugeriu que eu conversasse com Marco Aurélio Ferraz<sup>93</sup>, antigo diretor, pois acreditava que ele teria assumido a responsabilidade pela memória da escola. Este relatou que, durante sua gestão, junto com a diretora Ana Rosimeire da Cunha, a iminente aposentadoria de vários professores despertou uma necessidade quase compartilhada de preservar a memória da instituição. Foi então que alguns registros começaram a ser guardados em vários locais, no esforço de salvá-los do descarte. Conforme Telles e Almeida (2024, p.19), “escapar do esquecimento, por meio da produção de uma bela narrativa sobre o passado da escola, edificando-a, tanto para a comunidade, quanto para a sociedade, é o que move essas instituições”. Enxergo nas intenções desta instituição através das ações do antigo diretor essa tentativa de escapar do apagamento. Ele também mencionou que alguns desses professores aposentados levaram materiais para guardar fora dos muros da escola.

Para evitar a perda desses documentos, foi decidido que eles ficariam concentrados na supervisão, e a professora Andrea Sanches Silveira, ao se aposentar, reuniu todos os documentos relacionados ao projeto infantil e os entregou na direção, pedindo que fossem

---

<sup>92</sup> Pedagoga em Educação Especial, ex-Coordenadora do Programa de Trabalho Educativo (PTE), professora aposentada da Rede Municipal de Porto Alegre.

<sup>93</sup> Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Portalegrense de Educação Ciências e Letras (1991) e Pós-Graduação em Psicopedagogia pela mesma Faculdade. Pós-Graduação em Atendimento Educacional Especializado pela UNIRITTER. Doutor em Educação. Mestre em Educação (UFRGS). Professor aposentado da Rede Municipal de Porto Alegre.

cuidadosamente guardados. Esse gesto conferiu a Ferraz uma sensação de responsabilidade pela história da escola, o que ele reconheceu como um grande dever. O ex-diretor então convocou todos os professores para reunir materiais relacionados à memória da instituição. Durante essa busca, encontrou uma caixa contendo os primeiros esboços da proposta pedagógica, escritos à mão pela professora Raquel, o que o emocionou profundamente.

A partir desse movimento, Ferraz reuniu os materiais das professoras Andrea Sanches Silveira<sup>94</sup>, Ana Claudia Rodrigues e Maria da Glória Nogueira, encontrados no depósito e na sala de multimeios, e os concentrou na sala de supervisão. O diretor em colaboração com a supervisora Elaine Tavares Cordeiro<sup>95</sup>, foram organizando e compilando documentos nas pastas vermelhas, que passaram a abrigar todo o material recolhido durante essa empreitada de constituição das memórias. Contudo, apesar desse esforço, o tempo fez com que muitos desses arquivos voltassem ao esquecimento, e fossem tirados das pastas e espalhados novamente pela escola.

É fascinante refletir sobre o acervo que foi reunido e preservado, especialmente agora que todos os professores envolvidos nesse processo se aposentaram. Mesmo com as críticas sobre a desorganização, o descarte e os documentos esquecidos, houve um movimento genuíno pela preservação desse acervo escolar. Por mais simples que seja, é emocionante perceber-me como parte integrante dessa história. Reconhecer, respeitar e, acima de tudo, se importar em preservar um patrimônio histórico-cultural está profundamente conectado aos sentimentos de pertencimento e de se ver representado na história. Trata-se de mais do que apenas conservar objetos ou lugares; é sobre proteger uma parte essencial de nossa identidade coletiva, algo que nos faz sentir parte de algo maior.

No entanto, mantenho a esperança de que esse processo de salvaguarda ganhe novos aliados no presente, e que esses documentos, agora revelados, sejam amplamente utilizados e acessíveis a todos que se interessem pela história da escola. É essencial que a narrativa da instituição seja valorizada, compartilhada e que esses registros sirvam como fonte de enriquecimento para o conhecimento sobre o passado e o presente da escola.

---

<sup>94</sup> Mestre em Educação- Linguística Aplicada (UFRGS) Licenciada em Letras Português /Espanhol e respectivas Literaturas na instituição de ensino PUCRS, Pedagoga de Educação Especial, professora aposentada da Rede de Porto Alegre.

<sup>95</sup> Eliane Tavares Cordeiro possui licenciatura em Educação Especial pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com ênfase em Deficiência Mental. Especialista em Gestão de Espaços Educativos e Educação pela UniRitter. Professora aposentada da rede municipal de Porto Alegre, exerceu a função de professora e supervisora na Escola Elyseu Paglioli. Também idealizou o Projeto “Aluno faz foto”, voltado para a educação inclusiva e o desenvolvimento artístico dos alunos.

Além de contribuir para a compreensão do objeto de pesquisa, esse processo me proporcionou uma visão crítica mais abrangente, não apenas sobre as dificuldades encontradas em relação ao acervo da escola, mas também sobre minha própria formação como professora. A proximidade com o passado da Educação, algo que se revelou como uma lacuna em minha formação, tornou-se evidente. Durante a graduação, o ensino da História da Educação, especialmente a brasileira, foi abordado de forma superficial, dissociado de uma abordagem investigativa mais profunda, limitando-se, muitas vezes, a descrever como a Educação chegou ao estado atual e sua finalidade, a própria discussão em torno do conceito de patrimônio histórico-educativo ainda é recente, segundo Oliveira e de Souza-Chaloba (2023), ao investigarem as práticas de preservação em acervos escolares luso-brasileiros, também constatam essas novas práticas, sendo apenas nos anos 1990, que se inicia a construção dos primeiros lugares de memória escolares, “[...] com as mudanças teórico-metodológicas pelas quais a História da Educação tem passado nas últimas décadas em diferentes partes do mundo ocidental” (Oliveira e de Souza-Chaloba, 2023, p. 4).

No entanto, é lamentável que documentos de grande relevância, muitas vezes, sejam descartados, perdendo-se na correnteza do tempo. Embora a prefeitura guarde documentos oficiais, a memória viva das escolas, seus professores e a cultura escolar frequentemente são esquecidas. Isso ecoa os estudos de Escolano Benito (2017), que apontam uma mudança recente na percepção do que constitui o patrimônio escolar. Antes, objetos e elementos associados às escolas eram relegados ao esquecimento, mas essa perspectiva mudou, e hoje são valorizados, preservados e compartilhados. Esse reconhecimento vem do entendimento de que tais elementos são parte integrante da nossa identidade como sujeitos histórico-culturais.

Como destaca Le Goff (2013), é crucial que os pesquisadores não sejam ingênuos ao acreditar que os documentos foram conservados de forma natural. Ao contrário, eles carregam consigo histórias de luta, de resistência, e de um desejo quase instintivo de proteger aquilo que consideramos valioso. E, nesse processo, me vejo, mais do que nunca, conectada a essa história, com a responsabilidade de assegurar que essa memória não se perca. Mantenho a esperança de que mais pessoas se envolvam na salvaguarda do patrimônio escolar e que esses documentos que saíram do esquecimento sejam amplamente utilizados e acessíveis a todos interessados. É essencial que a história da instituição seja valorizada e compartilhada, contribuindo para um conhecimento mais profundo sobre o passado e o presente da escola.

Esse processo não só enriqueceu minha compreensão da pesquisa, como também me permitiu refletir criticamente sobre as dificuldades relacionadas ao acervo da escola e a minha

própria formação como professora. A falta de uma aproximação mais crítica e investigativa da História da Educação na graduação foi uma lacuna significativa, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais robusta e contextualizada.

Preservar a história das instituições escolares não se limita a reconstituir eventos históricos, mas também a explorar as interseções entre política educacional, práticas pedagógicas e o compromisso com a inclusão e preservação do patrimônio histórico-educativo. A conservação do patrimônio escolar deve servir não apenas às escolas e comunidades escolares, mas também como uma ferramenta de reflexão sobre o significado da instituição ao longo do tempo e sua atuação no presente (Chaloba, 2013).

Atualmente, a falta de cuidado sistemático com os acervos escolares, como evidenciado na Escola Elyseu e em outras instituições, não só na rede municipal de Porto Alegre, como na rede privada é um problema persistente. Os professores, sobrecarregados e imersos nas demandas imediatas da era digital, muitas vezes não percebem a importância de preservar a memória institucional. A digitalização e a velocidade da internet, oferecem uma facilidade na palma da mão, mas embora conectem a comunidade escolar, também são responsáveis por criar um certo distanciamento, no contato com o outro. Sobre os acervos, percebo que a memória da escola atualmente se tornou efêmera, podendo ser representadas pelas imagens que somem em vinte quatro horas nos *story de instagram* da instituição. Tudo é registrado de forma momentânea, não há uma preocupação em guardar essas memórias, um espelho do presentismo que vivemos, no âmbito escolar e a falta de capacitação adequada contribui para a negligência da preservação da história escolar, como observou Hartog (2013).

Reconhecer que os documentos da instituição são um patrimônio valioso que merece ser preservado e divulgado é um passo essencial. A falta de formação inicial dos docentes sobre a preservação do patrimônio histórico-educativo e a necessidade de parcerias com universidades são desafios significativos. Criar "lugares de memória" nas escolas, como sugere Nora (1993), pode abrir oportunidades para pesquisas e análises minuciosas dos arquivos, demonstrando o poder subjacente nas decisões de preservar determinados aspectos da história. A formação de professores deve ir além do domínio das práticas pedagógicas e incluir a valorização da história da educação e a preservação do patrimônio educativo. Incorporar essa dimensão ao currículo é fundamental para sensibilizar os futuros educadores sobre a importância dos documentos e registros escolares. A preservação desses acervos é fundamental não apenas para a produção de conhecimento, mas também para a valorização da nossa história educacional e social. Esses materiais não são apenas arquivos do passado, mas também fontes

que permitem compreender as transformações e desafios enfrentados ao longo do tempo. A história da educação é inseparável das práticas pedagógicas que conferem vida a um arquivo. Ao preservar essa memória, os professores contribuem para a construção de uma identidade educacional mais rica, além de promoverem um entendimento mais profundo do contexto e das lutas que moldaram a escola contemporânea.

Para encerrar, é fundamental reconhecer que preservar a história das escolas é mais do que apenas guardar documentos antigos, é manter viva a memória coletiva que molda nossa identidade educacional. Ao refletir sobre a instituição e outros exemplos, percebemos que esses registros não são apenas peças de um passado distante, mas testemunhos vivos da nossa trajetória educacional. Eles nos ajudam a entender como chegamos até aqui e a inspirar as futuras gerações a valorizar e aprender com o passado. Precisamos ir além do simples armazenamento de arquivos e buscar maneiras de integrar essa memória à vida cotidiana das escolas. Conscientizar os educadores sobre a importância da preservação, formar parcerias com universidades e implementar práticas eficazes são passos essenciais para garantir que esses registros históricos sejam valorizados e acessíveis. Afinal, nossa história educacional é uma parte vital do que somos hoje e do que seremos amanhã. Preservar o passado é, portanto, um ato de respeito e um compromisso com um futuro mais informado e consciente.

## 6 CONCLUSÃO

Acreditamos que a escola possa ser uma instância democrática, onde tanto o educando quanto o educador, busquem juntos o caminho para melhor justiça de uma proposta pedagógica. Pois, uma instituição educacional também tem seu núcleo fundamental no inacabamento, na busca constante, nas relações sociais, na esperança e no amor (EMEEF Elyseu Paglioli, Proposta Pedagógica, 1991)

Ao longo desta dissertação, buscou-se compreender os motivos que levaram à criação da Escola Elyseu Paglioli pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), que abrange o período anterior a 1988, ano de sua fundação. Também procurou-se analisar os primeiros anos de funcionamento da escola, suas práticas médicas e pedagógicas, e a cultura escolar, considerando as mudanças ideológicas na Prefeitura de Porto Alegre até 1992, quando termina o mandato do Prefeito Olívio Dutra, do Partido dos Trabalhadores (PT). A partir dos objetivos específicos, foi possível traçar um panorama das principais mudanças na Educação Especial ao longo do século XX, com um foco específico nas transformações conceituais ocorridas em Porto Alegre durante os anos 1980.

A epígrafe da Proposta Pedagógica de 1991 da Escola Elyseu apresenta uma visão inclusiva e progressista da educação, na qual o aprendizado é entendido como um esforço conjunto entre educadores e educandos, com o objetivo de alcançar justiça e significado. Esse enfoque está alinhado com o espírito de transformação e redemocratização que caracterizou o Brasil no final dos anos 1980. Segundo Viñao Frago (2001) e Escolano (2001), o espaço escolar deve ser entendido como uma construção cultural, e não apenas física. Eles argumentam que a escola expressa e representa discursos e ideais que transcendem sua materialidade, sejam eles políticos, culturais ou religiosos. Portanto, o ambiente escolar nunca é neutro; ele é tanto moldado pelos ideais que o cercam quanto molda esses mesmos ideais.

Nessa perspectiva, a investigação desenvolvida permite dizer que a Escola Elyseu começou a se constituir antes mesmo do início das obras no bairro Cristal. No campo das ideias, várias concepções já estavam sendo discutidas, como o tipo de atendimento que a instituição ofereceria, seria uma clínica ou uma escola? Quais seriam os alunos atendidos? O que seria ensinado dentro *daqueles muros* e será que aqueles indivíduos poderiam aprender? Em outras palavras, a escola começou a tomar forma antes mesmo de ser colocado seu primeiro alicerce, e, desde a sua concepção, ela foi passando por

intensas mudanças, afetada por um contexto histórico e político que conseguiu ficar evidenciado nestes primeiros anos. Dentro dessa perspectiva, como aponta Frago (1995), a Escola Elyseu se torna um "território-lugar" – um espaço impregnado de significados e valores que vão além de sua estrutura física, refletindo e influenciando as dinâmicas culturais, sociais e políticas da comunidade que a cerca.

A arquitetura escolar e a política educacional estão, portanto, profundamente interligadas em como a instituição se constitui, o que demonstra que houve influência do contexto social e cultural do final dos anos 1980. A ideia de "inacabamento" que a epígrafe traz reforça a noção de que a educação é um processo contínuo, sempre em transformação, especialmente em uma instituição que enfrentou tantos desafios desde sua criação. A busca por práticas inovadoras e a adaptabilidade eram essenciais para atender às demandas únicas dos alunos da Educação Especial.

A escolha da Escola Elyseu como objeto de pesquisa não se deu apenas pela sua importância como a primeira escola especial do município de Porto Alegre, pelo carinho que tenho com a Educação Especial, mas também pela relação intrínseca com a comunidade e os desafios enfrentados desde sua criação, que nos convoca a pensar sobre as questões do preconceito e do direito à educação. O estudo mostra a singularidade da instituição, destacando a diversidade escolar e uma profunda conexão com o contexto local que foi se constituindo aos poucos. A combinação de pesquisa documental e história oral possibilitou a criação de fontes diversas e valiosas, proporcionando novas interpretações e ajustes aos pressupostos iniciais, para que fosse possível conhecer várias versões de uma mesma história. E assim, inspirada pelo conceito de "arquivos do silêncio" de Le Goff (2013), busquei explorar o que estava ausente nas documentações da escola, procurando achar o que ainda não havia sido contado, tirando do silêncio as lutas frequentemente marginalizadas na narrativa oficial. Foi assim que conheci os movimentos sociais que ocorriam no período, e a força das associações de moradores, uma realidade muito diferente do que temos atualmente.

As entrevistas realizadas com as quatro mulheres que participaram dos primeiros anos da escola possibilitaram compreender melhor o período de 1988 a 1992. A análise dessas memórias, juntamente com a investigação de documentos históricos, permitiu explorar como os espaços escolares foram ressignificados e identificar padrões e discrepâncias nos relatos sobre a instituição. O processo de pesquisa que empreendi foi mais do que uma simples investigação acadêmica; foi uma jornada transformadora que alterou profundamente a minha prática docente e a minha percepção sobre o acervo

histórico da escola. No início, não imaginava que este estudo impactaria tanto a maneira como vejo o patrimônio histórico-educativo e, ao mesmo tempo, levantaria questões críticas sobre as lacunas na formação de professores.

O capítulo que abre esse estudo, intitulado "Descobrimo o segredo das pastas vermelhas: o início da pesquisa", explora como a investigação sobre a escola começou com a análise de documentos do acervo, e como a pesquisa transcendeu um simples levantamento histórico ao aprofundar-se nas transformações educacionais e sociais da escola. Utilizando uma metodologia que inclui análise documental, história oral e o "paradigma indiciário" de Carlo Ginzburg (1989), a escrita destacou aspectos que pareciam ocultos do acervo escolar e temas, como a aproximação da medicina com a educação, a invisibilidade dos indivíduos deficientes, a feminização do magistério, a influência da política na educação entre outros. A conclusão que chego é que a pesquisa revelou a importância da memória coletiva, e que história oral é um importante instrumento de combate ao esquecimento. E que a Educação Especial é um campo dinâmico e em constante transformações.

No segundo capítulo, "Educação Especial no século XX uma análise das implicações históricas no Rio Grande do Sul na década de 1980", procurei mostrar a interconexão entre a trajetória da instituição e as transformações que ocorreram na Educação Especial no Brasil. Ao mergulhar nas memórias da Escola Elyseu, percebemos que sua jornada não foi formada por uma linha do tempo de eventos, mas é um espelho das transformações e lutas pelo direito das pessoas com deficiência ao longo das décadas. Ao longo do século XX, o modelo assistencialista e segregador da Educação Especial no Brasil foi sendo questionado e transformado, especialmente durante a década de 1980, quando pressões internacionais, como as da ONU e UNESCO, e novas políticas locais impulsionaram práticas inclusivas e formações específicas para educadores. Essa década trouxe avanços significativos em Porto Alegre: o surgimento de cursos de formação na PUCRS e UFRGS e a fundação da Escola Elyseu em 1988. Inspirada pela perspectiva histórica de Koselleck, a análise do capítulo demonstra como passado, presente e futuro se entrelaçam na construção de uma Educação Especial verdadeiramente inclusiva e humanizada, uma jornada que continua a desafiar a exclusão e reafirma o direito à educação para todos.

O capítulo 3, "Entre crateras, um lugar de aprendizagem: a criação da Escola Elyseu (1986 a 1988)", apresenta o contexto das décadas de 1980 e 1990 e discute como este moldou a criação da instituição, objeto desta pesquisa. Esse período desafiador,

marcado pela redemocratização do Brasil, promoveu a emergência de movimentos sociais em prol da pessoa com deficiência, em diferentes locais, incluindo Porto Alegre. A Escola Elyseu emerge não apenas como um edifício, mas como um símbolo da luta pela educação inclusiva, demandando compromisso e esforço coletivo para superar barreiras sociais e culturais. Sob a gestão do prefeito Alceu Collares, a escola foi criada em meio a campanhas contra o analfabetismo, promovendo um modelo de ensino integral que abrange alimentação e assistência. Além dos desafios estruturais, a construção da instituição destacou a importância de uma comunidade educacional inclusiva, refletindo a luta por uma educação que valorize a diversidade e consagrando a instituição como um espaço de transformação social.

No quarto capítulo, "Cultura Escolar em transformação: contrastes e transições da Escola Elyseu nas gestões PDT e PT", evidencia os momentos decisivos na Educação Especial em Porto Alegre. Essa seção discute os processos de mudanças significativas nas abordagens pedagógicas, médicas e arquitetônicas, que moldam uma cultura escolar mais inclusiva e integradora. O impacto das gestões políticas do município é evidente, o PDT trouxe à escola uma ênfase na educação em tempo integral e no respeito às diversidades, enquanto o PT focou na formação contínua dos professores, na participação ativa da comunidade e na integração dos alunos da Educação Especial com os alunos do ensino regular. Essas políticas ajudaram a transformar a Escola Elyseu em uma instituição que além de ensinar, mas também acolhe e integra todos os alunos, mostrando uma abordagem mais inclusiva e abrangente na educação.

O último capítulo, "Ainda Por Dizer: Ameaças à Memória da Escola Elyseu", explora os desafios da preservação da história da instituição, evidenciando os esforços para documentar e valorizar sua trajetória, bem como as dificuldades encontradas durante o percurso. A pesquisa entende que, ao compreender como seus eventos se conectam à vida da comunidade, se abre um leque de possibilidades, uma rede de relações e transformações que afetam todos ao seu redor. Conclui-se que preservar a memória das escolas é essencial para manter vivas suas identidades. A falta de organização e a sobrecarga dos professores muitas vezes levam à negligência dos arquivos. Portanto, é crucial repensar a importância desses documentos, integrando a preservação à formação dos educadores e às parcerias com universidades. Preservar o passado das escolas é mais do que armazenar papéis; é valorizar e compartilhar uma história que molda nossa educação e inspira as futuras gerações.

Conciliar os papéis de professora e pesquisadora em História da Educação foi um desafio constante, mas também uma oportunidade de enriquecer a minha visão, não apenas sobre o valor do patrimônio, mas também sobre as falhas existentes em nossos cursos de formação docente. A ausência de políticas públicas eficazes para a preservação do patrimônio educacional é alarmante, mas igualmente preocupante é o fato de que os cursos de formação não enfatizam suficientemente o papel do professor na preservação da história das instituições. Esse programa não só ampliou meu entendimento, mas também reforçou a necessidade de uma abordagem mais consciente e ativa por parte dos educadores na preservação do nosso patrimônio educacional.

Este estudo demonstra que a Escola Elyseu não é apenas um reflexo das mudanças na Educação Especial ao longo das décadas, mas também um microcosmo das lutas e conquistas pelos direitos das pessoas com deficiência. Ao adotar a perspectiva temporal de Koselleck (2006), o estudo destaca como as desigualdades do passado continuam a ecoar nas questões atuais, proporcionando uma compreensão mais profunda das dinâmicas históricas.

A contribuição desta pesquisa para a História da Educação é vasta e significativa, oferecendo novas e valiosas percepções em várias dimensões. Em primeiro lugar, o estudo evidencia o papel crucial das instituições educativas como agentes socioculturais, que vão muito além da simples transmissão de conhecimento. Essas instituições influenciam profundamente a vida social e cultural, moldando hábitos, atitudes e valores, e carregam um significado social reconhecido, seja por sua tradição ou pelo impacto duradouro na formação de seus alunos, conforme sugerido por Nosella e Buffa (2013).

Ao longo da dissertação, tentei demonstrar a importância de preservar as memórias das instituições educacionais, propondo a criação de um “lugar de memória” (Nora, 1993) para resguardar as histórias de luta e inclusão na educação. Esse desejo demonstra um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde as narrativas de todos, especialmente dos mais marginalizados, sejam respeitadas e lembradas. No entanto, surge a questão sobre o valor dos arquivos quando não são acessados e muitas vezes são vistos apenas como depósitos de documentos. É fundamental transformar esses arquivos em “lugares de memória” que reconheçam sua importância como patrimônios da educação. Segundo Nora (1993), um lugar de memória possui dimensões material, simbólica e funcional, e os arquivos se tornam significativos quando adquirem uma aura simbólica pela imaginação, permitindo explorar a relação entre passado e presente. Além disso, o estudo abre portas para futuras investigações na

Educação Especial, identificando lacunas como a formação de professores e os currículos das décadas de 1980 e 1990. Assim, a pesquisa não apenas enriquece a compreensão do passado, mas também estabelece bases para futuros estudos e avanços no campo educacional.

Finalizando, esta dissertação ofereceu uma visão singular da História da Educação, e evidencia o papel vital das instituições educativas na formação de nossa vida social e cultural. Mais do que simples transmissores de conhecimento, as escolas moldam nossos hábitos, atitudes e valores. Enfatizo a importância de preservar a memória dessas instituições, evidenciando como elas carregam um significado social único que vai além de sua história formal. Além disso, é relevante enfatizar que o direito à educação para pessoas com deficiência é uma conquista recente, e embora a Educação Especial tenha avançado significativamente, ainda carrega cicatrizes visíveis do preconceito e da segregação nos dias atuais.

## REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Narrativas na história oral. Anais eletrônicos. João Pessoa, PB: ANPUH-PB, 2003. Disponível em: <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541\\_8d5c06dc86a7c8604dcac1b4244014e8.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177541_8d5c06dc86a7c8604dcac1b4244014e8.pdf)>.

Acesso em: 20 de janeiro de 2023

ALMEIDA, Dóris Bittencourt. **Percursos de um Arq-Vivo: entre arquivos e experiências na pesquisa em História da Educação**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2021.

ANPED. **ANPED e ABPEE denunciam retrocessos em nova política de educação especial lançada pelo governo; confira repercussão de entidades e associações**. Site da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, Rio de Janeiro, 5 outubro 2020. Disponível em: <<https://anped.org.br/news/anped-e-abpee-denunciam-retrocessos-em-nova-politica-de-educacao-especial-lancada-pelo-governo/>> Acesso em: 10 jan. 2023

BACELLAR, Carlos. **Fontes documentais: Uso e mau uso dos arquivos**. In. PINSKI, Carla Bassanezi (Org.) Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005.

BARBOSA, Ana Patrícia. A Produção do Espaço Urbano da Grande Cruzeiro e sua Relação com a Cidade De Porto Alegre/Rs. **Caderno Eletrônico De Ciências Sociais**, V. 12, N. 1, P. 119-143, 2024.

BECHLER, Janaína PINHEIRO, Jefferson. **Há escolas que são asas**. Porto Alegre: Instituto de Cidadania e Direitos Humanos - TEIA; Ponto de Cultura Assunção, 2013

BEZERRA, Giovani Ferreira. A produção científica sobre a História da Educação Especial no Congresso Brasileiro de Educação Especial (2016-2018). Perspectivas em Diálogo: **Revista de educação e sociedade**, v. 7, n. 15, p. 6-29, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/persdia/article/view/9887/>> Acesso em: 23 mai. 2023

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade - Lembranças de velhos**. 3ed. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Diário Oficial da União, n. Sec. 1, 1971. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>> Acesso em: 10 jan. 2023

BRASIL, **Lei Nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7853.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm) /> Acesso em: 10 jan. 2023

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível

em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm?c=atila/](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm?c=atila/)> Acesso em: 10 jan. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. CENESP. **Diretrizes Básicas para Ação do Centro Nacional de Educação Especial**. Brasília, MEC. CENESP. 1974.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n. 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf/>>. Acesso em: 09 nov. 2022

BRASIL. Ministério da Educação. **Pela primeira vez, educação especial terá consulta pública**. MEC, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/211-noticias/218175739/70811-pela-primeira-vez-educacao-especial-tera-consulta-publica/>> Acesso em: 10 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, jan. 2008a. [Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela portaria n. 555/2007, prorrogada pela portaria n. 948/2007, entregue ao ministro da Educação em 7 de janeiro de 2008]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf/>> Acesso em: 12 nov. 2022

BRASIL. Ministério de Estado da Educação e Cultura. Comissão Nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes. **Relatório de Atividades Brasil**. Brasília, 1981. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002911.pdf/>> Acesso em: 12 nov. 2022

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf/>> Acesso em: 24 set. 2022

BRIZOLLA, Francéli. **Educação Especial no Rio Grande do Sul: análise de um recorte no campo das políticas públicas**. 2000. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79455/000288745.pdf?sequence=1&isAllowed=y/>>. Acesso em: 16 set. 2023

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, Política educacional e a formação de professores: generalista ou especialista. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Piracicaba, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial Brasileira: Questões Conceituais e de Atualidade**. São Paulo, Educ, 2011.

BUENO, José Geraldo Silveira; DE SOUZA LEHMKHUL, Márcia; DE GOES, Ricardo Schers. A relação público/privado nas políticas de educação especial no período ditatorial

no Brasil (1964-1985). **Education Policy Analysis Archives**, v. 27, p. 62-62, 2019. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434625/>> Acesso em: 15 set. 2023

CAMPOS, Regina Helena de Freitas. **Psicologia e Educação no Brasil no início do século XX: o diálogo com especialistas europeus, o olhar sobre a cultura brasileira**. In: AZZI, Roberta Gurgel; GIANFALDONI, Mônica Helena Tieppo Alves (org.). *Psicologia e Educação*. São Paulo/SP: Casa do Psicólogo, 2011.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, Jean [et al]. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008, p. 295-315.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Forense universitária, 2017.

CHALOPA, Rosa Fátima de Souza. Preservação do patrimônio escolar: notas para um debate. **Revista Linhas**. Florianópolis, v.14, n26, jan. /jun 2013, p. 199-221. Disponível em: <<https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723814262013199/>> Acesso em: 15 set. 2023

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

COMIM, Daniela Oliveira. **Planejando ou vendendo a cidade: gestão urbana no caso do bairro Cristal, em Porto Alegre**. 2010.

CONVENÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA. (1989). Assembleia Geral das Nações Unidas. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca/>>. Acesso em: 15 set. 2023.

COTRIN, Jane Teresinha Domingues. **Itinerários da psicologia na Educação Especial: uma leitura histórico-crítica em psicologia escolar**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-22072010-091001/pt-br.php>> Acesso em: 01 set. 2023

CRESTO, Doutora Eleonora; DE LIMA, Eloisa Barcellos. **EUGENIA: Uma herança de supremacia da ciência médica e biológica sobre a legislação brasileira à educação especial na primeira metade do século XX**. UNTREF/AR. Buenos Aires, AR, 2015. Disponível em: <<https://x.gd/xKbA9/>> Acesso em: 01 set. 2023

D'ALBERTO NETO, Miguel Valmar. **Atuação e formação pedagógica: o papel ético-político de professores na escola inclusiva**. 2020.

DA SILVA, João Carlos Amaral. Reorganização espacial e a iniciativa privada: estudo de caso-Barra Shopping Sul. **Revista da Graduação**, v. 2, n. 2, 2009. Disponível em:

<<https://revistaseletronicas.pucrs.br/graduacao/article/view/6071>> Acesso em: 01 set. 2023

DECLARAÇÃO, De Salamanca. **Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Brasília, DF: MEC, 1994.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>> Acesso em: 12 jan. 2023.

EMEEF ELYSEU PAGLIOLI. **Concepções Curriculares Da Escola No Período De 1988 Á 1994: Propostas E Críticas**, Porto Alegre, Rs, 1994a.

EMEEF ELYSEU PAGLIOLI. **Histórico Da Escola Municipal Especial Professor Elyseu Paglioli**, Porto Alegre, Rs, 1994b

EMEEF ELYSEU PAGLIOLI. **Manuscrito**. Porto Alegre, 2001.

EMEEF ELYSEU PAGLIOLI. **Regimento Escolar**. [Direção - Beatriz Ferreira Vanzetto E Coordenação Pedagógica - Raquel Biasuz Vianna]. Porto Alegre, 1991.

EMEEF ELYSEU PAGLIOLI. **Regimento Escolar**. Direção - Rui Carlos Barcelos E Coordenação Pedagógica - Porto Alegre, 1987.

ERRANTE, Antoinette. Mas afinal, A Memória é de Quem? Histórias orais e modos de lembrar e contar. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 141-174 jul./dez.2000.

ESCOLANO BENITO, Augustin. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

ESCOLANO BENITO, Augustin. **Arquitetura como programa. Espaço-escola e currículo**. In: VINÃO FRAGO, A.; ESCOLANO, A. (org.). **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. 2. ed. Rio de Janeiro; DP&A, 2001. p. 19-58.

ESCOLANO BENITO, Augustin. El espacio escolar como escenario y como representación. **Revista Teias**, v. 1, n. 2, p. 12 pgs., 2000.

ESCOLANO BENITO, Augustin. **Presentación. In: Cien Años de Escuela em España (1875-1975)**. Salamanca: Kadmos, 1990.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.p. 143-179.

GÓES, Weber Lopes. **Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl**. UNESP: 2015. (110-111). Disponível: <http://hdl.handle.net/11449/124368> Acesso: 10.ago.2024

GONÇALVES, Mauro Castilho. Educação, Higiene E Eugenia no Estado Novo: As Palestras De Savino Gasparini Transmitidas Pela Rádio Tupi (1939-1940). **Cadernos de História da educação**, v. 10, n. 1, 2011.

GRAZZIOTIN, Luciane, KLAUS. Viviane, Pereira, Ana Paula. Pesquisa documental histórica e pesquisa bibliográfica: focos de estudo e percursos metodológicos. **PRÓ-POSIÇÕES** (UNICAMP. ONLINE), v.33, p. 01-21, 2022.

GRIMALDI, Lucas Costa; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. Narrativas do espaço habitado: sensibilidades no estudo dos prédios escolares de Porto Alegre/RS (1940/1980). **História da educação**. Santa Maria, RS. Vol. 24 (2020), p. 1-33, 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Autêntica, 2013.

HERMIDA, Jorge Fernando; ORSO, Paulino José. **Políticas educacionais e o avanço da nova (ou extrema?) direita**. Roteiro, v. 45, 2020.

JANNUZZI, Gilberta de M. **A luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**, 2.a ed., Campinas, Autores Associados. 1992.

JULIA, Dominique. **A cultura escolar como objeto histórico**. Revista Brasileira de História da Educação, Campinas, n. 1, p. 9-44, 2001.

JÚNIOR, Lanna; MARTINS, Mário Cléber. **História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/alesp/biblioteca-digital/obra/?id=21097/>> Acesso em: 12 jan. 2023.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Debates para uma (des) construção da política de educação especial no Brasil. **Revista Educação Especial**, v. 35, p. 1-29, 2022.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em revista**, p. 61-79, 2011a.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 17, p. 41-58, 2011b.

KICKHÖFEL, Oswaldo. **Notas para uma história da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil**. Projeto Memória, Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, 1995.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo: estudos sobre história**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2014.

- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos Históricos**. Rio de Janeiro: Editora da PUC, 2006.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- LOBO, Lília Ferreira. **Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015
- LOURO, Guacira Lopes. **Mulheres na sala de aula**. História das mulheres no Brasil, v. 2, p. 443-481, 1997.
- MAGALHÃES, Justino. A história da educação em Portugal: temas, discursos, paradigmas. A História da Educação em Portugal. **Balanco e Perspectivas**, n. 1ª edição, p. 13-34, 2007.
- MAGALHÃES, Justino. Arquivos e museus escolares—Fontes de memória e educação histórica. **Sensos-e**, v. 9, n. 1, p. 47-54, 2022.
- MAGALHÃES, Justino. **Contributos para a História das Instituições Educativas: entre a memória e o arquivo**. Braga, Portugal: Universidade do Minho, 1999. p. 1-17. Mimeo
- MAGALHÃES, Justino. **Tecendo nexos. História das instituições educativas**. Editora Universitária São Francisco-EDUSF, p. 12, 2004.
- MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil: História e políticas públicas**. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2011
- MENDES, Enicéia Gonçalves. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista de educação e pedagogia**, n. 57, pág. 93-109, 2010.
- MINATEL, Martha Morais. **Institucionalização e educação do menor anormal em Sergipe (1940-1979)**. 2018.
- MOREIRA, Luiza Silva; GÓIS, Edivaldo; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. A educação do corpo no programa dos Centros Integrados de Educação Pública—CIEPs: um projeto educacional escrito pela modernidade 1, 2. **Pro-Posições**, v. 30, 2019.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História** 10. (1993).
- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **As pesquisas sobre instituições escolares: balanço crítico**. Navegando na história da educação brasileira, 2006.
- NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Instituições escolares: porque e como pesquisar**. Campinas: Editora Alinea, 2013.
- OLIVEIRA, Lúcia Helena MM; GATTI JR, Décio. História das instituições educativas: um novo olhar historiográfico. **Cadernos de história da educação**, v. 1, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. 2.ed. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PITTA, Isabel. DANESI, Marlene. **Retratando a educação especial em Porto Alegre**. EDIPUCRS, 2000.

RAFANTE, Heulalia Charalo. **Helena Antipoff, as sociedades Pestalozzi e a educação especial no Brasil**. 2011.

REVISTA EDUCAÇÃO & SOCIEDADE. MEC e Entidades da Sociedade Civil: O Fórum Nacional De Educação. **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 271-284, 2017.

RIBEIRO, Renato Janine. **A universidade a vida atual: Fellini não via filmes**. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

RIBEIRO, Renato Janine. Não há pior inimigo do conhecimento que a terra firme. *Tempo Social – Revista Tempo Social (USP)*, v. 11, n.01, p. 189-195, maio, 1999.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. 2ª reimpressão. Campinas: Unicamp, 2010.

SANTOS, Maria da Penha dos. A CRIANÇA EXCEPCIONAL. **Revista Brasileira de Enfermagem** [online]. 1980, v. 33, n. 2 Disponível em <<https://www.scielo.br/j/reben/a/LGpgyFMVwzbN7Jhf7qLprQN/?format=pdf&lang=pt> /> Acesso em 04 jul 2023

SMEC, **Projeto De Implementação Da Escola Especial Professor Elyseu Paglioli**, Porto Alegre, Rs, 1987.

Secretaria Municipal da Cultura. **História dos bairros de porto alegre**. Disponível em <[https://rgplpoa.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/10/historia\\_dos\\_bairros\\_de\\_porto\\_alegre.pdf/](https://rgplpoa.wordpress.com/wp-content/uploads/2011/10/historia_dos_bairros_de_porto_alegre.pdf/)> Porto Alegre, Rs, 1989. Acesso em 02 mai 2023

SMED (Porto Alegre, Rs); **Propostas Pedagógicas De Escolas Especiais. Cadernos Pedagógicos: Encontro De Professores De Línguas E Bibliotecas & Propostas Pedagógicas De Escolas Especiais, Porto Alegre, Rs, V. 2, 1994.**

SIEMS-MARCONDES, MARIA Edith Romano. Educação especial no território federal de Roraima no contexto do regime militar (1964-1985). **Revista Brasileira Educação**. [online]. 2016, vol.21, n.67, pp.963-987. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/X47L6YjJpKqJMGfgKpFcQBs/abstract/?lang=pt>> Acesso em 02 mai 2023

SILVA, Régis Henrique dos Reis. Balanço das dissertações e teses em educação especial e educação inclusiva desenvolvidas nos programas de pós-graduação em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 4, p. 601-618, 2018.

SKLIAR, Carlos. A invenção e a exclusão da alteridade" deficiente" a partir dos significados da normalidade. **Educação & Realidade**, v. 24, n. 2, 1999.

SKLIAR, Carlos B.; SOUZA, Regina Maria de. **O debate sobre as diferenças e os caminhos para (re) pensar a educação. Utopia e democracia na educação cidadã.** Porto Alegre: Secretaria Municipal da Educação de Porto Alegre, p. 259-276, 2000.

SKLIAR, Carlos. **Sobre o currículo na educação dos surdos.** Revista Espaço, p. 40-45, 1997.

TELLES, Danielle Brum Ginar; ALMEIDA, Dóris Bittencourt. “Do querer que há, e do que não há em mim”: o fenômeno memorial em escolas, pelo trabalho de quatro mulheres (Porto Alegre e São Leopoldo/RS). **Revista Educação em Questão**, [S. l.], v. 62, n. 71, 2024. DOI: 10.21680/1981-1802.2024v62n71ID35957. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/35957/>> Acesso em: 13 ago. 2024.

TELLES, Danielle Brum Ginar. **Nos olhem, Encantem-se: um estudo sobre os gestos e querer de memória em quatro escolas (Porto Alegre e São Leopoldo/RS 1994–2023).** Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2024. 142 f. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/276517> /> Acesso em 20 de jul de 2024.

THOMPSON, Alistair. **Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias.** Projeto História: São Paulo, (15), abril de 1997, p. 51 a 84.

UNESCO, **Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Disponível em: <Jomtien, 1990.<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990/>> Acesso em: 18 mar. 2023.

VEIGA, Cynthia Greive. **Manifesto dos pioneiros de 1932: o direito biológico à educação e a invenção de uma nova hierarquia social.** In XAVIER, Maria do Carmo (org.) Manifesto dos pioneiros da educação: um legado educacional em debate. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 67-88.

VIÑAO FRAGO, Antonio. **Sistemas educativos, culturas escolares y reformas. Continuidades y cambios.** Madrid: Ediciones Morata, 2. ed., 2006.

VIÑAO FRAGO, Antonio. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. **Contemporaneidade e educação.** Ano V, nº 7. Rio de Janeiro: IEC, 2000.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. São Paulo: **Revista Brasileira de Educação.** Anped. Set/Dez, 1995. Disponível em:<[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24781995000100005/](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781995000100005/)> Acesso em: 18 mar. 2023.

## APÊNDICE

### APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

#### UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL FACULDADE DE EDUCAÇÃO

Apresentação do Projeto Uma redoma no bairro cristal: Os primeiros percursos da escola especial Elyseu Paglioli (1988 - 1997)

A pesquisa faz parte de uma pesquisa realizada no âmbito do curso de Mestrado Acadêmico da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O Projeto localiza-se no campo da História da Educação, em suas interfaces com a história das instituições educativas e com as discussões em torno do gênero biográfico, constituição de arquivos institucionais/pessoais, cultura escolar, arquitetura escolar, cultura escrita, patrimônio histórico-educativo, memória individual e coletiva. Pretende conhecer diferentes aspectos que envolvem a educação, por meio de investigações acerca de suas memórias, proporciona inúmeras perspectivas de análise. Portanto, tem como escopo de estudo identificar os documentos escolares e a história oral que possam colaborar para a preservação da trajetória histórica ocorrida nas escolas de Educação Especial, a partir do estudo da fundação da EMEEF Elyseu Paglioli, primeira escola especial municipal de Porto Alegre. Com o emprego das metodologias da História Oral e da Análise Documental Histórica, pretende-se reunir elementos que auxiliem na compreensão da História da Educação, de acordo com os postulados da História Cultural, da História do Tempo Presente e da Micro História. Em paralelo ao tratamento arquivístico da documentação, o propósito é desenvolver entrevistas com sujeitos que carregam em suas memórias as trajetórias dos processos pelos quais passou a educação em âmbito nacional e regional. A pesquisadora responsável pela pesquisa é a professora Dr.<sup>a</sup> Dóris Bittencourt Almeida, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, quem se compromete a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de informações que o/a participante venha a ter, no momento da pesquisa ou posteriormente, através do e-mail: krausegeana@gmail.com

Todas as informações coletadas nesta investigação são estritamente confidenciais. Acima de tudo interessam os dados coletivos e não aspectos particulares de cada entrevistado e não aspectos particulares. Ao participar desta pesquisa, você não terá nenhum benefício direto; entretanto, esperamos que futuramente os resultados deste estudo sejam usados em benefício de outras pessoas relacionados com a proposição de reflexão sobre a História da educação e trajetória de professores, em que promovam formação continuada com professores, via projetos de extensão e ensino. Após ter sido devidamente informado/a de todos os aspectos da pesquisa e ter esclarecido minhas dúvidas, eu \_\_\_\_\_, Identidade n.º \_\_\_\_\_ declaro para os devidos fins que cedo os direitos de minha participação e depoimentos para a pesquisa realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), para que sejam usados integralmente ou em partes, sem restrições de prazo e citações, a partir da presente data. Da mesma forma, autorizo a sua consulta e o uso das referências em outras pesquisas e publicações, ficando vinculado o controle das informações a cargo desta pesquisadora da Faculdade de Educação da UFRGS.

Abdicando direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevo a presente declaração,  
\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_ de 202\_.